Sant'Ana do Livramento

1823

Carlos Alberto Potoko

Retentiva a Ivo Caggiani

2013

1823

Carlos Alberto Potoko

Retentiva a Ivo Caggiani

Não há trabalho menos agradecido,
nem mais exposto aos insultos da crítica,
do que contar uma história,
já contada por outros.

2013

DEDICATÓRIA:

Dedico esse trabalho ao nosso inesquecível
Historiador Ivo Caggiani (in memoriam).
Que a lembrança deste pampa
coxilha de Sant'Ana,
nascedouro deste taita...
Aqueça em mil fogões,
o orgulho de ser
santanense.

P R E F Á C I O

Este é um livro que já começa muito bem: com uma dedicatória ao grande historiador santanense Ivo Caggiani. Poucos homens mostraram tanta dedicação à história e ao seu lugar no mundo como Caggiani. Tive o prazer de conversar muitas vezes com ele. Era sempre um aprendizado. Graças aos seus vastos conhecimentos, pude saber um pouco sobre o jornalista maragato Rodolfo Costa, que dá nome à escola rural de Palomas, onde fui alfabetizado e da qual não me esqueço. Carlos Alberto Potoko retoma muitos temas de Caggiani. Quer falar para estudantes com linguagem simples e direta. Passeia pelos mais diversos aspectos da história do Rio Grande do Sul. Vai dos modos de vida dos nossos índios até as nossas principais revoluções. Dá detalhes. Desce às minúcias.

Aos poucos, entramos no trem da história. Fazemos uma viagem para trás. O Rio Grande do Sul vai aparecendo, despindo-se, revelando-se, descortinando-se. Potoko salta de um assunto a outro. Nada lhe escapa, da origem do poncho aos nossos primeiros municípios e daí ao papel da ferrovia no desenvolvimento do nosso Estado. São muitas as estações, muitas as paisagens, muitos os personagens destacados, muitos os sopros do minuano. Historiador de uma cultura de fronteira, Potoko entra no Uruguai para tratar das nossas relações com a Banda Oriental, com Rivera, o homem e a cidade, com nossa vinculação platina. Contar é isso mesmo, tecer, amarrar, articular, mesclar, trançar, dar pontos e dar muitos nós, atribuir sentido e clarear o que vai se perdendo num passado nebuloso.

Os jovens aprenderão muito com este livro de Potoko. Mas não só eles. Qualquer um que tenha interesse pelo nosso passado, rico e conturbado, encontrará matéria para reflexão e aprendizado nesta obra clara e carregada de informações. Obviamente que não poderia faltar uma parte sobre o gaúcho da fronteira. O autor tomou cuidado também com a organização do material. As ilustrações são muito boas e ajudam a dar vida e intensidade do texto. Pelo jeito, embora seja tarefa árdua, Caggiani encontrou o seu sucessor. Santana do Livramento já tem um novo porta-voz. A história agradece. Ela precisa de apaixonados, de abnegados, de incansáveis e de contadores de coisas, causos, fatos e versões. Potoko chamou o jogo para si.

Juremir Machado da Silva
Historiador, escritor e jornalista

Palavras do autor

Este livro se propõe a marcar um destino livre com todos os alunos da rede de ensino do nosso município e, também, com leitores que gostem de ler algo sobre a estirpe do lugar em que vivem. O objetivo basilar é o de transcrever e reunir mais informações relevantes da nossa história numa linguagem simples, não só da historiografia local deixada pelo Ivo Caggiani, como também, a partir de obras importantes listadas no final deste livro. Intercalo textos meus com outros autores em ordem cronológica das datas, o propósito maior é o de acoplar a didática com literatura, pesquisas de fontes já publicadas e insuspeitas de qualquer conceito dirigido. As hipóteses registradas foram feitas numa perspectiva geral, tanto dos autores, como também para elucidar as relações mutuas regionais dos acontecimentos mais acentuados na fronteira Livramento-Rivera. Também delineio as guerras da Cisplatina, a Guerra dos Farrapos, a Revolução Federalista e até um resumo da história do Uruguay com a fundação de Rivera e o reclamo deles pelas demarcações da fronteira, o qual capitulei por informações importantes da Comissão de Limites. Nesta experiência didática, também juntei aos conflitos históricos narrados a transcrição de documentos dos protagonistas com a ortografia da época, com vista à transformação da nossa língua no transcorrer do tempo. E por fim, dei maior desenvolvimento aos assuntos com ilustrações, fotos, mapas e algumas imagens da Web no intuito apenas de melhorar a compreensão dos textos.

Como bem disse o inesquecível Ivo Caggiani no seu livro, *Município da Sant'Ana do Livramento -1942: "A história de Livramento ainda não está escrita..."* E neste sentido, aqui não é diferente, deste modo, esperamos que este trabalho venha preencher uma lacuna sensível e que em síntese se achava meio esquecido.

Sou o único responsável pelos erros que possam surgir ao longo do tempo, mas estes seriam mais numerosos, não fosse a assistência generosa dos meus confrades da *Academia Santanense de Letras.*

Carlos Alberto Potoko

Índio Charrua
Ilustração: Alexandre B. Corrêa

A origem nativa

Inicialmente as terras em que se encontra o município de Sant'Ana do Livramento eram terras de ninguém, de difícil acesso e pouco povoadas. Vagavam por elas índios minuanos e charruas pertencentes ao grande grupo Guaicurú do Sul. Eram semissedentários e antes da introdução do gado viviam às margens, desde a Lagoa Mirim e vertente do Rio Negro até o interior do Uruguai. Quando da entrada de João de Magalhães, os índios minuanos aproximaram-se do Rio Grande e foram acomodando-se nas imediações da serra do Caverá, dominando os campos de Jaráu e Quaraí. Conta-se deles, pelo Dr. Saldanha: que quase não tinham narinas e as maçãs do rosto eram tão intumescidas como geralmente os índios o são. Eles eram na sua maior parte corpulentos e bem estruturados fisicamente, porém, nas mulheres predominava a meia estatura com as feições congruentes as dos índios americanos.

Quanto aos costumes, usavam os cabelos soltos e eriçados, os quais não cresciam muito. As costas eram cobertas com *caípis* até o tornozelo, isto é, mantas de couro descarnado, sovado e usadas com os pêlos para dentro, eram presas com uma tira de couro por cima dos ombros e diante do pescoço. Originando-se aí o poncho. Envolviam-se desde a cintura até o joelho com volta e meia de pano de algodão, originando-se assim o xiripá. Enfim, estas eram suas vestes que eles faziam de peles de veados ou de vitelas sovadas, descarnadas e costuradas umas as outras. Pintavam-nas pela parte do carnal listas cumpridas e diagonais avermelhadas e cinzentas, cores estas tiradas de terra ocra de ferro encontrada nos córregos do rio Cacequí.

Índios Minuano – *pintura Vasco Machado*

Descendente de
Índio Charrua
Patria Gaucha
em Tacuarembó

Suas casas eram armadas, raras vezes junto a matas e temporariamente sobre colinas descobertas e confeccionadas com uma palha semelhante a tábuas. Cobriam-na com alguns couros de rezes para tapar apenas três lados e a cobertura, onde apropriadamente usavam as esteiras tecidas para deixar e escorrer a água das chuvas. A entrada era todo um lado e suas alcatifas ou tapetes de pedaços de couro se estendiam pelo chão. Dentro delas não se acomodavam mais do que cindo índios, ali se alimentavam e cozinhavam e as tinham mais limpas que o próprio corpo, que nunca via água, senão quando lhes chovia por cima do corpo. Com uma alimentação escassa de variedade

devido à sua preguiça, eles tinham que ir a campo carnear rezes ou trazê-las ao pé das toldarias; esta carne, geralmente de cervos (veado), era mal assada para consumir. A bebida, o mate enquanto não lhes faltasse erva, como também mascar tabaco de fumo, cuja masca a conservavam entre o lábio superior e os dentes, ou tirando da boca e pondo-o atrás da orelha numa pausa até tornar a mastigá-lo. Poucos eram os que fumavam ou baforavam no cachimbo, porém quase todos eram achegados à aguardente e a bebiam entre amigos, até se embriagarem.

Boleadeiras: além do uso delas pelos índios charruas em 1520 no pampa, já foram encontradas com mais de 5000 anos em jazigos arqueológicos.

Os Minuanos viviam livres de uma forma própria entre portugueses e espanhóis. Usavam as boleadeiras para caça, tradição que foi incorporada pelo gaúcho, nas lides campeiras. Do idioma deles, observadores diziam ser agradável e veloz na linguagem, muito diferente da dos Tapes e bem semelhante e talvez idêntica a dos índios da América Setentrional, cuja semelhança se pareciam nas feições. Os minuanos foram um grupo indígena que vivia mais nos campos do Rio Grande do Sul. Emprestaram o nome ao vento forte que vem do sudoeste, frio e cortante que sopra em nosso estado depois das chuvas do inverno. Eram índios de origem da patagônia, assim como os Charruas e os Guenoas, com os quais nunca se sobrepunham no mesmo território. Em 1730, aliaram-se aos Charruas, originando um mesmo grupo com a mesma alcunha e na guerra lutaram com os portugueses contra os espanhóis. Hoje ainda existem toldos minuanos na região de Arroio Grande.

A outra tribo, os Charruas, viviam na margem setentrional do Prata, desde a desembocadura do rio S. Salvador até o Atlântico, estendendo- se até umas 30 léguas (198km) em direção ao interior. Estes índios de estatura regular, tronco robusto, membros musculosos e de cor quase negra, tinham a cabeça grande, nariz achatado, olhos pequenos e de um olhar muito penetrante, que além de abeis cavaleiros, adquirida com a chegada dos cavalos; possuíam um amor instintivo a sua liberdade selvagem, a qual, jamais quiseram trocá-la pelo benefício da civilização apresentada pelos colonizadores.

As tribos não obedeciam a governo de espécie alguma e os Charruas se diferençavam dos Minuanos por andarem nus. Tinham os mesmos hábitos alimentares da carne mais crua do que assada. Não professavam religião determinada e eram supersticiosos. Usavam como arma, massas (espécie de porrete), flechas com ponta de ossos e boleadeiras, as quais as manejavam com extrema destreza. Nas extremidades de diversos rios do interior do nosso município se tem encontrado muitas armas e outros objetos fabricados por estes índios, prova irrefutável da presença deles em solo santanense.

Indios charruas e minuanos na antiga banda oriental do Uruguai
Tau Golim - O povo do pampa - 2002 RS Ed. Sulina

Nosso chão foi testemunha de operações multitudinárias de milhares de vaqueiros indígenas liderados por seus capitães espanhóis ou portugueses e milhares de cavalos, anos e anos, correndo léguas e a vadear os rios da região, desde o rio Uruguai até os rios Taquarembó, Ibicui, Ibirapuitã... Os índios com um perfil de bravura perseguiram e foram perseguidos; hostilizaram e foram hostilizados; foram valor e ataque; anos depois, exibição e esquecimento. Aos pouco foram sendo expulsos, abandonando suas habitações a ruína como prova do extermínio, mesmo assim, nos deixaram a sua língua dominante tupi-guarani como memória. Ex: taquarembó - taquara; batovi - seio de mulher; itacuatiá - pedra; caraguatá - nome de planta; butiá - fruto silvestre; cuñapiru - mulher magra; uruguai - rio dos pássaros; abaeté - homem forte; biboca - moradia humilde; jacu - ave silvestre; mani - amendoim; quaraí - rio das garças; chácara - plantação...

Descendente de *Sepé* em desfile na comemoração dos 150 anos da morte de Artigas em set/2000 - UY

Descendente de Sepé em Masoller: Um grupo de pesquisadores que ganhou um concurso do Ministério de Educação do Uruguay com o projeto ***"Por las huellas de Sepé"***, investigaram a vida do ***último Cacique Charrúa Sepé em Masoller*** *(Departamento de Rivera)*. São eles Yamandú Cruz, Rodrigo Spaenuolo y Sergio Borfain. A investigação teve caráter histórico, começou em Montevidéu, continuando em Paysandú, Tacuarembó, Artigas e Rivera. Ao finalizarem as pesquisas no território uruguaio, o qual o Cacique viveu vários anos deixando profundas pegadas no departamento de Rivera. Os pesquisadores visitaram Masoller onde o Cacique esteve e entrevistaram muita gente que ficou interessada com a história. Suspeitam que Sepé, esteve ali antes de matar o Coronel Bernabé Rivera e depois fugir para terras brasileiras, onde se misturou e lutou ao lado dos Farrapos (1835-1845). Calculam que faleceu ali e que a sua cabeça, depois de desenterrada, foi levada a um lugar desconhecido. Sobre o Sepé disseram que o último Cacique charrua ao falecer nos anos de 1864/1866, os possibilitou a conhecer os testemunhos daqueles que sabem da sua vida. Ele se salvo de "Salsipuedes" (*emboscada num afluente do Rio Negro em 11-04-1831, considerada o masacre dos Charruas, atribuído a Fructuoso e seu sobrinho Bernabé Rivera – o local foi denominado "Cueva del Tigre"*). Ele regressou ao país depois da Grande Guerra de 1845 para instalar-se nos campos de Taquarembó. Isso lhes permitiu falar de um ser que se conhecia seu modus vivendi, se sabia que tinha filhos, uma tribo que estava dizimada, mas mesmo assim restavam alguns integrantes. Contam que estes mesmo com a raiz de uma roupa contaminada por varíola, morreram, ficando somente Sepé e seus dois filhos, seus dois fiéis cães, que ao falecer seu dono, se deitaram no sepulcro e ali morreram de tristeza. Supõe-se que seu falecimento foi por envenenamento de uma bebida numa pulperia (*venda)*. Contam que durante a sua existência gostava de contar como havia dado morte a Bernabé Rivera e isso foi motivo de que ganhasse muitos inimigos. **fonte: Diario El Norte – Nota do autor: O Sepé das Missões morreu em 1756 lanceado por um dragão português e o governador de Montevidéu, D. José Joaquim Viana, que lhe deu um tiro fatal na face.*

Sepé se encontrou com Oribe no Arroio de Sopas-UY em 1837
http://chancharruas.wordpress.com

O Brasil Colônia

Em 1776 a região da bacia do Prata, que na banda espanhola se mantivera como uma dependência do Vice-Reino do Peru foi elevada a Vice-Reino do Rio da Prata. Com isso, até então dependente economicamente da rota de abastecimento do Pacífico (a partir da Espanha via ligação do Panamá, Oceano Pacífico Chile), passou a utilizar a rota do Oceano Atlântico para a passagem dos seus produtos (couro e charque). Nesse contexto ocorreu, em 1777, uma nova invasão espanhola que, sob o comando de ***D. Pedro de Cevallos***, destruiu as fortificações da Colônia do Sacramento, obstruindo o seu porto, e conquistou a ilha de Santa Catarina (3 de Junho). Estas ações conduziram à assinatura do Tratado de Santo Ildefonso (1777), entre Maria I de Portugal e a Espanha. Pelos seus termos, restabeleceram-se as linhas gerais do Tratado de Madri (1750) para a região Norte do Brasil. E na região Sul, onde a presença militar espanhola era mais forte, a Colônia do Sacramento, o território das Missões e parte do atual Rio Grande do Sul foi cedido à Espanha, em troca da restituição da ilha de Santa Catarina à Portugal.

Posteriormente, no contexto das Guerras Napoleônicas, Portugal foi invadido por um exército franco-espanhol, no episódio conhecido como Guerra das Laranjas. Para encerrá-la, foi assinado o Tratado de Badajoz (05 de junho de1801) entre Portugal e a Espanha. Por este diploma, acordava-se a paz entre ambas as Coroas: a Espanha mantinha a praça-forte conquistada de Olivença (1801), na Península Ibérica (ver Quatão de Olivença). Na América do Sul, Portugal permaneceu em poder dos territórios conquistados (as Missões e parte do atual Rio Grande do Sul), fixando a fronteira sul do Brasil na linha Quaraí-Jaguarão-Chuí. A Espanha continuou na posse da Colônia do Sacramento. Note-se que este tratado não ratificou o Tratado de Santo Ildefonso (1777), nem determinou restabelecer o "status quo ante bellum".

As 7 Províncias originais Brasil e RGS em 1707

A Guerra de 1801 foi um conflito armado entre as forças coloniais de Portugal e Espanha, dentro do contexto da Guerra das Laranjas (*foi um curto episódio militar ocorrido entre Portugal e a Espanha, quer na Península Ibérica, quer no ultramar português*) e que possibilitou o avanço das fronteiras no Rio Grande do Sul e Mato Grosso. No Rio Grande do Sul o governo

local tinha uma política expansionista, fundando povoações ao longo da região de fronteira, que além de povoar a região, propiciava um aporte de soldados. Foram criadas, com imigrantes açorianos, as povoações na região de Caguçu nos idos de 1739 e Caçapava do Sul em 1777.

O príncipe regente e futuro rei D. João VI, durante o período final do reinado de sua mãe, D. Maria I, elevou em 1815 o Brasil, da condição de vice-reinado colonial à de reino autônomo, intitulando-se desde então pela Graça de Deus Príncipe-Regente de Portugal, Brasil e Algarves, daquém e dalém-mar em África, senhor da Guiné, e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia. O título oficial anterior era o mesmo, apenas não incluindo a palavra "Brasil".

A província Cisplatina

Bandeira Província Cisplatina

Os primeiros europeus chegaram por aqui no início do século XVI. Tanto a Espanha como Portugal procuraram colonizar o futuro Uruguay. Portugal tinha por base a Colônia do Sacramento (na margem oposta a Buenos Aires, no Rio da Prata), enquanto a Espanha ocupava Montevidéu, fundada no século XVIII e que veio a se tornar a capital do futuro país. Como no início do século XIX teve o surgimento de movimentos de independência por toda a América do Sul, incluindo a *Banda Oriental del Uruguay* (isto é, "faixa a leste do Rio Uruguai"), cujo território foi disputado pelos estados nascentes do Brasil, herdeiro de Portugal, e da República Argentina, com capital em Buenos Aires, herdeira do Vice-Reinado do Prata da Espanha.

** Lecor e a CISPLATINA 1816-1828. vol. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.*

Bandeiras da Cisplatina
Banda Oriental do rio Uruguai
Banda Oriental del Uruguay Chamada bandeira d Artigas 1814-1820
Província Cisplatina 1821-1825/28 Quando da ocupação do Brasil
República Oriental do Uruguay 1825-1828 De 25/08/1815 dos 33 orientales
Libertad o Muerte
República Oriental del Uruguay, de 1828 até 1830

O termo *Cisplatina* indica a região denominada *Banda Oriental* do Rio da Prata, que hoje constitui o Uruguay, e que desde a fundação da cidade da Colônia do Santíssimo Sacramento em 1680, e depois, da assinatura do Tratado de Madri (1750), vinha sendo disputada, primeiramente, por espanhóis e portugueses, e depois, por argentinos e brasileiros. A perda da CISPLATINA foi mais um motivo para o crescimento da insatisfação com o governo de Dom Pedro I. Na realidade, a guerra era impopular desde o início, pois para muitos brasileiros representava aumento de impostos para o financiamento de mais um conflito.

Era uma região situada ao sul do atual Brasil, e que fazia parte do Vice-Reinado do Prata (do Reino de Espanha) e que fora incorporada ao Reino Unido de Portugal. Brasil e Algarves em 1821. É uma história colonial intimamente ligada à disputa do Rio da Prata entre portugueses e espanhóis. Descoberto por Sólis, povoado por D. Pedro de Mendonza, depois Juan de Garay, o estuário platino era posição das mais invejáveis e, por isso, das mais disputadas. Queria-o a Espanha como escoadouro da produção do Peru. Desejava-o Portugal como ponto estratégico

do comércio no Atlântico Sul. — Em 1679 o Governo Português ordenou a D. Manuel Lobo que fundasse a Colônia do Sacramento (22.02.1680). No mesmo ano o Governador de Buenos Aires, D. José de Garro, nomeou o Coronel Antônio de Vera Mujica para comandar um exército de mais de três mil e quinhentos homens no ataque à nova colônia. Os sitiados defenderam-se heroicamente por meses até serem quase todos exterminados por uma sangrenta batalha denominada de ***um contra dezessete***. Começa assim uma série de batalhas que durou quase um século.

D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal

De Portugal, D. Pedro I considerou o ataque um insulto à Coroa, no entanto a Espanha sem condições de aceitar uma luta resolve dar satisfações, comprometendo-se a punir o governador de Buenos Aires e a reinstalar os portugueses. Melhora o comércio por um tempo, mas as boas relações não duraram muito. Madrid volta atrás do que resolvera, ordena nova tomada da Colônia do Sacramento que dura até 1715, quando, por um segundo tratado, de Utrecht, teve de ser restituída a Portugal, tendo o Rei Filipe de desistir de seus direitos e por seus herdeiros sobre esse território que ficariam pertencendo a D. João VI e seus descendentes em Portugal. Diante de tal fato, os espanhóis para impedir o domínio platino pelos lusos, fundam Montevidéu em 1726. Em 1735 atacaram de novo, mas não conseguiram vencer. Voltando um pouco no tempo, o conflito luso-hispano, não ficou restrito àquele estuário, travou-se antes no vale dos rios Paraná-Paraguai, onde os jesuítas espanhóis haviam fundado várias missões (aldeias de índios em catequese). A primeira missão estabeleceu-se em 1610 pelos padres Juan Cataldino e Simón Maceta. Pouco depois eram em grande número – 33 ao todo, sete das quais junto ao Rio Uruguai em território hoje brasileiro.

Padre jesuíta do século XVIII

Os sete povos das Missões domesticaram inúmeros índios que trabalhavam principalmente na lavoura. Foi nessa ocasião, que os bandeirantes paulistas – na sua marcha para Oeste à caça de índios para escravizar – depararam-se com esses índios civilizados, que lhes pareceram caça de boa qualidade. Desde então os ataques às missões foram sanguinolentos devido à resistência dos jesuítas por vários anos. Em 1637 Francisco Bueno e Fernão Dias Paes atacaram as regiões do noroeste e Tapes. A seguir outras expedições se realizaram, passaram por Corrientes com Jerônimo Pedro de Barros em 1641 e Fernão Dias em 1645, que percorreu todo território uruguaio. Chocavam-se assim espanhóis e portugueses por uns tempos, uns iam rumo ao Atlântico e outros para o sul à cata de índios para escravizar. Esse conflito terminaria por vários tratados de limites no século XVIII, e que deram ao Brasil e ao Uruguay esta configuração que possuem.

Os tratados: ***Utrecht*** (1715) Garantido pela rainha Ana da Inglaterra, em resumo concediam-se anistia geral, facilitavam-se as mudanças de moradores e devolvia-se Sacramento aos portugueses. - ***Madrid*** (1750) Como os espanhóis respeitaram por pouco tempo Utrecht, procuraram regularizar o litígio adotando o princípio de *ut possidetis,* o qual Portugal devolvia à Espanha a Colônia do Sacramento em troca do território situado ao norte do Ibicuí, isto é, o território dos Sete Povos das Missões.

– ***El Pardo*** (1761) Apesar da boa intenção o tratado de Madrid também não foi bem acolhido, foi anulado o de 1750 e devolvia de novo Sacramento a Portugal. – ***Santo Ildefonso*** (1777) Assinado pela rainha luso Maria I com as duas cortes, assegurava paz perpétua entre as duas nações para que a navegação dos rios da Prata e do Uruguai e os terrenos das duas margens pertencessem à Coroa da Espanha. Portugal perdia novamente Sacramento e também o território das Missões. - Badajoz (1801) Foi estabelecido que Portugal ficasse definitivamente com os territórios conquistados das Missões do Uruguai sem estipular nenhuma restituição conquistada indevidamente.

Então o território situado entre o arroio "Chuí" e o rio da Prata ficou incorporado ao Vice-Reino do Prata. Quando, porém, a Família Real Portuguesa, fugindo das tropas napoleônicas que invadiram Portugal, veio para o Brasil porque o trono Espanhol de Carlos III foi entregue a José Bonaparte, irmão de Napoleão, a Banda Oriental do Uruguai viu ameaçada essa união com as outras Províncias Platinas. Nesse clima a Princesa Carlota Joaquina, esposa de D. João e irmã de Fernando VII, alegando direito de defesa da família ao domínio do Rio da Prata, manifestou o desejo de anexá-lo ao Brasil. O marido concordou e desde 1815 as tropas lusas começaram a percorrer o território uruguaio para a anexação. O grande patriota D. José Gervásio Artigas resistiu bravamente até 1821. D. João VI, convencido da anexação, envia um exército comandado por ***Carlos Frederico Lecor*** para ocupar o território uruguaio por luso-brasileiros. Os contrários tiveram de aceitar a incorporação ao Brasil com o nome de Província Cisplatina. Embora lhes fossem respeitados a língua e os costumes, os hispano-uruguaios jamais aceitaram a anexação. Quando da proclamação da independência do Brasil em 1822, as tropas luso-brasileiras se dividiram porque uns aceitaram a independência do Brasil, como o Lecor, os outros não.

Carlos Frederico Lecór

Lavalleja e o *Juramento dos 33 Orientais*

Disso se aproveitaram os patriotas uruguaios que foram a Buenos Aires procurar apoio argentino. Prometido o apoio, o grupo de trinta e três patriotas, chefiados por ***D. Juan Antonio Lavalleja***, desembarcaram a 19 de abril de 1825 na praia de Agraciada aos gritos de "***liberdade***". Entretanto, setores descontentes com a política agrária em favor dos grandes proprietários de Montevidéu e do Brasil, tinham organizado um movimento chamado de ***Cruzada Libertadora,*** que declarou ***independência em 25 de agosto de 1825*** num congresso em Florida. Lecor mandou tropas a combatê-los sob a chefia de ***D. Frutuoso Rivera***. Só que Frutuoso como uruguaio que era, resolveu juntar-se aos rebeldes, os quais, reunidos em congresso em Florida reclamaram sua separação do Brasil pedindo a incorporação às Províncias Unidas da Argentina, já independente desde 09 de julho de 1816. Como os argentinos tinham aceitado essa incorporação, o Brasil declara a Guerra da Cisplatina que se estendeu até 1828, sem grandes lances, a não ser, talvez, o combate do Passo do Rosário ou Ituzaingó, que, praticamente terminou sem vencedores. Para encerrar a contenda, foi firmado ***O Tratado de Paz do Rio de Janeiro de 27 de agosto de 1828*** com o poderoso beneplácito britânico, que sepultou de vez a caótica Cisplatina. Estabelecia que ela não ficasse com o Brasil, nem com a Argentina, constituir-se-ia então, um Estado neutro e soberano: germinava assim, a República Oriental do Uruguay firmando em 28 de agosto de 1828 a Convenção Preliminar de Paz com Brasil e Argentina, findando de vez a Guerra da Cisplatina.

Fructuoso Rivera

A resistência indígena

Durante muitos anos, objeto de disputa entre portugueses e espanhóis, o continente era moeda de troca nas mesas de negociação entre os dois reinos europeus. Do reino de Castela (*vem daí o termo "castelhano" para designar os descendentes sulamericanos de língua espanhola*) vieram os padres Jesuítas da Companhia de Jesus, que, em "missão" de catequizar os silvícolas reduzindo-lhes a resistência ao conquistador branco, possibilitando-lhes mais facilmente o acesso às suas riquezas e à sua terra. Em 1753, com o apoio da maioria dos jesuítas, os índios começaram a resistir às tentativas de demarcação de fronteira. Em resposta à resistência indígena, os governos luso e espanhol enviaram tropas de Buenos Aires e Rio de Janeiro para combater os nativos, eclodindo a ***Guerra Guaranítica*** (1754/1756). Os poderosos de Espanha e Portugal, através do Tratado de Madri, decidiram, em 13 de janeiro de 1750, que do lado de cá do mundo, do outro lado do mar, seria redefinida a questão de quem mandava, modificando o Tratado de Tordesilhas. E a civilização índia, com a

República Guarani, que se bandeasse pro outro lado do Rio Uruguai. Desconheciam os poderosos de Espanha e Portugal que a Missão de São Miguel, a mais populosa dos 7 Povos, tinha população equivalente a algumas das cidades de bom porte do Reino de Castela. Mas isso, para os poderosos dos Reinos de além-mar, não importava: eram apenas índios. Os índios de toda a região não puderam ser dóceis com os espanhóis e portugueses, resistiram porque não queriam ser reduzidos a quase nada. Mas não puderam, foram praticamente exterminados. 8.000 deles acamparam perto da Barra do Quaraí, resultando disso a fundação de Bella Union em 1829. Foi o sepultamento de uma civilização e do lendário capitão ***Sepé Tiarajú.***

Guerra contra Artigas

Ou *Invasión Luso-Brasileña - de 1816 a 1820*

Artigas na porta da Ciudadela
óleo:Juan Manuel Blanes

José Gervasio Artigas nasceu em Montevidéu em 19 de Junho de 1764, morreu em Ibiray no Paraguai em 23 de Setembro de 1850. Foi um político e militar uruguaio, sendo o herói nacional de seu país. A partir dos 14 anos desaparecera de seu ambiente familiar e passara a viver relacionando-se com os índios Charruas, de modo que com estes elementos iria pacificar os índios e favorecer uma rápida integração. Desaparecendo dos censos dos diferentes povos, reaparece aos 19 anos e incorpora-se ao ***Regimento de Blandengues*** (milícias crioulas do rio da prata para fazer frente aos índios e portugueses).

Após a Pacificação do Uruguay (1811/1812), em que as tropas do "EXÉRCITO LIBERTADOR" se retiraram. ***D. José Gervásio Artigas***, grande líder e ferrenho adversário do Império do Brasil, esforça-se para retomar as terras das missões, abrindo-se assim, um período de guerrilhas, combates e batalhas nas coxilhas da nossa fronteira. As lutas assumiram proporções enormes com a invasão dos orientais em nosso território. Desses embates, Ivo Caggiani enfatizou alguns confrontos em nosso Município de 1816 a 1820.

Mar. Carlos Federico Lecor

Em meados de 1815, começou a sentir-se na fronteira, um movimento de concentração de forças que devia não só provocar como gerar um alerta na campanha oriental ocupada por portugueses. Dois corpos do Exército foram organizados pela corte portuguesa. Um deles, composto das tropas do Rio Grande do Sul (São Pedro do Rio Grande do Sul) e São Paulo, a cargo do Marquês de Alegrete e do General Curado e o outro composto das tropas procedentes de Lisboa, a cargo do ***General Lecor***, mais tarde, Barão de Laguna.

O corpo de 5.000 homens do exército forte de Lecor, que havia atuado sob a direção de Gen. Wéllington nas campanhas contra Napoleão, constituía a base do plano de conquista. Suas diversas unidades haviam chegado ao Rio de Janeiro, de dezembro de 1815 a março 1816, pondo-se em marcha em junho. Embarcaram em Santa Catarina e dali seguiram por terra através da Província do Rio Grande do Sul até invadirem o território uruguaio em meados de outubro. Antes da invasão dessas tropas, já se vivia uma conjuntura de guerra em toda a

fronteira pelas forças do Marquês de Alegrete, governador da província e o Gen. Xavier Curado, estes colocados nas margens do rio Uruguai e parte nas fronteiras terrestres para atuar em combinação com o exército de Carlos Lecór.

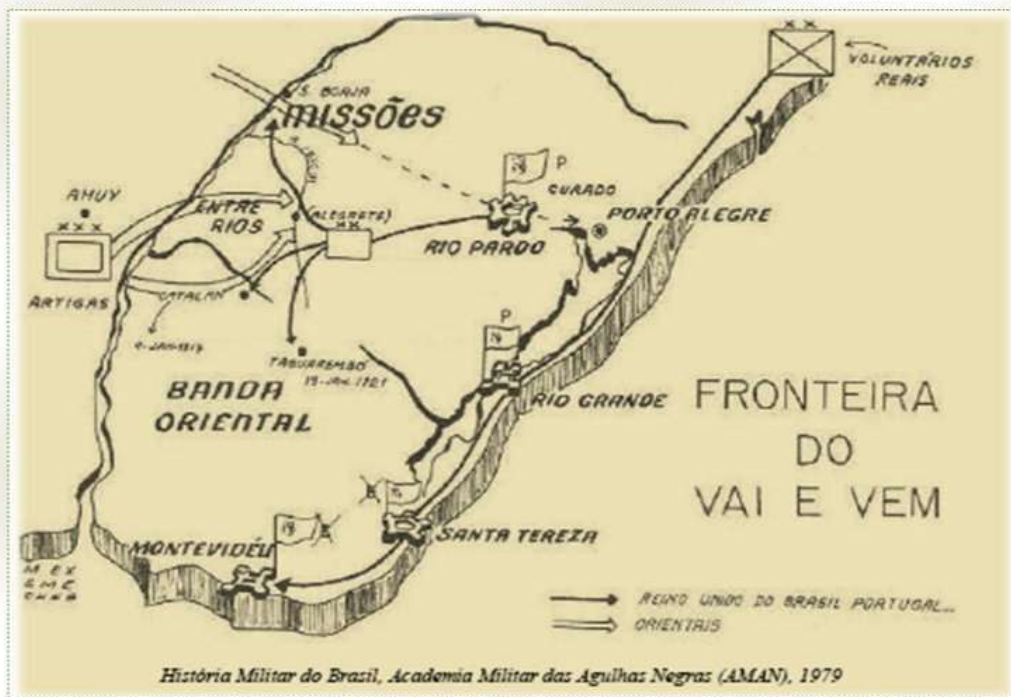
Em 22 de setembro de 1816, Artigas que já havia tido notícias da invasão portuguesa em Cerro Largo, ordenou a invasão nas missões. Em julho de 1816 Artigas invadiu a Capitania do Rio Grande em três direções: São Borja - Rio Pardo, Uruguaiana - Sant'Ana e Alegrete. É nessa ofensiva oriental que em setembro de 1816 tropas de ***Verdun*** e ***Andresito*** incendiaram o primeiro "Povoado dos Aparecidos" e a Capela de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, protetora do povoado no rio Inhandui, local hoje conhecido como "***Capela Queimada***". Tal fato obrigou os moradores do local a mudaren-se para um acampamento militar nas proximidades e daí fundarem um novo povoado, atual Alegrete.

O que queria o chefe dos orientais era enraizar o teatro da guerra em território português, mediante uma dupla invasão através do Uruguay para conquistar as missões orientais e através do Rio Grande do Sul para atacar o Marquês de Alegrete em seu próprio quartel general. Este plano foi um forte princípio de execução nos primeiros dias de setembro. O índio ***Andresito*** cruzou o rio Uruguai na altura das missões, Artigas se dirigiu ao passo de Sant'Ana sobre o rio Quaraí, mais os uruguaios Gen. Panteão Sotelo e o Cel José Antonio Verdun marcharam em combinação com ordem de reunirem-se todos na margem do rio Santa Maria. O Marquês de Alegrete, tendo conhecimento desse movimento que se encontrava as margens do rio Ibirapuitã, destacou algumas partidas contra os chefes ***artiguistas***. Em Livramento, o capitão Alexandre Luiz de Queiroz, com 330 homens atacou 200 orientais, mas pouco depois que os derrotou, foi atacado por uma coluna de 800 artiguistas por ordem do comandante Gatel. Depois de um fogo intenso de três horas, foram golpeados os portugueses deixando nos campos 30 mortos e inúmeros feridos. Depois uma emboscada de Bento Manoel Ribeiro deteve a marcha inimiga.

ANDRESITO originário de São Borja, nasceu em 30/11/1783. Jovem se adicionou em torno de Artigas, quem após o adotará como seu filho em 1796, quando o caudilho percorria as Missões.

General Xavier Curado

Em 27 de outubro de 1816 ocorreu a ***Batalha de Carumbé***. Nos dias precedentes a batalha, o ***General Curado***, que defendia a fronteira do Rio Grande do Sul, destacou o Brigadeiro Joaquim de Oliveira Alvarez, para reconhecer as posições de Artigas, com 760 homens e duas peças ligeiras. Ao chegarem às imediações de Carumbé (Cerros de Sant'Ana), a coluna de reconhecimento viu-se em presença de numerosa força inimiga. O comandante era o próprio Artigas, sendo o número de seus soldados superiores a mil e quinhentos homens. Acompanhavam-no Toribio Fernandez, Baltazar Ojeda, Inácio Catelli, Domingos Manduré e Andrade Latorre.

História Militar do Brasil, Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), 1979

A divisão comandada pelo general de infantaria ***Joaquim Xavier Curado***, comandante da Fronteira de Rio Pardo, estava concentrada desde 09 de fevereiro de 1811 próximo do Povoado dos Aparecidos *(Capela Queimada)*, às margens do arroio Inhanduí *(afluente do rio Ibirapuitã chico)* a 25 km a noroeste dos atuais municípios de Alegrete e Sant'Ana do Livramento. Estava integrada por: 2 batalhões de infantaria da Legião de São Paulo. 2 baterias montadas de artilharia de da Legião de São Paulo. 1 esquadrão de milícias de Rio Pardo. 1 companhia de lanceiros guaranis. O avanço de Curado era comandado por Thomaz da Costa.

Nestes dias, surpreendido enquanto marchava, o Brigadeiro Álvares viu-se repentinamente obrigado a aceitar o combate. Foi um desastre para as forças artiguistas. A derrota fragorosa soprou o pânico nas fileiras em vias de serem dizimadas, tanto que os soldados do caudilho Artigas retiraram-se em fuga. Por nosso lado, a perda foi de 29 mortos e 55 feridos, enquanto que o inimigo teve 600 mortos e vários prisioneiros. Gustavo Barroso no seu livro "A guerra de Artigas", com referência a esse combate, na pagina 29 descreve:

"Um turbilhão de cavalos rolava sobre as coxilhas verdes à luz quente do sol de outubro. Os oficiais à frente, as esporas enterradas no vazio dos zainos e dos malacaras. Os lanceiros milicianos de lança em riste, quase em pé, apoiados nos pesados estribos de bronze. Os dragões, com as clavinas (carabineiros) curtas à tiracolo e nas mãos, altas no ar, os curvos sabres refulgindo. E bandeira real agitada ao vento nas palpitações convulsas da carpa.

Eram uns quatrocentos homens – dragões de Lunarejo de Sebastião Barreto, lanceiros do Rio Pardo de Francisco Pinto e legionários paulistas de Silva Brandão. A ordem de carregar os esquadrões se tinha como em uma parada. Depois a voz dos oficiais ordenava:

– A trote!

Os acelerava a marcha. E, logo a segunda ordem dominou, forte, o tropear da cavalhada:

– A galope!

Então, mal os baguais espumantes tomavam o impulso da corrida, sobre eles ecoou o comando terrível:

– Por esquadrões, carregar:

O turbilhão rolou pelas coxilhas verdes, esmagando a macegada, e foi bater cegamente a infantaria de Artigas abandonada no meio da planície. Recebeu-o uma descarga estralejante. Alguns cavalos rolaram, outros cavaleiros caíam. O turbilhão passou por cima deles. Um baque surdo. Uivos de dor. Bárbaros gritos de raiva. Detonações isoladas, e o rumor sinistro dos ferros mordendo as carnes e os ossos: baionetas que entravam no pescoço dos cavalos, lanças que varavam peitos e costas, sabres que fendiam ombros e crânios.

A infantaria artiguista fraquejou. Desfizeram-se os liames de formatura. Os soldados dispersaram-se em grupos, defendendo muito caro a vida do ataque dos cavaleiros. A cavalaria brasileira caracolou à direita e à esquerda. Ouviam-se brados roucos. Os dragões abriram caminho pelo pampa a talho e ponta de espada. Os lanceiros paravam de combater, cansados de matar. "E o vento brincava nas bandeirolas de suas lanças empurpuradas de sangue."

Assim foram derrotados os últimos soldados de José Gervázio Artigas, chefe da confederação do Uruguay, Corrientes e Entre Rios, nos campos dos cerros de Sant'Ana, que os orientais denominaram Carumbé, pelo brigadeiro Joaquim de Oliveira Alvarez.

"Artigas ha sido completamente derrotado y se ha refugiado em los bosques..." (trecho da carta de Puerreydon a San Martin)

Mesmo com a derrota de Carumbé, o estado de guerra em 1819 ainda permanecia e o inimigo ainda tentava acercar-se do grosso da tropa pela coxilha de Sant'Ana, até que, acabaram se encontrando com os Brigadeiros Felix José de Mattos e Bento Corrêa da Câmara e seus comandados. Terminaram se enfrentando num segundo combate no dia 29 de julho deste mesmo ano nos campos de Sant'Ana. Os orientais saíram completamente derrotados pelo então capitão ***Bento Gonçalves da Silva***.

Transcrevo aqui na íntegra, com a gramática da época, o ofício enviado ao Ilmº Sr. Thomaz Antônio Villanova Portugal, dando ciência do ocorrido e descrevendo a insídia do combate:

"Illmº Sr. Tenho a honra de participar a V.Exª que o inimigo tendo tentado incomodar o centro da Linha dirigindo-se pelos serros da Stª Anna foi encontrado e obstado no seu projeto pelos Brigadeiros Felix Je. de Mattos e Bento Corrêa de Câmara, os quais promptamente lhe fizeram frente com os corpos dos seus comandos tendo-se movido das posições em que se assentavam nos dias 15 e 17 de julho o inimigo principiou a mostrar-se em pequenos corpos, no dia 28 do referido mês e no dia 29 dêste foi completamente batido nos Serros de Stª Anna pelo Capitão Bento Glz, que aprisionou 1 capitão e 18 soldados e lhe matou 60 ficando em nosso poder o seu armamento e cavalhada: a preza da nossa parte consistiu em 5 mortos e 3 feridos.

Por esta mesma ocasião houveram mais algumas pequenas escaramuças de parte a parte sendo em todas ellas repelido o inimigo, q'em todas perdeu três mortos e um prisioneiro e 300 cavalos, não nos resultando desta preza alguma de nossa parte.

O inimigo não podendo obter nada de favorável as suas pretensões se retirou para o centro da Campanha aondo os nossos espias já não podem descobrilo e os nossos corpos voltarão aos seus destinos. Por esta ocasião me cumpre participar a V.Exª que me acho de volta para a capital de Porto Alegre pa. por em pratica as ordens de S. Mage. Comunicadas pela Carta Regia de 4 de abril deste anno e o officio da Secretaria do Estado.

Em conseqüência dos Officios qe. recebi do Capitão General Barão de Laguna em que me comunicava, que a Columna de Frente do General Curado ainda senão movia, e parece affeito elle a demorava as suas Colunmas auxiliares por não expolas, avisando-me de tudo isso pa. minha inteligência; igualmente demorei as minhas pela mesma razão, p prevenido o que os faria sahir logo qe. todos os corvos se achassem em movimento ainda que penso qe. o plano sofrerá alguma alteração em conseqüência de se terem interceptados alguns officios qe. o Tenente General Curado fez dirigir ao Coronel José d'Abreu Conmandante de huma das Columnas ao qual mandei fazer alto, pois qe. já seguia o seu destino. Ds. Gde. A V.Exª.

Qtel. Gen. Em Rio Pardo 4 d'Agosto de 1819.

Ilmo. E Exmo. Sr. Tomaz Antonio Villanova Portugal – Conde de Figueira."

**fonte: Arquivo do Museu Julio de Castilhos.*

ARTIGUISTAS: Artigas era ***ñemoñaré*** *(no sentido literal, é a tradução no idioma guarani)*, ou seja, "os descendentes de Artigas". Interpreta-se como "artigueños em espanhol ou artiguista em português". De acordo com o escritor uruguaio Nelson Caula, qualquer história com Artigas como centro é incompleta sem seus gaúchos, seus bravos índios pampas, tupis e negros. Intransferível mundo que também provém à maioria das mulheres que amou e obviamente seus filhos, dos quais, quase todos ignorados como de linhagem artiguista guarani. Ele foi na sua ancestralidade, no universo guarani, um Prócer que passou seus últimos anos de vida num período enigmático e difícil de entender, numa imponente trajetória como Protetor dos Povos Livres.

THOMAZ ANTONIO DE VILLANOVA PORTUGAL - Lisboa/Portugal-1755 / Lisboa/Portugal-16.05.1839. Formado em Leis pela Universidade de Coimbra. Pertenceu ao Conselho do Rei D. João VI; depois de exercer diversos lugares na magistratura, chegou ao de Desembargador do Paço, no Rio de Janeiro e foi nomeado Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino (1818). Como Ministro da Fazenda expediu decretos para determinar que os empregados do Real Erário, antes de começar o trabalho assistissem à missa na Capela da Repartição; mandou observar o privilégio da Fazenda Real na cobrança das dívidas do Banco do Brasil; criou na Capitania de Mato Grosso uma Alfândega do Rio; criou uma Alfândega no porto de Vila Vitória e uma na cidade de Natal. Criou no Rio de Janeiro a Academia de Artes (1820).

Em fins de 1819, Artigas em vez de render-se em definitivo, tentou um supremo esforço contra a invasão lusitana. Seus seguidores marcharam pela fronteira do Rio Grande do Sul pela terceira vez num novo teatro de guerra. Enquanto isso, os dois grandes exércitos portugueses sofriam os rigores de um verdadeiro sítio. O Gen. Lecor permanecia encerrado em Montevidéu e o Gen. Curado, que havia avançado até o "Rincón de Haedo", não desfrutava de maior liberdade. As circunstâncias pareciam favoráveis à outra invasão artiguista.

Porém, uma vez mais a correspondência de Artigas foi interceptada pelos destacamentos portugueses, segundo se verifica em um ofício do Conde da Figueira, governador da Província, em citação do conhecimento antecipado que teve do avanço de Artigas e das medidas de precaução que haviam sido tomadas em dezembro de 1819. Marchava, pois, Artigas com 2.500 homens contra as forças que estavam de sobreaviso e que já dispunham de uma defesa organizada no acampamento do Marechal Abreu.

O combate travou-se em território do futuro município de Livramento, sobre o rio Ibirapuitã. Foi destacado pelo Marechal Abreu uma pequena força para persuadir o inimigo com uma perseguição. Como o previsto, deliberou-se formar algumas guerrilhas e, no amanhecer do dia 13 de dezembro, destacou o major Eleutério com 100 homens para observar o inimigo, cuja partida do grupo para afastar-se da região, foi muito atribulada e difícil.

Em vista disso, decidiu-se atacar sem perda de tempo, as forças castelhanas. O combate se estendeu das 5 horas às 16 horas com um intervalo de apenas 4 horas no dia 14 de dezembro de 1819. Devido a superioridade numérica da força inimiga, sob alto risco de derrota contundente e os cavalos já estarem cansados, prudentemente o exército português de Abreu saiu em retirada estratégica com os seus trinta e tantos mortos de um total de 404 soldados.

Depois de uma semana, o general Brigadeiro Abreu refeito da derrota e tendo recebido reforços, carregou a 27 de dezembro de 1819 sobre a vanguarda artiguista, causando grandes baixas nos campos de Livramento e obrigando-o a retroceder até o interior do Uruguay.

Assim foi descrito, na íntegra, pela comissão oficial, a vitória de Abreu e a fuga dos orientais:

"Ilmº Sr. No seu officio de 22 de dezembro fica V.Eª certo da reunião dos dois Brigadeiros Câmara e Abreu. No dia 14 próximo passado aquém do Passo do Rosário e sendo elles avisados que o Inimigo tentava retirar-se com porção de Bois pertencentes as nossas fazendas, resolveram-se segui-lo, o que puzeram em pratica repassando o Passo no dia 25, e a 27 foram vistos pellos nossos espias huma Divisão inimiga de 800 homens de Cavalaria, e dando parte ao Brigadeiro Câmara que de comum acordo com Abreu puseram-se em marcha para os atacar o que fizeram as duas horas da tarde, que principiou o fogo departe aparte deixando o Inimigo no Campo 60 mortos e 19 Prisioneiros, porção de armamentos, três caixões de guerra e muitos cavalos encilhados retirando-se o resto com muita precipitação para o grosso da Coluna de Artigas que ainda se achava na fronteira: da nossa parte tivemos 4 mortos e 17 feridos gravemente.

Eu acabo de chegar a esta Villa tendo adiantado de Porto Alegre com reforço de 400 homens e dous Peças de Artilharia debaixo do Comando do Tenente Coronel Joaquim José da Silva, o qual no dia 13 p.p. devia estar unido ao Brigadeiro Abreu além do Passo de São Borja no rio Santa Maria. Eu amanhã sigo aquelle porto com os paizanos que serão reunidos; e do que for acontecendo farei a V.Exma. participações. Deus Guarde a V.Exma.

Quartel General na Caxoeira 3 de janeiro de 1820.

Illmo. E Exmo. Snr. Thomaz Antonio Villa Nova Portugal-Conde da Figeuira."

** fonte: Arquivo do Museu Julio de Castilhos.*

Batalha do Catalan

LEMA DA CISPLATINA

Foi um combate travado em território uruguaio, no Arroio Catalán, entre as tropas brasileiras, comandadas pelo marquês de Alegrete, e as tropas orientais, chefiadas por Andrés Latorre, principal corpo do Exército de Artigas na Campanha da Cisplatina em 04 de janeiro de 1817, na margem esquerda do rio Quaraí.

O Marquês de Alegrete, marchando com 1.200 paulistas das três armas e 1.200 cavalarianos rio-grandenses, foi atacado por 3.400 uruguaios e argentinos de Entre Rios e Corrientes. Tratava-se do corpo principal do exército artiguista, sob o comando de Andrés Latorre. Este, desconhecendo que Artigas fora batido no Arapeí e se encontrava em retirada, dispunha-se a cumprir a parte a ele confiada no plano geral de hostilização ao exército de Curado. Os luso-brasileiros apoiaram no arroio Catalan a sua ala esquerda, com a cavalaria e três canhões; na ala direita dispuseram os dragões e no centro a infantaria da Legião de São Paulo, com dois canhões. Latorre enviou quatro cargas seguidas contra o centro adversário que resistiu e

desgastou o atacante. Já ao anoitecer, as alas fecharam-se sobre os orientais. Nesse momento regressando do vitorioso encontro do Arapeí, chegou ao Catalan José de Abreu que pegou desprevenida a ala esquerda de Latorre e a destroçou. Os uruguaios assim colhidos refugiaram-se em um bosque e ofereceram desesperada resistência, principalmente com arma branca, aos infantes e cavalarianos que os foram enfrentar. Aí morreram, tentando penetrar o arvoredo, o comandante. Antonio José do Rosário, do 2º de São Paulo, e os capitães Vitoriano Centeno, José Prestes e Corte Real. Foi apenas já a noite alta que a divisão brasileira, à baioneta, expugnou e limpou o bosque. Ao cronista da campanha, Diogo Arouche de Moraes Lara, coube receber a rendição dos sobreviventes. Sua descrição: "Novecentos mortos, inclusive 20 oficiais, 290 prisioneiros, dentre os quais sete oficiais, dois canhões, uma bandeira, sete caixas de guerra e outros instrumentos de música marcial, 6.000 cavalos, 600 bois, muitas espingardas, lanças, espadas, arreios de montar e munições, foi a perda do inimigo nessa batalha, certamente a maior nessa campanha". Perdas dos vencedores: 79 mortos, sendo cinco oficiais; 164 feridos, dos quais 12 oficiais. Artigas derrotado na batalha de Catalán, em 1817, iniciou movimentos de guerrilha que duraram três anos. Não podendo mais resistir, asilou-se no Paraguai, onde morreu trinta anos depois, sem haver retornado a seu país.

**fonte: Dicionário das Batalhas Brasileiras, Hernâni Donato, Bibliex, 2001.*

Transcrevo aqui um parágrafo de José Luis Zorrilla de San, sobre a brutal batalha do arroio Catalan em que participaram grande número de lanceiros charrúas, minuanos e guaranis artiguistas. É uma amostra do patriotismo daqueles índios, da sua valentia e a entrega de suas vidas pela liberdade:

"Una nueva y suprema batalla se libró allí, en aquel bosque sagrado. No fue una batalla, fue una ejecución a cañonazos. Hora clamorosa! Las descargas portuguesas sonaban sin interrupción, y sólo eran contestadas por interjecciones de rabia, los pocos fusiles compatriotas ya no tenían voz. De repente, salían de entre los árboles, como fieras de su guarida, diez, veinte jinetes casi desnudos, que cargaban dando alaridos y caían sobre las bayonetas enemigas. Y nadie se rindió. Hasta que en aquel bosque quedó sólo el silencio. Porque los que habían vivido, callaban para siempre."

**fonte: José Eduardo Picerno García, Psicólogo, nacido en Canelones-UY – pesquisador da temática Charrúa.*

Batalha de Tacuarembó

Foi um combate entre forças luso-brasileiras, comandadas pelo Conde de Figueira, e forças uruguaias (índios das missões em sua maiora), comandadas pelo coronel Andrés Latorre, que teve lugar de 22 de janeiro de 1820 as margens do rio Tacuarembó Chico. Ali enfrentaram-se 1.200 soldados brasileiros e 2 mil soldados orientais. Com vitória brasileira, a batalha foi importante porque significou o enfraquecimento das forças do herói uruguaio José Gervasio Artigas, que pouco tempo depois, derrotado e golpeado por seus compatriotas em luta interna pelo poder no seu país, ***Artigas*** marcha para o Paraguai

desesperançado, de onde não mais voltaria. Assim, a Banda Oriental do Uruguai foi novamente incorporada ao Brasil em 31/07/1828, como ***Província Cisplatina*** até 28 de agosto de 1828, quando os uruguaios assinaram a Convenção Preliminar de Paz com Brasil e a Argentina.

No mapa, a demarcação do protetorado de Artigas.
(Que alegava ser território uruguaio)

Diario del Uruguay

1849 A 1853

"Esta tierra en pocos años vendrá a ser muy próspera y de provecho". - HERNANDARIAS

MURIO JOSE ARTIGAS

Sólo cuatro personas acompañaron sus restos mortales

La Fórmula de Acuerdo

Na bela foto de *Marcelo Castro*, no Cerro Artigas em Lavalleja, há uma imponente estátua, ela captura muito bem um ***Artigas triste*** marchando a cavalo ao abandonar sua pátria, a sua família e desparecer da vida política da região em 05 de setembro de 1820.

O porquê... "Após as resoluções do Congresso de Tucumán, tendo por fim a anexação do Uruguay pela Argentina, Artigas sentindo-se traído, tentou uma vez mais uma guerra contra o exército luso-brasileiro que invadira a Banda Oriental. Derrotado na batalha de Catalán, em 1817, Artigas iniciou movimentos de guerrilha que duraram três anos. Não podendo mais resistir, asilou-se no Paraguai, onde morreria trinta anos depois, aos 82 anos de idade, bem longe de seus compatriotas. Bernabé Rivera havía oferecido sua ajuda a Ramírez em 1820 para matar Artigas por ele ser um estorvo aos interesses dos governantes do Prata."

A derrota de Artigas em ***Tacuarembó*** pelos portugueses em ***22 de janeiro de 1820***, permitiu que forças, antes antagônicas, chegassem a um acordo por uma peculiar confluência de interesses. Neste sentido, tanto Estanislao López, governador de Santa Fe, como Francisco Ramírez, caudilho de Entre Ríos, e Manuel de Sarratea, governador de Buenos Aires, quando da caída do diretório, olharam com bons olhos a derrota de Artigas. Cada um tinha seus próprios motivos para terminar com o prestígio político do Protetor. Dalí

José Gervasio Artigas
Desenho: J. M. Blanes

coincidiu pouco depois em firmarem, um pacto que excluía ostensivamente a Artigas, fato este, impensável em outro momento. Os portugueses, convocados por Buenos Aires, derrotam definitivamente as tropas artiguistas na Batalha de Tacuarembó em 22 de janeiro de 1820. Ocasião em que os caudilhos aliados aproveitaram para assinar em 23 de fevereiro desse ano, pelas costas de Artigas, o Pacto de Pilar, desconhecendo e traindo a autoridade do líder.
**fonte: José Eduardo Picerno García, Psicólogo, nascido em Canelones, Uruguay, em 10/10/1937.*

A Cruzada Libertadora de Lavalleja

(Guerra da Cisplatina ou Guerra del Brasil – de 1825 a 1828)

Juan Antonio Lavalleja
militar e líder dos colorados

Batalha do Sarandi

Em ato contínuo, a guerra de movimentos pelo Pampa, rebeldes orientais vão obtendo outras vitórias com a ***Cruzada Libertadora*** comandada pelo general ***Juan Antonio Lavalleja***, onde após o êxito obtido pelo general Fructuso Rivera na Batalha de Rincón e recebendo cada vez mais adesões, em agosto de 1825, os uruguaios instalam um governo provisório em Florida e divulgam uma ***Declaração de Independência***. A Batalha de Sarandi foi determinada pelas tropas brasileiras enviadas para deter o avanço dos orientais. No dia 12 de outubro de 1825, defrontam-se numa batalha no arroio Sarandi, afluente do Rio Yi, atualmente Departamento de Flores com as principais forças dos dois exércitos: 2.400 cavalarianos comandados por Lavalleja e Rivera contra 3.000, comandados por Bento Gonçalves e Bento Manoel Ribeiro, guerrilheiros rio-grandenses.

Batalha do Sarandi - Juan Manuel Blanes - 1881

A vitória dos orientais é consagradora. O triunfo obtido pelo exército comandado pelo general Lavalleja conjuntamente com Rivera e Oribe, foi determinante para que o governo rioplatenho se decidisse a intervir em apoio à Cruzada Libertadora para retirar a então denominada Provincia Oriental (Província Cisplatina) do jugo do Império do Brasil. O governo de Buenos Aires sai da neutralidade e se alia com os rebeldes da Banda Oriental.

Batalha do Passo do Rosário, (Ituzaingó)

Lavalleja líder dos 33 orientais

O inconformismo de Juan Lavalleja versus o domínio do Império do Brasil sobre a Província Cisplatina trouxe novamente à região um clima de guerra em 1826. De início o imperador D. Pedro I (1822-1831) deu pouca atenção a esta revolta, dado que se encontrava com poucos recursos e outros problemas, que se registravam em Províncias do Brasil consideradas mais importantes ou estratégicas.

Enquanto isso a revolta rapidamente ganhou apoio das Províncias Unidas do Rio da Prata e da população uruguaia, deixando apenas as pequenas guarnições em Montevidéu e na cidade de Colônia. Para enfrentar os revoltosos, D. Pedro teve que recrutar o mais rápido possível uma força de combate e enviá-la para o sul. O próprio imperador pensou em comandar as forças que enviara à Província Cisplatina *(Uruguay)*. Por motivo do falecimento de sua esposa, Dona Leopoldina, teve que regressar às pressas para o Rio de Janeiro, nomeando para o comando do Exército Imperial Felisberto Caldeira Brant, o marquês de Barbacena.

Carlos Maria de Alvear
Político e militar argentino

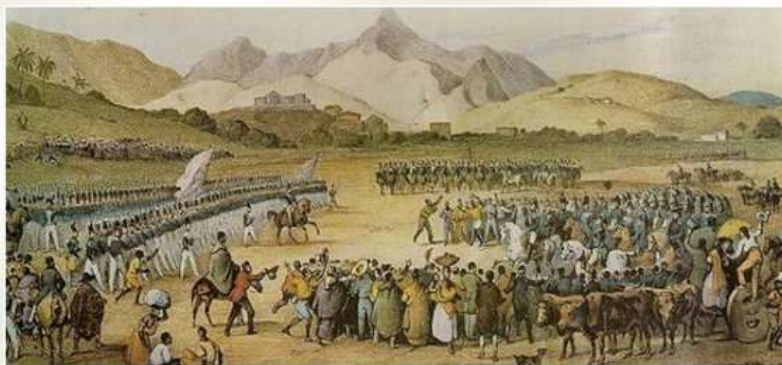
As Províncias do Rio da Prata estavam quase sempre em desacordo sobre políticas internas, e não poucas vezes promoviam lutas armadas entre si. A única coisa que as faziam ficarem unidas era seu ódio comum ao Império do Brasil e seu expansionismo, que consideravam uma ameaça. Vendo a oportunidade de aplicarem um golpe no Império, apoiam o levante dos uruguaios contra a dominação brasileira. A convocação de tropas para lutar ao lado das forças de Juan Lavalleja é rápida; porém a luta pelo comando das forças opõe as províncias entre si e, depois, estas, contra o próprio Lavalleja (que não escondia sua intenção de comandar as tropas combinadas). Por fim, o comando é dado a ***Carlos Maria de Alvear***, destacado político e militar argentino. A batalha foi resultado do avanço do exército sob o comando de Carlos Maria, do exército republicano (*argentinos e uruguaios*), no final de janeiro de 1827 sobre as pequenas vilas e cidades da fronteira situada do lado brasileiro.

O ***Visconde de Barbacena*** começa a perseguição do inimigo, vindo a achá-lo disposto na batalha do dia *19 de fevereiro de 1827*. Segundo alguns historiadores, Alvear escondeu seus movimentos de forma a fazer Barbacena acreditar que perseguia a retaguarda de um exército em retirada, quando na verdade todo efetivo de seu exército estava por perto.

Visconde de Barbacena

Esta teoria se prende ao fato de que o Exército Imperial havia chegado ao local da batalha na noite do dia anterior ao seu desfecho. Apesar das objeções de alguns oficiais sobre o cansaço das tropas, Barbacena estava convicto em iniciar o combate no dia 20. Por outro lado, o terreno

escolhido por Alvear para dar combate era propício para a movimentação de unidades de cavalaria (as quais o Exército Republicano possuía em vantagem numérica de 3 para 1).

O Império brasileiro convoca o marechal de campo Gustavo Henrique Brawn, que participara das campanhas contra Napoleão. Reunido em Sant'Ana do Livramento, o contingente brasileiro supera os 6.000 soldados. No outro lado, estavam também 6.000 argentinos, mas com 48 peças de artilharia e mais 2.000 milicianos e guerrilheiros uruguaios, comandados por Alvear, que se aproxima de Livramento e falha na primeira investida. O encontro decisivo vai se dar no dia ***20 de fevereiro de 1827***, no ***Passo do Rosário*** em território rio-grandense.

3º batalhão do Exército brasileiro em treinamento no Rio de Janeiro. 1835 - Rugendas

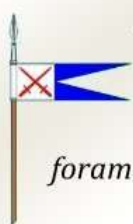
O Exército Imperial brasileiro começa o combate avançando sua infantaria com apoio da cavalaria sobre o 1º corpo de tropas republicanas sob o comando de Juan Lavalleja. A firme resistência uruguaia começa a ceder em alguns pontos e as tropas brasileiras dirigem-se sobre as três ou quatro peças de artilharia que se encontravam no centro do esquema inimigo. Neste momento surge no campo de batalha a cavalaria republicana. Rapidamente a esquerda brasileira, formada por infantaria de voluntários com pouco adestramento militar, recua e corre para salvar-se. Depois de 5 horas de combate, em vão, o Marechal José de Abreu tenta conter seus homens e acaba morto. A ala direita do Exército Imperial também recua, repassando as margens do córrego (braço do Rio Santa Maria) para o lado brasileiro.

Somente o centro das forças brasileiras (mercenários alemães) mantém posição. Resiste a diversas investidas da cavalaria inimiga. Por fim, as forças republicanas não conseguem quebrar a formação do centro do exército inimigo, mas já lhe atinge a retaguarda desguarnecida pelo recuo das alas. Barbacena ordena o recuo destas tropas. Elas saem do campo de batalha em formação, mas o mesmo não ocorreu à esquerda e à direita do exército. Alvear conquista o campo de batalha, mas não possui tropas descansadas para perseguir os adversários imperiais e manda tocar fogo na mata que cerca o local da luta. Assim, o Exército Imperial brasileiro pôde se reagrupar de vez na retaguarda dias depois. Os aprisionados feitos por argentinos e uruguaios vieram, sobretudo das unidades que formavam as alas das forças sob o Marques de Barbacena.

Entre as munições abandonados pelo Exército Imperial brasileiro, encontrava-se um cofre com uma partitura de autoria de D. Pedro I e confiada ao Marquês de Barbacena para ser

interpretada após a vitória. Mas a comemoração da batalha foi do exército aliado republicano, que se apoderou dela e a batizou como ***Marcha de Ituzaingó***, uma peça musical usada em todos os eventos oficiais que envolvem o presidente da Argentina para indicar a abordagem, sendo juntamente com a faixa presidencial e o bastão dos três atributos do seu encargo. Foi aproveitada pela primeira vez para esse fim em 25 de Maio de 1827, e com exceção de um interlúdio entre 26 de janeiro de 1946 e 28 de agosto de 1959, substituiu para o feito, a marcha do San Lorenzo usada desde então. Foi também o acompanhamento musical escolhido pela junta militar que derrubou o presidente Maria Estela Martinez de Perón para anunciar, no dia 23 de março seu Comunicado Nº1 de 24 de março de 1976, esse relatou que as forças armadas tomaram o controle o qual operam no país, dando início ao autodenominado Processo de Reorganização Nacional Argentino.

Províncias Unidas do Rio da Prata foi um nome adotado pelas antigas províncias do Vice-reinado espanhol do Rio da Prata com capital em Buenos Aires após a independência em 1816. O nome foi usado na constituição de 1819 da Argentina. Este foi o nome oficial do país até a constituição argentina de 1826, quando o nome *República Argentina* foi usado pela primeira vez.

O Regimento Passo do Rosário - (4º RCC), localizado em Rosário do Sul é o mantedor das tradições da Batalha Passo do Rosário. (História Militar do Brasil de Gustavo barreto: Companhia Editora Nacional, 1935).

*Para a maioria dos historiadores, somente as batalhas de **Sarandi** e **Passo do Rosário (Ituzaingó)** foram realmente os encontros militares de maior vulto. Em ambos, o exército imperial brasileiro foi derrotado. Contudo, graças à falta de recursos humanos e logísticos da Argentina e do Uruguay para explorarem estas vitórias, elas foram de pouco proveito aos mesmos.*

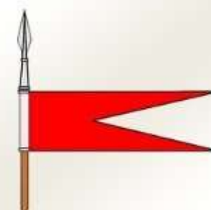
Diz no marco em celebração ao 1º centenário da Batalha do Passo do Rosário:

"O EXÉRCITO BRASILEIRO AO ENSEJO DO 1º CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ROSÁRIO DO SUL, EXALTA EM MEMÓRIA DOS QUE AQUI TOMBARAM A 20-02-1827 EM DEFESA DA PÁTRIA. 1859 – 1959"

Marco no local da batalha em Rosário do Sul

Cronologia das Batalhas na Cisplatina

Guerra contra Artigas:

- *Batalha de Arroyo Grande* (1816)
- *Batalha de Santa Ana* (22 de setembro de 1816)
- *Batalha de Carumbé* (27 de outubro de 1816)
- *Batalha de Chapicuy* (2 de maio de 1818)
- *Batalha de Tacuarembó* (22 de janeiro de 1820)

Guerra da Cisplatina:

- *Batalha de Rincón* (24 de setembro de 1825)
- *Batalha de Sarandi* (12 de outubro de 1825)
- *Batalha de Los Pozos* (11 de junho de 1826)
- *Batalha de Quilmes* (29 de julho de 1826)
- *Batalha de Maldonado* (30 de dezembro de 1826)
- *Batalha de Martín García* (18 de janeiro de 1827)
- *Batalha de Juncal* (9 de fevereiro de 1827)
- *Batalha de Vacacai* (13 de fevereiro de 1827)
- *Batalha de Umbu* (16 de fevereiro de 1827)
- *Batalha do Passo do Rosário ou de Ituzaingó* (20 de fevereiro de 1827)
- *Batalha de Carmen de Patagones* (7 de março de 1827)
- *Batalha de Monte Santiago* (7 a 8 de abril de 1827)
- *Batalha de Camacuã* (23 de abril de 1827)
- *Batalha de Yerbal* (25 de maio de 1827)
- *Batalha de San Blas* (21 de setembro de 1827)
- *Batalhas de Iac Mirim* (mês de janeiro de 1828)
- *Batalha de Barrega* (27 de janeiro de 1828)
- *Batalha de Padre Filiberto* (22 de fevereiro de 1828)
- *Batalha de Ibicuí* (21 de abril de 1828)

Manuel Ceferino Oribe y Viana
Presidente do Uruguay (1835 a 1838)

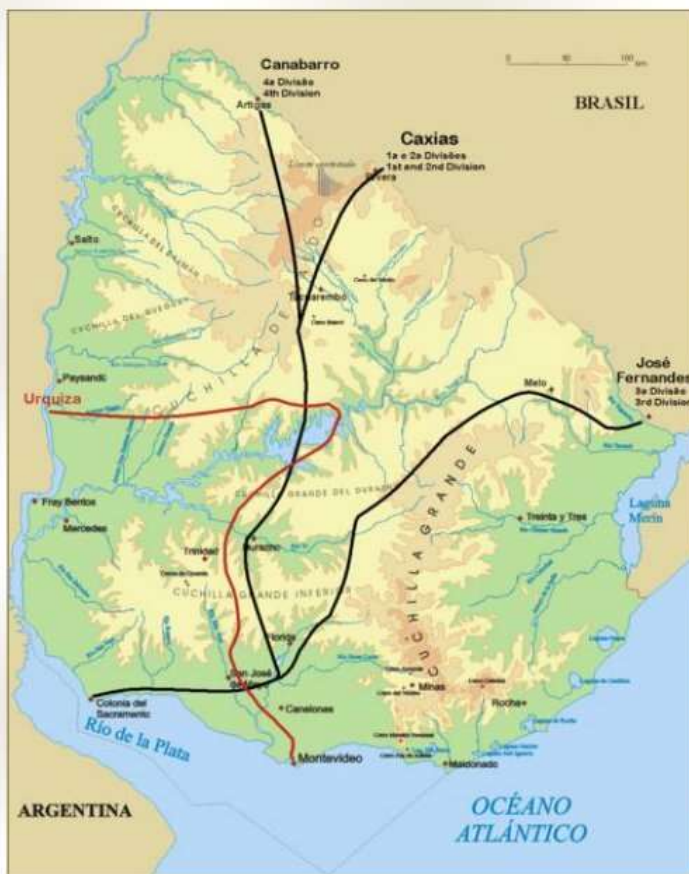
O Uruguay de Oribe

Desde 1832, o Uruguay vivia disputas internas envolvendo os partidos Blanco (representante dos pecuaristas) liderado pelo presidente Manuel Oribe, e Colorado (comerciantes), chefiado por Fructuoso Rivera. Em 1843, as tropas argentinas de Juan Manuel Rosas, que apoiava os colorados, cercaram Montevidéu. O Brasil interveio no conflito, em 1851, ajudando os uruguaios com apoio financeiro e naval a reconquistar sua independência e colocar Frutuoso Rivera na Presidência.

A derrota de Oribe

Um exército composto por 16.200 soldados em quatro divisões, com 6.500 de infantaria, 8.900 de cavalaria, 800 artilheiros e 26 canhões, incluindo mercenários europeus sob o comando de Luís Alves de Lima e Silva, então conde de Caxias, cruzou a fronteira entre Rio Grande do Sul e Uruguai em 4 de setembro de 1851. Cerca de 4.000 soldados permaneceram no Brasil para proteger sua fronteira, além de outros 17.000 homens espalhados pelo território nacional, de forma que o efetivo total do exército brasileiro era superior a 37.000 homens.

No mapa, o movimento do Exército Brasileiro e das forças rebeldes argentinas durante a intervenção no Uruguai, antes da invasão da Argentina.

O Exército Brasileiro entrou no território uruguaio dividido em três grupos: a 4.ª Divisão sob o comando do Coronel Davi Canabarro que partiu de Quaraí e protegeu o flanco direito do grupo principal (a 1.ª e 2.ª divisões com 12.000 homens) sob o próprio Duque de Caxias que havia saído de Sant'Ana do Livramento. Um terceiro grupo, a 3.ª Divisão liderada pelo General de Brigada José Fernandes Leite de Castro, partiu de Jaguarão e protegeu o flanco esquerdo das forças de Caxias. A 4.ª Divisão de Canabarro uniu-se às tropas de Caxias pouco após a cidade uruguaia de San Fructuoso. A 3.ª Divisão de Fernandes se juntou à força principal pouco antes de Montevidéu.

Enquanto isso, as tropas de Urquiza e Eugenio Garzón cercaram o exército de Manuel Oribe próximo a Montevidéu. As tropas sob o comando do caudilho argentino Urquiza e do general uruguaio Garzón eram naquele momento cerca de 15.000 homens e o exército de Oribe em torno de 8.500 pessoas. Após descobrir que os brasileiros se aproximavam e acreditando não restar outra alternativa, Oribe pediu para suas tropas se renderem sem luta em 19 outubro. Derrotado e sem nenhuma possibilidade de continuar a guerra, Oribe recolheu-se à sua fazenda em Paso del Molino. A esquadra brasileira, com os navios dispostos ao longo do Rio da Prata e afluentes, impediu que o exército vencido de Oribe pudesse escapar para a Argentina.

Urquiza sugeriu simplesmente a Grenfell matar os prisioneiros de guerra, mas este se recusou a machucá-los. Consequentemente, os soldados argentinos no exército de Oribe foram incorporados ao exército de Urquiza e os uruguaios, ao de Garzón. O exército brasileiro conseguiu cruzar o território uruguaio em segurança após derrotarem as tropas de Oribe que atacaram seus flancos em vários combates. No dia 21 de novembro 1851, em Montevidéu, os representantes do Brasil, Uruguai, Entre Rios e Corrientes assinaram um tratado de aliança tendo como objetivo "libertar o povo argentino da opressão que suportara sob o domínio tirânico do Governador Rosas".

A Invasão Brasileira de 1864

Basilica de Paysandu bombardeada por brasileiros em 1864

Em 1863 o Brasil faz nova intervenção para ajudar a pôr fim à guerra civil uruguaia ao depor o presidente Atanasio Aguirre, do Partido Blanco, e empossar seu rival colorado, Venâncio Flores. Conhecida também como ***Guerra contra Aguirre*** ou ***Guerra do Uruguay***, é o nome contemporâneo dos feitos que historiadores deram à intervenção armada, efetuado pelo Império do Brasil, que se produziu entre 1864 e 1865 em um marco de uma guerra civil comprendida entre blancos e colorados, denominada ***Cruzada Libertadora de 1863***, tendo a balança do conflito pendendo em favor dos colorados. A intervenção se deu em algumas zonas do atual território uruguaio e o sul do Brasil, e teve como resultado o estabelecimento de um governo ditatorial conduzido pelo caudilho colorado Venâncio Flores e o posterior desenlace da Guerra da Triplice Aliança.

Antes porém, a agitação política havia voltado a dominar o Uruguai, refletindo-se de forma negativa junto aos estancieiros brasileiros, na fronteira da então Província do Rio Grande do Sul, que passaram a ter as suas propriedades invadidas e o seu gado furtado durante operações popularmente conhecidas como ***califórnias***. Os cidadãos brasileiros estabelecidos naquele país, estimados em 40 mil pessoas, também passaram a ser alvo de perseguições e violência contra pessoas e propriedades, à época. O governo imperial brasileiro tentou intervir

diplomaticamente junto ao presidente uruguaio, ***Atanasio Cruz Aguirre***, do ***Partido Blanco*** *e* ***protegido do ditador do Paraguai Solano Lopes***, mas não logrou sucesso. Foi então formulado um ultimato, que não foi aceito. O Uruguai pretendia anular o Tratado de Limites de 1852, posição que abandonou diante da disposição brasileira em ocupar militarmente o território entre Quaraí e Arapeí. O conflito se inscreveu na defesa dos interesses do Império do Brasil naquela região, diante do rompimento das relações diplomáticas entre a Argentina e o Uruguay, naquele ano. Uma ***Divisão Auxiliadora***, integrada por um efetivo de quatro mil homens, sob o comando do brigadeiro Francisco Félix Pereira Pinto, transpondo a fronteira em Março de 1864, atingiu a localidade de Bella Unión em Junho, onde estabeleceu quartel. Ao mesmo tempo, o Almirante Tamandaré e as forças brasileiras na fronteira receberam ordens de procederem a represálias e adotarem as medidas convenientes para proteger os interesses dos brasileiros na região.

Atanasio Cruz Aguirre
Presidente do Uruguay - 1864/1865

A invasão do Uruguai, iniciada a 16 de outubro, por um efetivo de 6.000 homens sob o comando do ***Marechal João Propício Mena Barreto***. Este efetivo marchou sobre Melo, dividido em duas divisões de Infantaria. Alcançado esse objetivo, as tropas brasileiras avançaram sobre Paysandú, sitiada por um mês, enquanto as forças brasileiras ali se concentravam. Enquanto isso, com o apoio da Armada Imperial, as forças uruguaias sob o comando de ***Venâncio Flores*** sitiaram a vila de Salto no Rio Uruguai, que veio a capitular, sem resistência, a 28 de novembro desse mesmo ano. Finalmente, às 9 horas da manhã de 31 de dezembro de 1864, as tropas brasileiras (com as do Brigadeiro Antônio de Sampaio e as de Carlos Resin, justapostas), com o apoio naval da esquadra brasileira, sob o comando de Tamandaré, lançaram o ataque final a Paysandú. As tropas brasileiras atacaram frontalmente e pelo flanco direito, e as do general Flores pelo esquerdo. A resistência de Paysandú foi denodada e pertinaz, tendo durado todo o dia e entrado pela noite. Na manhã de 1º de janeiro de 1865 a povoação capitulou, tendo o seu comandante Leandro Gomes sido aprisionado, vindo a ser morto por seus compatriotas, em contradição às normas de conduta da guerra. Conquistada Paysandú, as tropas imperiais brasileiras receberam ordens de marchar sobre a capital, Montevidéu. Desesperado, Anastasio Aguirre queimou públicamente os tratados assinados com o Brasil, e ordenou o ataque e conquista da cidade brasileira de Jaguarão, entre 27 e 28 de janeiro com uma força de mil e quinhentos uruguaios. O ataque foi sustado e repelido pelos brasileiros. Anatasio Aguirre, numa manobra política, fez arrastar uma Bandeira do Brasil pelas ruas de Montevidéu, afirmando ter sido a mesma conquistada em Jaguarão; de nada lhe serviu. As tropas brasileiras, passando por Colônia do Sacramento, impuseram sítio à capital,

Venâncio Flores
Presidente do Triunvirato Provisório do Uruguay. Em 1864 concluiu com o governo brasileiro um pacto, através do qual se comprometia a entrar na guerra contra o Paraguai, ao lado do Brasill e da Argentinaa, em troca do apoio das forças brasileiras para derrotar o então presidente Aguirre. Derrubado Aguirre, Flores governou o Uruguai até 1868, quando foi assassinado.

Montevidéu, no dia 02 de fevereiro. Desse modo, a 15 desse mês, Aguirre foi deposto, constituindo-se um Governo Provisório dirigido pelo general Venâncio Flores. Este declarou nulos os atos contra o Brasil, desagravou a nossa bandeira, içando-a no Forte de São José e saudando-a com uma salva de 21 tiros, respondida, ao mesmo tempo, pela Corveta Bahiana, com a bandeira uruguaia içada no mastro grande. Finalmente, a 20 de fevereiro de 1865, assinou-se a Convenção de Paz com a presença do Visconde do Rio Branco e do novo Presidente do Senado uruguaio, Tomás Villalba. Por ela, as propriedades confiscadas aos súditos brasileiros no Uruguai eram devolvidas. Em sequência, o governante do Paraguai, Francisco Solano Lópes, pretendendo defender os interesses do partido Blanco do Uruguai neste conflito, terminou por precipitar a eclosão da Guerra da Tríplice Aliança.

Questões Platinas (1851 -1870)

Juan Manuel de Rosas
Argentina 1829/1852

Francisco Solano Lopes
Paraguai 1862/1870

Ação expansionista do Brasil na região do Prata envolvendo-se em campanhas militares.

- O Brasil exerce influências no Uruguai através do Partido Colorado
- Manuel Oribe, no Uruguai (1851)
- Juan Manuel Rosas, na Argentina (1852)
- Atanásio Cruz Aguirre, no Uruguai (1864)
- Francisco Solano Lopes, no Paraguai (1865-1870)

Luis Osório

Marechal do Exército do Império do Brasil, herói da Guerra da Cisplatina, da Guerra do Prata, da Guerra do Paraguai e da Guerra da Independência do Brasil (1822/1824).

Tropas brasileiras em Tayi durante a Guerra do Paraguai (1868).

Guerra do Paraguai
A destruíção pela guerra
Registro de Juan Blanes - 1880
Museu Nacional de Montevidéu UY

A Guerra do Paraguai (1865-1870)

Artilharia uruguaia com aliados na batalha de Boqueirão -18.07.1866

Foram 6 anos de guerras. O Brasil entrou em guerra contra o Paraguai, porque este queria aumentar seus limites territoriais, pra ter saída pro Oceano Atlântico. Para isso, tinha que invadir o território brasileiro e depois invadir a Argentina. A partir daí, Brasil, Uruguai e Argentina fizeram uma tríplice aliança para derrotar o Paraguai. Após seis anos de batalhas, o Brasil liderado por Duque de Caxias venceu o Paraguai. Antes da guerra, o Paraguai era uma superpotência. Como os países latino-americanos eram dependentes da Inglaterra, porque ela queria que os mesmos não pudessem ser independentes. Por isso é que a Inglaterra emprestava dinheiro e dava apoio militar a esses países, para que eles tivessem dificuldades econômicas e políticas.

Fatores da guerra:

- ✠ Política externa agressiva do Brasil
- ✠ Paraguai pertenceu ao Vice-Reino do Prata
- ✠ Bacia do Prata: região de comércio e interação comercial (Rio do Prata)
- ✠ Rio do Prata: livre navegação
- ✠ Paraguai teme a Argentina

- ✠ Modelo Econômico Paraguaio (economia autossuficiente, pequenas propriedades, estatização e ditadura com exército forte)
- ✠ Temor do Brasil e Inglaterra da Unidade dos Países Platinos para formação de uma República
- ✠ Disputas entre Brasil e Argentina pela influência no Uruguai
- ✠ Apoio do Paraguai a Aguirre nos incidentes com o sul do Brasil
- ✠ Invasão Brasileira no Uruguai em favor do uruguaio Venâncio Flores

A Tríplice Aliança

Argentina, Brasil e Uruguai **contra o Paraguai**

- **Paraguai ⇨ vitórias iniciais:**
    - ⇨ Argentina
    - ⇨ Mato Grosso
    - ⇨ Cidades do Sul do Brasil

Batalhas:

- 1865: Batalha Naval de Riachuelo e rendição de Uruguaiana
- 1866: Invasão do Paraguai (Passo da Pátria) Batalha de Tuiuti
- 1867: Retirada de Laguna
- 1868: Tomada do Forte de Humaitá Dezembrada (Itororó, Avaí)
- 1869: Campanha das Cordilheiras e Assunção

Conde D'Eu** e **Caxias

Inspecionam a tropa brasileira formada por macacos.

(Charge de jornal paraguaio, 1868*)*

Formação da povoação uruguaia

Aquarela de Juan Leon Palliere

A presença do tido português-brasileiro ao longo desta fronteira recém estabelecida se tornou um assunto de grande preocupação. Então, com uma consciência clara... de que era necessário 'defender' a língua espanhola. Logo, o Parlamento Uruguaio fundou, entre 1853 e 1862, um número de colônias rivais na fronteira, incluindo ***Santa Rosa*** *(agora Bella Unión)*, ***Cuaraeim*** *(agora Artigas)*, ***Treinta y Tres***, ***Villa Artigas*** *(agora Rio Branco)*, e ***Villa Ceballos*** *(agora Rivera)*. A educação foi usada como um instrumento para promover o nacionalismo uruguaio e, especificamente, para espalhar o espanhol como a língua nacional do Uruguai. José Pedro Varela (1845-1879), um educador muito influente naquele tempo, deu testemunho sobre a influência dominadora do Brasil no norte do Uruguay.

Varela alegou que: "*O Brasil... domina com seus súditos... quase todo o norte da República: em toda esta zona, até o idioma nacional já se perdeu, já que é o português a língua falada com mais frequência*". Devido ao fato de que a população da fronteira era majoritariamente brasileira, o professor Elzaincín sabiamente esclarece a situação linguística apontada por Varela: "*O idioma espanhol não se falou mais que esporadicamente, e desta forma hoje soa um pouco ingênua a firmação de Varela... por isto não pode haver-se perdido o que nunca foi definitivamente afirmado*" Elizaincín (1984) afirma que "diversas medidas tomadas no campo demográfico, populacional e educativo foram inserindo mais o espanhol nas zonas em que o português sempre havia estado"

A construção de escolas para neutralizar a dominação linguística do português brasileiro nas comunidades da fronteira aconteceu principalmente entre 1867 e 1878, mas a preocupação com o aprendizado da língua nacional continua até hoje. Inúmeros cidadãos brasileiros moram, trabalham, e compram terra no Uruguai devido a uma fronteira extremamente permeável entre os dois países. Mas, por outro lado, os dados mostrando o estabelecimento de uruguaios no Rio Grande do Sul e no Brasil não são claros.

A comunicação com as comunidades da fronteira continuou sendo irregular e difícil até o meio do século passado. De acordo com Rona (1963), "a estrada de Montevidéu a Rocha se abriu somente em 1940, e a de Rivera somente em 1953" (p. 204). As cidades da fronteira então cresceram juntas com pouco contato com as cidades mais importantes do interior dos seus respectivos países e, portanto, "as cidades ao longo da fronteira são gêmeas e constituem virtualmente, em cada caso, uma cidade única" (p. 204). A fronteira entre muitas destas cidades gêmeas não é mais do que uma rua comum que mostra a bandeira brasileira em um lado e a

uruguaia do outro. Rivera e Santana do Livramento tipificam tais cidades. Em outras comunidades gêmeas, a fronteira nacional é simplesmente um riacho ou um rio cuja travessia é facilitada por uma ponte, como é o caso de Artigas e Quaraí.

Resumindo, é aparente, como explicou Prof. Elizaincín (1984), que "a história do espanhol na zona interior do Uruguai é, na verdade, um exemplo de luta constante com o português" (p. 93). Mas, uma vez mais, como Elizaincín et al. (1987) esclarece, "não se trata de uma influência do português sobre o castelhano (já que não havia aqui nenhuma população hispânica antes da chegada e estabelecimento dos brasileiros), mas, ao contrário, da influência do castelhano sobre uma base portuguesa" (p. 8). Os colonos uruguaios com a sua cultura, herança e língua espanholas, viram a necessidade de confrontar a influência da língua portuguesa e da cultura brasileira oposta dentro de suas próprias fronteiras políticas.

Se a população brasileira falante do português já estava bem estabelecida na fronteira, antes que os nacionalistas uruguaios falantes de espanhol começassem a se estabelecer em números significativos na mesma área, então nós temos que aceitar que o dialeto de fronteira, ou *fronterizo*, começasse a emergir e desenvolver como o é até hoje.

**fonte:Tese de doutorado de Michael T. Judd: Mestrado em Linguística Hispânica (2006), Bacharelado em Ensino de Espanhol, com especialização menor em Português e Inglês como Segunda Língua pela Universidade de Brigham Young, em Provo, Utah, Estados Unidos.*

O departamento e a cidade de Rivera

Bandeira do Departamento de Rivera

O departamento de Rivera com 9.370 km² - corresponde 5,3% da superfície total do país - foi criado a partir do Departamento de Taquarembó em 1º de outubro de 1884. Sua denominação foi em homenagem ao General Fructuoso Rivera, primeiro presidente do Estado Oriental em 1830 que participou de numerosas batalhas de independência contra os portugueses e nas guerras civis contra o Partido Nacional uruguaio e seus aliados rositas argentinos. A cidade mais importante é Rivera, é a capital. As cidades de maior relevância são: Tranqueras, Vichadero e Minas de Corrales. Depois vem: Mandubí, La Pedrera, Santa Teresa e Lagunón.

Num começo difícil, primeiro foram as "Mesajerías de Paysandu" que se conectavam com Livramento as diligencias que vinham desde Salto; as que partiam de Montevidéu e as prolongações, inclusive até Bagé em território brasileiro, introduziram na sociedade a influencia de novas ideias. "La Aurora Oriental" de D. Pedro Carballo, que de pé e olhos imperiosos voou por estas bandas por 50 anos. Rivera nasceu pela Lei de 07 de maio de 1862 com denominação de

Pueblo de Ceballos, em memória ao Governador e Vice-rei espanhol de Buenos Aires, Dom Pedro Ceballos que se destacou por sua luta contra as Colônias de Portugal: o desalojamento dos portugueses na Colônia do Sacramento; a conquista da fortaleza de Santa Tereza e de San Miguel; a invasão da província de San Pedro (Rio Grande do Sul); foram algumas de suas façanhas. O nome de Ceballos procurava ser sinônimo de agressividade para um povo com uma missão histórica de ser "baluarte nacional de la soberania, del lenguaje, de las costumbres y del comercio frente al enorme império del Brasil." (Simões ET al. 1870) O processo conflituoso começa arrefecer com um decreto do Ministro Frangini em 26 de junho de 1867, nele determina a criação da cidade de Rivera em homenagem ao coronel Bernabé Rivera (sobrinho de Dom Frutuso Rivera), coronel que lutou nas guerras da independência do Uruguai e foi morto pelos índios charruas em uma emboscada, na qual, pretendia eliminá-los. Por delineação do povo riverense, comemora-se o ***aniversário da cidade no dia 07 de maio***, dia no qual foi comemorado o 1º centenário em 1962.

Rivera foi delineada pelo agrimensor Martín Pays em1867, com 400 casas germinadas, começava a povoação riverense, com maior intensidade pela zona mais próxima a linha. A atual Av.Sarandi *(Camino Real ou Dr. Ambrosio Velasco até 1894)* e , um par de quadras a direita e a esquerda da mesma fronteira (hoje 33 orientales), constituía o centro que foi se estendendo até hoje lentamente.

O território que hoje é o Uruguay já foi espanhol, português, novamente espanhol e brasileiro, fez nascer uma comunidade que representa, talvez, um dos casos mais estranhos do mundo. Mesmo com a assinatura de um tratado binacional, nunca chegaram a fixar os limites políticos definitivos entre estes dois países por razões que pudesse haver ressuscitado rivalidades e confrontações que terminaram por favorecer os interesses do Brasil, a exemplo o caso da vila de Masoller. De longe a forma inusitada de imprecisão de fronteira aqueceu uma inevitável e bela união entre dois povos distintos, autodenominado Fronteira da Paz.

DECRETO DE 26 DE JUNHO DE 1867
Se autoriza la creación del pueblo de Rivera.
Ministerio del gobierno, junio 26 de 1867

Autorizase al Jefe Político de Tacuarembó para la creación de un pueblo denominado Rivera, en conmemoración al malogrado Coronel don Bernabé Rivera, situado a una distancia de 20 o 30 cuadras de Santa Ana do Livramento, bien sea en el paraje donde ya existen algunas casas, o si éste presenta inconvenientes en donde se juzgue más a propósito por su proximidad al agua o la leña.

Se expropiará el terreno suficiente para la formación del referido pueblo, el cual deberá constar, cuando menos, de cuatrocientas manzanas, con calles rectas de diez y seis metros de ancho, designándose los locales respectivos para una iglesia, tres plazas, escuelas y oficinas públicas.

Los solares serán, unos de veintiún metros y cuarenta y siete centímetros de frente por noventa y dos metros noventa y cinco centímetros de fondo y otros de diez metros setenta y tres centímetros de frente por cuarenta y dos metros noventa y cinco centímetros de fondo.

Las chacras tendrán doscientos cincuenta y siete metros setenta centímetros de fondo.

Los quintales entre las chacras y el pueblo serán de ciento setenta y un metro ochenta centímetros de frente por igual área de fondo.

Se establecerán entre chacras y quintales caminos vecinales que no bajen de diez metros.

El precio así de los solares como de las chacras y quintales se fijará de modo que representen en la totalidad del importe del terreno expropiado y los gastos en el practicados.

Encuanto a la delineación de solares y chacras no podrán hacerse de más de uno a una sola persona o familia quedando sujetos a las prescripciones del decreto fecha 25 de octubre de 1859.

Levantado el plano correspondiente se elevará a este Ministerio a fin de que examinado por la Dirección General de Obras Públicas y obtenida la aprobación Superior se depositen en el archivo de la Jefatura remitiéndose copia del mismo a la Comisión Económica Administrativa y juzgado Ord. Del Dpto.

Comuníquese a quienes corresponda y dese cuenta oportunamente al Honorable Cuerpo Legislativo.

Firmado: Ministro FLANGINI

**fonte: Museo Sin Fronteras – Rivera*

O Brasil Imperial das Províncias

Com a proclamação da Independência do Brasil do (1822), a unidade territorial foi assegurada, internamente, no desenvolvimento da chamada Guerra da Independência (1823-1824). No plano externo, as fronteiras do novo país ficaram definidas pelo diploma que a reconheceu, o Tratado de Paz e Aliança (29 de agosto de 1825). Este diploma foi firmado entre o Brasil e Portugal, com a interveniência da Inglaterra. Pelos seus termos: João VI de Portugal cedeu a soberania ao Brasil, e tomou para si o título de Imperador, ao que Pedro I do Brasil, seu filho, anuiu; O soberano brasileiro prometeu não aceitar proposições de quaisquer colônias portuguesas para se unirem ao Império do Brasil; Estabeleceu a paz e a mais perfeita amizade (art. IV), definindo direitos dos súditos no outro país, e a restituição ou indenização de todos os bens confiscados ou destruídos durante a Guerra da independência; Restabeleceu o comércio bilateral, taxado à base de 15% "ad valorem" sobre todas as mercadorias.

O diploma foi acompanhado pela chamada Convenção Pecuniária (ou Adicional), firmada na mesma data como se fosse um anexo ao Tratado, mas mantida em segredo para o público até à abertura da Assembleia Legislativa de 1826. Ela estabelecia um pagamento de dois milhões de libras esterlinas a título de indenização de reclamações do governo português (art. I). Ambos os diplomas tiveram o mérito de restabelecer a paz e o comércio entre Brasil e Portugal, garantindo os interesses financeiros da Inglaterra e os interesses coloniais de Portugal na

África. Por outro lado, à opinião pública brasileira desagradou o uso, por D. João VI de Portugal, do título de "Imperador do Brasil", e, sobretudo a partir de 1826, a divulgação dos termos da Convenção Pecuniária. Os limites territoriais do Brasil eram mantidos implicitamente, o que era ratificado pela Constituição Brasileira de 1824.

Entrada das tropas de Lecor em Montevidéu
Reprodução litográfica de Gilberto Bellini

Ainda no contexto da Guerra da Independência, no tocante à Província Cisplatina, o Tenente-general *Carlos Frederico Lecor*, Barão de Laguna, entrou com as suas forças em Montevidéu (1824), impetrou ao Cabildo (assembleia) da cidade que jurasse a Constituição do Império, obtendo desse modo a sua anexação oficial ao Império do Brasil. Esta ocupação foi efêmera, uma vez que, tendo os seus interesses prejudicados localmente, muitos cisplatinos, com o apoio das Províncias Unidas do Rio da Prata (que também desejavam incorporar a Cisplatina) iniciaram conflitos (inclusive a guerra de corso) contra as forças brasileiras. Após diversos choques desfavoráveis ao Brasil, em 1828, com a intermediação do Reino Unido, uma Convenção Preliminar de Paz, ratificada nos anos seguintes, tratava do comum acordo de desistência das duas partes do controle da região e a independência da República Oriental do Uruguay.

À época do segundo Reinado foi assinado o Tratado de limites entre o Brasil e o Uruguay (1851), acordando-os praticamente como o são hoje, sendo modificadas posteriormente apenas algumas disposições do mesmo Rio Grande do Sul. Diante dos conflitos na ***Colônia de Sacramento***, as tropas espanholas procuraram fortalecer sua retaguarda ocupando Montevidéu e arredores, e as portuguesas estabeleceram o seu núcleo de apoio na cidade de Rio Grande, principal cidade portuária do Rio Grande do Sul.

PORTÃO DE COLÔNIA DO SACRAMENTO
Foi incluída no Patrimônio Cultural e Natural Mundial, devido ao seu excepcional valor universal para o benefício de toda a humanidade. A antiga Colônia do Sacramento, fundada em 1680 por Portugal, foi um entrave comercial e militar protagonista de uma controvérsia histórica entre a Espanha e Portugal.

Posto de vigia
Reprodução de Patria Gaucha - Tacuarembó

A fronteira entre Brasil e Uruguay no século XIX foi marcada pela disputa constante, sendo palco de batalhas e embates. Por mais que diversos tratados e acordos diplomáticos tivessem sido firmados, geralmente não eram respeitados e era com violência que se estabeleciam o espaço ora pertencentes a Coroa Portuguesa ora a Coroa Espanhola. Assim é que se nota como a fronteira é um espaço violento e perigoso, sempre em litígio e permanente construção.

A primeira distinção que tem de ser feita é entre fronteira e limite. Enquanto que limite é um fato jurídico, decidido no papel de forma linear, a fronteira é algo disputado, um fato político, que é altamente dinâmico e que não pressupõe somente um limite, uma barreira, mas sim um intercâmbio, uma troca com o outro lado. A fronteira permite perceber diferenças e similaridades entre os países, além de ser uma zona de intensa circulação e movimento. A fronteira também carrega consigo um imaginário e desse modo é percebida de formas diferentes e não é apenas um fato e algo concreto, mas também um espaço marcado por valores e sentimentos.

Rafael Pinto Bandeira 1776

Outro aspecto relevante foi o das estâncias, a do militarismo, ou seja, o estancieiro, como o ***Rafael Pinto Bandeira***, que era também um militar e seus peões e escravos eram soldados de suas milícias. Deveriam defender o território dos ataques indígenas e castelhanos e também conquistar espaços. Os proprietários das estâncias são de fundamental importância para se entender esse processo. Foram agentes de transformações históricas que se passaram nesse cenário. Com certeza eles não atendiam apenas ao interesse da Coroa e sim mantinham seus interesses e aumentavam seu prestígio e poder. "As estâncias desempenharam um papel que supera o mero aspecto econômico, entendendo-se primeiramente como um núcleo produtivo criado pelos jesuítas, tornando-se também, a primeira forma de organização social e territorial do atual estado do Rio Grande do Sul. Desconsiderar o papel social das estâncias seria ignorar a importância que tiveram no processo de sociabilidade de um território barbarizado pela atividade de caça ao gado e ao índio."

Des. Wendroth: Típica propriedade rural no centro do RGS - século XIX

Diferentemente das missões, no contexto de formação de fronteira e estabelecimento de estâncias foi fundada no início do século XIX a Estância do Jarau. O espaço da estância foi antes ocupado por Maneco Pedroso, que possuía um grupo armado para a defesa da fronteira sendo também atribuída a ele a construção das primeiras mangueiras que fazem parte das ruínas das estâncias. Em 1828, já com Bento Manuel Ribeiro como proprietário das terras é que se inicia uma atividade pecuarista considerável na estância. Ribeiro se dedicava a criação de gado, e era responsável também pelas cavalhadas utilizadas nas campanhas militares destinadas a defesa da fronteira sudoeste do atual estado do Rio Grande do Sul. Posteriormente a Estância do Jarau foi adquirida pelo tenente coronel Olivério Pereira, cujos herdeiros foram sendo os sucessivos donos.

Rancho de taipa dos gaúchos
Reprodução de Patria Gaucha - Tacuarembó

O Gaúcho de fronteira

A posse da terra nessa faixa da fronteira sempre foi muito conturbada. Em 1817 o governo português incorporou todo o atual Uruguay, dando-lhe o nome de Província Cisplatina, o que somente durou até 1828, quando os uruguaios garantiram sua independência. Os conflitos de terra na região, porém, ainda perduraram, embora sem maiores problemas diplomáticos – tanto que alguns uruguaios reclamaram de uma medição feita em 1856, alegando lhes pertencer uma área de 22 mil hectares que estaria em território brasileiro *(local onde foi fundada a Vila Thomaz Albornoz em Livramento).*

O gaúcho descrito ricamente por ***Charles Darwin,*** quando de sua viagem de três anos ao redor do mundo, esteve longo tempo em ***Maldonado*** no Uruguay. No seu meticuloso diário *"**Viagem de um Naturalista ao Redor do Mundo**"*, foi traduzido do inglês por J. Carvalho no ano de 1937 do diário original de 1871. Darwin permaneceu em Maldonado cerca de 10 semanas e descreveu os gaúchos que conhera numa *"**pulperia**" (venda)* em 26 de julho de 1832 assim:

*"Ao anoitecer, numeroso grupo de gaúchos vinham beber e fumar. Esses indivíduos possuem aparência muito notável. São geralmente altos e elegantes, mas tem na fisionomia uma expressão de altivez e de dissolução que lhes soa mal. É comum entre eles o uso de bigodes e os cabelos caem-lhes pelas costas em longos cachos negros. O colorido vivo do vestuário, as grandes esporas tilintando no salto das botas e a faca na cintura como punhal é frequentemente usada como tal, dão-lhes a impressão de uma raça de homens muito diferentes da que podia esperar do nome que levam. **Gaúchos** quer dizer simplesmente "**homens de campo**". São de uma excessiva delicadeza. Nunca levam o copo aos lábios sem esperar que o conviva o tenha feito primeiro. Contudo, com a mesma facilidade com que se curvam no seu gracioso cumprimento, parecem dispostos, caso se lhes apresente a ocasião, a cortar a garganta do próximo".*

Para ***Saint-Hillaire****, (pag. 47),* ***gaúcho*** era ***garrucho*** - este termo significava para ele homens de maus costumes que perambulavam pelas fronteiras. Mas segundo historiadores da fronteira, o gaúcho "está mais para espanhol que para o português". Situados nos antigos Campos Neutrais (que não pertenceriam nem a Portugal e nem à Espanha) estabelecidos pelo Tratado de Santo Ildefonso de 1777. Com um dialeto próprio, na Fronteira Rivera-Livramento não se conhece o pássaro joão-de-barro por esse nome, mas como ornero e o pardal é gorrión. Quando se vai a uma loja comprar um ferro elétrico pede-se uma plancha e barbante por piola e por ai vai. Esta fala da fronteira é tão forte, que as pessoas, mesmo que se policiem, acabam utilizando termos regionais em sua comunicação habitual.

Aqui na fronteira, além dos rodeios e das campereadas dos gaúchos, uma autêntica tradição espanhola é o velho costume que vem se mantendo no tempo, de empinar pandorgas (papagaios) na sexta-feira santa. As pessoas saem cedo de casa, com uma pandorga pendurada

nas costas, e seguem para os cerros da região, longe para dedicar-se ao esporte. Trata-se de um costume muito antigo. A prova de que se trata de uma tradição espanhola foi obtida em Valencia, na Espanha, graças à pesquisa de historiadores da região, segundo a qual o costume foi levado a Livramento pelos espanhóis que chegaram à cidade através do porto de Montevidéu em algum momento do século passado. Depois, em território uruguaio a ferrovia ia até Rivera (onde foi inaugurada em 1892), espanhóis e italianos chegavam em grandes levas ao Brasil por esse caminho. Quando D. Pedro II visitou Livramento em 1865, o Conde D'Eu registrou em diário que "de duas mil almas, o elemento brasileiro não representaria a metade." Dentre os europeus, informou ele, predominavam os italianos. Os próprios registros da Associação Comercial da cidade indicava que, no final do século passado, a maior parte dos comerciantes locais era composta por espanhóis e italianos. Junto com eles, porém, chegaram outros tipos de espanhóis - os anarquistas, que fugiam de seu país. Estes não só consolidaram um numeroso grupo na cidade, como, ali, patrocinou o que deve ter sido uma das primeiras greves do Rio Grande do Sul, a dos funcionários do Armour nas primeiras décadas século XX. Existem fotografias de cartazes escritos em espanhol durante a greve dos trabalhadores do frigorífico, que foi fundado na cidade em 1917.

Os bandeirantes portugueses oriundos de Laguna e os indígenas foram os principais elementos que miscigenaram-se para moldar o perfil e a cultura rio-grandense

Dentro da origem portuguesa do Rio Grande, outra corrente, além de lagunenses e açorianos, não podem ser esquecidos. Trata-se dos milicianos que, atraídos pelo soldo e pela perspectiva de receber terras ao final do período de engajamento, vinham para cá como membros das tropas portuguesas. Eram, em sua maioria, originários das capitanias de São Paulo e Minas Gerais, e através das sesmarias que lhes foram concedidas, ocuparam uma fatia significativa do Rio Grande. Para responder à pressão espanhola, que cresceu a partir da invasão de 1763, foram concedidas a estes, como militares, terras nas regiões mais ameaçadas. Com isto o povoamento voltou-se para o sul, indo até Camaquã; para o sudeste (seguindo os vales do Camaquã Mirim e do Piratini) e para o oeste a partir de São Sepé, pelos vales dos rios Vacacaí-Cacequi e Santa Bárbara. É dessa época que data a fundação de várias pequenas vilas, que serviam de centros administrativos e religiosos de apoio aos moradores das sesmarias: Pelotas (a partir de 1780 começou seu povoamento); Encruzilhada (1770); Erval (que surgiu ao redor de um acampamento militar, em 1791); e mais tarde Canguçu e Caçapava. Esses povoados e as sesmarias que os cercavam, garantiram a presença portuguesa ao sul do Jacuí. A bacia do Vacacaí também foi ocupada de 1790 (ano da fundação de São Gabriel) a 1794 (quando se fundou São Sepé) O mesmo aconteceu com a Depressão Central, onde, em 1727, havia sido estabelecido um acampamento militar que deu origem a Santa Maria.

A região das Missões foi conquistada em 1801, mas permaneceu com uma densidade de ocupação muito baixa: uma área com cerca de 10 mil quilômetros quadrados até o rio Ibicuí, foi concedida a apenas 14 donatários - entre os quais, naturalmente, estavam os conquistadores da região. Também foi através de milicianos que receberam sesmarias que se ocupou a zona da fronteira, com cidades surgindo a partir de acampamentos e fortificações. É o caso de Bagé, São Gabriel, Alegrete e Livramento. Essas ocupações de milicianos tiveram sucesso onde a colonização de pequenas propriedades com açorianos não teve. Pois a estância, comandada por um militar ou ex-militar e razoavelmente autossuficiente, tinha condições de resistir aos ataques que porventura sofresse.

Já a pequena propriedade açoriana estava totalmente exposta, e não tinha como garantir a defesa do solo. Entretanto, não se pode minimizar a importância da colonização açoriana. Pois foi deles, dos milicianos de Minas e São Paulo e dos lagunenses, que se formaria a corrente luso-brasileira do sangue gaúcho que, mais tarde, se misturaria a muitas outras... O Rio Grande do Sul encontrado pelos italianos era muito diferente daquele que os alemães viram ao chegar. De 110 mil habitantes em 1824 haviam saltado para 440 mil. Dessa população, um sexto se achava concentrada na zona de colonização alemã, e o restante se reunia principalmente na depressão centra

Em 1824 já não existiam somente os cinco municípios (Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antonio da Patrulha, Rio Pardo e São João da Cachoeira). Eram agora 28, incluindo Porto Alegre, Alegrete, Bagé, Cachoeira, Caçapava, Canguçú, Conceição do Arroio, Cruz Alta, Dores de Camaquã, Encruzilhada, Itaqui, Jaguarão, Passo Fundo, Pelotas, Piratini, Rio Grande, Rio Pardo, Santa Maria, Sant'Ana do Livramento, Santo Antonio da Patrulha, São Borja, São Gabriel, São Jerônimo, São José do Norte, São Leopoldo, Taquari, Triunfo e Uruguaiana.

A ferrovia já era uma realidade, existia rede telegráfica, sistema bancário organizado e a navegação fluvial a vapor encontravam-se bastante desenvolvida. Todos esses elementos facilitavam a comunicação entre os diferentes pontos da província, e permitiam uma atividade econômica mais sólida e organizada - não obstante ainda estivesse centrado na pecuária e na agroindústria do charque, couro e outros derivados. Além disto, a província estava mais "pacífica". A Guerra do Paraguai acabara há pouco tempo, as campanhas do Prata tinham ficado para trás, a Revolução Farroupilha - que havia atingido em cheio a colônia alemã de São Leopoldo em seus primeiros anos - era coisa do passado. Isto não significava que as coisas fossem permanecer assim: haveria a Revolução Federalista de 1893, a de 1923, a Revolução de 1930. Mas isto pertencia, então, ao futuro. Entretanto, uma coisa - e que era a motivação básica da imigração - permanecia igual. Ainda existia muita terra para ocupar, principalmente nas serras na encosta nordeste e no alto Uruguai, em um total, na província, de 87 mil quilômetros quadrados de terras devolutas.

O valor do gado

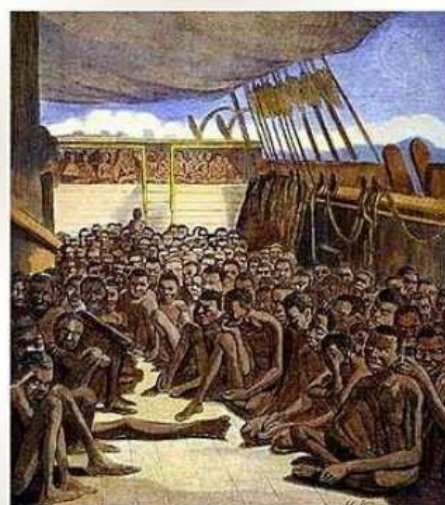
Já se delineou aqui acerca da ocupação deste território, dos homens que o habitavam, das relações sociais existentes nesta região, mas pouco foi dito acerca dos animais, exceto os que estavam lá. Na década de 1690, o ouro havia sido descoberto nas Minas Gerais, provocando deslocamentos populacionais para essa região e mais doque isso, fomentando o desenvolvimento de um mercado para os produtos produzidos na própria Colônia e de produtos importados. Charles Boxer, em *A Idade do Ouro do Brasil*, apresenta as grandes transformações pelas quais passaram todas as regiões da Colônia a partir da exploração das jazidas do metal. Estas regiões suas economias locais dinamizadas com o estabelecimento de um grande, ainda que pouco especializado, mercado consumidor. As regiões sulinas não escaparam dessa grande inflexão na economia colonial. Ao contrário, ao que tudo indica, a exploração comercial das mercadorias animais se tornou possível porque passou a existir um mercado capaz de consumi-las.

Em 1640, os jesuítas de língua espanhola abandonaram a margem esquerda do Rio Uruguai, deixando para trás o gado ali introduzido. Têm origem aí os termos 'gado orelhano' e 'gado chimarrão', atribuído aos vacuns abandonados nas Vacarias do Mar (Uruguai) e dos Pinhais (noroeste do Rio Grande do Sul). Desnecessário dizer das utilidades da carne bovina, grande fonte de proteínas. Mas é sempre bom lembrar-se dos outros subprodutos de origem bovina que muitas vezes passam despercebidos no dia-a-dia. Dos gados bovinos eram extraídos, o couro e os sebos, produtos de grande importância para a vida cotidiana. Dos sebos eram feitos os sabões, as velas e certos combustíveis. Também eram feitas as graxas para impermeabilização dos couros e tecidos para os velames de embarcações. Dos couros, calçados, parte do mobiliário e vestimentas. Pequenas embarcações e selas para a montaria. As barracas de campanhas militares e de acampamentos de viajantes. Os toldos de carretas. As bolsas para transporte de produtos vários. Os invólucros de mercadorias de exportação como o tabaco eram, muitas vezes, o próprio couro curtido e impermeabilizado com os sebos também extraídos dos bovinos. O couro, durante o século XVIII, consistiu em

excelente produto de exportação. Além dos usos já mencionados, a nascente indústria européia mecanizada demandava por correias de transmissão. O couro era a matéria prima básica para estas peças fundamentais nos mecanismos industriais. Evidência disso é que sempre os couros constaram como um dos principais produtos de exportação, junto com o açúcar e o tabaco.

Temos assim em 1725, a Pampa povoada de gado, cavalos, índios, alguns negros e alguns brancos europeus, em mãos um mercado para fornecimento de couro e graxa de boi à coroa lusa. Chega ao Pampa o português Cristóvão Pereira de Abreu, administrador de Laguna, decidido a frear o gado abundante existente dentro e fora das estâncias missioneiras. Para a atividade, que durava há oito anos, Abreu contratou os serviços de homens vagos que percorriam o Pampa, chamados de gaudérios. Mas enfrenta a concorrência dos índios nativos, que queriam defender os seus domínios, e dos missioneiros, que queriam defender seu patrimônio pecuário. Posteriormente Abreu viria a se entender com alguns índios do povo Charrua, exímios cavaleiros, também incomodados pela presença das 'estâncias' missioneiras na "sua" Pampa. Dentre os changadores, Pereira de Abreu recruta seus tropeiros, de raças várias. Muitos, porém, sobravam no Pampa, vivendo em estreito contato com o meio. Em 1756, com o fim da Guerra Guaranítica, em que os exércitos de Portugal e Espanha aniquilaram as Missões da margem esquerda do Rio Uruguai, cerca de duas mil famílias guaranis sem chefe atravessaram o Rio Ibicuí e se fixaram no noroeste da nação Oriental.

Os escravos

Segundo o historiador Voltaire Schilling, os principais pontos de abastecimento de escravos, pelos menos entre os séculos 17 e 18, eram o Senegal, Gâmbia, a Costa do Ouro e a Costa dos Escravos. O delta do Níger, o Congo e Angola foram grandes exportadores nos séculos 18 e 19. Quantos escravos foram, afinal, transportados pelo Atlântico? Há muita divergência entre os historiadores. Alguns chegaram a projetar 50 milhões, mas R. Curtin (in *The Atlantic slave trade: A census*, 1969) estima entre 9 a 10 milhões, a metade

deles da África Ocidental, sendo que o apogeu do tráfico ocorreu entre 1750 a 1820, quando os traficantes carregaram, em média, uns 60 mil por ano. O tráfico foi o principal responsável pelo vazio demográfico que acometeu a África no século 19. No Rio Grande do Sul há registros a partir de 1726 com primeiros negros na frota de João de Magalhães com destino às fazendas e depois às charqueadas, que começou em 1780, com ocupação da área de Pelotas, que o tráfico negreiro tomou volume. Naquele ano, os escravos - calculados em 3.280 - representavam 29% da população total do Rio Grande do Sul, e se encontravam concentrados em duas áreas principais. A primeira era ao longo da estrada dos tropeiros, que ligava o extremo sul do Rio Grande ao resto do país, pelo roteiro Rio Grande-Mostardas-Porto Alegre-Gravataí-Santo Antônio da Patrulha-Vacaria, ao longo do qual se localizavam as maiores estâncias.

Grupo dos primeiros escravos libertos - POA - 1884

Nessa região estavam cerca de 70% dos escravos. A outra área de grande concentração estava no eixo Porto Alegre-Caí-Taquari-São Jerônimo-Santo Amaro-Rio Pardo-Cachoeira, ao longo do Jacuí, onde se concentravam 35% dos escravos, especialmente em São Jerônimo. Esses números seriam grandemente aumentados com as charqueadas, saltando para 50% da população gaúcha em 1822, quando José Antonio Gonçalves Chaves, estancieiro e charqueador de Pelotas, calculou que dos 106.196 habitantes da província metade fosse de escravos.

É difícil estabelecer de que regiões da África vieram os negros que aportaram, ao longo do século passado, no Rio Grande do Sul. Sabe-se que vieram do porto do Rio de Janeiro, mas não existem detalhes precisos quanto aos portos de origem da África, e menos ainda quanto às regiões em que foram capturados para serem levados para os portos de embarque. Isto porque os africanos muitas vezes eram capturados a centenas de quilômetros do porto onde seriam embarcados para o cativeiro. E, geralmente, na chegada ao Rio - ou aos outros portos - registrava-se como origem o porto de embarque. Mas, de maneira bastante imprecisa, é possível falar em três regiões principais de origem, com especial destaque para uma delas. No Rio Grande os grupos de africanos aqui introduzidos recebiam geralmente a denominação de angolas, congos, minas e moçambiques. Isto, entretanto, não significa que fossem efetivamente dessas áreas.

Escrava e filho do seu senhor

Margaret M. Bakos, Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo, no caderno 29 do Memorial do RGS, disse que na historiografia gaúcha, as lutas pela república e

pela abolição da escravatura são tidas como os ideais de cunho democrático mais antigos do Rio Grande do Sul, tendo como marcos históricos a Revolução Farroupilha e a luta pelo fim do emprego da mão-de-obra servil. Entretanto, é mister repensar esse segundo aspecto, pois, a esse respeito, há mais rumores do que fatos históricos que verdadeiramente os comprovem. Esse mito data do início do século XIX, sustentado por alguns heróis destes pagos. O primeiro deles é Alexandre Luiz de Queiroz e Vasconcelos, conhecido como o *Quebra*, pertencente ao grupo dos Dragões de Rio Pardo e participante da expedição militar de 1801, quando os portugueses retomaram dos espanhóis a zona das Missões. Casado com a filha de um coronel, assassino de contrabandista, o *Quebra* assumiu, não raro, atitudes quixotescas: em pleno domínio português no Brasil, revoltou-se contra a monarquia e, em 1803, investiu contra a guarda de São Pedro, liderando um grupo que, aos gritos por liberdade, soltou todos os escravos que encontrou pelo caminho.

Para avaliar o papel desempenhado por esses sujeitos e suas descendências na abolição da escravatura do Brasil é preciso entender o contexto sul-rio-grandense, no qual eles conquistaram o estatuto de abolicionistas da escravidão; na contramão de uma grande maioria que desejava que o processo se desenvolvesse em ritmo gradual e que, em tom quase uníssono, exigia a indenização dos proprietários.

Escravas no trabalho caseiro de uma fazenda na fronteira

Nas estâncias, possuíam escravos, estes podiam trabalhar tanto na casa como capatazes ou peões, cuidando do gado que era criado solto. Alguns deles também participavam do transporte das tropas de gado para o centro do Brasil. Havia ainda escravos que cuidavam sozinhos das fazendas na ausência de seus senhores ou que moravam afastados da sede da estância para cuidar do gado. Certamente havia fugas, mas boa parte dos escravos permanecia nas fazendas, pois podia receber alguma recompensa pelos serviços prestados. A vida fora da estância podia ser tão ou mais difícil quanto a vida dentro dela. Além disso, muitas estâncias possuíam pequenas lavouras de trigo, feijão e mandioca para sua subsistência. Havia também propriedades que cultivavam esses produtos para a venda. Nos dois casos, a maior parte das tarefas era realizada por trabalhadores escravos.

Depois de uma campanha que empolgou a opinião pública brasileira, a 13 de maio de 1888 a "Lei Aurea" era assinada pela Princesa Isabel como regente do Império e pelo conselheiro João Alfredo como Primeiro Ministro, decretando a completa abolição da escravatura no território do Brasil.

Em Sant'Ana do Livramento, por entre delirante alegria, o entusiasmo era geral e foi recebida a notícia com muito reconhecimento. Logo a seguir foram organizados diversos festejos, por

ferido durante o confronto e, logo após, sem condições de defender-se, foi morto por Manduca Rodrigues, que lutava pelos imperiais.

Cogita-se se que o ataque teria sido previamente combinado com Canabarro para exterminar os lanceiros negros, que poderiam formar bandos após o término da guerra, que já estava sendo tratada a paz. A questão da abolição da escravatura, uma das condições exigidas pelos farroupilhas para a paz, entravava as negociações. A libertação definitiva dos ex-escravos combatentes precipitaria um movimento abolicionista no resto do império, comprometendo a mão de obra escrava que vinha mantendo a produção agricola desde os tempos coloniais. Alguns historiadores sustentam a tese na morte de Bento Gonçalves em 1847, que deixou 53 escravos de heranças aos filhos.

Foi mencionada à época uma carta do Barão de Caxias instruindo Francisco Pedro de Abreu a atacar o corpo de lanceiros negros e afirmando que tal situação estaria acertada com Canabarro. Esta carta foi mostrada em Piratini a um professor ligado aos demais comandantes farrapos. A autenticidade da carta foi questionada, e há a possibilidade de ela ter sido forjada nas hostes imperiais para desmoralizar Canabarro, à época um dos mais importantes líderes militares da República Rio-Grandense e um dos negociadores da paz pelo lado farroupilha.

O desastre de Porongos levou Canabarro a um tribuna militar farroupilha. Com a paz em 1845, o trâmite continuou na justiça militar do Império. O General Manuel Luiz Osório, futuro comandante das tropas brasileiras na Batalha de Tuiuti(durante a Guerra do Paraguai), fez com que o processo fosse arquivado sem ter sido concluído, em 1866. Durante toda a sua vida, o general Canabarro insistiu em sua inocência e na tese da difamação.

O historiador Sérgio da Costa Franco considera *"judiciosa, documentada e altamente convincente"* a defesa que Alfredo Ferreira Rodrigues fez de David Canabarro, no episódio de Porongos. Rodrigues fez uma criteriosa investigação e não encontrou nada contra o chefe farroupilha. Quanto a uma carta de Caxias como prova da traição, tem todos os indícios de ser falsa, era para produzir intriga dos adversários. Diz a carta, no trecho mais incriminador: *"Não receie a infantaria inimiga, pois ela há de receber ordem de um ministro de seu general-em-chefe para entregar o cartuchame sob o pretexto de desconfiarem dela. Se Canabarro ou Lucas forem prisioneiros, deve dar-lhes escápula de maneira que ninguém possa nem de longe desconfiar, nem mesmo os outros que eles pedem que não sejam presos."*

O Jornal Inconfidência nº 98 dedicado aos 203 anos do Duque de Caxias, em trecho de mensagem intitulada "A nossos leitores" faz o seguinte diagnóstico desta situação de manipulação da História do Brasil que ao que parece se verifica no caso do Combate de Porongos: *"A História de uma nação é um bem por demais precioso, a ser preservado a todo o*

custo e cultuada permanentemente. Não podemos permitir que esta Memória, conquistada com o sangue, e o sacrifício de seus heróis, seja profanada e deturpada por interesses ideológicos alienígenas e pela falta de ética de historiadores, políticos e jornalistas enganando seus leitores , alunos e ouvintes, quanto aos fatos ocorridos e registrados em documentos oficiais fidedignos, íntegros e autênticos."

A verdade é que os Lanceiros Negros tiveram papel fundamental para a Proclamação da República Rio-Grandense e foram massacrados para dar um fim pacífico à Revolução Farroupilha.

Escravos na Guerra do Paraguai

Guerra do Paraguai - soldados brasileiros em revista do conde D'Eu - 1869

As famílias brancas, receosas que seus filhos morressem na guerra do Paraguai, enviaram para os campos de batalha, seus escravos no lugar deles. Assim, mesmo com toda discriminação, a participação do negro nesta guerra foi tão importante para o Brasil que alguns deles voltaram das batalhas como heróis.

Dentre os heróis negros da Guerra do Paraguai podemos destacar: ***Cesário Alves da Costa***, que demonstrou bravura na tomada do ***Forte Curuzu*** e foi promovido a sargento, fato raro no sistema escravocrata. Outro negro promovido foi ***Antonio Francisco de Melo***, da Marinha. Melo se destacou tanto em batalhas como do ***Riachuelo***, que começou a guerra como cadete, passou a sargento e chegou a capitão, quando foi afastado do comando das batalhas. Seu batalhão era todo formado por negros. ***Marcílio Dias*** também ficou famoso por sua bravura. Foi ferido e morto na batalha do Riachuelo ao negar a rendição do seu barco, Parnhayba, e enfrentar quatro inimigos numa sangrenta batalha. Alguns casos chegaram ao terreno do lendário e mitológico. Um deles fala de um negro chamado ***Jesus*** que executou o toque de avançar com sua corneta presa apenas entre os lábios, pois estava com os braços mutilados. **fonte: consciência negra TV Brasi.l*

Muitos negros participaram da Guerra do Paraguai. Acima, a guarda do marquês de Caxias
Biblioteca Nacional RJ

A povoação do Sul

Em 1534, estas terras, pelo tratado de Tordesilhas de 1494 (divisão do Brasil em capitanias pelo ***Rei D. João III***) a maior parte do Rio Grande do Sul ficou naturalmente a leste do resto do Brasil, portanto não pertencia a Portugal. Devido a tais circunstancias o Rio Grande do Sul, o território rio-grandense ficou por muitos anos inexplorado e tendo os seguintes nomes: Continente do Rio Grande, que permaneceu com esse nome até a chegada dos jesuítas. Estes mudaram para Rio Grande de São Pedro, tornando-se mais tarde São Pedro do Rio Grande.

A iconografia busca representar um paulista "heroicizado", bem vestido, com botas de couro e munido de armas de fogo, muito diferente do homem que habitava o planalto de Piratininga, afeito à influência indígena

Acredita-se que o primeiro a visitar o Litoral do Rio Grande do Sul foi Cristovam Jacques em uma de suas expedições militares, uma vez que o imenso litoral do Amazonas a São Vicente ficou conhecido pelos desbravadores e descobridores, brasileiros desconhecidos, destemidos e corajosos que habitavam em São Paulo. Foram eles com excursões extraordinárias e perigosas que alargaram o território brasileiro. Desde os primeiros tempos do Brasil, corriam juntamente com informações verdadeiras notícias de fantásticas riquezas nos grotões do interior. Falava-se em lagoas repletas de pérolas, montanhas muito altas e resplandecentes como ouro de um novo reino de riqueza e poder. O efeito de tais informações não se fez esperar. Dentro em breve foram organizadas expedições de modo metódico e a produzir bandeiras. Diversas destas bandeiras desceram para sul, passaram por Santa Catarina e procuraram atingir os vastos campos do Rio Grande do Sul. Nestas viagens encontravam grupos indígenas que carregavam marcos espanhol para serem levantados nos mais longínquos lugares do nosso atual território. Os paulistas combatiam-nos, derrubavam os marcos e não consentiam de forma alguma tal intrepidez naquelas paragens, que por direito já lhes pertenciam. O estado de guerra constante impediu por longos anos a colonização da fronteira. As coisas mudaram quando as colônias espanholas se rebelaram contra Madri e o rei português Dom João VI vislumbrou a concretização de um velho sonho: subjugar a Cisplatina. Mas orientais estavam dispostos a azedar o vinho de Sua Majestade. Sob a liderança de Artigas, impuseram encarniçada resistência às tropas de Lisboa. A essas escaramuças pode-se atribuir o surgimento de Santana do Livramento.

Em vista dessas constantes ameaças, os portugueses pediram providência à metrópole. Pelo rei de Portugal foi enviado Manoel Lobo, investido de poderes de governador do território em questão. Este dando início às suas atividades fundou um povoado, a Colônia do Sacramento em 1680, com a finalidade de ser um posto avançado das possessões portuguesas.

As numerosas bandeiras que haviam percorrido o extenso território rio-grandense, não eram para povoá-lo, mas sim para tomar posse da terra em nome da coroa portuguesa e, principalmente em busca de minas de prata e de escravos. Ao contrário, o governo lusitano sempre pretendeu povoar o Rio Grande do Sul, pois vislumbrava que esta região haveria de ser uma das mais importantes do Brasil. Uma visão futurista de como o é hoje.

Em 1725, Francisco Peixoto organizou uma expedição que deveria partir de Laguna, sob comando de João Magalhães com o objetivo de dar início ao povoamento da região. Como os companheiros de Magalhães não eram mais do que trinta pessoas, vários deles voltaram para Santa Catarina e o restante resolveu ficar por aqui e constituir algumas estâncias, onde o próprio comandante estabeleceu-se nuns campos de Tramandaí e fixou-se em Porto de Viamão, hoje Porto Alegre. Depois somente em 19 de fevereiro de 1737, que o governo português autorizou a Gomes Freire de Andrade a tomar posse oficialmente do dito território.

A povoação do extremo Sul

mapa Continente da Colônia do Sacramento e Rio Grande de São Pedro/Tratado de Madrid

A criação do aldeamento motivou-se na necessidade em disciplinar a presença de indígenas nas proximidades da Vila do Rio Grande de São Pedro, presença que causava apreensão aos moradores dentro de um período de grande tensão, ligado à assinatura do Tratado de Madri. O povoamento devia ser feito com moradores do Rio de Janeiro, onde segundo informações de Silva Paes, em 1725 havia muitos que desejavam ir para aquela região. Eram os casais de açorianos que iniciavam propriamente a origem do povo gaúcho, que sob pressão demográfica e dificuldades de sobrevivência nas Ilhas dos Açores, a população pediu ao rei, em 1746, para emigrar para a América. O rei encaminhou essa solicitação ao Conselho Ultramarino que se manifestou favorável ao pedido. Assim, a Coroa Portuguesa autorizou o transporte de 4 mil casais para o Brasil. Entre as principais cidades fundadas e povoadas por esses casais estão Laguna e Desterro (Florianópolis), Taquari, Rio Grande, Rio Pardo, Triunfo e Porto Alegre.

Em 1747, foi divulgado nas Ilhas dos Açores um edital assinado pelo rei de Portugal anunciando estímulos para aqueles que quisessem emigrar para o Brasil. Havia para tal bons motivos: os Açores viviam uma crise na produção de cereais, e a fome era uma ameaça muito real. Os estímulos consistiam em uma quantia em dinheiro, uma espingarda, ferramentas, sementes, alimentos, duas vacas, uma égua, alguma terra ("um quarto de légua em quadro", expressão que deu título ao belo livro de Luiz Antonio de Assis Brasil). Mas a oferta não tinha

só razões humanitárias: Portugal precisava ocupar um território pouco povoado e cobiçado pelas potências europeias da época. Caridade de um lado, interesse de outro. O anúncio do rei foi bem recebido. Em setembro daquele ano já se haviam inscrito 2.585 pessoas prontas para emigrar, um número, para a época, apreciável. E assim vieram os 60 casais que deram a Porto Alegre a sua primeira denominação: Porto dos Casais.

TRATADO DE STª ILDEFONSO 1777

Aportaram no Rio Grande do Sul lá pelos anos de 1752, já encontrando nessa época alguns núcleos de povoadores. O incomensurável horizonte geográfico das fecundas terras do Rio Grande ampliou-se em todos os sentidos, despertando e fazendo crescer aquelas virtudes embotadas que o meio insular não permitia a expansão. E o açoriano agricultor adaptou-se em pouco tempo ao meio, tornando-se pastor por excelência. De sua fusão com os elementos brasileiros, que encontrou já em sua chegada, nasceu o gaúcho sul rio-grandense, inexcedível no idealismo, no patriotismo e na bravura.

A historiografia dos momentos iniciais da ocupação lusa no sul é prolixa em dizer da importância do gado bovino do sul e de sua utilização para a fixação dessa população nestas paragens. Mas o principal motivo foi mesmo os intersses político-militar expancionista do império luso-brasileiro com a assinatura do tratado de Santo Ildefonso de 1777 com o objetivo de encerrar a disputa entre Portugal e Espanha pela posse da colônia sul-americana do Sacramento, situação que se prolongava desde a Paz de Utrecht e a guerra de 1735-1737.

Nesta fronteira, por ordem de D. João VI, quando ***Dom Diogo*** acampou oficialmente com seu exército em Bagé em 1811 e outra parte em São Diogo, origem da atual cidade de Alegrete, ali nos acampamentos militares, começara efetivamente a expandirem as populações luso-brasileiras para o oeste e para o sul. Em curto espaço de tempo, entre o Ibicuí e o Quaraí, as operações guerreiras do exército de D. Diogo, segundo a terminologia da época, "limparam" de Charruas e Minuanos a área entre o Arapeí e o Quaraí, o que facilitou a penetração na região de estancieiros luso-brasileiros. O exército de D. Diogo demorou-se no ***Cunhapiru, origem de Sant'Ana do Livramento***, até dezembro de 1812, de onde se expandiram os povoadores luso-brasileiros por toda a coxilha de Santana. Finalmente, com a intervenção de 1811-12 *(Previa o livre comércio nos rios da prata e o reconhecimento por parte de Buenos Aires dos Governos de Montevidéu e do Paraguai, devendo contentar-se com o resto do Vice-Reino do Rio da Prata)*. O Príncipe D. João, se não conseguiu manter as conquistas de 1801 *(Especialmente as Missões Orientais, diretamente visadas por Artigas)*, as fronteiras do Rio Grande estavam consolidadas.
**fonte: livro, Fronteira Iluminada - Fernando Cacciotore de Garcia*

Saint-Hilaire em Livramento

Auguste Provençal de Saint-Hilaire nasceu em 1779, em Orleans, França e faleceu em 1853. Desde cedo, ele foi treinado pelo pai para ser um homem de negócios, mas o seu intenso interesse pelas ciências naturais o impeliu a se dedicar a esses estudos. Saint-Hilaire foi um grande taxonomista e tinha grande interesse no descobrimento de novas espécies de plantas e animais. A chance de vir estudar a riqueza brasileira aconteceu em 1816, quando já era um respeitado professor do Museu de História Natural de Paris. Saint-Hilaire foi um dos primeiros cientistas estrangeiros que receberam permissão da Coroa Portuguesa para percorrer livremente os territórios do Brasil colonial, fato este iniciado em 1808, com a chegada de Dom João VI. Publicou vários livros sobre o Brasil: Andou perto de 14.000 km catalogando plantas brasileiras. Fez uma obra de incalculável valor, onde coletou 7.000 exemplares de plantas, sendo 4.500 delas desconhecidas na época. Este acervo está hoje no herbário do Museu de História Natural de Paris. Em sua denominada *Voyage ao Rio Grande do Sul*, esteve em Livramento:

Referindo-se ao morro da Vigia que ele visitou em 1820, disse: "*O morro da Vigia, a cerca de uma légua do fortin é tido como o ponto mais elevado da serra, foi o termo de nossa jornada. Agora pode-se avistar o fortin, as barracas, soldados etc.*"
Enquanto esteve à margem do Rio Ibicuy escreveu entre outras coisas o seguinte: "*A erva aqui é bem fornida, porém menos fina e menos densa. Os sítios húmedos acham-se cobertos por uma gramínea atualmente florida. Continuo a encontrar muitas plantas dos campos gerais e de outras zonas do Brasil*"

A ***erva-mate*** é planta nativa da América do Sul, principalmente as margens dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. Entre os índios era conhecida caá, caá-caati, caá-emi, caá-ete, caá-meriduvi e caá-ti. Desde que começou a ser usada, teve vários apelidos: Chá-mate, chá-do-paraguai, chá-dos-jesuítas e congonha das missões. O nome científico dela é ***llex paraguaiensis*** e foi dado por Saint-Hilaire.

Saint-Hilaire viajava praticamente sozinho, com poucas pessoas contratadas pelo caminho ou cedidas pelas autoridades. Estudava aspectos da língua, costumes, habitação, hábitos alimentares ocupam destaque que se iguala ao lado aos acidentes geográficos. Autodidata, sua especialidade era a Botânica, mas possuía um amplo conhecimento das Ciências Naturais em geral, como a Zoologia e a Mineralogia. Durante a viagem coletou, classificou e organizou uma vasta coleção de plantas, animais e minerais, que serviram de base para importantes coleções de museus naturais de seu país de origem, e auxiliaram, na Europa, outros pesquisadores a estudar a biodiversidade do Brasil. Deixou sua coleção para o Museu de História Natural de Paris e para a Academia de Ciências de Paris.

Início da povoação de NªSª do Livramento

Capitania do Rio Grande de São Pedro – 1809
João Campomar - acervo IHRGS

Antes, no silêncio da nossa ausência, havia calma e um pampa que corcoveava selvagemente. Mas veio a Guerra da Cisplatina que marcou a alma do nossa terra, onde antes de se tornar vila pacata, passou por sangrentos combates. Sant'Ana do Livramento teve sua origem em campos neutrais do Rio da Prata nos anos de 1810, onde ali culminaram as independências das colônias espanholas que despertara no Império do Brasil preocupação para cuidar das fronteiras da Capitania do Rio Grande e em seu intento expansionista organiza um exército em que é dividido em dois destacamentos principais. Um deles Estabelecendo-se às margens do arroio Ibirapuitã, que se chamou de "Acampamento de São Diogo", o que de fato marcou o início do povoamento com a construção de uma capela junto ao referido arroio. Este lugar não foi de agrado das autoridades religiosas, sendo assim deslocada a capela para outro local denominado Itacuatiá, onde logo foi fundada a capela Nossa Senhora do Livramento no dia 30 de Julho de 1823.

Tudo iniciou com a chegada da 2ª Divisão do Exército Imperial ao Ibirapuitã a partir de 30 de setembro de 1810 sob comando geral de ***D. Diogo de Sousa*** e liderada pelo Marechal de Campo de Infantaria ***Joaquim Xavier Curado***, com 1.109 homens e mais as suas famílias. Ali afluíram para esse ponto algumas famílias de militares e vários paisanos que formaram uma pequena aldeia conhecida como "Os Aparecidos". Eram eles os primeiros povoadores da futura Colônia, e tinham a finalidade de resguardar a conquista das Missões, ocupadas em 1801. Chamou-se de início, Acampamento da São Diogo, localizado nos campos da antiga fazenda de São Diogo.

Quando o marechal Curado partiu para a campanha da Cisplatina em 1811, contava aqui com mais de 2.000 homens que tinham ficado no acampamento no aguardo de ordens do Coronel João de Deus Mena Barreto que tinha organizado, por ordem de D. Diogo de Sousa, um novo regimento de milícias.

E em 09 de novembro de 1810, o Marechal Curado, em ofício comunica ao Governador da Capitania ***D. Diogo de Sousa*** a instalação do acampamento sob o nome de São Diogo, no lugar determinado pelo "Plano de Organização Militar da Capitania de São Pedro". Um local previamente escolhido pelo Marechal Patrício Corrêa da Câmara e seu ajudante Cel. Manoel de Marques de Souza.

D. Diogo de Souza
1755 - 1829
1º Conde de Rio Pardo

Conforme mapa do acampamento havia uma capelinha de pau-a-pique barreada como os demais ranchos, armazém e hospital. A casa da pólvora fora construída com o basalto em grandes blocos perto da cachoeira e de uma picada do mesmo nome de São Diogo. A primeira missa solene para benzer a terra e os homens que iriam habitá-la, como

era de costume na época, teria sido rezada pela chegada dos capelães da Legião de São Paulo, José Luiz de Castro Manziler e o ajudante Antônio José Lésa, pois o capelão dos Dragões Imperiais do Rio Pardo, Vicente Pereira Fortes, havia desaparecido e sequer chegado ao acampamento.

Depois veio um início intensivo de doações das primeiras sesmarias em 1814 pelo Marquês de Alegrete para Belarmino Coelho, João da Costa Leite, Antonio José de Menezes e vários outros povoadores. Em 1818, tendo assumido o governo da província, o Conde da Figueira, D. José Castelo Branco Corrêa da Cunha Vasconcelos e Souza, incentivou o movimento povoador da região concedendo mais sesmarias. Entre estas, encontrava-se a sesmaria doada a Luciano Pinheiro e na qual, hoje está assentada Sant'Ana do Livramento.

Entretanto, uns anos antes, os acontecimentos que se desenrolavam no Rio da Prata por volta de 1810, que deveriam terminar com a emancipação política das colônias espanholas, motivaram a mobilização de um exército expedicionário brasileiro; acampado nas fronteiras da banda Oriental em 1811 com o pretexto de socorrer o Governador de Montevidéu Francisco Xavier Elio, designado pela Corte de Cadiz, do governo de Montevidéu. Elio vendo que não poderia resistir por muito tempo os revolucionários "independentes liderados por Artigas", pedira auxílio a Carlota, rainha de Portugal, a qual se encontrava no Rio de Janeiro desde a invasão da península ibérica, na Europa, pelos exércitos de Napoleão. Essa princesa ambicionava herdar os domínios de seu irmão, o rei Fernando III da Espanha, então prisioneiro na França. Ela trabalhava ativamente para se fazer coroar rainha do Rio da Prata.

A aflitiva situação de Elio e seu pedido de auxílio deram-se na ocasião de executar seus planos com um celebrado tratado de auxílio, pelo qual um forte exército português conduziu-se sobre o território Oriental. Esse exército intitulado PACIFICADOR, compunha-se de duas colunas: a da esquerda comandada pelo marechal de campo de cavalaria, Manoel Márquez de Souza, e acampou junto aos cerros de Bagé; a da direita sob o comando do marechal de campo de infantaria, Joaquim Xavier Curado, alojou-se junto às margens do rio Ibirapuitã. Comandava o exército expedicionário o capitão general ***D. Diogo de Souza*** *(governador e capitão geral da Província do Rio Grande de São Pedro)*. O lugar ***São Diogo***, ainda hoje existente, é no 5º Distrito do município de Sant'Ana do Livramento. D. Diogo governou o Rio Grande do Sul de 09 de Outubro de 1809 a 13 de Novembro de 1814, fundou Bagé em 17 de julho de 1811 e São Diogo, de onde nasceu Sant'Ana do Livramento.

As diferentes denominações do município

Por exigência de moradores da época, que eram devotos de distintas Santas, nossa cidade ficou com dois Oragos *(santo de invocação que dá nome a uma capela)*.

1º) São Diogo/1810 2º) Nossa Senhora do Livramento ou Capela de Livramento/1823 3º) Santa Anna do Livramento /1824 4º) Apenas por um ano, ***Livramento/1938 5º) Sant'Ana do Livramento***/*lei estadual nº 3308 de 13-12-1957, em definitivo.*

Joaquim Xavier Curado nasceu em Meia Ponte, hoje Pirenópolis, numa família tradicional, órfão de pai, partiu ainda adolescente para o Rio de Janeiro e assentou praça no exército como soldado nobre em 1764. Com um exemplar histórico militar, em 13 de maio de 1808 foi graduado no posto de marechal-de-campo e dois anos depois partiu para o Rio Grande do Sul, à disposição de D. Diogo de Sousa, Conde do Rio Pardo, governador local, que recebera a ordem de invadir o Uruguay. Formaram-se então duas colunas invasoras, ambas vitoriosas, e o sucesso lhe rendeu promoção ao posto de tenente-general, em 13 de maio de 1813. Entre os anos de 1815 a 1820 participou da Guerra contra Artigas. Na batalha de Catalán, em 1817, foi agraciado com a comenda da Torre e Espada, pelos atos de bravura no posto de 2º comandante do Exército.

O massacre Artiguista no Povoado dos Aparecidos

Em 1814 foram iniciados os trabalhos de erguimento de uma Capela, sob a invocação Nossa Senhora da Conceição Aparecida. A povoação ia progredindo, já contando com cerca de 40 casas, quando certo dia uma tragédia se revelou no Povoado dos Aparecidos , como era conhecido na época. Era um povoado perdido em terras perigosas, pois os castelhanos sempre passariam por ali a caminho das Missões. No meio da ventania do minuano, no sibilar cortante daquele vento sulino, abrigavam-se, na sotaina *(batina de padre)*, o corpo enregelado das crianças índias. O gado, as mulas, os cavalos eram amigos e sofriam também como eles, pois era uma nova raça surgindo no entremeio de uma guerra de fronteiras. Por isso, a fé funcionava. Deus era bem maior e até poderia defendê-los da castelhanada artiguista.

Mas, um dia, eles viram pelos lados de Quaraí, surgir por trás de uma coxilha, centenas de cavalos, fechava o grupo, o Coronel Verdun, índios e alguns cães horríveis, de orelhas caídas e várias matizes. Chegaram com grande alarido, assustando, derrubando e matando. O povo espavorido saiu a vadear pelas terras e arroios, fugindo dos soldados e índios liderados pelo Andresito, filho de criação de Artigas que, em fúria, vinham arrasando tudo que fosse obra de portugueses.

Conforme o padre ***José Paim Coelho de Souza***, então Cura de São Borja, naqueles dias de guerras e de invasões, a única coisa que os guiava era a fé. Fé em Deus, fé no trabalho, fé nos soldados e, principalmente, fé em Jesus e Nossa Senhora. Nada os faria mudar a direção da vida, pois as escolhas ficavam apenas entre o Reino de Portugal ou o Reino da Espanha. Poucos sabiam ler e escrever. Apenas era Deus que funcionava. A fé era o sustentáculo da esperança.

Disse o Padre: Era o dia 16 de setembro de 1816. Olhava aquilo tudo com amargura, para o pequeno povoado e todos fugiam em desesperada corrida, deixando para trás tudo o que haviam construído. "Deus não nos desamparou, apenas se ocupava com a acomodação do futuro". Ali ficou, naquele dezesseis de setembro, o nosso coração, enterrado nas margens do Inhanduí. Nunca mais lá choraríamos nossa terrinha. Fomos fugindo pelo campo a fora, sem saber para aonde ir e nem aonde chegar. Tudo se turvou naquele início de primavera tristonha.

NOTAS:

1811 a 1816: Período de permanência do Exército no Inhanduí, a 24 km da atual cidade de Alegrete, e que popularmente recebeu o nome de Capela Queimada.

08.02.1811: D. Diogo de Souza chega ao Ibirapuitã.

09.02.1811: Estaciona, no Ibirapuitã, a Artilharia de São Paulo, sob o comando do General Joaquim Xavier Curado.

Junho de 1811 - O Príncipe português, D.João (futuro D. João VI), ordena que se concentre no Rio Grande um Exército de Observação, chamado depois de Exército Pacificador, cujo comando entrega ao Capitão-General D. Diogo de Souza. Sua finalidade era evitar que as lutas do Prata atingissem o nosso território. Dividiu a tropa em duas colunas:

A 1ª Comandada pelo Marechal Manuel Marques de Souza, que acampou junto aos Cerros de Bagé.
A 2ª Comandada pelo Marechal de Campo Joaquim Xavier Curado, estabelecido no Ibirapuitã, recebendo o nome de Acampamento de São Diogo (hoje município de Sant'Ana do Livramento). Destacou-se do Exército uma coluna: Comandada pelo Coronel João de Deus Mena Barreto, para guarnecer as Missões.

25.10.1811: Convenção entre Portugal e a República de Buenos Aires, marcando os limites do Rio Grande do Sul com as Províncias do Prata.

1811-1812: O Governador D. Diogo de Souza mandou que uma força portuguesa acampasse à margem direita do Arroio Inhanduí, no local chamado pelos índios de Ararenguá. No fim de pouco tempo, afluíram para esse ponto algumas famílias de militares e vários paisanos, que fundaram uma pequena aldeia. Esse local também era conhecido como Povoado dos Aparecidos e seus habitantes eram chamados de "aparecidos".

12.09.1812: D. Diogo de Souza deixa o comando do Exército Libertador, e retira-se para o Porto Alegre.

De 18.10.1818 a 22.07.1820 - Toma posse da administração da Província do Rio Grande de São Pedro, o terceiro Governador General, o Marechal de Campo Dom José de Castelo Branco Corrêa e Cunha Vasconcelos e Souza, Conde da Figueira.

Em 1814 foram iniciados os trabalhos de erguimento da Capela, sob a invocação Nossa Senhora da Conceição Aparecida. A povoação ia progredindo até 16 de setembro de 1816, quando uma força dos chamados "independentes", da Banda Oriental, caiu sobre a nascente povoação, incendiando e destruindo tudo. Os habitantes do povoado fugiram para as margens do Rio Ibirapuitã, sob a tutela do General José de Abreu.

**fonte: Prof. Danilo Assumpção Santos (Diretor do Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete)*

Ruínas do Rincão São Diogo no 5º Distrito - 1960

O acampamento de *São Diogo* *serviu de base de* operações de um destacamento ao comando do Capitão José de Abreu, que expulsou várias vezes da região os artiguistas que tentavam invadir a região. Ali existiu um povoado perdido em terras perigosas, pois os castelhanos sempre passariam por ali a caminho das Missões. Com uma capelinha simples, contendo os seus humildes adornos como a riqueza maior para proteger as mais de 40 famílias. Pois que, o destino lhes reservou em 16 de setembro de 1816 um trágico fim, a Capela e o povoado do Inhanduí foram arrasados e queimados por orientais, denominados "independentes", comandos pelo Coronel José Antônio Verdun, seguidor de Artigas, que se dirigia para as Missões Jesuíticas. Os moradores foram obrigados a abandonar o local, estabelecendo-se no acampamento militar do império, dando origem assim, ao Curato de Alegrete sob a invovocação de Nª Sª Aparecida e outros ao Curato de Nª Sª do Livramento. São Diogo passou a ser conhecido, desde então, por ***Capela Queimada***. D. Diogo de Souza, na campanha de conquista do distrito de Entre-Rios, pertencente à Alegrete, doou muitas sesmarias a militares que dela participaram. E, assim, povoou-se a região com lideranças capazes de desenvolvê-la e defendê-la militarmente quando necessário.

Nota: Curato - Aldeia ou povoação administrada por um Cura (vigário).

Gaúcho retrado por Debret 1834 / 1839
Com a paz de Santo Ildefonso se intensificou a concessão de sesmarias aos que se haviam destacado na guerra, e esta classe de militares, agora donos de terras, foi a origem da aristocracia

As doações de semarias

A legitimação institucional da posse, por parte dos portugueses dos territórios de fronteira, se deu por meio das doações de sesmarias. Houve casos excepcionais, em que algumas posses foram adquiridas através da compra de outros sesmeiros. Os agraciados com sesmarias, em sua maioria, eram militares e guerrilheiros, com o duplo papel de pastores e soldados. Para Caio Prado Junior: "Apesar da limitação legal (3 léguas), o abuso não tardou, formaram-se propriedades monstruosas." Cada sesmaria na época em que estamos nos referindo, virada do século XIX, primeiras décadas a partir de 1800, correspondia a 150 quadras de campo. Veremos o que escreve Miguel Jacques Trindade no tocante à doação de sesmarias em Alegrete. Segundo o mesmo: "(...) muitas listas de sesmeiros foram publicadas e que só recebia sesmaria quem possuísse relevantes serviços prestados à causa do Império, houvesse chegado ao oficialato e, no mínimo, soubesse ler e escrever corretamente, bem como executar as quatro operações"; estes seriam então, os critérios para ser beneficiado.Ainda de acordo com Miguel J. Trindade, quem definia os concessionários de sesmarias na região de Alegrete era o líder militar José de Abreu: "Abreu recebeu com exclusividade a incumbência imediata da Coroa de distribuir grandes sesmarias (remeter listas de interessados ao Governador) também aos não militares, campos destinados aos misteres da pecuária".

Tem mais outro trecho do livro "Raízes Socioeconômicas de Alegrete": "(...) com a chegada de ***D. Diogo de Souza*** que distribuiu largamente léguas de campo aos seus cabos de guerra, provocou descontentamento aos que chegaram antes e que agora eram prejudicados. O mesmo vai acontecer com a estadia do ***Marquez de Alegrete*** nesta região." A mesma autora apresenta um documento histórico, que Joaquim Félix da Fonseca enviou a D. Diogo de Souza, datado de 11.04.1810, versando sobre José de Abreu: "O dito tenente tinha consentimento meu para deixar sem barulho nem desordem, fazer alguns assentamentos nas imediações daquela guarda, onde não houvesse inconveniente, enquanto os pretendentes não obtiveram as primeiras licenças superiores e ali se conservaram até que cheguem suas competentes sesmarias, sendo isto mesmo o que eu facilitava e permitia àqueles que para este fim a mim recorriam." Sobre a questão das sesmarias, segundo trechos publicados pela pesquisadora Maria Ignácia: "E como sempre a Lei das sesmarias que mandava conceder apenas três léguas de campo, foi iludida e desprezada pelos sesmeiros, e algumas vezes, pelo próprio governador, que fazia concessões largas, de preferência aos simpatizantes." Várias fontes afirmam que José de Abreu, falecido em 20 de fevereiro de 1827, por exemplo, recebeu uma sesmaria de nove léguas quadradas. Para Jacob Gorender, "o processo pré-capitalista de acumulação de meios de produção (terras), é a acumulação originária de capital." A origem, de muita riqueza acumulada, de muito latifúndio, foi como podemos testemunhar pela história, a partir da doação de terras por parte do governo.

Nota:
****Légua: É uma medida itinerária em Portugal em desuso, no Brasil equivale a 6.600 metros.***
****Sesmaria: Equivalente a 13.068 hectares. O tamanho das propriedades era aproximado, os limites eram rios, morros, etc.***

Bibliografia pesquisada:
Miguel Jacques Trindade- Alegrete: Do século XVII ao Século XX; V.I.POA; Ed.Movimento; 1985.
Caio Prado Junior- Formação do Brasil Contemporâneo; 23º Ed. São Paulo, Brasiliense, 1997.
Jacob Gorender- Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. Porto Alegre, Mercado Aberto,1987.

Bandeira do Império do Brasil

O acampamento da Imperial Carolina

Barão do Cerro Largo

Após os imprevistos das batalhas perdidas de Rincón e Sarandí (24 de setembro e 12 de outubro de 1825), nossos soldados foram obrigados a recuarem na fronteira ante a força de uma Pátria que se formava e, que pouco depois caia em poder de Buenos Aires. Em decorrência disso, o comandante das armas no Rio Grande do Sul, Marechal José de Abreu (Barão do Cerro Largo), foi demitido. O mesmo destino teve o Capitão Geral da Província Cisplatina, o General Lecor. Com um novo Governador das Armas da Província gaúcha, o Brigadeiro Francisco de Paula Massena Rosado, que devido as suas franquezas, ocasionaram mais dissolução na mobilização de nosso já diminuto exército, pois a má localização de seu campo de concentração em lugar impróprio poderia ser fatal.

Estabelecia-se na fronteira, duas brigadas ligeiras, uma em Quaraí e outra em Jaguarão e um recolhido cordão que José de Abreu havia adotado para guarnecer as fronteiras, isso foi ignorado com a injusta destituição dele, pois ainda atribuíam-lhe os revezes da campanha de 1825. Enquanto isso, do Rio de Janeiro deslocava-se um reforço de tropa para apoiar as operações de Rosado. A tropa demorou mais de um mês na Província da santa Catarina, de modo que só a três de fevereiro de 1826, foi assumir o exercício de suas funções de posto até 11 de janeiro de 1827.

Para tal posto de concentração de tropas, forma escolhidos os terrenos da Capela de Sant' Ana do Livramento, deixando todo o resto da extensa fronteira completamente desguarnecida. Tal escolha foi muito censurada, o terreno era pedregoso e as comunicações com o resto da Província eram difíceis. O local escolhido era o pior do momento, pois a população era nova e estava isolada, sem arborização e coberta de areia. As tropas concentraram-se em um ambiente de montes e banhado em seus declives por pequenos córregos afluentes do Ibicuí.

O acampamento estava sob-rigorosa disciplina militar, nessa localidade, que em pouco tempo ficou impregnado de elementos insalubres. As privações das tropas aumentavam dia a dia, principalmente por epidemias e com a chegada de mais soldados de outras províncias acometidos por várias doenças, inclusive contagiosas. O hospital de Livramento era um quadro apavorante de miséria e desgraças, eram doentes de todas as classes, sem separação e sem medicamentos, morriam indiscriminadamente sem nenhum conforto de nenhuma espécie.

O responsável principal pela desorganização dos batalhões foi o fato de o General José Egídio Gordilho de Barbuda *(1º Visconde de Camamu)* e Presidente da Província *(de 14/01 a 04/11-1826)*, que esquecido de qualquer sentimento patriótico, se deixou levar pelos baixos instintos de uma desavença de caráter político. E isso levou um ano sem que o governo Imperial diminuísse. Contudo, Rosado ao tomar conta de seu posto solicitou armamento, correamento, montarias, equipamentos de barracas e instrumentos cirúrgicos. Pois nada havia... E a guerra estava declarada, e o inimigo já galopeava nas fronteiras.

Visconde de Barbacena

No dia 1º de janeiro de 1827, assumia o Gen. Felisberto Caldeira Brant, ***Visconde de Barbacena***, o comando do Exército Imperial a operação no sul. Embarcou logo para a fronteira, onde viu pessoalmente a desorganização que Rosado havia permitido. Em pouco tempo tratou de abandonar o impróprio acampamento e partiu para Bagé no dia 13 de janeiro no meio de grande entusiasmo.

O General Osório em 1877, da tribuna do Senado Brasileiro pronunciou um discurso advogando da grande importância de uma estrada de ferro construída até a fronteira do rio Grande do Sul com o fim estratégico. Referindo-se a Livramento disse do célebre acampamento que o Brigadeiro Rosado intitulava da Imperial Carolina:

"Quando se preparou um exército em Sant'Anna do Livramento para invadir o território inimigo, esse exército enterrou ali mais de 700 soldados por mortos quase a fome, em estado deplorável, sem medicamentos, sem hospitais – tudo era miséria.

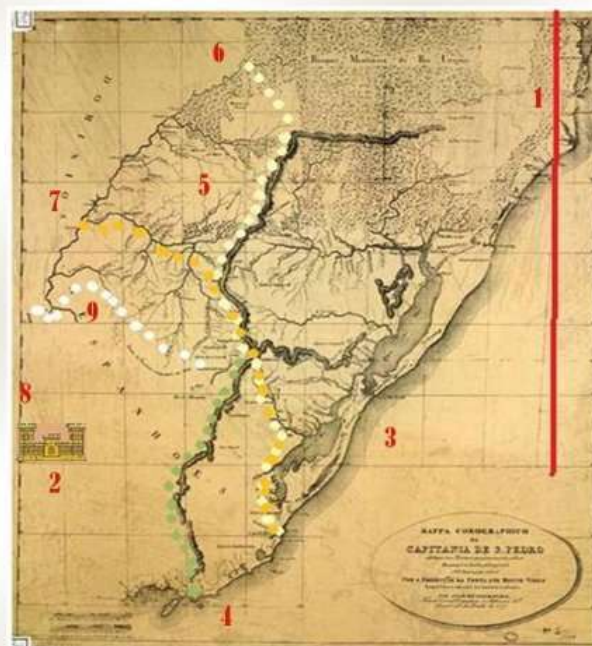
Eu vi muitas vezes, quando se retiravam os batalhões do exército, deixaram nas linhas das manobras soldados como se estivessem mortos no campo de batalha, tendo caído em seus postos, semivivos, extenuados de fome: eles não tinham um pouco de farinha, nem sal, o seu sustento diário era duas libras de carne assada. E estávamos senhores no nosso território.

As carretas que podiam levar alguma coisa para esse exército, não tinham condutores, porque estes estavam em armas; eram os primeiros soldados que para ali se chamavam. De maneira que o general estava em sítio no seu próprio país, e vendo os seus soldados morrendo de fome.

Ainda há de haver algum desse tempo, tão velhos como eu hoje, então bem moço.

"O quartel General em Livramento foi um erro."

Província de São Pedro

A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul *foi criada em 28 de fevereiro de 1821 a partir da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1807 — 1821). Entre 1835 e 1845 seu território foi objeto de cisão pela Republica Rio-Grandense, voltando a integralizar-se com a paz. Teve os limites territoriais acertados com o Uruguay em 1850. Depois, com a proclamação da República brasileira , viria a ser o atual estado do Rio Grande do Sul.*

Capitania de São Pedro – 1801 e evolução do território RGS

Bandeira da República Rio-Grandense

Evolução da Conquista do Território Rio-Grandense

1 >1494-Tratado de Tordesilhas (O Rio Grande do Sul era totalmente espanhol).

2 >1680- Fundação da Colônia do Sacramento (a presença portuguesa quebra o monopólio espanhol na área).

3 >1737- Fundação do Presídio de Rio Grande (aumenta a ocupação regular portuguesa).

4 >1750- Tratado de Madrid (revogou o Tratado de Tordesilhas e para assegurar a navegação exclusiva do Prata trocou a Colônia de Sacramento pelo Sete Povos Orient ais. Portugal ficou com Bacia Amazônica e Espanha com Bacia do Prata).

5 >1761- Tratado do Pardo (Jesuítas não aceitam a autoridade portuguesa. Índios guarani reagem a transferência para o ocidente do rio Uruguai. Guerra Guaranítica. anula o Tratado de Madrid).

6 >1777- Tratado de Santo Ildefonso (criou os campos neutrais amparo dos gaúchos marginais).

7 >1801- Tratado de Badajoz. Conquista Militar das Missões (Sete Povos) pelos portugueses.

8 >1821- Tratado de Incorporação (Província Cisplatina) do Uruguai ao Brasil (liberto em 1828).

9 >1851- Tratado de 1851 (incorporou terras ao sul do rio Ibicuí, definindo o contorno do território do atual Estado do Rio Grande do Sul).

A fundação de Sant'Ana do Livramento

Em 1818 o 1º Conde de Figueira, D. José Castelo Branco Corrêa da Cunha Vasconcelos e Sousa. Governador e capitão Geral da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul doou por sugestão do Sargento-Mor José Joaquim Alves de Moraes a Luciano Pinheiro, um campo medindo uma légua de frente por três de fundo, que ficava demarcado na nossa localidade atual. A carta encontra-se arquivada no Museu da Folha Popular e como tal, é preciosa ascendência da Capela que deu origem ao nosso município: Transcrevo-a aqui com a grafia da época:

Província de São Pedro do Rio Grande do Sul - 1822
(João C. Campomar/1942)

Carta de sesmaria pela qe. V. Exa. Foi servido conceder a Luciano Pinheiro huns campos de que está de posse na Fronteira do Rio Pardo contendo a extensão de huma légua de frente e três de fundo. Dom José Castelo Branco, Conde da Figueira do Conselho de Sua Magestade El Rey Nosso Senhor, Veador da Sereníssima Princesa D. Maria Francisca Benedita, Gran Cruz na Ordem de Nossa Senhora da Conceição, Comendador nas de Cristo e Torre e Espada, Capitão General da Capitania de São Pedro e etera! Faço saber aos qe. esta minha carta de Sesmaria virem que tendo respeito a me representar Luciano Pinheiro morador nesta Capitania não tem obtido graça de Sesmaria em seu nome ou de interposta pessoa e achando-se na Fronteira de Rio Pardo de posse de huns campos sito nas origens do Rio Ibicuy, qe. confronta pello Norte com uma vertente grande do dito Ibicuy que divide terras dos herdeiros de José Teixeira de Matos e outras de Belarmino Coelho da Silva, pelo Leste com outra vertente menor que deságua naquelas e divide terras de José Ribeiro e pello outro com terras de Vicente Borges do Couto e Salvador Pires e faz fundos ao Sul em qe. queira estabelecer huma fazenda de criar gados, pedindo-me lhas concedesse por Sesmaria para possuilas com legitimo título e atendendo ao seu requerimento as diligencias do estilo a qe. se procedeu a informação da Câmara respectiva mais a do Doutor Ouvidor Geral da Comarca sobre o qe. de tudo se deu vistas ao Doutor Procurador da Fazenda Real desta Capitania a qe. se não ofereço dúvida alguma: Lhas por bem em conformidade das ordens régias conceder de sesmaria no Real nome d'Rey Nosso Senhor ao dito Luciano Pinheiro os campos pedidos para criação de gados contendo a extensão de huma légua de frente e três de fundo no sitio referido com as confrontações indicadas, sem prejuízos de terceiros ou de direito que qualquer pessoa delles tenha mas com declaração de qe. os povoará no termo de dous annos contados desde a data da presente Carta cuja condição mostrará satisfeita apresentando na Secretaria deste Governo atestação do Dizimeiro por onde conste ter dado ao dízimo o número de cabeças pertencente ao terceiro anno, e de que no mesmo limite de dous annos pleiteará de Sua Majestade pela mesa de

Desembargador do Paço confirmação desta Carta ajuntando a sentença de medição e demarcação nos termos qe. determina o Alvará de vinte e cinco de janeiro de mil oitocentos e nove e na forma do artigo décimo quarto do Bando de vinte e nove de dezembro de mil oitocentos e dez publicado nesta Capitania, clausula qe. mostrará cumprida com a própria confirmação ou certidão a pagar o foro de a ter requerido em o tempo prescrito qe. será improrrogável e além do dízimo a Deus ficará sujeito a pagar o foro qe. sua Majestade em virtude da Carta Régia de vinte de janeiro de mil seiscentos e noventa e nove ou de futuro for servido estabelecer nestes campos, também terá obrigação de conservar e aumentar com plantações de arvores análogas a natureza do terreno os matos compreendidos nas suas divisas a fim de precaver a grande falta que já se experimenta em alguns lugares de madeiras de construção e athé de combustíveis reservado-se daquelles todos os paus Reais que sirvam para embarcações os quais não poderão cortar sem licença deste Governo e deverá fazer em suas testadas todos os caminhos públicos e particulares qe. forem necessários para pontes, fortes, portos e pedreiras; outrossim descobrindo nelles rio caudaloso que necessite de barca para ser atravessado deixará de huma das margens hum quarto de légua em quadro destinado a comodidade geral; e sendo preciso fundará Villa, Povoação ou Freguezia e no Districto della largará meia légua em quadro para fracção publica livre de pensão alguma a seu beneficio bem como tudo aquillo em qe. se acharem vieiros ou minas de qualquer qualidade de metal que for.

Não se poderão vender ou trocar Campos desta Sesmaria nem parte delles sem concessão deste Governo o qual a vista da Escriptura de venda se averbará nos termos onde estiver registrada esta Carta e sua confirmação e da mesma sorte ahy se averbarão todas as passagens de domínios que por heranças ou doação houverem de ter afim de sempre constar quais são os possuidores dos mencionados campos e faltando ele sesmeiro os seus sucessores, a qualquer das sobre ditas cláusulas por serem conformes as Ordens Régias e as qe. dispõem a Lei Foral das Sesmarias ficarão privadas desta e se darão a quem pedir e denunciar.

Pelo que ordena ao Ministro ou Official de Justiça a que competir de posse a Luciano Pinheiro dos referidos campos na maneira declarada. E por firmeza de tudo lhe mandei passar a presente carta por mim assignada e selada com o sinete das minhas armas a qual o cumprirá como nella se contém e se registrará nesta Secretaria do Governo, na da Junta da Pfazenda Real e na Câmara do Districto. Dada nesta Capital de Porto Alegre aos dezoito de Dezembro de mil oitocentos e dezoito. – Manoel da Silva Freire, Secretário do Governo a fez escrever. – Conde da Figueira

– Carta de Sesmaria pela qual Vossa Excelência foi servido conceder a Luciano Pinheiro huns Campos de que está de posse na Fronteira do Rio Pardo contendo a extenção de huma légua de frente e três de fundo como a cima se declara: Para V. Exa. Ver Nº 8889.

– Pagou 4$000 de selo –Banda Azevedo – Por despx. de S. Exa. de 17 de dezembro de 1818.

Essa sesmaria que pertenceu inicialmente a Luciano Ribeiro em 1823, era de propriedade de seu filho José Pinheiro de Novilhar. Ao tomar conhecimento da possibilidade da Capela vir a ser construída em suas terras, alegou a situação de extrema pobreza e a impossibilidade de ceder a área necessária a essa finalidade, ainda que isso fosse de sua obrigação, de acordo com as cláusulas constantes da Carta de sesmaria. Antônio José de Menezes, que além de fazendeiro em São Diogo, era Vereador e Juiz de Paz no município de Cachoeira, diante dessa situação, comprometeu-se a adquirir e doar a futura povoação. Caso fosse aceita a sugestão formulada as autoridades governamentais pelo Sargento Mor Joaquim Alves de Moraes, meia légua de campo, o que fez assinado na presença de testemunhas, a seguinte declaração:

"Digo eu abaixo assinado que por me compadecer da suma pobreza do Senhor José Pinheiro de Novilhar, e de sua mulher e filhos, me proponho a beneficiá-lo e a sua dita família obrigando-me por minha pessoa e bens, a que no caso de que se lhe retire a meia légua de campo que tem neste lugar para a criação da Capella que se pretende edificar a bem da comodidade pública, e principalmente deste Distrito, fazer-lhe boa outra meia légua de campo em outra qualquer parte em que se venda e que o dito Senhor Pinheiro as queira comprar. E por firmeza do que tenho expendido passo a presente sem constrangimento de pessoa alguma, e por mim somente assinada.

Coxilha de Itaquatiá, vinte e nove de junho de mil oitocentos e vinte e três. Antônio José de Menezes. Como testemunha José Joaquim Alves de Moraes, Alexandre Bueno de Camargo, Geronimo Coelho Rodrigues".

As terras de ***Sant'Ana do Livramento pertenciam ao município de Alegrete e este incorporado a paróquia de São Francisco de Borja.*** Conforme determinação do bispo do Rio de Janeiro por uma portaria de 08 de março de 1816, antes, portanto, das já mencionadas concessões. O Bispado do Rio de Janeiro compreendia o Rio Grande do Sul até a sagração e posse de D. Feliciano Prates, o criador da diocese rio-grandense. Seguindo uma iniciativa dos fazendeiros de Alegrete, outras pessoas que viviam mais ao sul normalmente cogitavam edificar uma ermida para uma vida social que começaria por uma organização da paroquial.

NOTA: Naquele tempo as famílias se dividiam por sua santa de devoção e se reunião para orar e até exigiam sua santa de devoção como nome da localidade como proteção.

A localização do povoado de Nossa Senhora do Livramento

O primeiro local escolhido para o povoado de Livramento foram as terras entre dois braços do Ibirapuitã, cedidas pelo sesmeiro Antonio José de Menezes. Porém, outros sesmeiros procuraram de todas as formas afastarem a povoação de suas estâncias. Foi tentada a fundação do povoado na várzea de Livramento, que devido às péssimas condições do terreno, a ideia não progrediu. Então foi escolhido em definitivo como lugar, a Coxilha Grande, onde logo se transferiram os poucos habitantes da várzea. O terreno fazia parte da sesmaria de Luciano Pinheiro, que não tardou em ceder, por lhe ser de obrigação, em virtude das condições impostas aos sesmeiros, de em suas extremidades de campos em meia légua em quadro, para a edificação de povoado. Os primeiros habitantes tomaram a peito a construção da Capela e distribuição dos terrenos urbanos, mas como era lei da Igreja, a Capela dependia de uma licença superior Eclesiástica.

Início da povoação da região de Alegrete

É importante citar que desde 1806, no território onde hoje se situa o município de Alegrete, foram distribuídas mais de 320 sesmarias, iniciando a sua respectiva povoação. Os estancieiros trataram de fundar uma povoação e edificar uma Capela que seria o ponto de convergência para o culto de sua fé. Segundo Walter Spalding, desta forma, "libertavam-se das contingências de ir mendigar os Sacramentos na Paróquia de São Borja, distante de 160 a 215 km, atravessando com alguns dias de viagem e por extensos campos, onde com o interstício de algumas léguas, avistava-se uma rara habitação, além das dificuldades e perigos com a passagem pelos rios caudalosos e banhados imensos". Em 27/01/1817, o Comandante do Distrito de Entre Rios, o Tenente Coronel José de Abreu manda iniciar a construção das moradias para os fugitivos do Inhanduí. Quando José de Abreu recebeu as ordens do Marquês para erguimento da povoação, ele já havia determinado o local e iniciado realmente o povoamento, com a construção das primeiras habitações, ali, na retaguarda das tropas, nos fundos do acampamento do Ibirapuitã. Se Antonio José Vargas foi o "doador das terras onde está a cidade de Alegrete", porque tinha o senhorio das terras, na qualidade de Comandante Militar e D. Luis Telles da Silva Caminha e Menezes. 5º Marquês de Alegrete foi o fundador legal de Alegrete, que dele tomou o nome, porque, por sua autoridade, a "nova povoação", foi estabelecida e legalmente reconhecida em sua qualidade de representante do Monarca Luso-brasileiro. Em 06-Set-l808 - Província de São Pedro - O Marechal de Campo e de Infantaria Joaquim Xavier Curado escreveu ao General Marques de Souza, comunicando-lhe o receio de que a Capitania do Rio Grande sofresse a invasão dos castelhanos, pois tinha perfeito conhecimento das manobras pelas quais a pretendiam invadir. Graças aos seus avisos repetidos, Dom Rodrigo de Souza Coutinho lembrou-se de cuidar da defesa do Continente. Em 1808 o primeiro português a se estabelecer em terras de Alegrete, ao que tudo indica, foi João Manoel Pinto, no Rincão de São Miguel, seguido, logo após, por uma boa leva de portugueses que ali ergueriam suas casas e cuidariam do gado.

**fonte: Danilo Assumpção Santos (Diretor do CEPAL - Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete)*

Municípios que se originaram de Alegrete					
Uruguaiana Criação em 06/04/1874 Lei 898	**Livramento** Criação em 10/02/1857 Lei 351	**Rosário do sul** Criação em 19/04/1876 Lei 1.020	**Quaraí** Criação em 08/04/1875 Lei 972	**Bagé, Piratini e Caçapava** (Parte das separações) 1846 - Lei 65	**Artigas** (São Eugenio de Cuarehim) Separação em 1851 e fundada em 1852 pelos uruguaios

Fundação da Capela Nossa Senhora do Livramento
Óleo do Prof. Ascanio Ilo Frediani

A data de fundação de Sant'Ana do Livramento

Atendendo a diversos pedidos e ao requerimento que lhe endereçou o sesmeiro Antonio José de Menezes e também assinado por vários proprietários. O Vigário Geral interino, João Batista Leite de Oliveira Salgado, concedeu a licença requerida para a edificação no Distrito de São Diogo *(Local atual)*, da ***Capela Nossa Senhora do Livramento no dia 30 de julho de 1823***, data essa sancionada como fundação oficial de Sant'Ana do Livramento. A Capela Nossa Senhora do Livramento, talvez por exigência dos moradores da então chamada "Caixa de Serros de Santana" tomou, mais tarde, o nome de Santa Anna do Livramento, ficando com dois Oragos *(santo de invocação que dá nome a uma capela)*. A seguir, a transcrição do documento com grafia da época, o qual está arquivado no Museu Municipal David Canabarro:

João Batista Leite de Oliveira Salgado, professo na Ordem de Cristo Examinaden Sinodal do Bispado Juiz de Casamentos Justificações e Resíduos, Provisor e Vigário Geral Interino desta Província do Rio Grande do Sul por sua Excellencia Reverendíssima et cetera – Aos que esta minha Provisão virem: saúde e paz em o Senhor – Faço saber qe. atendendo eu o qe. por sua petição retro me representaram Antonio José de Menezes e outros moradores no distrito de Santa Maria e São Diogo, Fronteira da Villa de Rio Pardo nêste Bispado e Província hei por bem lhe conceder licença como pela presente minha provizam lhes concedo pella parte qe. pertence a Autoridade Ordinária do Bispado pr. qe. possam erigir na forma dos Sagrados Canones, uma Capella com a invocação de Nossa Senhora do Livramento, a qual terá Patrimônio ou Dote constituido pr. qe. possa gozar o titulo de Capella qe. requerem e a erigirão no lugar mais cômodo e Central ao aprazimento de todos, e depois de ereta será visitada e benta na forma do Ritual Romano pello Reverendo Pároco respectivo ao qual dou comissão, pr. qe. depois de edificada a dita Capella a visite e aprove achando os Altares em forma decente e com o mais necessário relicário pr. a celebração do Santo Sacrifício da Missa e mais officios Divinos.
E declaro qe. antes dos referidos atos da visita e Benção, se não possa nela celebrar de baixo das penas de interdito local e de suspensão pessoal; mas depois de Benta, qualquer sacerdote qe. celebrar na dita Capella será obrigado nos Domingos e dias Santos a explicar a Doutrina Christan

pelo Catecismo aos meninos e adultos qe. necessitarem; e logo qe. acabar a Missa e antes de se recolher para a Sacristia fará os Atos de Fé, Esperança e Caridade em voz alta juntamente com o povo qe. assistir, de cuja omissão dará conta a Deus Nosso Senhor, e os Reverendos Visitadores lhes levarão em culpa. E para constar de sua legalidade dentro de hum anno a apresentarão a Sua Excelência Reverendíssima para a Confirmar, e se registrará onde competir.

Dada e passada em a Residência de Porto Alegre sob meu sinal e sello ex causa aos ***30 de julho de mil oitocentos e vinte três.***

Eu o Padre Manoel José Sanhudo, Escrivão da Câmara Eclesiástica, a subscrevi – João Batista Leite de Oliveira Salgado. Provizam por que Vossa Senhoria há por bem conceder licença a Antonio José de Menezes e outros moradores de Santa Maria, São Diogo, para erigirem uma Capella com a invocação de Nossa Senhora do Livramento na forma acima".

*fonte: Cúria Metropolitana - Porto Alegre, 1968 - Padre Rubens Neis - Secretário Geral do Arcebispado.

De acordo ao historiador Ivo Cagianni, a concessão da licença pelo Vigario Geral interino, João Batista para a edificação da Capela é sem dúvida, a verdadeira certidão de nascimento de Sant'Ana do Livramento. A partir do dia 30 de julho de 1823, realmente teve início o processo de fundação da cidade, através da licença oficial e definitiva para a instituição da Capela, em torno da qual foi sendo formada a povoação. Daí a razão de ser a data em que se comemora anualmente o aniversário de Sant'Ana do Livramento, que nascida sob o signo da estância, nossa cidade tem sua origem legítima baseada na economia pastoril, e sua vida, como a da maioria dos núcleos urbanos do Brasil, começou sob os braços da cruz.

A construção da Capela de Nossa Senhora do Livramento, filial da Matriz de Alegrete e pertencente ao município de Cachoeira, teve lugar no ano de 1823. O pedido de elevação da mesma a Curada (*Aldeia ou povoação administrada por um cura*) foi concedido por provisão passada a 22 de março de 1824, pelo Vigário Geral efetivo Antonio Vieira da Soledade (primeiro senador eleito e escolhido para o Rio Grande do Sul). Foi nomeado nessa ocasião o primeiro pároco, o cura Frei Bernado das Dores, carmelita descalço. Essa providência está conservada no Museu Municipal David Canabarro e registra os seguintes termos transcritos aqui com a grafia da época:

"Antonio Vieira da Soledade, Cavalheiro Professo na ordem de Christo, Conigo desta Igreja Catheral e Capella Imperial...

... Censor do Ordinário Examinador Sinodal do Byspado, Juiz dos Casamentos, Justificações, e Reziduos, Provisor e Vigário Geral desta Província, e da mesma vizitador Geral, por S.Exa.Rma.

Aos qe. esta minha Provizam virem saudade e paz em o Sr. Faço saber qe. atendendo ao que por sua petição retro me enviaram...

Antonio José de Menezes, e mais devotos da Capela de Nossa Senhora do Livramento, Erecta no Destrito de S. Diogo, Fronteira do Rio Pardo.

Hei por bem, de lhe Conceder a graça de elevar adita Capella de Nossa Senhora do Livramento, a Curada, podendo por isso terem na mesma Pia Batismal, Sacrário, para poderem administrar aos que forem ser aplicados os sacramentos da Eucaristia Batismo, sem prejuízo dos direitos Parochiais, para cujo fim o Rdo Parocho respectivo nomeará Capelão idôneo, que com provizam... minha possa servir o Emprego de Capella Curado, Convencionandosse com elle nos emolumentos de Costume assim como o mesmo Reverendo Vigário da vara respectiva nos limites, que ficarem pertencendo a mesma Capella, e para que conste da legalidade da elevação do dito Curado Será esta nos livros do mesmo registrada, e na vara respectiva; Data e passada em a Residência de Porto Alegre sob o meu Sinal e Sello.

Ex Cauza, aos 22 de Mço. de 1824, e Eu o Padre José Sanhudo , Escrivam da Câmara Ecleziastica o Subscrevi. Antonio Vieira da Soledade."

As contestações pela escolha do lugar

Apesar da decisão governamental para a construção da Capela em área sugerida pelo Sargento Mor, moradores das imediações da Capela de Nossa Senhora do Livramento, em São Diogo, mantinham sua luta voltando a requerer da Junta Governativa da Província, que ficassem em vigor os despachos do Vigário Geral a respeito da referida Capela, não obstante quais fossem os despachos que o Governo houvesse proferido contrariamente as suas pretensões de não mudar a Capela de lugar. Em suas longas e exaustivas exposições, alegavam que a junta não deveria fazer caso das informações do Sargento Mor José Joaquim Alves de Moraes, pois para eles, faltava-lhe conhecimento sobre o assunto. Além disso, diziam, não devia desprezar a opinião do comandante do Distrito, que era pessoa da mais alta probidade e que tudo sabia do terreno com profundidade.

A 14 de agosto de 1823, a Junta Governativa da Província deu despacho ao pedido dos moradores, declarando que havia decidido terminantemente sobre o assunto, confirmando assim o despacho proferido a 28 de julho, mandando que fosse edificada a Capela nos campos de José Pinheiro Novilhar.

Inconformados, aqueles que defendiam a Capela de São Diogo apresentaram novo requerimento. Desta vez responsabilizando perante Deus os membros da Junta Governativa, a Assembleia Constituinte e Legislativa e a Sua Majestade o Imperador pelos males que vinham sofrendo os moradores do Distrito, onde existiam mais de duzentas pessoas sem poderem de desobrigar dos preceitos da Quaresma. Além disso, faziam referências ao fato de que a Capela fora construída por mais de oitenta moradores, todos fazendeiros, a fim de verem suas famílias e a fronteira livre dos insurgentes da banda do Uruguay, inimigos da Religião e da honra e glória do Império.

A pouca firmeza da Junta Governativa, temerosa das possíveis consequências de suas decisões anteriores, deu a esse requerimento o seguinte despacho:

"A vista das poderosas razões dos suplicantes e a atestação a ele junta do Rdo. Coadjutor, em que mostra haverem mais de duzentas pessoas para se desobrigarem e algumas famílias já estabelecidas na Capela em questão, fiquem por ora sem efeito os despachos deste Governo a favor do suplicado Antônio José de Menezes e responda este sobre os motivos que alegam os suplicantes.
Palácio do Governo em Porto Alegre, 25 de agosto de 1823".

O funcionamento da Capela de Nossa Senhora do Livramento, em terras de José Pinheiro de Novilhar, foi temporariamente suspenso por um ato de fraqueza do próprio Governo. Diante dessa situação os moradores em torno da Capela, representados pelo Sargento Mor João Antônio Alves de Mores, voltaram com outro requerimento mais agressivo, chegando a considerar ingênuo o despacho dado pela Junta Governativa da Província, eis que fornecia armas ou argumentos à Antônio José de Menezes, reconhecendo ser ele o legitimo proprietário do terreno onde fora iniciada a povoação, quando na realidade não passava de um simples comodatário, e além disso, ainda dava-lhe o direito de manifestar-se a favor ou contra a permanência da Capela onde estava construída.

A Junta reagiu terminantemente por inviabilizar completamente a Capela de São Diogo, pois transferiu o assunto para outra esfera, ou seja, que a decisão final, conforme despacho a seguir, ficasse com o Imperador Dom Pedro I:

"A Capela que os suplicantes tratam, não deve entrar em exercício sem licença de S.M.I. como Grão Mestre das Ordens, a cujo cargo estão as Igrejas do Império.
Palácio do Governo em Porto Alegre, 03 de setembro de 1823."

A demolição da Capela em São Diogo

Em novembro de 1823, num pedido de averiguação dos moradores de São Diogo ao Sargento-Mor José Joaquim Machado de Oliveira, sobre a demolição da Capela Nossa Senhora do Livramento, diz:

"Atesto que passando no dia 15 do corrente pelo Distrito de Alegrete, vi que se havia demolido uma Capela que me consta fora ereta nas imediações de São Diogo, campo do Menezes, constando-se-me que para esse fim se praticara o engano de exigir do Sacristão a chave da Capela para fazer oração e que tirando-se as suas imagens, fora prontamente arrasada.
O referido é verdade.
Porto Alegre, 27 de Novembro de 1823.
Ass: José Joaquim Machado de Oliveira".

José Joaquim Machado de Oliveira, que pertencia ao Estado Maior do Exército Imperial, e que estava sob ordens do Marechal Governador das Armas da Província, limitou-se a atestar o fato, omitindo-se em apontar os supostos autores.

No entanto, os moradores das imediações de São Diogo, não tardaram em imputar a responsabilidade da demolição da Capela à Antônio José de Menezes, chegando a afirmar que por suas ordens, o Cadete Furriel de Melícias, Feliciano Feliciano da Costa, após retirar as imagens sacras, arrasaria a Capela. Mas os mesmos que acusavam a Antônio José de Menezes, no corpo de um requerimento endereçando à Junta Governativa da Província, em agosto de 1823, diziam: *" Não é possível que V. Exas. não reformem os seus dispachos pelos quais tem determinado que seja demolida a Capela que com licença desse Governo foi ereta com tanta devoção por vontade unanime de mais de oitenta moradores da Fronteira..."*

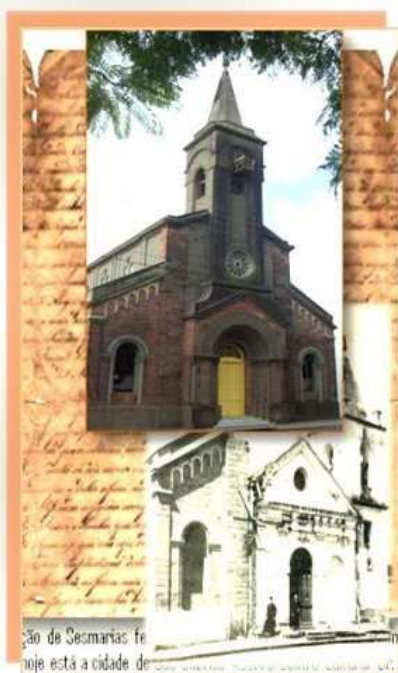
Na época, chegaram até ser solicitada providências junto ao Imperador D. Pedro I para que Antônio José de Menezes fosse punido pela justiça e obrigado a reconstruir a Capela. Porém o caso se arrastou por longo tempo sem nenhuma solução. Além de nunca ser autorizado o funcionamento da referida Capela, não foi ela reconstruída e nem o Sr. Antônio José de Menezes sofreu qualquer sanção. A verdade é que em momento algum ficou evidenciado e muito menos provado a participação do Sr. Menezes no triste episódio, pois não portava ele nenhuma autoridade para ordenar a um Furriel das Milícias do Exército a cumprir tal ação.

A construção da nova Capela Curada

Foto de 1922 quando da demolição da capela original para a edificação da atual Matriz em estilo barroco.

Enquanto os moradores das imediações de São Diogo, onde a Capela Nossa Senhora do Livramento havia sido demolida, debatiam-se com obstinação de fazer vingar uma povoação, cuja localização fora condenada pela impropriedade do terreno. Dada às providencias para a construção da nova Capela demarcando os limites e elevado-a a Curato, com a mesma denominação não mais nas terras da Sesmaria de José Pinheiro de Novilhar, mas agora, em nova área doada pelo seu fundador Antônio José de Menezes e outros moradores. Faltava, no entanto estabelecer os limites da abrangência. Para tal fim, foi nomeado o vigário da vara de São Borja, José Paim Coelho de Souza, que após ouvir os fazendeiros dos dois distritos, transcreveu o seguinte registro dos limites de demarcação. O qual é transcrito aqui com a grafia da época, o qual está arquivado no Museu Municipal David Canabarro:

Registro dos limites que dividem os aplicados a Capela do Livramento com este Curato:

"Aos vinte e três dias de Maio de mil oitocentos e vinte e quatro, nesta Capela Curada de Nossa Senhora de Livramº. Aonde me axava pª. o efeito de vizinhar e benzer ammª. Capella, me informei dos principais vizinhos abaixo assinados práticos do território, e com elles designei os limites das aplicadas a dita Capella, e são os segts: Pela Coxilha

Grande qe. divide o Estado Cisplatino, correu d'Oeste para Leste até a vertente do Banhado Upamaroti qe. dece o rumo do Norte a entrar no Ibiquy do Passo da d'Armada, e seguindo por este até as barras do Vacacaí, e continuando pr. Este acima a rumo d'Oeste até a Serra a procurar a vertente mais próxima d'Ibiraouitan Xico, e decendo pr. Este até a confluência com Ibirapuitan Cr. E, voltando pr. esta a rumo de Sudoeste até a sua vertente em um ramo da dita coxila Gre. E voltando esta a procurar a próxima vertente do galho do Quaraim denominado Sarandi. Decendo pr. Este até a sua entrada no dito Quarain qe. fica imediata a confluência do arroio – Catalam – e continuando pr. este acima até a sua vertente na supradita Coxilha Gre. qe. divide o Estado Cisplatino, e daqui procurando a vertente do Mata-olho qe. vai a entrar no Rio Arapui, qe. divide a Província Cisplatina e pr. esta forma se dizignarão os limites do território qe. fica pertencendo ao sobre dito Curado, Era ut Supra – o Vigário da Vara José Paim Coelho de Souza – Antonio Pinto d'Azambuja – Belarmino Coelho da Silva – Manoel Cavalheiro d'Oliveira – Mel Alz Coelho de Morais – João da Costa Leite – Francº Roiz' da Sª - Marcos Gulharte Pinto – Roling Feª de Bairros – Custodio Teixeira Pinto – Joaquim da Ctª Leite – o Cura Frei Bernardo das Dores – registram-se os limites retro especializados e determinados neste cartório, e nos dois cartórios d'Alegrete, e Livramento. Alegrete 25 de Maio de 1824 – Paim – E nada ms. Se continha no termo qe. dezignava os ditos limites, escritos e assinados no Rmo. Sr. Cônego Provisor, Verso na provisão do Ilmo. Vigário Geral desta Província Antº Vieira da Soledade.

Pela qual elevou a qla. Capela a Categoria de Curato. O referido passo no verd. Qe. afirmo in find Parrochi.

Alegrete 26 de Maio de 1824
O Rdº José Paim Coelho de Souza.
Antonio Luiz Penteado.
Cura de Livramtº"

A confirmação de doação da área

Luis Teles da Silva Caminha e Menezes
5º Marquês de Alegrete (1775 + 1828)

Antônio José de Menezes - que deteria grau de parentesco com o Luis Teles - foi um dos agraciados com acres de sesmarias, em 1814. Há, entretanto, uma dúvida histórica nesse ponto: teria sido o pai de Luis Teles, Fernão - o 4º Marquês do Alegrete o doador, bem antes, em 1739, porém somente houve o convencimento por parte de Antônio José e outros, vários anos depois. Luís Teles teria honrado os votos do pai, renovando a doação, finalmente aceita pelos recebedores, os quais decidiram estabelecer-se nas terras. Se isso é verdade histórica, ou não, até hoje, não houve confirmação oficial como fato. Vale lembrar que Marquês de Alegrete foi um título nobiliárquico português criado por D. Pedro II, rei de Portugal por carta de 19-08-1687 a favor de: Manuel Teles da Silva, o 1º marquês de Alegrete *1641. ***Luis Teles da Silva Caminha e Menezes*** foi o 5º marquês de Alegrete *1775. Segundo ***Ivo Caggiani***, existe uma incontestável e vigorosa prova de que Antônio José de Menezes foi o autor da doação do terreno não só para a Capela de Nossa Senhora do Livramento, como também para a respectiva povoação. Daí a razão dele ser, com justiça, considerado o fundador de Sant'Ana do Livramento.

Como prova, a Câmara de Vereadores, tratando da distribuição de terrenos em carta enviada ao Presidente da Província em 12 de maio de 1858, diz:

"Ilmo Exmo. Sr. – Em cumprimento a Portaria de V. Exa. sob nº 6 de 21 de abril último, ordenando a remessa de uma relação dos terrenos devolutos e cujo uso tem concedido até o presente e de que trata o art. 2º, parágrafo 25, da Lei do Orçamento municipal nº 370 de 1857, esta Câmara Municipal passa a responder: Desde a instalação desta Vila, a Câmara não tem concedido o uso, propriamente dito, de terreno algum e mesmo entende, que não pode fazer, porque vacila sobre o direito de fazer tais concessões, visto que antes da criação desta Vila, nem a Câmara de Alegrete, resolveram sobre as petições que lhe foram endereçadas. É exato, porém, que os terrenos, que fazem parte da ***meia légua doada*** *pelo finado* ***Antônio José de Menezes****, para fundar esta povoação há trinta anos e cinco anos, então de posse de particulares, pela maior parte segundos, terceiros e quartos ocupantes.*

Deus Guarde a V. Ex.

Sr. Conselheiro Ângelo Moniz da Silva Ferraz, Presidente desta Provincia.

(Ass.)Vereador Presidente Antônio Soares Coelho - Zeferino Candido Ribeiro - Felipe Nery de Freitas Noronha - Bernardo Ferreira - Galvão Antônio de Souza."

No ano seguinte, tratando da medição da meia légua de campo doada em 1823, em ofício endereçado ao Presidente da Província, diz:

"Ilmo e Exmo Sr. – Foi presente a esta Câmara o honroso ofício de V. Exa, datado de 16 de setembro findo em que autorizava esta Câmara para poder medir e demarcar a meia légua de terreno que o cidadão Antônio José de Menezes doou em 1823 para a fundação desta freguesia, ao que esta Câmara tem a honra de participar a V. Exa. que ela só aguarda os esclarecimentos pedidos em seu relatório a respeito da referida medição para principiá-la.

Deus Guarde a V. Ex. por mais anos.

Paço da Câmara Municipal em sessão Ordinária a 15 de outubro de 1859.

Ilmo e Exmo Sr. Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão - Presidente desta Província

(Ass.) Vereador Presidente Domingos Gomes Martins - Manoel José de Menezes - Israel Rodrigues do Amaral - José Melo Pacheco de Rezende."

E finalmente, em carta que dirigiu a José Manoel de Macedo sobre um problema de terras, em novembro de 1833, o próprio Antônio José de Menezes, confirma essa doação, nos seguintes termos:

"Senhor José Manoel de Macedo – Cachoeira, três de novembro de Mil oitocentos e trinta e três. Recebi a sua e sobre o seu conteúdo, respondo que deve chamar a conciliação o sujeito que se acha arranchado no campo que me comprou quando ele não queira sair por bem deve demandá-lo perante o Juiz Municipal da Vila de Alegrete por ação de despejo em virtude da Escritura de arrendamento que passei, por quanto findou o prazo estipulado na dita Escritura, eu podia fazê-lo ajuizando a Escritura, e como este direito lhe assiste por virtude da compra que me fez pode igualmente como proprietário que hoje é do terreno fazê-lo despejar. A duvida de ser o

terreno da Capela destrói-se facilmente, por quanto o terreno com prado para a Capela é diferente do que lhe foi vendido e por conseguinte se o arrendatário não conhecia ser minha a propriedade não arrendaria. E por último sendo preciso o Juiz Municipal procederá vistoria a vista das Escrituras ficam decididas todas as dúvidas a custa de quem perder a demanda, pois lhe faço ver que o campo que lhe vendi foi do Câmara e o que dei para a Capela é o foi de José Pinheiro de Novilhar.

Deus guarde a Vmce. mais anos.
De Vmce. seu criado
(Ass.) Antônio José de Menezes."

A sesmaria concedida a Luciano Pinheiro foi medida e demarcada regularmente em março de 1823, pelo agrimensor, também chamado na época "piloto", João José da Câmara, no que foi auxiliado pelo chamado ajudante da corda, Belarmino Pereira Fortes.

A Padroeira Santa Ana
Doação para a cidade em 1834

A Padroeira de Sant'Ana do Livramento

Nos vindouros anos do então lugarejo, foram dadas várias versões para o nome da nossa cidade, mas a mais aceita e que encerrou de vez todas as especulações, foi a da fusão de duas denominações. Em 30 de julho de 1823, foi erguida a capela sob a invocação de Nossa Senhora do Livramento (Nossa Srª. Do Rio Pardo ou ainda do Bom Despacho). Pouco tempo mais tarde, por volta de 1834, a fazendeira Anna Ilha de Vargas, doa à cidade nascente, uma imagem da Santa Anna com a condição de que a povoação tomasse o nome da nova santa. Como a doadora, que era uma fazendeira influente e muito estimada, por reverência e importância do ato na época, o lugar passou a chamar-se Santa Anna. Aconteceu, porém, que com o costume de há muitos anos a denominação de Nossa Senhora do Livramento já estar consagrada, essas denominações, de caráter oficial fundiram-se gerando uma terceira denominação: "Sant'Anna do Livramento" Depois, por lei provincial de 7 de agosto de 1848, o Curato foi elevado à Paróquia, já com o nome composto. Mais tarde, o lugar foi elevado à categoria de Vila, a seguir, a Cidade com o mesmo nome até 1938, quando um Decreto-Lei, nº 311, veio simplificá-lo para apenas, Livramento. Mais tarde, pela lei estadual nº 3308, de 13-12-1957, o município passou a denominar-se definitivamente como Sant'Ana do Livramento.

Nossa Senhora do Livramento
Imagem original de ***1823***
Encontra-se na Matriz de Sant'Ana

A Revolução Farroupilha

Batalha dos Farrapos - José Washtk Rodrigues

Historiadores consideram revolução apenas o movimento político-militar que vai de 19 de setembro de 1935 a 11 de setembro de 1836, isso porque era a revolta de uma província contra o império do qual fazia parte. A 11 de setembro de 1836 é proclamada a República Rio-Grandense e então já não é mais uma revolução, mas sim uma guerra, uma luta aberta entre duas forças políticas independentes e soberanas, uma República de um lado e um Império do outro. Segundo Ivo Caggiani, os santanenses se declararam aliados dos rebelados farroupilhas em 1835. O povoado só foi tocado pelo conflito em 30 de março de 1843, quando o rebelde Jacinto Guedes da Luz, que se baseava em Livramento, foi obrigado a abalar-se para o Uruguay, perseguido pelas colunas imperiais de João Propício Menna Barreto. Os confrontos se desdobraram (contando com a participação do então Barão de Caxias), até novembro de 1844, quando enfim o Império impôs sua ordem na região.

A Revolução Farroupilha (1835-1845), como um dos ápices de um movimento político nacional, num espaço regional, resultou de um processo conflituoso herdado das profundas modificações nas relações econômicas e sociais na Europa e na América do Norte, cujos efeitos ideológicos chegaram até nós na "*guerra da independência*", traduzida pelos enfrentamentos que se seguiram a 1822 e, principalmente, após a abdicação de D. Pedro I em 1831 e pelas rupturas das demais províncias revolucionárias do Império do Brasil. A Revolução se concretizou como ideologia nacionalista, cuja expressão cotidiana mais visível foi o antilusitanismo, objetivando a conquista do controle das decisões econômicas e de Estado pelas elites brasileiras.

Sentinelas em 1835

Segundo o professor e escritor Sérgio da Costa Franco, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, desde os tempos da frustrada Guerra da Cisplatina, chefes milicianos como Bento Gonçalves da Silva, Bento Manoel Ribeiro ou Sebastião Barreto Pereira Pinto reuniam em torno de si grupos de apoio que confrontavam a burocracia comandada pelos presidentes da província. No meio militar reinava a discórdia entre os nativos do Brasil e os originários de Portugal, estes suspeitados de restauradores e sectários do imperador Pedro I. Nas camadas inferiores da sociedade campeava a hostilidade aos portugueses. Ideias de federalismo e de república, mesmo fluidas e imprecisas, concorriam para agitar a imprensa e estimular propósitos sediciosos. As agitações políticas do Uruguai, extremando os partidários de Lavalleja e os de Rivera, contagiavam as lideranças da fronteira daquele país. Simplificando esse quadro político extremamente complexo, falava-se de

"farroupilhas", que cultivavam certo jacobinismo nacionalista e liberal, e de "caramurus", que seriam os afeiçoados à monarquia e ao imperador.

A Revolução Farroupilha, com quase dez anos de duração, determinou a paralisação econômica e administrativa do Rio Grande do Sul. Celebrada a pacificação em 1845, manifestou-se logo, em todas as esferas da Província, uma tendência a firmar a conciliação política, o desejo de reconstruir e de impulsionar o Rio Grande do Sul no rumo do progresso. De algum modo, a conjuntura do Cone Sul favorecia essas tendências, pois a anarquia imperante nos países do Prata, convulsionados por lutas internas, ensejou prosperidade à indústria rio-grandense do charque, dado que as tropas de gado do Uruguay passaram a ser negociadas, em grande parte, com as charqueadas de Pelotas e Jaguarão.

O processo legislativo adotado para as Províncias era mais democrático que o previsto na Constituição imperial para o governo geral. Competia às Assembleias legislar sobre: divisão civil, judiciária e eclesiástica da Província, podia legislar sobre quase tudo. Por outro lado, o Ato Adicional lhes proibia expressamente legislar sobre determinados assuntos, numa clara preocupação de resguardar as prerrogativas do Estado centralista.
A legislatura que se iniciou em 20 de abril de 1835, inaugurando o Legislativo gaúcho, funcionou normalmente até 20 de junho do mesmo ano. A ***20 de setembro de 1835***, Bento Gonçalves entra triunfante na Capital, onde na ausência dos três primeiros vice-presidentes e sendo deposto o Presidente Fernandes Braga, é chamado pelos rebeldes para assumir a presidência, o 4º vice-presidente Marciano Pereira Ribeiro. E assim, neste ato, ficava deflagrada a Revolução Farroupilha.

As eleições na Província

Os eleitores primários elegiam os eleitores da paróquia. A legislação do Império, até 1881, contemplava dois tipos de eleitor: o primário e o eleitor da paróquia. Ao primário, com menores exigências, bastava ser brasileiro nato ou naturalizado, ter renda líquida anual de 100$000 (cem mil-réis) "por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos", não ser criado de servir nem religioso que vivesse em comunidade claustral. E, em princípio, ter mais de 25 anos. A exigência dessa idade era derrogada para os bacharéis formados, os clérigos e os oficiais militares com mais de 21 anos. Para ser eleitor de paróquia, isto é, com habilitação para escolher deputados e senadores, já era necessário ter renda de 200$000 (duzentos mil-réis), ou seja, o dobro da renda do eleitor primário. E não podia ser liberto, nem réu pronunciado em feito criminal.

Na 1ª legislatura da Província, uma das leis que foi levada à sanção do Presidente Antônio Elzeário de Miranda e Brito com destaque foi a do preenchimento de postos da Guarda Nacional; a organização da Força Policial da Província, com 363 praças, que foi a antecessora da nossa atual Brigada Militar do Estado.

OBSERVAÇÃO:

O Conselho Geral da Província antecedeu a Assembleia Provincial, no entanto, sua competência era somente administrativa, não tinha poder para legislar. Já, às Assembleias Legislativas Provinciais, criadas pela Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834 (Ato Adicional à Constituição Política do Império), foi conferido competência legislativa.

Lenço decorado usado pelos Farroupilhas Acervo Museu Julho de Castilhos

Criação das Coletorias

Quando o governo republicano regulamentou as Coletorias em 14 de agosto de 1838, quis supor-se que era para regular a sistemática arrecadadação no Estado pois o Ministério da Fazenda era um desleixo observado por todos. Era um jeito encontrado para com segurança desenvolver um meio de se sustentar a mais justa das guerras, sem míngua de crédito nacional e do direito da propriedade. Como havia muitas interpretações diferentes e retardo dos balancetes, o governo resolveu por um fim nessa óbice com a criação das Coletorias Gerais. Em 1º de outubro de 1838 foram nomeados os primeiros coletores: - Major Antonio Vicente da Fontoura para Cachoeira, Rio Pardo, Caçapava, São Gabriel, Santa Maria, Cruz Alta e Vacaria. - Joaquim dos Santos Prado Lima para São Borja, Itaqui, Alegrete e Sant'Anna do Livramento. - Antonio Enes Bandeira para Viamão, Triunfo e Santo Antonio da Patrulha.

Principais combates na Revolução Farroupilha

- ***Batalha do Seival (10 de setembro de 1836)***
- ***Batalha do Fanfa (3 a 4 de outubro de 1836)***
- ***Batalha do Barro Vermelho (30 de abril de 1838)***
- ***Batalha dos Porongos (14 de novembro de 1844)***

A Constituição Política de 1891

Com a Proclamação da República, o Partido Republicano Rio-grandense chega ao poder. Em 25 de junho de 1891 instala-se a Assembleia Constituinte Estadual, apenas com deputados do PRR. O projeto da Constituição gaúcha de 1891 refletia o pensamento político de Júlio de Castilhos, calcada nos princípios positivistas de Comte. Em 14 de julho de 1891, foi promulgada a Constituição do Estado. Na mesma sessão, **Júlio de Castilhos** foi eleito – por unanimidade – Presidente do Estado. A Constituição de Júlio de Castilhos foi promulgada em nome da família, da pátria e da humanidade, estabelecendo normas de defesa do proletariado, como aposentadoria aos trabalhadores a serviço do Estado. Estas mesmas leis seriam implantadas no Brasil somente em 1934, graças ao interesse de Getúlio Vargas e de seu colaborador Lindolfo Collor, castilhista ardoroso. Essa Constituição legislava, ainda, sobre a forma de governo presidencialista, possibilitando a reeleição e a escolha do vice-presidente pelo presidente.

**fonte: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.*

Episódios da Revolução em Sant'Ana do Livramento

Bento Gonçalves

Durante o desenrolar da revolução Farroupilha, Sant'Ana do Livramento ficou estacionária. Poucos foram os acontecimentos que tiveram por palco o território do município, salientando-se apenas a ocupação da povoação pelo Marechal Caxias em 1843 e o duelo entre o presidente da República rio-grandense Gal. Bento Gonçalves da Silva e o Cel. Onofre Pires. Finda a contenda, David Canabarro que ocupava lugar proeminente nas forças republicanas, recebeu o comando superior da Guarda Nacional do Município de Alegrete e o da fronteira denominada Quaraí, num circuito maior de oitocentos quilômetros lineares. Proprietário e abastado fazendeiro em Sant'Ana do Livramento, Canabarro aqui fixou seu Quartel General, conseguindo do governo a conservação de um ou dois corpos, guarnecendo a povoação, que tinha esse meio eficaz para aumentar e desenvolver o seu comércio.

A morte de Onofre Pires em Livramento

Durante 1843 e 1844, sucederam-se brigas entre os farrapos. Numa destas o líder oposicionista Antônio Paulo da Fontoura foi assassinado. Onofre Pires acusou Bento Gonçalves de ser o mandante, este respondeu com um duelo. ***Onofre Pires*** combateu com o Regimento de Cavalaria de Milícias de Porto Alegre pela integridade do Rio Grande do Sul, nas guerras contra Artigas, em 1816 e 1821, e pela do Brasil, na Guerra Cisplatina (1825 - 1828). Na Revolução Farroupilha foi dos mais ativos e atuantes coronéis. O destino foi duro com Onofre por tirar-lhe a vida em 3 de março de 1844, há um ano do término da Revolução. Vítima de um ferimento no antebraço que recebeu de Bento Gonçalves, durante o duelo que travaram no Acampamento do Exército, nas margens do rio Sarandi, em 27 de fevereiro de 1844, em Topador, em Livramento. De temperamento singular e, em consequência dele, Onofre envolveu-se em diversas questões fragorosas que se refletiram negativamente na imagem do movimento revolucionário farrapo e no seu triste fim, trágico e solitário.

Bento Manuel Ribeiro

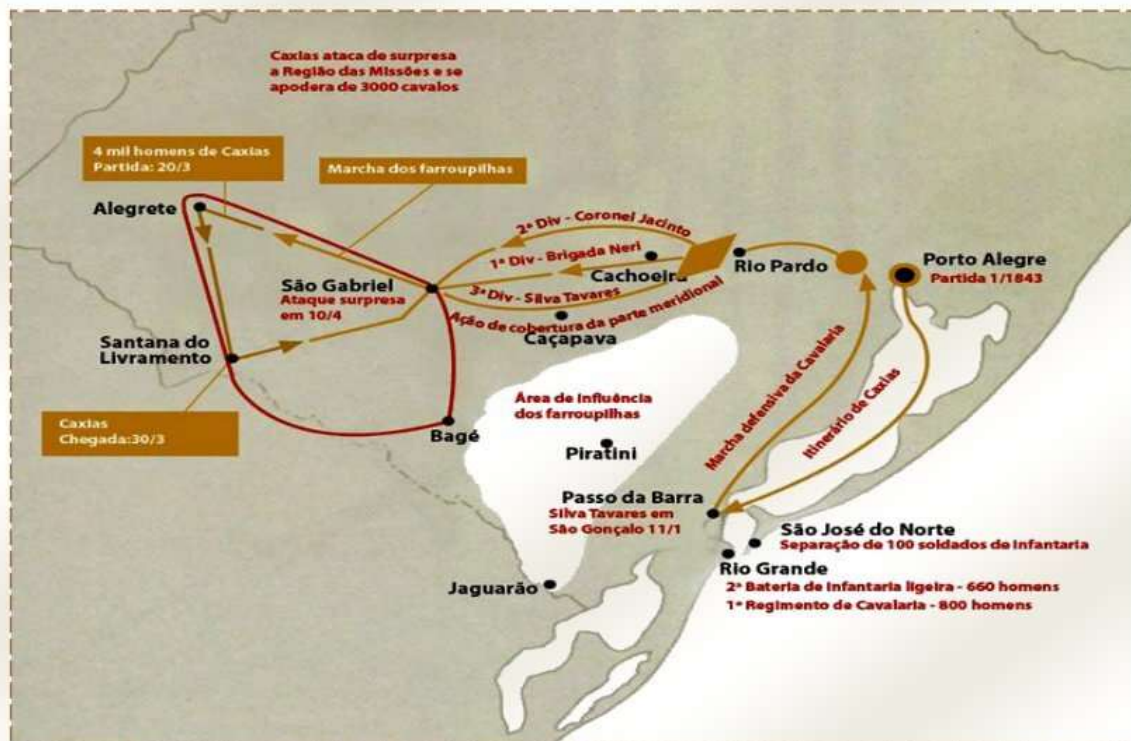
Em 15 de maio de 1843, travou-se um violento combate entre o legalista *General Bento Manuel Ribeiro* e o republicano Coronel *Jacinto Guedes da Luz*, nas imediações do nosso município. Do mesmo modo, em 17 de março de 1844 o Ten. Cel. Camilo dos Santos Campelo derrotou o Ten. Fidelis Paiva da Silva no Passo da Conceição, fazendo-lhe seis mortos e oito prisioneiros. Também em 07 de abril de 1844 o republicano Coronel Jacinto Guedes da Luz, desbaratou o Major Vasco Alves Pereira no Passo

da Lagoa, fazendo-lhe 26 feridos e 17 prisioneiros. Mais tarde, o Maj. Vasco Alves é nomeado Barão de Sant'Anna do Livramento por decreto imperial de 18 de maio de1844.

David Canabarro – 1797/1867

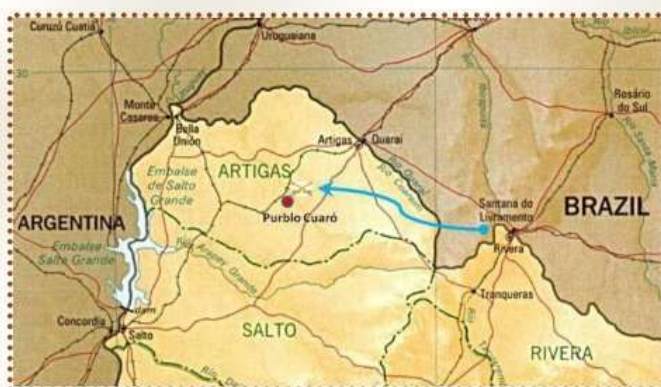
Acampado no Upamaroti, o *Gen David Canabarro* envia em 31 de maio de 1844 o Gen. Bento Gonçalves da Silva a conferenciar com o *Marechal Caxias*. Eram sinais claros de que a Revolução Farroupilha começara a declinar. Durante anos os valorosos filhos desta terra abatidos na busca de seus ideais, tenazes à procura de melhores dias para seu chão, não lutaram em vão, pois o império mesmo com sinais de decadência, preocupava horrivelmente o movimento farroupilha.

Revoltosos mantinham pequenas partidas, nutriam o sistema de guerrilhas pampianas, faziam a guerra de recursos *(disputa por mantimentos, munição, cavalos, etc.)*. Foi por ocasião da passagem por uma dessas diminutas, mas intrépidas forças, que se deu o feito de 08 de outubro de 1844. Comandava a valorosa partida republicana o chefe Bernardino Pinto, que ali se chocou violentamente com as forças imperiais a mando do Cel. Hipólito Cardoso. Do tremendo combate travado, resultou a infeliz retirada da armada revolucionária com grandes perdas. O *Combate de Santana*, como foi denominado por ter sido nas terras de Livramento, foi um dos últimos que assinalaram os memoráveis dias da magna epopéia farroupilha.

Mapa de movimentação de Caxias em 1843

Como toda a ação revolucionária carrega na envergadura elementos da sua própria destruição, como sejam as contradições, as insatisfações, os desejos divergentes, as ambições incontroláveis, a calúnia, a inveja, etc. A Revolução Farroupilha não escapou disso, exemplo foi o respeito que Caxias tinha por Canabarro, bem como o apoio ao Caxias por uns e a rejeição por outros.

Nota sobre o Caxias:
A partir de novembro 1842 o conflito é dominado pela estrela de ***Luís Alves de Lima e Silva***, o Barão (depois Duque) de Caxias. Nomeado presidente da Província do RGS como a esperança do Imperador para a paz, Caxias usou do mesmo estilo dos farrapos para ganhar o apoio da população. Nomeou como comandantes militares Bento Manoel e Chico Pedro, dois oficiais do mesmo estilo, priorizou a cavalaria, e espalhou intrigas entre os farrapos sempre que pôde. Tratou bem a população dos povoados ocupados e empurrou os farroupilhas para o Uruguai. Estes ainda fizeram outra grande tentativa, atacando São Gabriel em 10 de abril de 1843 e, em 26 do mesmo mês, destroçaram Bento Manoel em Ponche Verde. Mas esta foi à última vitória dos farrapos.

Caxias no encalço de revoltosos na coxilha de Sant'Ana

O Marechal Caxias no centro de suas operações em São Gabriel em 1º de março de 1834, resolveu deixar no lugarejo toda equipagem sob guarda de Jacinto Pinto para retornar a marcha com 2.800 homens no front e mais 4.000 homens das três armas na retaguarda em 19 de março com o objetivo de apoderar-se do grande depósito de montarias rebeldes, localizado entre o arroio Paypasso e o Ibirapuitan com cerca de 14.000 animais. O exercito de revoltosos republicanos que se encontrava perto do Passo do Rosário, pressentindo o golpe desprendeu uma força de cavalaria afastando-se e esvaziando as grandes invernadas. O golpe Imperial, dessa maneira, foi burlado. Mesmo assim, os revolucionários foram duramente perseguidos nas coxilhas de Sant'Anna do Livramento onde Caxias destacou varias partidas para exterminá-los.

CUARÓ

O ÚLTIMO COMBATE FARRAPO

Pequeno povoado de 142 moradores no Departamento de Artigas-UY a 60 km da cidade de Quaraí. Em 29/Dez/1844, num combate deslocado do território gaúcho e também "esquecido" do momento político. Não se esclareceu por que Bernardino Pinto decidiu continuar uma rebelião que estava perdida e em tratativas de paz. O coronel Bernardino, antes de ser derrotado em Sant'Ana do Livramento e no povoado de Cuaró pela tropa imperial de Vasco Alves Pereira - comandante da Guarda Nacional e oficial de confiança de Bento Manuel Ribeiro . A favor de Bernardino, a sua bravura: não se entregou, só foi aprisionado depois de ferido. Enfrentamentos próximos à fronteira com o Uruguay tornaram-se frequentes na etapa final da guerra dos farrapos, quando os farrapos estavam em desvantagem e precisavam deste lugar para escapar. No Uruguay, também podiam renovar o arsenal e a cavalhada para continuar a tática de guerrilhas no RGS. Detalhe: Em Cuaró, Caxias também comprava cavalos para o exército imperial – e lógico, ali ficava sabendo da grande movimentação dos farrapos.

Os revoltados, com o objetivo de se distanciar mais de sua base de operações, os inimigos imperiais, retiram-se para atraí-los para o Oeste, onde os obrigaram a arruinar a sua cavalhada nos pedregosos terrenos do Caverá. O Brigadeiro Ribeiro, comandante de uma coluna de cavalaria legalista, destacou o coronel João Propício Menna Barreto, com 600 homens da 7ª Brigada que passou no Ibirapuitã e aprisionou um vigia revolucionário, Guedes da Luz. As forças comandadas pelo Coronel Menna Barreto foram destacadas para perseguirem os rebeldes. Tendo noticia da localização do acampamento farroupilha, o comandante legalista acelerou a marcha e pouco depois, a 30 de março de 1843, rompeu fogo contra os revoltosos. Os farrapos não podendo oferecer combate, foram obrigados a fugir para o território uruguaio. Há registros arquivados pelo historiador por Ivo Caggiani, em que o Caxias ocupou Livramento com 4.000 homens em 31 de março de 1843, obrigando 2.500 revolucionários a abrigarem-se no Cuñapiru, Uruguay.

Fato local no diário de Antônio Vicente da Fontoura

(Transcrito com a grafia original)

"Sant'Anna do Livramento - 16 de janeiro de 1845.

Antônio Vicente da Fontoura
Foi o maior líder civil da Revolução Farroupilha

Acabo de chegar a este povo, em seguimento de Canabarro com um oficial imperial que leva ordem do barão de Bento Manoel para fazer alto no Alexandre Ribeiro não avançando nem fazendo avançar força alguma alem deste povo, enquanto se tratar da ultimação da paz. Canabarro está, segundo dizem, pelo Funchal, e Bento Manoel junto dêle, sempre perseguindo-o. Neto ontem atravessou junto daqui, tomando a direção do Pamoroti, só com o seu piquete. Vai blasfemando contra a paz alvoroçando o povo e, ousada, torpe, e falsamente, prometendo que, no município de Piratini, ele só reunia 800 homens para opor-se a paz. Assim afirmo ao Serrasim, que com sua cabeça francesa voando sempre por esse belo ideal crê e julga mais honroso anarquizar os poucos republicanos, insuflar-lhes uma guerra de extermínio e horror de que cedermos alguma cousa de nosso capricho para obtermos a paz, única e salvadoura taboa de nosso bem e de nossa passada reputação – Loucos! Insanos! Loucos! Daqui faço seguir Zeferino com o oficial imperial em demanda da David com comunicações minhas e do barão, para que volte a ocupar o terreno que fica desta capela ao Poncho Verde, no Cunha durante o tempo necessário para conclusão de negocio. Eu sigo já e já a alcançar o Neto para se ainda for tempo, arrancá-lo do abismo a que conduz sua louca ambição com grave prejuízo nosso e, si tenaz perseguir, êle só apressará a hora de sua punição.

Canabarro tem-se visto na precisão de ir desaparecendo para a retaguarda e flanco direito do inimigo algumas orças, por não compremeter o todo delas visto que vai muito a pé, levando sempre i inimigo em seguimento. Assim pe que João Antonio Carvalho e Frutuoso tomaram a direção dos Ibicuis, com forças; o Portinho e Valença, também foram e como os creio na Musica nesta minha volta em demanda do Neto, hei de ali tocar a fim de destruir algum neto pensamento que por ventura passam eles haver adotado.

Ah! Muito a dobrado trabalho me tem dado os meus patrícios aqui do que esses venais espertalhões da Côrte! – Ades – etc."

O declínio da revolução farroupilha

Antônio de Souza Netto
Feita a paz de Poncho Verde a 1º de março de 1845, que pôs fim à República Rio-grandense por ele proclamada a 11 de setembro de 1836, destinada a unir-se a todo o Brasil republicano, concordou com os chefes da República que findava para a pacificação do Rio Grande, mas se retirou para Corrientes, República Argentina vindo a falecer lá em 10 de julho de 1866.

Em 1840 começou a decadência da revolução. Enquanto a maioria das forças rio-grandenses se concentrava no sítio a Porto Alegre, Caçapava, era atacada de surpresa. Foi o tempo da "República andarilha", até que Alegrete foi escolhida como nova capital. Os fracassos dos farrapos são sucessivos, inclusive com a perda de São Gabriel, até que alguns dias depois o ***General Antônio de Souza Netto*** só escapa do imperial Chico Pedro por sua destreza como cavaleiro. Bento Gonçalves começa a pensar na pacificação. Em novembro é a vez de Viamão cair, morrendo no combate o italiano Luigi Rossetti, o criador do jornal "O Povo" órgão de imprensa oficial da república. Para piorar a situação, em janeiro de 1841, Bento Manoel discordou de algumas promoções de oficiais e abandonou definitivamente os farrapos. A partir de novembro 1842 o conflito é dominado pela estrela de Luís Alves de Lima e Silva. Nomeado presidente da província como a esperança do Imperador para a paz, Caxias usou do mesmo estilo dos farrapos para ganhar o apoio da população. Nomeou como comandantes militares Bento Manoel e Chico Pedro, dois oficiais do mesmo estilo, priorizou a cavalaria. Em dezembro de 42 reuniu-se em Alegrete a Assembléia Constituinte, sob forte discussão política e forte oposição a Bento Gonçalves. Caxias tratou bem a população dos povoados ocupados, conquisto-os por simpatia e empurrou os farroupilhas para o Uruguai.

Ainda em 1844 Bento Gonçalves iniciou conversações de paz, mas retirou-se por discordar de Caxias em pontos fundamentais, assumindo o seu lugar Davi Canabarro. Os farrapos queriam assinar um Tratado de Paz, mas os imperiais rejeitavam, porque tratados se assinam entre países, e o Império não considerava a República um Estado. Caxias contornou a situação, agradando aos interesses dos farroupilhas sem criar constrangimentos para o Império. Mas no final das contas os farrapos já não tinham outra saída senão aceitar as condições de Duque de Caxias.

A paz de Ponche Verde

Foi certamente das passagens mais comoventes da história do Rio Grande, a Paz de Ponche Verde. Dom Pedro II falou textualmente, lógico que antes deixando clara sua real autoridade: *"hei por bem conceder a todos e a cada um deles, plena e absoluta anistia"*. Ele, Pedro II, queria evitar perseguições e conseguiu. O Tratado de Ponche Verde , Convenção de Ponche Verde ou Paz de Ponche Verde é o nome dado a um acordo que pôs fim à Revolução Farroupilha e à República Rio-Grandense, voltando o território litigante a

fazer parte do Império do Brasil, de D. Pedro II. É aceita como data de sua assinatura o ***1º de março de 1845***, quando foi ***anunciada a paz***. *Ponche Verde* ou *Poncho Verde* é uma região assim denominada pelas suas verdes campinas, ótimas para o pastoreio de gado; hoje o lugar tem como sede o município de D. Pedrito - RGS.

O Documento Final da Paz

Em Ponche Verde, no final de fevereiro de 1845, foram examinados pelos republicanos os termos do documento, já assinado pelo barão de Caxias, intitulado Convenção de paz entre o Brasil e os republicanos. O General David Canabarro, comandante-em-chefe do exército republicano, investido de poderes para representar a presidência da República, aceitou as condições. Farrapos e imperiais se reuniram no Acampamento Imperial de Carolina, em Ponche Verde, região do atual município de Dom Pedrito, para decretar a pacificação da província. Eram 12 as cláusulas da pacificação. Foram lidas em Ponche Verde no dia 25 de fevereiro, por Antônio Vicente da Fontoura:

Art. 1° - Fica nomeado Presidente da Província o indivíduo que for indicado pelos republicanos.
Art. 2° - Pleno e inteiro esquecimento de todos os atos praticados pelos republicanos durante a luta, sem ser, em nenhum caso, permitida a instauração de processos contra eles, nem mesmo para reivindicação de interesses privados.
Art. 3° - Dar-se-á pronta liberdade a todos os prisioneiros e serão estes, às custas do Governo Imperial, transportados ao seio de suas famílias, inclusive os que estejam como praça no Exército ou na Armada.
Art. 4° - Fica garantida a Dívida Pública, segundo o quadro que dela se apresente, em um prazo preventório.
Art. 5° - Serão revalidados os atos civis das autoridades republicanas, sempre que nestes se observem as leis vigentes.
Art. 6° - Serão revalidados os atos do Vigário Apostólico.
Art. 7° - Está garantida pelo Governo Imperial a liberdade dos escravos que tenham servido nas fileiras republicanas, ou nelas existam.
Art. 8° - Os oficiais republicanos não serão constrangidos a serviço militar algum; e quando, espontaneamente, queiram servir, serão admitidos em seus postos.
Art. 9° - Os soldados republicanos ficam dispensados do recrutamento.
Art. 10° - Só os Generais deixam de ser admitidos em seus postos, porém, em tudo mais, gozarão da imunidade concedida aos oficiais.
Art. 11° - O direito de propriedade é garantido em toda plenitude.
Art. 12° - Ficam perdoados os desertores do Exército Imperial.
(ass.) O Barão de Caxias. (citação da Revista Militar Brasileira, abril-junho, 1978, vol. CXIII, ano LXIV, pp. 116-117. Apud Henrique Wiederspahn, ob. cit., pp. 11-12). Assinada a paz em Ponche

Verde, David Canabarro redigiu uma proclamação em que anunciava o fim da Guerra dos Farrapos.

O texto tem a data de 28 de fevereiro de 1845:

"Concidadãos! Competentemente autorizado pelo magistrado civil a quem obedecíamos e na qualidade de comandante-em-chefe, concordando com a unânime vontade de todos os oficiais da força de meu comando, vos declaro que a guerra civil que há mais de nove anos devasta esse belo país está acabada.

Concidadãos! Ao desprender-me do grau que me havia confiado o poder que dirigia a revolução, cumpre-me assegurar-vos que podeis volver tranqüilos ao seio de vossas famílias. Vossa segurança individual e vossa propriedade estão garantidas pela palavra sagrada do monarca e o apreço de vossas virtudes confiado ao seu magnânimo coração. União, fraternidade, respeito às leis e eterna gratidão ao ínclito presidente da Província, o ilustríssimo e excelentíssimo barão de Caxias, pelos afanosos esforços na pacificação da Província".

Para os tradicionalistas, dói muito quando escrevem pretensos entendidos falando em "*rendição*" e "*derrota*" dos farrapos. Como se vê no documento acima foi um acordo altamente honroso que eleva muito alto o nome dos dois generais: o Barão de Caxias, pelo Império brasileiro, e David Canabarro, pela República Rio-Grandense. Segundo Antonio Augusto Fagundes: - Não eram homens, esses. Eram semideuses!

Para os historiadores permaneceram sequelas, inclusive entre as dissidências farroupilhas. É factual o assassinato em 1860 de Vicente da Fontoura, que liderava o grupo anti-Bento Gonçalves . Tais antagonismos afloraram novamente na Revolução Federalista de 1893. Tal processo compleou-se com a Revolução de 1923 . As correntes riograndenses antagônicas uniram-se na ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República do Brasil em 1930.

Evidências do reconhecimento da República Rio-Grandense pelo Uruguay

Fructuoso Rivera

Acordo de dezembro de 1841 de mútuo auxílio militar feito entre o presidente Rivera do Uruguai e o presidente da República Rio-Grandense Bento Gonçalves da Silva:

"S. Ex. o sr. presidente da república Riograndense prestará a S.E. o sr. presidente da república Oriental do Uruguái un auxilio de 400 homens de infantería e 200 de cavalleria, todos de linha, para invadirem y ocuparem la provincia de Entre Ríos, depondo su actual ominosa administracion, cujas tropas armadas y equipadas obedeceran, durante la campanha, ás ordenes de S. Excia. o sr. presidente da mencionada republica Oriental do Uruguái."

O Exército Libertador de Caxias

Duque de Caxias, Marechal de campo de D. Pedro II, Veador Dom Pedro II, Veador da Casa Imperial, Conselheiro de Estado e Guerra

CAMPANHAS PACIFICADORAS
. Guerra da Cisplatina (1825);
. Balaiada (Maranhão, 1838-1840);
. Revolução Liberal em São Paulo (1842);
. Revolução Liberal em Minas Gerais (1842);
. Revolução Farroupilha (1835-1845).

A campanha de 1851 com Caxias em Livramento

Em 1851 o Brasil assinou acordos com o Uruguai e as províncias argentinas de Entre-Rios e Corrientes revoltadas contra Buenos Aires. Em virtude desse tratado foi organizado o "EXÉRCITO LIBERTADOR", sob o comando de Caxias. Tomando posse do cargo a 30 de junho, Caxias tratou de reunir, com rapidez, a Guarda Nacional, apelando para todos os chefes rio-grandenses através de ofícios e cartas, cujas cópias infelizmente não foram arquivadas. Como em 1826, o ponto escolhido para a concentração do grosso do exército foi Santana do Livramento. Caxias chegou a Santana no dia 10 de agosto, acompanhado pelo segundo regimento de Cavalaria, alojando-se com o seu estado maior em uma casa da praça principal que tomou o nome de "Praça de Caxias" (hoje Gal Osório). As fôrças que o acompanhavam foram acampar mais ao sul as margens do arroio Cuñapirú. A Concentração em Santana do Livramento durou até 4 de setembro, quando o Exército Libertador penetrou em território oriental. A força somava 16.200 homens, sendo 6.500 de infantaria, 8.900 de cavalaria e 800 de artilharia com 23 bocas de fogo.

Caxias, ao pisar em território oriental dirigiu uma proclamação aos seus comandados, onde se leem as seguintes exortações:

"Não tendes no Estado Oriental outros inimigos senão os soldados do General D. Manuel Oribe e estes mesmos enquanto, iludidos, empunham armas contra os interesses de sua pátria. Desarmados ou vencidos, são americanos, são nossos irmãos e como tais os deveis tratar. A verdadeira bravura do soldado é nobre, generosa e respeitadora dos princípios de humanidade. A propriedade de quem quer que seja, nacional, estrangeira, amiga ou inimiga, é inviolável e sagrada, e deve ser tão religiosamente respeitada pelo soldado do Exército Imperial como a sua própia honra. O que por desgraça, a violar, será considerado indigno de pertencer as fileiras do Exército, assassino da honra e da reputação nacional e como tal severa e inexoravelmente punido"

Caxias como Presidente da Província do Rio Grande do Sul

Duque de Caxias, por ocasião da guerra entre o Brasil, Uruguay e Argentina, foi novamente nomeado presidente da Província do Rio Grande do Sul, neste mesmo período, foi também nomeado comandante em Chefe do Exército. Ao tomar posse do cargo em 30 de junho de 1851, tratou de organizar as tropas para uma invasão na Argentina cortando caminho pelo Uruguay.

O capitão Genserico de Vasconcelos em seu livro História Militar do Brasil – pág. 196, vol. XLVIII da Biblioteca Militar faz um relato, transcrito aqui na íntegra:

"As ordens do governo não tinham sido cumpridas com a rapidez e a energia que a precipitação dos acontecimentos aconselhava.

A mobilização começou propriamente, no dia 30 de junho, com a impulsão dada pela capacidade e o prestígio de Caxias.

Só ele poderia com rapidez, conseguir a apresentação da Guarda Nacional, cuja ordem de mobilização foi expedida no dia 1º de julho.

Não disponho, infelizmente, do arquivo relativo às ordens para a mobilização e concentração do do nosso Exército. Elas eram expedidas em ofícios e cartas, cujas cópias, ou originais, não encontrei no Arquivo de Guerra. As ordens do Dia e o Diário do Exército esclarecem, no entanto, os principais acontecimentos.

A mobilização e a concentração realizaram-se simultaneamente, isto é, pela convocação da guarda-nacional dos municípios e pela marcha dos contingentes reunidos e das tropas de 1ª linha para Jaguarão e Sant'Ana."

No diário do Exército consta no dia 04 de julho de 1851:

"S, Exma. conservou-se nesta cidade (Rio grande) até o dia 9 em consequência de ordens que tinha a expedir, tanto acêrca da concentração do Exército, que se achava disseminado por diversos pontos da Província, como sobre a reunião da Guarda nacional para o serviço de campanha que se ia encetar, e bem assim por ter de tomar várias providências a respeito da prontificação do mesmo exército, que se achava baldo dos precisos recursos para poder entrar em operação de campanha."

Caxias em revista às tropas em Sant'Ana do Livramento

Soldados da Guarda Nacional 1840 - 1845

A Guarda Nacional em marcha para Sant'Ana do Livramento, foi apresentada ao Caxias no dia 24 de julho de 1851 com a primeira reunião com 40 homens sob comando do capitão Francisco Rodrigues. Chegou com Caxias o 2º Regimento de Cavalaria em Santana do Livramento, em 10 de agosto, era o ponto marcado para a concentração do grosso do seu Exército nos sucessivos dias seguintes.

Em 18 de agosto, chega o coronel Bitencourt com uma coluna vinda de Orqueta, agora reduzida aos 11º e 13º batalhões de Infantaria, a caixa militar e a um comboio de material bélico. Em 21 de agosto, Caxias passa revista às tropas que acabam de chegar de S. Gabriel e de São Borja comandadas respectivamente pelo Marechal Bento Manoel Ribeiro e o Coronel Falcão, as quais estavam acampadas no arroio Sarandy. Eram 6.000 homens distribuídos nas seguintes unidades: 2º, 5º, 6º, 7º, 8º e 12º Batalhões de Infantaria; 3º e 4º Regimentos de Cavalaria; 1º Regimento de Artilharia a Cavalo com 19 bocas de fogo e Corpos de Cavalaria da Guarda Nacional do Rio Pardo, Missões, São Gabriel e Caçapava. Foi nessa revista que Caxias encontrou apenas 45.000 tiros de infantaria, 500 de artilharia e os corpos mal fardados, precisando retirar as segundas mudas de fardamentos de alguns soldados para uniformizar outros.

A força total do Exército somava em torno de 16.000 homens, sendo 6.500 de infantaria, 8.900 de cavalaria e 800 de artilharia com 23 bocas de fogo. " A mobilização e concentração do Exército Brasileiro durou aqui 66 dias. Isto é, de 30 de julho, data em que Caxias assumiu o comando em Porto Alegre, até 04 de setembro, dia em que partem para o território inimigo para se encontrar e completar com o restante do considerável contingente de guerra.

A esse respeito, Paranhos Antunes diz o seguinte:
"Caxias alojou-se com o seu Estado Maior em uma casa da praça da povoação e o 2º Regimento que o acompanhava foi acampar ao sul da mesma, à margem do arroio Cuña Piru."

No diário do Exército de Caxias há uma pequena descrição de Sant'Ana do Livramento datada de 1851:

"Esta povoação é banhada ao Sul pelo Arroio Cuña Piru, e ao Norte pela origem do Ibicuizinho, ou mirin, feudatário do Ibicuiguassú e que nêle conflue umas trezentas braças acima do passo do Rosário, ela se acha fundada sôbre uma colina de forma elítica, espaçosa e dominada do lado setentrional por dois cêrros, estando colocada próximo a linha Divisória da Fronteira do Império com a República do Uruguai.

Entretem um não pequeno comércio, para o que muito contribui sua localidade; contém bastante recursos; e conta de uma população de mais de 500 almas; sendo todavia a maior parte das casas, cobertas de sapê e encaliçadas, e poucas as construídas de tijolos e cobertas de telhas."

A ***Guarda Nacional*** foi uma força paramilitar organizada por lei no Brasil durante o período regencial, em agosto de 1831, para servir de "sentinela da constituição jurada", e desmobilizada em setembro de 1922. No ato de sua criação lia-se: "Com a criação da Guarda Nacional foram extintos os antigos corpos de milícias, as ordenanças e as guardas municipais." Em 1850 a Guarda Nacional foi reorganizada e manteve suas competências subordinadas ao ministro da Justiça e aos presidentes de província. Em 1873 ocorreu nova reforma que colocou a instituição em segundo plano atrás do Exército Brasileiro. Era vista por seus idealizadores como o instrumento apto para a garantia da segurança e da ordem, vale dizer, para a manutenção do espaço da liberdade entre os limites da tirania e da anarquia. Tinha como finalidade defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império, mantendo a obediência às leis, conservando a ordem e a tranquilidade pública. A Guarda Nacional tinha forte base municipal e altíssimo grau de politização. A sua organização se baseava nas elites políticas locais, pois eram elas que formavam ou dirigiam o Corpo de Guardas.

A instalação do município de Sant'Ana do Livramento

Pela lei nº 156, de 07 de agosto de 1848, o Curato de Sant'Ana do Livramento é elevado a categoria de Freguesia. O primeiro vigário, padre Manoel Giorgio, foi nomeado por providência em 21 de novembro de 1848. E a 07 de agosto de 1948, foi memoravelmente, festejado o primeiro centenário de fundação da Paróquia de Sant'Ana do Livramento pelo padre Conrado Sivila.

A lei provincial nº 351, de fevereiro de 1857, elevou a Freguesia de Sant'Ana do Livramento a categoria de Vila, sendo nessa ocasião o território do novo município desmembrado das terras de Alegrete. Após ter sido eleita a Câmara, foi a mesma empossada pelo presidente da Câmara de Alegrete em 29 de junho de 1857, realizando-se assim, a instalação do município de Sant'Ana do Livramento. Marca pois, a data 29 de junho de 1857 a fundação do município.

Transcrição da Ata, com a ortografia da época, arquivada no Museu Municipal David Canabarro:

" Illmº e Exmº Senr. – 1857 – Câmara do Livramento.
Esta Câmara Municipal cumpre um dever consignado no Decreto de 13 de Novembro de 1832, transmitindo a V.Exa. a copia inclusa do auto de sua posse por si, e em nome de seus municipais, tem hoje o subido praser de endereçar sinceros votos de adhesão, dedicação o obediência ao Governo da Sal Majestade o Imperador, protestando a mais franca e leal coadjuvação, como é de seu dever, a V. Exa. No cumprimento de suas ordens. Ds. Ge. aV. ExaVa. De Sta. Anna do Livramento 30 de junho de 1857 Illmº Exmº Senr. Commdan. Patrício Corra. da Câmara Vice Presidente da Prova. Frco. Maciel de Olivra, Firmino Cavalheiro d'Oliveira, Demos Gomes Martins, Antonio Soares Coelho, Israel Rodrigues do Amaral, Francisco de Paula Pereira de Barros, Bernardino Gzga. Souza."

Transcrição do Auto de instalação da nova Vila de Sant'Anna do Livramento, com a ortografia da época, arquivado no Museu Julio de Castilhos em Porto Alegre:

"Anno do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos cinqüenta e sete, trigéssimo sexto da Independencia do Império, aos vinte e nove dias do mês de junho do dito anno, nesta nova villa de Santa Anna do Livramento, Comarca de Alegrete, Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, nas casas destinadas para as Sessões da Câmara Municipal compareceu presente o cidadão Mathias Teixeira de Almeida, Presidente da Câmara Municipal da cidade de Alegrete commigo Carlos Joaquim da Silveira, secretario da dita Câmara para o fim de fazer juramento aos vereadores da nova Câmara e fazer a instalação da nova villa, na forma descrita

pelo Decreto de treze de Novembro de 1832, em virtude do determinado pelo Exellentissimo Presidente da Província, em officio sob numero trinta e um de desessete de Fevereiro do corrente anno comparecendo presente os vereadores eleitos e convocados para acto da instalação, por ser este o dia marcado pela Câmara e publicado por editaes, tendo sido remetida aos referidos vereadores os competentes – diplomas, declarou o referido Presidente, que hia impossar a nova Câmara e instalar a nova Villa, e mandou publicar e lançar nesnte auto a Lei numero tresentos cincoente e um de dez de fevereiro do corrente anno. A qual é o theor seguinte: Lei nº 351 de dez de fevereiro de mil oito centos cincuenta e sete – O Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Decretou e eu Sancionei a Lei seguinte.
Artigo prº: É elevada a cathegoria de villa a Freguesia de Santa Anna do Livramento.
Artigo segdº. Esta nova villa terá a mesma denominação e provisoriamente os mesmos limites, que tinha como Freguesia.
Artigo terceiro. São revogadas as disposições em contrario.
Mando portanto a todas as Autoridades aquém o conhecimento e execução da referida Lei pertencer que a cumprão e a fação cumprir, tão inteiramente como nellas conter. O Secretário desta Província a faça imprimir publicar e escrever. Palácio do Governo na Leal e valorosa cidade... d Porto Alegre aos dez dias do mez de Fevereiro de mil oito centos e cincuenta e sete, trigessimo sexto da Independência e do Império (LS) Jeronimo Francisco Coelho. Carta Lei. Pela qual Vossa Excellência Sancionou o Decreto da Assembléia Legislativa Provincial elevando a cathegoria de villa a Freguesia da Santa Anna do Livramento como acima se declara. Para V. Exa. ver. Germano Severinoda Silva a fez. Na Secretaria do Governo foi sellada e publicada a refrente Lei em dez de Fevereiro de mil oito centos cincuenta e sete official maior sevindo de secretario João da Cunha Lobo Barreto. Procedida a leitura da dita Lei, na qual vem designados os limites provisorias desta nova villa, o Presidente depois de ler um breve discurso análogo ao objeto, fez os vereadores presentes prestarem o devido juramento, como consta do termo lançado no livro competente a folhas duas cujo Theor é o seguinte: Aos vinte nove dias do mez de Junho de mil oito centos cincuenta e sete, trigesimo Sexto da Independência e do Império, nesta Villa de Santa Anna do Livramento, Comarca de Alegrete, Província... de São Pedro do Rio Grande do Sul, na sala destinada para as sessões da Câmara Municiapl da dita villa, comparecerão os cidadãos Major Francisco Maciel de Oliveira, Denardino Gonzaga de Souza, Antonio Soares Coelho, Firmino Cavalheiro de Oliveira, Domingos Gomes Martins, Israel Rodrigues do Amaral e Francisco de Paula de Barros, aos quais o Presidente da Câmara da Cidade de Alegrete deferiu o juramento pela maneira seguinte: Juro aos Santos Evangelhos bem desempenhar as obrigações de vereador desta nova Villa de Sanata Anna do Livramento, de promover quanto em mim couber os meios de sustentar a felicidade publica. E por esta forma se darão por juramentados, do que para constar mandou o dito Presidente lavrar este termo, que assinou com os juramentos perante mim Carlos Joaquim da Silva Secretario da Câmara da Cidade de Alegrete, que escrevi – Mathias Teixeira de Almeida – Francisco Coelho – Firmino de Oliveira – Domingos Gomes Martins – Ismael Rodrigues do Amaral – Francisco de Paula Pereira de Barros...

... Bernardino Gonzaga de Sousa, que tendo o vereador eleito Doutor Thomas Rodrigues Pereira participado por officio de vinte quatro do corrente – não comparecer a tomar posse de referido cargo, por entender não o poder exercer em vista da Lei, por não ter os dous annos de residencia no lugar, chamara a Israel Rodrigues do Amaral, para o Substituir. por ser o primeiro suplente. Pela mesma forma declarou que constando-lhe estar ausente e no Estado Oriental e não lhes constando mesmo que houvesse recebido o ultimo officio da convocação, chamara para Substituir ao terceiro suplente o cidadão Francisco de Paula Pereira de Barros por se achar igualmente ausente o segundo, João Antonio Coelho. Então o referido Presidente declarou instalada a nova Villa de Santa Anna do Livramento, empossou a nova Câmara constante dos vereadores, que consignarão o termo de juramento determinado, que se tirasse uma cópia deste para se faser público por editaes, mandou o presente auto que assigna com a nova Camara. Eu Carlos Joaquim da Silva Secretário da Câmara Municipal da cidade de Alegrete, que o escrevi. Mathias Teixeira de Almeida, Francisco Maciel de Oliveira, Domingos Gomes Martins, Antonio Soares Coelho, Israel Rodrigues do Amaral, Bernardino Gonzaga de Souza, Francisco de Paula Pereira de Barros.

Conforme Manoel Fernandes da Silva Secretário da Câmara."

Quadro da evolução de Sant'Ana do Livramento		
Fundação oficial	30 de julho de 1823	Construção definitiva da Capela no atual local
Criação da Freguesia	07 de agosto de 1848	Lei nº 156
Elevação a Vila	10 de fevereiro de 1857	Lei Provincial nº 351 de 10 de fevereiro de 1857
Instalação da Câmara	29 de junho de 1857	Redigida a Ata
Elevação a Cidade	05 de abril de 1876	Lei Providencial nº 1031 de 06 abril de 1876

Primeiro serviços

Em 09 de dezembro 1857, é formalizada a criação do Juízado Municipal e de Órfãos da vila.

Durante o mesmo período. Neste mesmo ano, abriu uma aula com 42 alunas, um número bem elevado em comparação com o povoado e era habilmente dirigida por Dona Emilia Jardim de Carvalho, natural de Rio Pardo. A aula da primeira professora da vila ficava na esquina da rua, hoje dos Andradas com a sete de setembro. As aulas de ensino público para os meninos abriram apenas no ano seguinte, em 1859, no mesmo lugar com o professor Manoel Jardim de Carvalho, somando-se um total de 66 alunos.

No ano seguinte, a 17 de maio de 1858, o Governo da Província do Rio Grande do Sul solenizou um contrato para serviços de uma linha regular de diligências com um trajeto a partir de Pelotas, passando pela vila de Bagé e finalizasse na vila de Sant'Ana do Livramento. A empresa de diligências era

subvencionada pelo Governo Provincial. Em 1859, o município como parte integrante do 4º circulo eleitoral com sede na Vila de Caçapava contava com 408 votantes e 6 elegíveis.

No censo de 1º de agosto de **1872**, a população de Livramento era de 10.045 habitantes.

Em 15 de novembro de **1878** o Telegrafo Nacional foi inaugurado aqui, tendo como telegrafistas *Pedro Rodrigues Soares* e *João Tomaz Ramos*, ligava Livramento à cidade de Rosário do Sul. O telefone foi a partir de 28 de outubro de 1901 com a construção de uma linha até Quaraí, com estação no Cati, Sarandi e Canta Galo.

O início da iluminação pública em Livramento teve início por volta de 1880 com aproxidadamente cem lampiões localizados apenas na zona central. Esse serviço era mantido através de contrato com o Governo da Provincia e deixava muito a desejar.

Em 31 de outubro de **1881,** realizou-se no município eleições para deputado geral em quatro mesas, uma em cada distrito. Foi a primeira aplicação da Lei nº 3.029, de 09 de janeiro, chamada de Lei Saraiva. Na ocasião, o município alistou 305 eleitores já constituídos na paróquia de Sant'Ana do Livramento.

Em 18 de agosto de **1892,** foi promulgada a primeira lei orgânica do município de Sant'Ana do Livramento.

Instalação da Câmara de Vereadores

Em 12 de maio de 1857, três meses depois de Sant'Ana do Livramento ter sido elevada a categoria de vila pela lei 351de 02/57, houve uma eleição para a Câmara Municipal. Reunida a Mesa Paroquial na Igreja Matriz, procedeu-se à votação. Após a eleição dos vereadores, foi ***a Câmara Municipal instalada no dia 29 de junho de 1857*** pelo cidadão Mathias Teixeira, Presidente da Câmara de Alegrete, vindo especialmente para o importante evento.

Foram eleitos os seguintes vereadores: Francisco Maciel de Oliveira, Bernardino Gonzaga de Souza, Antonio Soares Coelho, Firmino Cavalheiro de Oliveira, Thomas Rodrigues Pereira, Domingos Gomes Martins e Manoel José de Menezes. Entretanto, o Dr. Thomaz Rodrigues Pereira, participou por ofício que não compareceria para tomar posse do cargo, por entender que não o podia exercer em virtude da lei, que exigia pelo menos dois anos de residência no lugar. Para substituí-lo foi convocado o primeiro suplente: Israel Rodrigues do Amaral, que ficou como titular.

Tão logo foi instalada a Câmara trataram os vereadores de elaboração de um relatório das necessidades da vila, a fim de ser apresentado à Assembleia Legislativa Provincial documento que se constitui em peça de real valor, porque retrata Sant'Ana do Livramento naqueles anos.

Dentre as principais demandas do então relatório, citamos algumas da época:

"Ilmº. E Exmo Sr.

A Câmara Municipal desta vila de Sant'Ana do Livramento tendo de enviar a V. Ex. a exposição das necessidades de seu nascente município como lhe é prescrito pela lei, a fim de ser presente a Assembléia Legislativa Provincial, na sessão passada a cumprir esse dever, expondo algumas das mais urgentes necessidades...

RENDAS – O maior obstáculo, com que a Câmara desde já tem infalivelmente de lutar, é a falta de meios atenta a exigüidade de suas rendas, ante o qual tem de naufragar os melhores projetos, as melhores intenções.

Pelo orçamento da receita e despesa, ora confeccionado para o ano financeiro de 1º/07/58 a 30/06/59 se vê que a despesa indispensável, e da qual não se pode subtrair, monta a 4.009$520 réis, no entanto que a receita com a qual seguramente se conta em razão da paralisação, ou definhamento do comércio, a muito custo poderá chagar a 3.319$000 réis; logo é óbvio que terá de aparecer um déficit...

LIMITES DO MUNICÍPIO – Convêm muito serem alterados os limites ou divisas deste município com os de Alegrete, São Gabriel e Bagé; por quanto hoje não podem vigorar os mesmos, que tinha como freguesia, e quando fazia parte daquele primeiro município...

CADEIA, CASA DA CÂMARA E OUTRAS OBRAS – Não é preciso discorrer neste lugar sobre a vantagem do assunto, que serve de epigrafe a este artigo; a Câmara abstém-se de tal intento, por confiar na reconhecida ilustração de V. Ex., e no incessante empenho em que a Assembléia Legislativa Provincial tem manifestado, dotando todos os municípios da Província co os meios adequados a promoverem os melhoramentos materiais, acompanhando assim o movimento do progresso, expressão característica da quadra em que nos achamos, por isso ela passa a expender resumidamente quais as obras de que mais carece atualmente, e as quantias precisas, segundo um cálculo aproximado, pela falta absoluta de pessoas profissionais que organizam os orçamentos.

Custa a crer que um município como este, bastante próspero, e colocado na linha divisória com o Estado Oriental do Uruguay, não tenha uma cadeia, nem mesmo uma casa com essa denominação! Mas isso está patente a todos e seu completo abandono, em que outrora foi votado este lugar, tornou sempre improfícuo as mais enérgicas reclamações das autoridades policiais neste sentido, hoje não sucederá por certo o mesmo, por quanto esta necessidade assaz extrema não deveria ficar no olvido.

Portanto a Câmara pede a consignação de 10.000$000 réis em que é calculada a construção de um edifício com segurança e alguns cômodos indispensáveis e... ↳

Não há igualmente, uma casa própria para sessões da Câmara, do Júri, e audiência de diversas autoridades e mesmo hospedagem do Juiz de Direito, por quanto a que atualmente

ocupa, de aluguel avultado, não é próprio para semelhantes fins. Para essa obra também pede a quantia de 8.000$000 réis, podendo ser ela feita conjuntamente com o edifício destinado para cadeia, e que sem dúvida é o mais econômico.

Todas as ruas da Vila estão no estado o mais lastimoso possível, havendo grandes escavações [...] cujos alicerces já estão fora do alinhamento, além de dificultarem o trânsito público. Cumpre pois remediar este mal [...] Para estes consertos a Câmara pede como auxilio a quantia de 1.200$0000 réis, comprometendo-se a agenciar uma subscrição para serem eles levados a efeito.

As estradas que desta vila seguem para o interior do município, estão também intransitáveis [...] as necessidades já apontadas se restringe a pedir a quantia de 1.000$000 réis para coadjuvação, não só do conserto e melhoramento de uma das principais estradas ao sair da vila onde existem grandes atoleiros [...] como do passo Carolina, uma das mais freqüentadas do município.

Até hoje não se tem podido cercar o cemitério desta vila, onde existem alguns monumentos de preço, não obstante haver aberto uma subscrição para tal [...] por isso a Câmara se anima a pedir como auxilio a quantia de 600$000 réis, que pode ser consignada...

São estas por ora as necessidades, que reclamam prontas providências, nutrindo a Câmara as mais lisonjeiras esperanças...

Deus guarde a V. Ex. – Vila de Sant'Ana do Livramento em sessão extraordinária de 10 de agosto de 1857.

Ilmº e Exmº Sr. Comendador Patrício Corrêa da Câmara, vice Presidente desta Província.

Vereador Presidente: Bernardino Gonzaga de Souza - Antonio Soares Coelho - Israel Rodrigues do Amaral - Domingos Gomes Martins - Francisco de Paula Pereira de Barros.

Transcrições das principais leis, com a ortografia da época, que deram origem ao nosso município.

✍ Lei que eleva a Capela de Sant'Ana do Livramento a Freguesia:

(Área de atuação de uma paróquia ou o conjunto de pessoas que nela vivem)

"***Lei Provincial Nº 156 de 07 de agosto de 1848"***

"O Tenente-General Francisco José de Souza Soares de Andréa, Presidente de São Pedro do Rio Grande do sul. Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sanciono a Lei seguinte:

Artigo Iº - A Capella de Santa Ana do Livramento no Município de Alegrete, fica elevada a cathegoria de Freguezia, com a mesma invocação e limites, que hora tem.

Artigo IIº - O Paroco vencerá a mesma côngrua, e emolumentos que tem os das mais Freguezias, que não são cabeças de comarca.

Artigo IIIº - São revogadas as disposoções em contrário.

Mando por tanto a todas as Authoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

O secretário desta Província a faça imprimir, publicar e correr.

Palácio do Governo na Leal e Valorosa Cidade de Porto Alegre, aos sete dias do mez de Agosto de mil oito centos e quarenta e oito, vigésimo sétimo da Independência e do império.

Francisco José de Souza Soares de Andréa

Carta de Lei, pela qual V. Ex. sanccionou e decreto de Freguezia a Capella de Sant'Anna do Livramento no município de Alegrete, e dando outras providências como acima se declara.

Para V. Ex. Ver.

Germano Severino da Silva a fez.

Nesta Secretaria de Governo foi sellada, publicada a presente.

Bernardo Joaquim de Mattos

Registrada a fl. 46 v. do Livro 2º de Leis

Secretaria do Govêrno de Pôrto Alegre , 7 de agosto de 1848."

✍ Lei que eleva a Freguesia de Sant'Ana do Livramento a Vila:

"Lei Provincial Nº 351 de 10 de fevereiro de 1857."

O Conselheiro Jerônimo Coelho, Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul...

Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléia Legistativa Provincial decretou, e eu sanciono a Lei seguinte:

Artigo Iº - É elevada à cathegoria de Villa, a freguesia de Santa Anna do Livramento.

Artigo IIº - Esta Villa terá a mesma denominação, e, provisoriamente, os mesmos limites que tinha como freguezia.

Artigo IIIº - São revogadas as disposições em contrário.

Mando por tanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e fação cumprir tão inteiramente como nêla se contém.

O secretário desta providência a faça imprimir, publicar e correr.

Palácio do Governo na leal e valoroza cidade de Pôrto Alegre aos 10 dias de Fevereiro de 1857, trigésimo sexto da Independência e do Império.

Jeronymo Francisco Coelho. (L.S.)

A carta de lei pela qual V. Ex. sancionou o decreto da Assenbléia Legislatiza Provincial elevando a cathegoria de villa a freguezia de Santa Anna do Livramento, como acima de declara.

Para V. Ex. ver.

Na Secretaria do Governo foi sellada e publicada a presente lei em 10 de Fevereiro de 1857.

O official-maior servindo de secretário, João da Cunha Lobo Barreto.

Registrada no Livro 3º de Leis Provinciais.

Secretaria do Governo em Pôrto Alegre, 10 de Fevereiro de 1857.

João Gonçalves Duarte.

✍Lei que determina os limites de Sant'Ana do Livramento:

"Lei Provincial Nº 470 de 23 de dezembro de 1861."

Da vertente do Quaray, divisa do Estado Oriental até a fóz da Sarandy, por esta até a Coxilha de Japeju dividindo os campos dos herdeiros do finado Manoel Lorenço do Nascimento; dahi atravessando a coxilha a encontrar as pontas do arroio que divide os campos de D. Joaquim Plácida de Oliveira dos de David Luis da Cunha, seguindo o mesmo arroio até sua fóz no Ibirapuitan grande descendo por este até a barra do Ibirapuitan Chico até a divisa da fazenda de Santo Agostinho com a de São Leandro e por estas divisas até as suas cabeceiras na coxilha do Caverá, dahi pela vertente que fica mais próxima, e que nascente da mesma coxilha deságua no arroio Caverá, por este até a divisa dos campos que foram do finado Bate-ferro; por esta até o boqueirão onde desce o galho mais próximo do arroio Vacaquá; por este até sua fóz no Ibicuhy D'Armada, subindo por este até a fóz do Upacaray. Pelo Upacaray até onde deságua o galho do Vacahyquá que divide os campos dos herdeiros do finado Garcez dos herdeiros do falecido Carcindinha; por este galho até a linha divisória do Estado Oriental e por esta até as pontas do mencionado Quaray.

✍ Lei que eleva a Vila Sant'Ana do Livramento a categoria de Cidade:

"Lei Provincial Nº 1013 de 6 de abril de 1876."

O Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial Decretou e eu Sancionei a Lei seguinte:

Artigo I – Ficam elevadas à cathegoria de cidade as villas de Santa Maria da Boca do Monte e de Santa Anna do Livramento, conservando-se a mesma denominação.

Artigo II – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mando, por tanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e fação cumprir tão inteiramente como n'ella se contem.

O secretario desta Província a faça imprimir, publicar e correr.
Palácio do Govêrno na Leal e Valorosa cidade de Porto Alegre aos seis dias do mez de Abril de mil oito centos setenta e seis, quinquagéssimo quinto da Independência e do Império. (L.S.)
Tristão de Alencar Araripe.

N'esta secretaria do Governo foi sellada e publicada a presente lei aos seis de abril de 1876.

O Official-Maior, servindo de secretario do Governo.

Germano Severino da Silva."

✍ ***Lei Provincial Nº 1207 de 3 de maio de 1879.***

A lei nº 1207, de 3 de maio de 1879, desmembra da Câmara de Livramento e dá fim ao termo para se constituir uma nova comarca em Dom Pedrito juntamente com Rosário do Sul.

Tratados de Limite com o Uruguay

Fac-símile do Tratado de Tordesilha

No livro *FRONTEIRA ILUMINADA* do diplomata Fernando Cacciotore de Garcia, esclarece o efeito da guerra de 1801 e do estado de beligerância de 1808 sobre a nulidade do Tratado de Santo Ildefonso e de todos os Tratados, de limites ou não com a Espanha. A narração como o sucesso do caudilho uruguaio Artigas com as massas populares na região do Prata suscitou a intervenção de D. João VI no Uruguay com o apoio da elite montevideana e com aprovação da Espanha.

Fernando Cacciotore faz uma brilhante defesa com base em documentos do Itamaraty da breve convenção de 1819, que deu ao Brasil o fértil Rincão do Arapeí, mais tarde devolvido ao Uruguay. Para ele, foi o primeiro documento que reconheceu a soberania de Montevidéu sobre o interior do Uruguay, cuja governança podia ser reclamada por Buenos Aires e Assunção. O Ato de 1821, que incorporou o Estado Oriental ao Reino do Brasil, anulou a Convenção de 1819. Contudo, sob domínio do Brasil, muito embora tenha conquistado estabilidade política, o Estado Oriental foi tratado como terra ocupada e seu progresso estagnou. O descontentamento dos uruguaios para com a ocupação brasileira culminou na separação deles definitivamente em 1828. A

partir daí, Fernando Cacciotore mostra como o discurso uruguaio em torno da questão dos limites tornou-se ambíguo, ora invocando, ora recusando o ato de incorporação, tentando ultrapassar os limites desenhados em 1821. Entre 1830 e 1851, o Uruguay tudo fez para ajustar com o Brasil o melhor domínio territorial possível. Este é o período das intervenções anglo-francesas no Prata e da Guerra contra Oribe e Rosas, o ditador argentino. A intervenção brasileira no Prata emanou mais da necessidade de defender os interesses dos sul-rio-grandenses, que sofriam forte perseguição de Oribe. Em 1845, as propriedades dos brasileiros cobriam cerca de 25% do território uruguaio e 65% delas sofreram ataques do orientais.

Para Fernando Cacciotore, o ***Tratado de outubro de 1851***, de aliança, de limites e de subsídios, contribuíram inevitavelmente para a consolidação da soberania uruguaia. Ele louva a ação, esclarecida, do monarca brasileiro D. João VI, na condução da política externa para com o Prata e indica o cuidado do Brasil em condicionar a aliança ao tratado de limites, mas sem defender os direitos soberanos uruguaios. Os interesses dos sul-rio-grandenses, por exemplo, que desejavam limites mais ao sul do que os de 1821, não foram contemplados. Por sua vez, o Uruguay abriu definitivamente mão da pretensão de ver aplicado o tratado preliminar de Santo Ildefonso. Finalmente, tinha o Uruguay a sua soberania territorial assegurada e os dois países chegavam à estabilidade jurídica nas relações bilaterais de fronteira.

O livro de Fernando Cacciotore nos revela o processo detalhado de demarcação do período de 1852 e 1862. As questões breves, o funcionamento da comissão e o esforço brasileiro para contornar a protelação do Governo oriental. Conclui exaltando a política do Barão do Rio Branco, que em 1909 cedeu unilateralmente parte das águas da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão

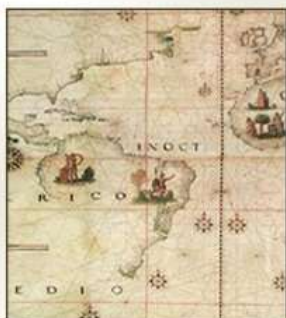
ao Uruguay. Finalmente, em fevereiro/maio de 1861, o Tratado foi considerado rejeitado pelo Uruguai e anulado. Desde então não se falou mais no assunto. A cidade uruguaia de Rivera foi se desenvolvendo, sempre em íntimo relacionamento com Sant'Ana do Livramento.

O "vácuo demarcatório" a que estariam aludindo às autoridades diplomáticas da República Oriental seria, na verdade, o ponto de trifronteira em pleno Rio Uruguai, não estaria precisando de delimitação, mas apenas de reconhecimento e demarcação. A pretensão uruguaia não pode evidentemente ser acolhida por parte do Brasil, pelo inconveniente do precedente diplomático de fronteira, mas também pela sua falta de sustentação técnica.

Isso explica o fato de o Itamaraty aparentemente ter deixado de responder as notas uruguaias sobre este assunto do final dos anos 1990. Limites negociados e fixados são definitivos, convicção que está na base da segurança jurídica mister para reger as relações internacionais. Morre, assim, essa estranha dissonância numa fronteira das mais livre e integrada do mundo, tradição que se solidifica na alma dos nossos marcos de fronteira, "fronteira iluminada" como bem define o autor.

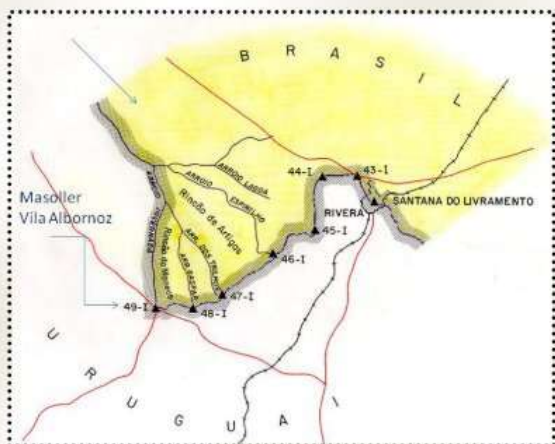
Nos dias 4 de setembro e 31 de outubro de 1857, foram celebrados ajustes sobre a questão de limites na fronteira. No acordo entre os Governos Brasileiro e Uruguaio do dia 31 de outubro de 1857, um ponto a ressaltar foi à concessão do país vizinho de uma faixa de seu território para a edificação da cidade nascente em troca de igual extensão em outro ponto da fronteira. Em tal ocasião, a República Oriental do Uruguay cedeu uma área suficiente para uma rua da vila de Sant'Ana do Livramento. Durante o ano de 1862 a comissão demarcadora mista, prosseguiu em seus trabalhos e assentou mais dois marcos, um no alto da coxilha, junto a Vila de Sant'Ana do Livramento, outro no ponto mais alto da mesma coxilha, no trecho em que esta se volta para o oeste.

Mapa dos Confins do Brasil com as Terras da Coroa de Espanha na América Meridional, 1749
Utilizado para Delimitar os domínios dos Reinos de Portugal e Espanha na America do Sul, fixados pelo Tratado de Madri em 1750

A saga do Tratado de Tordesilhas nesta fronteira

O estudo das convenções luso-hispanicas de Fernando Cacciotore, nos revela a força do Tratado de Tordesilhas, cujos trabalhos se desenvolviam ao longo da cumeada da Coxilha de Santana, sobre a qual corre a linha divisória. Isso foi observado quando os membros da Comissão Mista de Limites Brasil-Uruguay perceberam que o crescimento espontâneo das cidades de Sant'Ana do Livramento e Rivera fizera com que, ao longo do tempo, construções de ambas as nacionalidades ultrapassassem os limites de seus respectivos países.

Assim sendo, por convenção assinada em janeiro de 1920 entre o Brasil e o Uruguay, resolveu-se alterar a linha de limite, por entre as cidades de Livramento e Rivera, de modo a que refletisse exatamente a ocupação dos dois países pelos dois lados da cumeada em todo o trecho urbano, aspiração que já havíamos demonstrado algumas vezes entre 1895 e 1901. E, em 1923 foi realizada nova conferência da Comissão Mista, que resolveu fazer um Parque Internacional em uma grande área desocupada entre as duas cidades geminadas e, assim, entre os dois países, foi ele enfim inaugurado em 1943.

Estava assim, finalizada a saga de Tordesilhas. No extremo Sul do País, da então Província de São Pedro, atual Rio Grande do Sul, o último trecho dos limites entre os sucessores de Portugal e Espanha havia sido traçado e demarcado com caráter definitivo pelas ruas de Livramento e Rivera. O convívio pacífico, diário e fraterno de brasileiros e uruguaios, sobre las veredas comuns das duas cidade, e também dos de Aceguá-BR/Aceguá-UY e Chuí-BR/Chuy-UY, fato raro, poderia, com certeza, representar, também, de modo cotidiano, os ideais da harmonia universal de uma plêiade de brasileiros ilustres. Assim mais de quatro séculos de guerras, lutas e disputas chegam ao fim. Para Fernando Cacciotore, caso um homem do século XVIII pudesse ver o que hoje diuturnamente ocorre nas nossas cidades da fronteira Brasil-Uruguay, com toda certeza, usando os termos de então, a caracterizaria como uma “Fronteira Iluminada”. E tanto mais, ao tomar conhecimento da cessão graciosa, pelos brasileiros, de grande parte das águas da Lagoa Mirim ao Uruguay.

No decorrer do tempo, demarcadores construíram marcos ao longo de toda a linha de limites, inclusive o marco grande (Marco Principal 11-P) a sudeste de Livramento. Em um dos extremos dessa linha - os marcos grandes, chamados Marcos Principais, eram construídos nos locais onde a linha de fronteira mudava de regime, assim como os marcos 2-P e 3-P nos extremos da reta do Chui, 8-P e 10-P na reta de Aceguá, 12-P na Serrilhada, no início do divisor de águas da coxilha de Santana. O Tratado de Permuta ficou algum tempo em suspenso, pois o legislativo uruguaio se negava a ratificá-lo. (em outubro de 1857 foi feita uma "Declaração Adicional", para facilitar a troca). Nesse meio tempo, em maio/junho de 1860 os uruguaios iniciaram a construção de um povoado, em frente a Livramento, que tomou inicialmente o nome de Ceballos, depois Rivera. – (FRONTEIRAS E LIMITES DO BRASIL podem ser encontradas no site: *http://www.info.lncc.br*

Em 1934, uma questão foi suscitada pelo Uruguay a respeito da demarcação de um pequeno trecho de seus limites com o Brasil na região denominada Rincão do Artigas. Bem como da questão levantada em 1937 em torno da demarcação da Ilha Brasileira, localizada na boca do Rio Quarai no Rio Uruguai, o que motivou em 1974 um decreto do governo uruguaio determinando que os mapas oficiais passassem a assinalar as áreas como “limites

contestados". Todas as respostas estão nesse livro, pois que toda a historiografia contestada pelo Fernando Cacciotore confunde fronteira e limites. Os técnicos uruguaios estariam, pois, confundindo delimitação com reconhecimento e demarcação. O trecho em questão ficou precisando de demarcação, mas já estava delimitado pelos tratados de 1850 e pelo trabalho da comissão de limites, onde existiam também tratados entre Brasil e Argentina e entre Argentina e Uruguay apreciando a questão.

Notas de 1988 sobre a área de Masoller

As últimas notas trocadas entre o Brasil e o Uruguai, sobre este assunto são:
Nota do Uruguai de 17 de agosto de 1988 *(esta nota veio acompanhada de outras duas notas com mesma data, uma versando sobre a conveniência de se estabelecer a adjudicação das águas na região da foz do rio Quaraí no rio Uruguai, e a outra sobre o aproveitamento das águas do rio Quarai).*

foto: Comissão Demarcadora de Limites de S. Livramento
Marco 49-I construído em 1857
Final do Período Demarcatório, na nascente do arroio Invernada

A nota uruguaia sobre o Rincão de Artigas foi respondida pela nota do Brasil nº. 272 de 4 de dezembro de 1989, repetindo praticamente as mesmas contestações referentes aos mesmos argumentos do Uruguai. Nesta nota o Brasil acusa o recebimento da nota uruguaia: "*...sem acrescentar novos dados*" e diz ter "*sempre manifestado ao Ministério das Relações Exteriores uruguaio o que é uma posição oficial e permanente do Governo Brasileiro*". Desde então não houve nova troca de notas entre os dois governos sobre este assunto.

Marco Principal P-11
Armado em 1854 na Coxilha de Sant'Ana

Nossos primeiros Tratados de Limites como país independente foram firmados com o Uruguai e com o Peru, ambos em 1851, já durante o Segundo Reinado. A partir dessa época tiveram início os trabalhos de Comissões de Limites nomeadas para tratar de cada fronteira em particular. Com o Uruguay, por exemplo, foi nomeado Primeiro Comissário brasileiro o General José de Souza Soares d'Andréa (Barão de Caçapava), tendo como Primeiro Comissário uruguaio o Coronel José Maria Reyes, renomado geógrafo oriental. Os trabalhos foram realizados de 1852 a 1862. Tendo falecido em serviço em 1858 o Primeiro Comissário brasileiro, foi chamado para substituí-lo o Brigadeiro Pedro de Alcântara Bellegarde, que completou a demarcação dessa fronteira.
*fonte: *Comissão Brasileira Demarcadora de Limites* – ***www.scdl.gov.br***

A fronteira do Brasil com o Uruguai, "delimitada" pelo ***Tratado de 1851*** e pelo ***Tratado de 1909***, tem extensão total de 1.068,4 km e está perfeitamente "demarcada". Em sua extensão total, a linha-limite percorre ***608,7 km*** por rios e canais; ***140,1 km*** por lagoas; ***57,6 km*** por linhas convencionais e mais ***262,0 km*** por divisor de águas. A extensão da linha divisória entre o ***departamento de Rivera e o município de Livramento é de 97,86 km*** e ***entre as duas cidades é de 7,3 km*** aproximadamente. Recordando que a extensão total do limite entre ambos os países é de ***1.068 Km***, desde a desembocadura do arroio Chuy no oceano Atlântico, e onde se localiza o ***marco I***, até a desembocadura do rio Cuarehim no rio Uruguai, um dos limites contestados entre Uruguay e Brasil: a Ilha Brasileira, o outro limite contestado é o Rincão de Artigas.

PAÍS LIMITE	TOTAL	Linha Seca	Rios, Lagos e Canais	Nº de Marcos
URUGUAY	1.068 Km	320 km	748 km	1.174

O Marco da Praça Internacional

Parque Internacional - 1950 Postal de Amilcar D'Avila

Para demarcar a linha de fronteira entre a Serrilhada e Massoller, extensa região de planuras contínuas dos dois países, Brasil e Uruguai, onde não existem cursos de água ou outros acidentes geográficos capazes de servir de referências, as comissões demarcadoras optaram por recorrer ao chamado 'divisor de águas'. Daí a razão da forma irregular que caracterizava a linha limítrofe e de um dos principais questionamentos feitos por todos quantos visitam a fronteira. O divisor de águas é definido como uma linha teórica de menor caimento, que limita as terras drenadas por uma bacia fluvial de outra bacia fluvial'. Quando a água da chuva ao cair, corre uma parte para cada lado, determina a linha por onde deve passar a fronteira. Além disso, também ficou decidida a materialização dos marcos da fronteira seca, para que qualquer um deles se possa divisar, a olho nu, o anterior e posterior. Em virtude disso, é que não existe a mesma distância entre os marcos, tudo dependendo de sua localização. Porém ao atingir os subúrbios de Sant'Ana do Livramento e Rivera, a Comissão Demarcadora, integrada por elementos de ambos os países, verificou que não mais poderia manter a sinalização da fronteira pelo divisor de águas, conforme vinha sendo feito. A partir do 'Cerro do Caqueiro' a linha demarcadora invadiria casas, cortaria terrenos e causaria outros problemas de natureza grave para as duas comunidades xifópagas, uma vez que as construções brasileiras e uruguaias se haviam aproximado demasiadamente. Dessa maneira um trecho de aproximadamente quatro quilômetros ficou pendente para uma próxima definição. Finalmente, esse problema ficou definitivamente resolvido em 1923, ocasião em que foi alvitrada a construção de uma "Praça Internacional" na área existente entre Sant'Ana e Rivera e que pertenceria aos dois países, foi inaugurado em 26 de fevereiro de 1943.

Elevação dos Marcos

O nome deriva do latim medv. Marcus. Aquilo que simboliza um lugar, também recordam uma folha de desenho linear, empregado pelos topógrafos para marcar as medições. Postos na linha divisória, técnicamente é uma base de alvenaria com um pilar que se põe nos limites territoriais entre dois países de forma permanente. Mas, um atrás do outro, os vemos diariamente definindo uma linha que não existe. Nossos marcos foram plantados como sentinelas de uma história comum entre dois povos. Hoje, os trabalhos de caracterização, praticamente concluídos, estão a cargo da ***Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguai*** (criada em 1919), que se ocupa sistematicamente da manutenção dos mesmos. O principal período de demarcação entre o Brasil e o Uruguay desenvolveu-se de 1852 a 1862, tendo atuado como Comissário brasileiro o Marechal Francisco José de Souza Soares D'Andrea, Barão de Caçapava *(que faleceu em serviço, em 1858)* e o brigadeiro Pedro d'Alcantara Bellegarde (1858/1862) e, como Comissário uruguaio, o coronel José Maria Reyes, que se retirou para Montevidéu após estarem vencidas as etapas principais do trabalho de demarcação. Nessa ocasião foram erigidos 13 marcos principais e 49 marcos intermédios do Chuí ao Rio Uruguai.

Dos ***Marcos Principais*** *(chamados grandes)*, como se denominam na documentação, especialmente quando grafados como M ou M-P colocados desde 1853. Destes, possuímos dois, os números 10 e 11. O primeiro se localiza nas proximidades da desembocadura do Arroio São Luis no Rio Negro (daí o nome popular do marco). O outro se chama Marco do Centenário, localizado na Cerrillada ou Coxilha de Sant'Ana. Todos eles são em forma de pirâmide tetraédrica truncada com mais de 4 metros de altura, elevado de uma pequena mesa intermediária e uma coluna de granito lavrado.

Os contra-marcos de granito colocados em todos, menos no localizada na ilha brasileira (marco erguido em 1862) foram trazidos por terra do Rio de Janeiro num trabalho engenhoso muito difícil dado as limitações da época.

Os marcos denominados intermediários, MI, dos que se colocou no primeiro momento, 1853 a 1862, 49 em toda a fronteira. Na linha se localizam os numerados de 21 a 49. Também têm uma base e forma de prisma tetraedro truncado, de 4,3 metros de altura com cada lado dessa base de 3 metros, sobre a qual uma prolongação tipo piramidal de 2,45 metros coroada por uma coluna de granito lavrado de 1,33 metros de altura por 0,53 centímetros de largura.

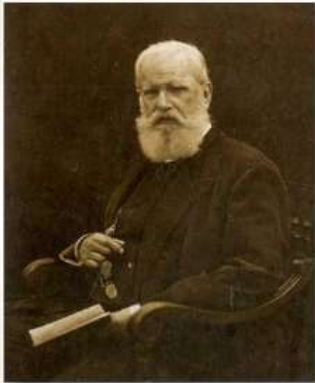
Nossos marcos são conhecidos por seus nomes, particularmente a partir dos sete localizados na zona do Arroio São Luis e dos que foram erguidos em continuação no vale do Cemitério. Geralmente identificados com o nome do local onde foram encravados ou pelo apelido do proprietário do campo em que se encontra. Cerrilada nº 32, Guabijú nº 33, Yaguari nº 34, no parador da Villa Indart o Cruz de São Pedro nº35, Três Vendas nº 36, do Upamaroti nº 37, de Corrales, nº 38, Capão Alto nº 39, Severino nº 40, Itaquatiá nº 41, Cerro do Marco nº 42, Marco do Lopes nº 43, Galpões nº 44, Araújo ou Media Água (pelo Arroio com esse nome) nº 45, do Barros nº 46, do Davis ou de La Oficina (pelo controle da Aduana) nº 47, do Ombú ou Serpa nº 48, o de Masoller nº 49.

Dos marcos historicamente falando, os mais significativos são os do nº 48 e do nº 49. É que por alegação do Subdelegado uruguaio, Carlos Vila Seré, na Comissão Mista de Demarcação e Limites, alegou que os mesmos haviam sido erroneamente marcados. Iniciou-se assim uma reclamação oficial em agosto de 1934 para um processo de limites contestado pelos uruguaios. O Brasil, é claro, não reconheceu a contestação.

Em 1920, instalaram na nossa fronteira mais quatro marcos na zona do Arroio São Luis. Numa terceira etapa colocaram 1039 marcos menores M-M, sinalizando a fronteira Brasil-Uruguay, a partir da Cerrillada ou coxilha de Sant'Ana e Negra até o marco nº 1022 M, colocado no pé do marco nº 49 de Masoller, caracterizados por uma construção mais simples, recheados de basalto e revestidos com cimento com uma altura da base menor de quase dois metros. Também são tetraedros e têm uma largura lateral de 1,25 metros e estão coroados por uma pequena coluna de aproximadamente de 0,50 centímetros.

Os últimos 17 marcos, deste tipo, menores, mais sete colunetas e o Obelisco, são numerados com números romanos do I ao XV. Estão encravados no Parque Internacional, quando de suas construções nos anos de 1942 e 1943, numa linha de quatro quilômetros estendida desde o marco mensor nº 676 no Cerro do Caqueiro até o nº 677 no Sobradinho.

**fonte: Dicionário Riverense Joel Salomón de León – Segunda Comissão Demarcadora de Limites*-S.C.D.L. Palácio Itamaraty

Dom Pedro II em Sant'Ana do Livramento

D. Pedro II – aos 61 anos em 1887

D.Pedro II governou de 1840, quando foi antecipada sua maioridade até 1889, ano em que foi deposto com a proclamação da república brasileira. O fim da escravidão resultou no apoio explícito dos ricos fazendeiros de café ao republicanismo. Apesar de não haver no Brasil qualquer desejo pela mudança na forma de governo, os republicanos passaram a pressionar o Exército e seu principal líder, o Marechal Deodoro da Fonseca, a derrubar a monarquia. Em 9 de novembro de 1889, um grande número de oficiais se reuniu no Clube Militar, presidido por Benjamin Constant, e decidiu realizar o golpe de Estado para derrubar a monarquia. D. Pedro é, ainda hoje, um dos políticos mais admirados do cenário nacional, e é lembrado pela defesa à integridade da nação, ao incentivo à educação e cultura, pela defesa à abolição da escravidão e pela diplomacia e relações com personalidades internacionais e foi considerado um príncipe filósofo. D. Pedro II é personagem fundamental na História do Brasil, responsável pela consolidação da integridade do território nacional e por passar à sociedade brasileira elevados valores de tolerância e democracia que estão presentes até hoje.

Counde d'Eu aos 23 anos em 1865

Em ***11 de outubro de 1865***, procedente de Uruguaina, chegou à Sant'Ana, o Imperador D.Pedro II, tendo os mais calorosos aplausos e as mais elevadas distinções. O acompanhava, Gaston d'Orléans, Count of Eu, neto de um rei na França, a saber, tornou-se príncipe Imperial consorte no Brasil por seu casamento com a princesa Isabel Cristina Leopoldina de Bragança, filha do imperador do Brasil Dom Pedro II, descreve em seu diário de viagem de Gastão de Orleans, Conde D'Eu. Os santanenses enfeitaram as ruas para receber o sábio monarca mostrando alegria e admiração ao soberano de todos os brasileiros. – **Viagem Militar ao Rio Grande do Sul – Conde d'Eu – Coleção Brasiliana – volume – 61 – pg. 192 a 200, encontra-se os registros da visita de D. Pedro II em Sant'Ana do Livramento:*

Dia 08 de outubro – *Às 5 horas, missa. Em seguida partimos para Sant'Ana do Livramento na direção do S.S.E. Vai-se por uma coxilha que deixa muito para a esquerda o curso arborizado do Ibirapuitan.*

A comitiva imperial consta infelizmente a menos o excelente Dr. Meirelles. A primeira marcha, de Uruguaiana ao Touro Passo, a tal ponto o fatigou que no dia seguinte teve de ficar no Ibirocahí (gente do lugar). Tornamos a vê-lo em Alegrete, mas logo teve de se recolher ao leito; promete que tão depressa se restabeleça, se irá juntar ao imperador em Bagé, indo por São Gabriel, onde tem ordens a dar.

Augusto aparece com um poncho de verão, branco com risquinhos azul celeste. Fica definido esse traje pelo seu nome: quando começa a fazer muito calor para que se possa continuar a usar o poncho de lã, o gaúcho elegante substitui-o por outro, feito de uma fazenda leve de algodão e seda. Há os inteiramente brancos, e outros amarelos; mas a maior parte tem listras,

sempre de cores claras e vivas. São muito pitorescos quando entram a flutuar a mercê do vento sobre o cavalo a galope, com os arreios muito enfeitados de prata; mas parecem-me ter pouca utilidade prática para viagem.

Faz-se a "sesteada", das 10 horas às 3, na pobríssima casa de um alemão chamado Malm, conhecido por João Alemão. Está ausente; é seu cunhado, também alemão, que faz as honras da casa e sustenta a conversa sobre variados assuntos, desde a batalha de Waterloo, em que entrou seu pai, até um combate nas margens do Inhanduhí, em que ele próprio tomou parte, no tempo da guerra civil.

Tempo excelente, nem quente, nem frio; mas terra árida; pois durante três horas e meia de viajem (quatro léguas brasileiras) a partir da casa de João Alemão, não vimos uma só árvore! Às seis horas e meia chegamos a casa do Sr. Trindade. Mostra-nos um animalzinho chamado zorrilho, que me parece ter uma analogia com o texugo, mas que tem a particularidade de exalar um cheiro execrável. A esposa oferece ao imperador um suadouro, pequena coberta para cavalo, feita, de ponto de meia, por sua mão.

***Dia 09 de outubro** – O terreno torna-se mais pedregoso e acidentado; às vezes aparecem capõezinhos no fundo dos vales, que vamos deixando à direita ou à esquerda.*

Às 3 horas chegamos à casa de uma senhora de apelido Cunha, viúva do coronel Miguel Cunha. Apresenta-se acompanhada de sete de suas filhas e declara ter ainda mais três nos arredores, duas casadas e uma viúva. As sete que vemos trazem vestidos de casa de ramagens. A casa é de uma elegância absolutamente desusada nestes desertos; sobre tudo a sala ostenta o extraordinário luxo de um piano. Este piano torna-se como era natural, um excelente objeto de conversação com toda esta sociedade feminina. O imperador convida logo as meninas a mostrar seu talento musical. O repertório não é variado: Limita-se ao "Souvinir de Baden-Baden", e a duas mocinhas brasileiras. Além disso, o piano está horrivelmente desafinado. Desculpam-se dizendo que seu mestre alemão as deixou para regressar ao Rio Grande. Suponho que é o mesmo que está agora lecionando, com melhor resultado as meninas do Sr. Euphrasio.

O jantar compensa o concerto. Nada falta, nem mesmo um esplendido aparelho: vidros dourados e bela porcelana de beira verde com o nome do falecido esposo da dona da casa em letras de ouro.

Esta tarde os soldados da escolta apanharam ovos de ema inteiramente amarelos, que logo foram furados e cuidadosamente acondicionados para com eles se ornarem os aposentos do Rio de Janeiro.

***Dia 10 de outubro** – Partida às 5 horas por uma manhã extraordinariamente fria. Às 4 horas chegamos a casa do Sr. Machado, que está convalescendo do tifo. A sua casa ocupa a encosta de uma espécie de colina a que, por sua forma, chamam o "Cerro Chato" e que fica inteiramente isolado no meio de um vasto planalto, limitando por vários lados com outras colinas que terminam igualmente em mesas ou terraços. É uma formação bem singular e, da total ausência de árvores, não deixa a paisagem de ter certo encanto, assim iluminada pelo sol poente e animada por milhares de bois disseminados pela superfície verde e plana do campo. Correm as águas deste*

planalto, do lado de Leste diretamente para o Ibirapuitan; ao Nascente para o Inhanduí, e do lado Sul para o Quaraim, cujas nascentes não estão longe. No dizer dos vaqueiros, os conhecedores da região, estende-se a vista, deste lado do Sul, até o Estado Oriental, cuja fronteira com o Brasil é formada, como se sabe, por uma linha artificial das nascentes do Quaraim às do Jaguarão.

Dia 11 de outubro – *Lindíssima entrada. Passa-se o Ibirapuitan não longe de suas nascentes. Depois sobe-se a uma altura onde se encontra uma das pirâmides de tijolos com revestimento de cal, que assinalam, de espaço a espaço, a fronteira. Goza-se dali uma vista pitoresca e muito original sobre uma série de vales arborizados e de colinas de encostas escarpadas, que quase todas terminam em pequenos planaltos. No meio desta região atormentada aparece Sant'Ana do Livramento na direção S.E. na forma de uma massa branca, hoje um pouco envolta em bruma. Muito perto desta pirâmide ou marco de fronteira, encontram-se ao mesmo tempo as nascentes do Ibirapuitan, Santa Maria do Cuñapirú, afluente do Rio Negro (grande rio que atravessa todo Estado Oriental e se vai lançar no Rio Uruguai muito abaixo de Paissandu). Forma fronteira neste sítio a crista da coxilha ou linha das águas, as quais vão, como se vê, do lado brasileiro para o Ibicuí pelo Ibirapuitan e pelo Santa Maria, e do lado oriental, que entre para tese, é aqui o Sudoeste, para o Rio Negro, pelo Cuñapirú.*

A verdadeira entrada para ir para Sant'Ana segue também a coxilha, por tanto atravessa mais de uma vez a fronteira. Mas o imperador não pode sair do Império; portanto, depois de termos contemplado as duas faces brasileiras temos de tornar a descer, por caminhos de cabras, para um dos vales, com as suas encostas pedregosas e arborizadas, as casinhas no fundo cercadas de chácaras esmeradamente cultivadas. Mais facilmente poderia eu imaginar que estava num canto da velha Europa do que na Província do Rio Grande do Sul.

Tornamos a subir para Sant'Ana. Vem ao encontro do Imperador a Guarda Nacional a cavalo, na força de cerca de 200 homens, depois, a entrada da vila, a Câmara Municipal, mais adiante, um grupo de meninas com fitas das cores nacionais: algumas pronunciaram falas em prosa ou em verso. Visita a igreja; "Deus in cujus manu Sunt corda regum", etc. etc. Por fim, tomamos posse dos nossos aposentos na Câmara Municipal; os lavatórios estão adornados com o "Bard os Avon's perfume", e todo o edifício está perfumado com anis. São 9 horas e meia. Depois de um período de espera dolorosa para os estômagos, acabamos por ter um copioso almoço com manteiga da terra, delicia que desde Porto Alegre não tornáramos a conhecer. De tarde fizemos uma conscienciosa visita a vila.

A vila de Sant'Ana do Livramento está assente num contraforte da coxilha. Tem aspecto quase europeu: as casas estão disseminadas pelo meio de jardins verdejantes onde crescem árvores da Europa, como o choupo e a acácia (agora em flor), que em outras partes do Brasil são desconhecidas. As sebes estão cobertas de rosinhas. Os pessegueiros e os marmeleiros começam a formar os frutos. Em compensação não há laranjeiras. A população é, pelo que me dizem, de 2.000 almas, de que o elemento brasileiro não representa senão aproximadamente metade, sendo o mais orientais, argentinos, e europeus. Entre estes parecem-me predominar os italianos. As lojas têm bustos do rei Victor Manuel, de porcelana de cores, e o bilhar da terra tem tabuleta "Hotel a la Garibaldi". Na praça há, em frente da igreja, um teatro de exterior monumental.

Da última casa da vila a cumeada, a, portanto a fronteira, a distância é apenas de cem passos. Imediatamente do outro lado fica uma casa sobre a qual se vê flutuar a bandeira oriental. Entretemos o nosso ócio com com a coleção da Tribuna de Buenos Aires. Está cheia, principalmente, de correspondência de Uruguaiana a cerca da chegado do Imperador, da rendição, etc. Digam o que disseram do Rio de Janeiro, essas correspondências são extremamente cortezes. Uma das cousas que mais parecem ter impressionado os nossos aliados é a simplicidade das maneiras e do trajo do Imperador: esperavam provavelmente ver manto de púrpura e de arminhos!

Decididamente, a coluna paraguaia da margem direita do Paraná era uma invenção, porque o general Mitre (Dom Emilio) entendeu o poder sair do Rosário no dia 21 com as tropas de seu comando e marchar para Concordia. Continuamos a ignorar o efetivo destas tropas.

Dia 12 de outubro – *Dia de repouso... pelo menos parcial. Visitas às escolas; de tarde passeio ao alto, onde está o marco da fronteira. Este marco, como a maior parte dos outros foi assente numa das raras coincidências da fronteira com um pouco culminante do terreno. Por quase todas as mais partes, as colinas, sempre cilíndricas e de largos cimos planos, elevam-se irregularmente, ora de um lado. Ora de outro da linha de divisão das águas. No conjunto da paisagem é do lado oriental muito menos acidentado e arborizado que do lado brasileiro.*

No sopé, mesmo do cabeço coroado pelo marco há um posto de soldados orientais, que está, portanto, a cem passos da vila e mais alto que ela.

Este traçado de fronteira, de que resulta dominar o território estrangeiro completamente a vila de Sant'Ana é evidentemente desvantajoso. Para remediar este inconveniente, pensou-se a nos em transportar esta parte da fronteira para o curso do Cuñapiru no fundo do vale adjacente. Em troca desta faixa de terreno que nos cederiam os orientais, receberiam eles outra mais extensa, porém, sem importância estratégica, entre as nascentes do Quaraim. Chegou-se a projetar um tratado nesse sentido: porém sobreveio uma mudança de governo em Montevidéu, e o novo governo recusou-se a concluir o tratado. Poder-se-ia talvez aproveitar a atual aliança intima para novamente se tratar deste assunto, que poderia combinar-se com a questão da abertura da Lagoa Mirim a navegação com bandeira oriental, concessão esta que o governo oriental instantaneamente solicite.

Convém notar aliás, que quase todos os estrangeiros desta zona do norte do Estado Oriental, são brasileiros. É este um grande mal, em primeiro lugar porque são braços que o Brasil perde, para irem trabalhar em terra estrangeira; mas sobre tudo porque esses brasileiros se filiam com paixão nos partidos em que anda dividida a Republica Oriental (atualmente no partido Colorado) e consegue com seus clamores arrastar o governo brasileiro a intervir nestas dissensões, como infelizmente se viu o ano passado. Se perguntardes a esses filhos do Brasil por que motivo deixam a paz de sua terra natal para virem meter-se num Estado entregue a contínuas desordens, responderão que no Estado Oriental o terreno é mais favorável à criação de gado. Nisto não creio: com exceção de vales arborizados do lado brasileiro, que não passam de fato isolado, é idêntico o aspecto do solo dos dois lados da fronteira. O que atrai esses imigrantes é o ser tudo mais barato do lado de lá, por ser o regime aduaneiro dos nossos vizinhos menos

restritivo que o nosso. A povoação oriental mais próxima de Sant'Ana é Tacuarembó; mas não a pudemos ver.

Dia 13 de outubro – *Partida às 5 horas. Como na véspera, há espesso nevoeiro que completa o aspecto europeu da região.*

Os espíritos prudentes, imaginando estarem na fronteira bandos de "Blancos" que poderiam querer apoderar-se do imperador (não sei para que) conseguem que a escolta, que desde Uruguaiana fora reduzida a 60 homens, seja dobrada, com Guarda Nacional de Sant'Ana.

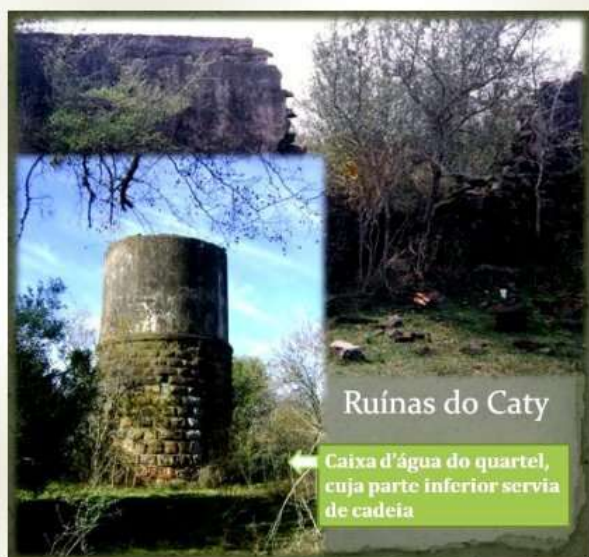
Afastando-nos gradualmente da fronteira, atravessamos muitas torrentes arenosas e pantanosas que vão engrossar o Santa Maria. Por fim acampamos do outro lado da Restinga, curso de água mais importante que os outros, e diante da casa de um espanhol chamado Zarratea, que tem uma venda bem sortida. Arreios, livros, chapéus, fazendas de toda espécie, porcelana, que sei eu? Tudo há neste brilhante estabelecimento, que com surpresa se encontra assim perdido no meio do deserto. Suponho eu que na sua propriedade entra por grande parte, contrabando. A lembrança de que estamos em casa de um europeu, que pode estar animado de sentimentos "blancos", suscita novos terrores. Deixam-se ficar selados toda noite os cavalos da escolta e dispõe-se guardas avançadas em todas as direções. Quanto a mim, declaro que os "blancos" não me tiram o sono.

Os Quartéis de Sant'Ana do Livramento

"A missão que tiveram, foi como sentinela avançada do Brasil"

RECREIO

Quartel General de David Canabarro "Recreio"

Existiu um quartel até 1855, no lugar batizado de "***Recreio***", atual 7º Distrito, do General de David Canabarro, que tendo sido um abrigo do notável caudilho da revolução, foi desativado com o fim dos combates. Logo depois, ***David Canabarro*** se retirou para a sua estância São Gregório em Livramento, onde em 25 de março foi ferido num pé quando executava numa mangueira uma atividade campeira, pequeno ferimento que evoluiu para uma grave infeção que terminou por levá-lo a ***falecer em 12 de abril de 1867***, fato que assinalou uma irreparável perda para Sant'Ana do Livramento e para o Rio Grande do Sul. Aliado aos gaúchos lutou contra o Império por causa da taxação do charque. Na Revolução Farroupilha, alistou-se em 1836 nas fileiras rebeldes. Em 1839, comandou o ataque aos imperiais em Santa Catarina. Foi promovido a general do Exército Revolucionário, posto que manteve até o final da guerra em 1845.

CATY

O quartel do Caty foi o primeiro da região, situado a 70 km de Livramento, tinha 80 metros de frente por 50 de fundo. Foi uma unidade militar criada em dezembro de 1895 com a finalidade de participar a favor do Estado nos combates da Revolução Federalista. O seu comandante era o Cel João Francisco Pereira de Souza, líder político local, que com o comando do regimento passou a acumular o poder policial e militar na fronteira. As instalações foram de custo muito alto, feita com dinheiro público e de um pecúlio de João Francisco. Pesquisadores dizem que ficou uma dívida pela construção do Caty. Segundo o jornal *O maragato de 28/11/1900*, o italiano Luis Rossinelli esteve fazendo cobranças ao governo do Estado e aos tribunais competentes com o objetivo de receber do Estado o que lhe deviam pela obra do quartel.

A unidade militar sob o comando de João Francisco apresava um efetivo de uns 800 soldados. Possuía sala para aulas táticas aos oficiais, onde estudavam esgrima com um professor estrangeiro, estante para a prática de tiro e inclusive uma banda de músicos no regimento. Existiam outros prédios no Caty, como uma casa para o comandante, espaçosa, confortável e as casas dos soldados. Ali havia duas carpintarias, uma ferraria, uma padaria e um armazém grande, donde era proibido de vender bebida alcoólica e era atendido pelo Sr. Garcia. No Caty havia rede de água, saneamento e até iluminação a gás de acetileno.

Fato Curioso: O nível da água na caixa era controlado por um fuzil Remington. Um engenhoso dispositivo que disparava a arma quando a água aintigia o nível máximo.

Brasão do Império 1822

O 12º REGIMENTO DE CAVALARIA

No ano de ***1877*** foi construído o quartel das forças federais com a denominação de ***12º Regimento de Cavalaria*** no lugar batizado ***Cerro do Depósito*** *(hoje 7º RC Mec)*, subúrbio da cidade, em terreno cedido pela Câmara Municipal. O nome do Cerro do Depósito data de 1820 ou 1825, quando o ***General Curado*** fez seu quartel nesta cidade. É considerado um lugar histórico, visto que em 1826, na campanha da Cisplatina, foi ali organizado o *"Acampamento da Imperial Carolina"* que serviu de ponto de concentração e apoio para todo o Exército Imperial. É margeado por um galho do Ibicuí que, naquela época, corria pelo centro de uma espessa floresta e limitado por rochas escarpadas que o tornavam inacessível a não ser por um estreito denominado "Passo das Pipas". Nesse lugar, o Marquês de Barbacena mandou colocar muitas pipas cheias de areia para um trânsito mais seco.

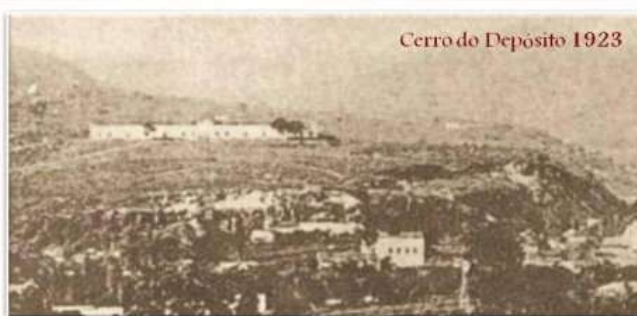
O motim do 12º Regimento

Pouco depois da proclamação da república *(1889)*, tanto o Partido Republicano como o Partido Federalista, dispunham na fronteira elementos e disposição para defender a qualquer preço seus ideais. Em Sant'Ana, como em todo país, teve reflexos profundos o ato do Marechal Deodoro da Fonseca a dissolução do Congresso em 1891, culminando com a revolta da armada em 23.11.1891 liderada pelo almirante Custódio de Mello. Assim considerando, o Partido Federalista apelou para o recurso da extrema violência, preparando um golpe armado. Mostra a história que movimentos desta natureza são preparados no extrangeiro. Os revoluvionários santanenses, não fugindo a essa regra, imediatamente tranferiram-se para Rivera, ali montando suas estratégias conspiratórias sob a chefia do coronel Rafael Cabeda e demais seguidores: os Srs. Francisco Cabeda, Paulino Vares, David M.da Silva e outros.

O 12º regimento, aquartelado no Cerro do Depósito, tinha como comandante o coronel Benjamim Pereira Monteiro, que tomara parte da campanha do Paraguai. Ali existia um numeroso grupo, chefiados pelo alferes Aristides Arminio de Almeida Rego, que segundo os federalistas, preparavam a rebelião do 12º Regimento. Certo dia, quando tomavam as últimas providências para uma ação, foram denunciados pelo sargento Francisco Torres – filho de um tetraneto de Calabar, segundo se firmara na época – e imediatamente foram presos. Entretanto, tornando-se conhecida as prisões, grande parte da guarnição foi levar a sua solidariedade aos acusados. Foi tão intenso o movimento que chegou a alarmar o prórpio comando. Em 10 de novembro de 1891 o Regimento estava com os revolucionários. Pouco antes das 11 horas, um conselho de oficiais resolveu que os denunciados, por falta de provas, fossem julgados inocentes e restituídos à liberdade.

Mais tarde, aproveitando-se da saída do comandante e de alguns oficiais, o alferes Aristides de Almeida Rego, reuniu os sargentos e alguns oficiais, comunicou que e comandante Benjamim e o ajudante de ordens foram depostos de suas funções. Assumiu o comando do regimento, com o qual marchou em direção à cidade. Ao ter conhecimento do movimento revolucinário, o marechal Isidoro Fernandes tentou conter a marcha exigindo obediência do alferes Aristides. Diante de um incêndio de vibração dos comandados do alferes, nada restava a fazer ao marechal, retirou-se. No centro da cidade, o sargento Ilirio Nunes Pereira e o alferes Antonio Augusto de Azevedo, depois da ocupação do Telégrafo Nacional, marcharam para Rivera, de onde trouxeram na "garupa dos cavalos" os chefes políticos maragatos Rafael Cabeda e Paulino Vares, sendo recebidos com grande entusiasmo pelos revoltosos e a população que seguia o Regimento. Depois de percorrer as ruas da cidade, o regimento retornou ao quartel e o cadete Antonio Augusto de Azevedo teve a seu cargo o patrulhamento da cidade até a renuncia do marechal Deodoro da Fonseca. Como decorrência, a sublevação do 12º Regimento de Cavalaria foi transformado em uma simples passeata militar pela a ausência de resistência e os oficiais foram chamados em virtude da revolução. Com isso, os Maragatos santanenses que estavam em Rivera retornaram ao pago e Cabeda foi prefeito transitóriamente.

7º RC MEC

Instalado anteriormente na Avenida 24 de Maio, onde por Decreto 13.916, de 11 de dezembro de 1919 denominou-o como 7º Regimento de Cavalaria Independente (7º RCI), o qual, em 11 de agosto de 1926 mudou-se para o seu atual aquartel no Cerro do Depósito, cuja construção data de 1923. O nome Cerro do Depósito data de 1820 ou 1825, quando o ***General Curado*** fez seu quartel nesta localidade.

A história do 7º RC Mec se originou do 9º Regimento de Cavalaria Ligeira (9º RCL), criado pela Princesa Isabel, por meio do Decreto no 10015 de 18 Ago 1888, tendo sua primeira sede em Ouro Preto-MG e contando com quatro Esquadrões. No início de 1889, foi transformado em 9º Regimento de Cavalaria (9º RC) naquela mesma localidade. Em 15 de novembro de 1889, formou ao lado de Deodoro da Fonseca uma coluna para proclamar a República. Foi transferido, em 1894 para o Rio de Janeiro-RJ, aonde em 1908, com a extinção do 9º RC, seus 1º e 2º Esquadrões constituíram o 13º RC - naquela Capital Federal - e os 3º e 4º vieram a formar o 15º RC, com nova parada em Itaqui-RS. O 15º RC, em 1915, foi novamente transferido para Santana do Livramento, tendo se instalado no aquartelamento localizado na Rua 24 de maio - o qual anteriormente sediara o extinto 10º Regimento de Cavalaria e local onde, atualmente, se encontra a 2ª Bia AAé, e que fora construído no período de 1911/14. Ainda em 1915, o 15º RC absorveu mais dois Esquadrões do então extinto 16º RC, sediado em Dom Pedrito - RS, voltando a contar com quatro Subunidades. O 15º RC, por meio de Decreto de 11 de dezembro de 1919 teve sua denominação alterada para 7º Regimento de Cavalaria Independente (7º RCI), o qual, em 11 de agosto de 1926 mudou-se para o seu atual aquartelamento no Cerro do Depósito.

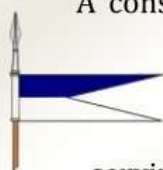
O Estandarte Histórico do Regimento foi aprovado através da Port Min nº 409 de 29 de abril de 1987 e foram-lhe concedidas a Medalha da Vitória pela Associação dos Ex-Combatentes do Brasil em 28 de outubro de 2002 e a Medalha Marechal Mascarenhas de Moraes, pela Associação dos Veteranos da FEB em 18 de dezembro de 2002.

O Ten. Cel. José Ricardo de Abreu Salgado foi o 1º Comandante no período de 13 de março de 1920 a 16 de março de 1922.

**fonte: 7ºRC Mec-3ª RM*

O Patrono do 7º RC Mec

O Brigadeiro Vasco Alves Pereira, o Barão de Sant'Ana do Livramento, nasceu em 25 de dezembro de 1819 em Alegrete, então ao município de Cachoeira e faleceu naquela cidade em 05 de maio de 1883. Em 1835 com 16 anos, alistou-se na Guarda Nacional, combatendo durante as lutas do decênio Farroupilha. Fez as campanhas de 1851/52 contra Oribe e Rosas. Quando da invasão Paraguaia de 1865, arregimentou um corpo de voluntários em Alegrete, cuja frente assistiu a rendição de Uruguaiana. Auxiliou o Barão de Porto Alegre na organização do 2º Corpo de Exército, comandando com a 6ª Brigada de Cavalaria no Paraguai, combateu em Curuzu e Curupaiti, onde foi ferido. Distinguiu-se posteriormente nos encontros de Tuiu-Cuê e na 2ª Batalha de Tuiuti. Como Comandante da 3ª Divisão de Cavalaria participou das vitórias de Itororó, Avaí, Lomas Valentinas, Peribebuí e Campo Grande. Fez com máximo brilhantismo as campanhas do Brasil Império, na qual atingiu o posto de Brigadeiro Honorário do Exército Imperial. Por Imperial Decreto de 18 de maio de 1870, foi agraciado com o título de *Barão de Sant'Ana do Livramento*. Dignitário das Imperiais Ordens do Cruzeiro e da Rosa, também foi condecorado com as medalhas de Mérito e Bravura Militar e a Geral da Campanha do Paraguai. Era casado com D. Rosa Nunes Pereira, Baronesa de Sant'Ana do Livramento e foi proprietário de uma parte da "Fazenda de Ibirocal".

2ª BATERIA ANTIAÉREA

A construção do quartel ocupado atualmente pela 2ª Bateria de Artilharia Antiaérea teve início em setembro de 1911. Foi inaugurado em 16 de abril de 1914, servindo de sede para o 10º Regimento de Cavalaria até 23 de fevereiro de 1915, quando este foi extinto.

Em 22 de abril de 1915, instalou-se neste aquartelamento o 15º Regimento de Cavalaria, procedente da cidade de Dom Pedrito-RS.

Em 11 de novembro de 1919, o 15º Regimento de Cavalaria passou a denominar-se 7º Regimento de Cavalaria, que permaneceu neste aquartelamento até 11 de novembro de 1926, quando transferiu-se para o Cerro do Depósito, nesta mesma cidade.

Em 28 de agosto de 1926, instalou-se no aquartelamento o 8º Grupo de Artilharia a Cavalo, procedente de Uruguaiana-RS, permanecendo até 10 de agosto de 1973, quando então já transformado em 28º Grupo de Artilharia de Campanha, foi transferido para a cidade de São Francisco do Sul-SC.

É dada ordem à 2ª Bateria de Artilharia Antiaérea, Organização recentemente criada, para ocupar a partir de 1º de janeiro de 1975, estas instalações, onde permanece até os dias atuais.

(Fonte: 2ª Bia AAAé-3ª RM)

José Hernandez em Sant'Ana do Livramento

Saindo da Argentina, logo após a derrota do general Lopez Jordan, em janeiro de 1871, José Hernandez veio terminar sua longa jornada em Santana do Livramento, onde deveria permanecer por algum tempo. Aqui chegando encontrou seu companheiro e amigo Juan Pirán, que havia abandonado o país pela cumplicidade no trágico episódio em que pereceu o general Urquiza. Livramento era, nessa época, o refugio seguro de grande número de emigrados políticos que fugian após a derrota da revolução argentina. O conhecido homem de letras, quando de sua estadia em Sant'Ana do Livramento, habitou um prédio que existe ainda hoje e que conserva as mesmas caraterísticas, localizado na esquina das ruas Rivadávia Correa e Uruguai.

Placas na casa onde viveu José Hernandez.

Situada na Rua Uruguai com Rivadávia Corrêa
Sant'Ana do Livramento.

1ª placa
"Aqui José Hernandez escribió Matín Fierro"
Homenagem da Sociedade Criolla de Rivera.
20/IV/1962

2ª placa
En este solar viveu em 1871
El Poeta Argentino Jose Hernandez.
Homenage de La Enbajada de Republica Argentina en el Centenário *de la publicacion de "Martín Fierro"*

3ª placa
Homenagem de Sant'Ana do Livramento no Centenário de
" Martín Fierro"
Dezembro de 1972.
Administração Dr. Ney C. Campos

4ª placa
Placa de encerramento da 15ª Cavalgada Farroupilha em homenagem aos 80 anos do folclorista Paixão Côrtes e abertura dos Festejos de 172 anos Farrapos na Fronteira. 08 de setembro de 2007.

As pessoas que passam pela esquina das ruas Rivadávia Correa com Uruguai, em Santana do Livramento, não erguem a cabeça para espionar quatro escurecidas placas metálicas presas à parede centenária da casa ali onde Hernández viveu durante a maior parte do ano de 1871. Os outorgantes das honrarias compartilham a tese de que os primeiros cantos de *Martín Fierro* foram escritos num dos quartos do solar, que pertencia a um comerciante de gado chamado Pedro Garcia. A casa está hoje desfigurada.

José Hernández, em 1868. É o autor do máximo poema sobre o gaúcho, "MARTIN FIERRO". Como emigrado político argentino viveu algum tempo em Livramento, onde supostamente escreveu a segunda parte da importante obra.

Foi um grande poeta autodidata, jornalista, soldado e lutador federalista cujo poema Martín Fierro, considerado um clássico nacional, canta a independência, o estoicismo e a corajem dos gaúchos.

A vastidão do pampa

"Ele anda sempre fugindo. Sempre pobre e perseguido; não tem cova nem ninho como se fora um maldito, porque ser gaúcho....ser gaúcho é delito."
MF(1872)

Para José Hernández,
Sant'Ana do Livramento foi um refúgio pacífico, onde pode deixar fluir sua inspiração poética.
Um início sem fim para a sua obra sobre a alma gaúcha.

Alma fuerte

"Los hermanos sean unidos
porque esa es la ley primera
en todo tiempo que sea
tengan unión verdadera
porque si entre ellos se pelean
los devoran los de afuera"

A Revolução Federalista de 1893 1895

Batalhão de lanceiros da Revolução Federalista em 1893

Sob a República, nossa cidade também foi palco de guerras civis entre rio-grandenses. Em 1895, houve os mais sangrentos combates da Revolução Federalista, no arroio do Carcávio e no Campo da Sociedade. Em Livramento "enquanto se fala de política" surgia a república em 1889. Não houve uma grande reação contra o novo regime na época, ao contrário, aquilo sinalava que os defensores da monarquia foram poucos. As diferenças eram sustentadas pelos republicanos entre si. Quando se realiza a Revolução Federalista, tanto os revolucionários como os oficialistas faziam coro de sua fé republicana, ambos denominavam-se republicanos e federalistas. Os temas políticos que os dividiam principalmente eram estes: presidencialismo ou parlamentarismo, grau de soberania das províncias, método positivista de governo, o militarismo, o castilhismo no sul, o problema do voto, as relações Estado-Igreja, etc. Historiadores contam que o último banho de ferro e fogo seria acompanhado pela cidade em 10 de dezembro de 1925, quando os homens do coronel Júlio César de Barros foram rechaçados pelo 6o Corpo Provisório. Desde então, reina relativa paz em Santana do Livramento.

Líderes Maragatos na Revolução Federalista

Em 5 de fevereiro de l893, tropas revolucionárias comandadas por Gumercindo Saraiva, Joca Tavares e Juca Tigre invadem o Rio Grande do Sul, vindos de Melo, no Uruguai. Começava a Revolução Federalista. Em setembro desse mesmo ano começa a Revolta da Esquadra no Rio de Janeiro, chefiada pelo Almirante Custódio de Melo. Ambas eram ocasionadas pela oposição ao governo de Floriano Peixoto, representado no sul pelo Dr. Julio de Castilhos. Vitorioso o movimento que proclamou a República, derrubando o Império, começou para o Brasil um período que haveria de ficar assinalado na história, como uma das mais sangrentas lutas fratricidas. Em Santana do Livramento, o movimento revolucionário se instalou no 12° Regimento da Guarnição federal aqui sediado. Os republicanos que haviam assumido o poder em 1889 depois desses sucessos imigraram para Rivera, ficando a cidade em poder dos revoltosos. Do outro lado da fronteira foi preparada a contra revolução que teve inicio a 19 de junho de 1892 com a vitória dos republicanos. Os monarquistas imigraram então para Rivera. A revolução durou até 1895, quando tombou heroicamente em Campo Osório o bravo Almirante Luiz Felipe de Saldanha da Gama.

Antes do estabelecimento do regime republicano e dentro da campanha contra a monarquia, este é o tom da discussão em A Federação, a propósito da chegada em 3 de janeiro de 1885 do conde d´Eu a Porto Alegre: *"O primeiro reinado foi a violência. O segundo foi a corrupção. O terceiro seria um golpe fatal na monarquia, a princesa dona Isabel não reinaria mais seguramente, o senhor conde d´Eu há de ver desfeitas pela realidade as suas ambições de domínio*

... A monarquia iria baquear. O Brasil agora pertence à América, e a América pertence à República ... "

Críticos do presidencialismo como Silvio Romero explicavam: "uma vez que um homem é eleito presidente, representa por quatro anos a administração, sem que se possa tocar em seu poder, e durante esse tempo ele pode governar só, entregue a si mesmo e sem prestar atenção à vontade do país".

Como surge o Manifesto Parlamentarista (em O Canabarro nº 808 de 23.04.1896), o executivo terminaria impondo-se aos demais poderes fazendo utópica a teoria de Montesquieu. Nesse sentido, Ruy Barbosa dizia interpretando a vontade de um grande número de brasileiros a favor do parlamentarismo: *"Sempre sustentei a indiferença das formas de governo, a equivalência de todas as constituições, monárquicas o republicanas, como tal, de que assegurem ao povo do governo que realmente o represente, e ao individuo, o regime jurídico da liberdade".*

Se no nacional os motivos para polemizar eram muitos, a situação do Rio Grande do Sul em véspera da Revolução Federalista era muito grave: reinava a instabilidade política, nos primeiros três anos da proclamação da república houve 19 governadores. O Dr. Júlio de Castilhos volta por terceira vez ao poder em 1893.

Os combatentes

Maragatos: no Uruguay, eram chamados assim os habitantes da cidade de San José de Mayo, colonizada por espanhóis vindos da região da Maragateria. Os pica-paus difundiram o apelido, querendo tachar os federalistas de estrangeiros mercenários. Mas o tiro deu-se no pé, pois a alcunha caiu no gosto popular. Seu símbolo era o lenço vermelho.

Pica-paus: eram os legalistas, simpatizantes de Júlio de Castilhos, ganharam o apelido devido ao chapéu *(foto)* usado pelos militares que apoiavam essa facção. Eles tinham listras brancas que, segundo os revolucionários, seriam semelhantes a de um tipo de pica-pau. O símbolo era o lenço branco.

Soldado da Revolução Federalista - 1893

Maragatos e Pica-paus foram protagonistas da Revolução Federalista que ocorreu no Estado após a Proclamação da República, e teve como causa a instabilidade política gerada pelos federalistas, que pretendiam libertar o Estado do poder centralizador do governo federal, aqui representado por Júlio Prates de Castilhos, então presidente do Estado. Estima-se que 10 mil mortos tenha sido as baixas do conflito que durou 31 meses (1893/1895), número que representava mais de 1% da população gaúcha que foi assassinada por meio de torturas, esquartejamentos e degolas. Entre os líderes insurretos, estavam Gumercindo Saraiva, general honorário João da Silva Tavares e o próprio Gaspar Silveira Martins, que, além das forças estaduais, enfrentaram também as tropas federais do presidente da República, Floriano Peixoto, que por sua vez contou com a liderança do Gen. Hipólito Ribeiro.

O governo do Júlio de Castilhos não satisfez muita gente. Ele pertencia ao grupo dos positivistas e como foi dito antes, o positivismo político foi uma forma rejeitada por muitas pessoas. Como disse o Escritor Sergio da Costa Franco: *" Partido fraco (o oficialismo), sem vínculos sólidos com o eleitorado do campo, tendo pela frente a máquina formidável do gasparismo, é compreensível que se visse seduzido pelo catecismo político de Augusto Comte. Consagrando a concepção metafísica do voto, os positivistas ofereciam uma ideologia capaz de atrair os fiéis de uma corporação orientada por intelectuais, porém minoritária e socialmente inferiorizada."*

O castilhismo esteve pautado por uma orientação ditatorial. Assim, chegou a formulação da constituição de RGS ou constituição castilhista, uma constituição que na prática anulava o parlamentarismo, conquista que não pode alcançar a constituição federal, apesar de presidencialista. Esta constituição, a ser analisada por Rafael Cabeda (jornalista santanense) que diz: *"O chefe do Estado é o poder legislativo, exerce o poder executivo e ainda intervem, de modo perigoso aos direitos individuais e coletivos, no ramo judiciário. As leis são feitas, sancionadas e promulgadas só por ele; ele as manda executar e fiscaliza a sua execução. Os municípios não têm autonomia, porque o presidente do Estado pode, quando queira, suprimi-los, declarar sem efeito as resoluções ou atos das autoridades municipais, mobilizar a guarda policial das localidades e tudo fazer ao seu arbítrio. A posição do povo rio-grandense diante do presidente é genuflexa, humilhante, vergonhosa; é a atitude do servo em presença do senhor. É uma máquina que se move ao gosto e exclusiva inspiração do senhor Júlio de Castilhos, que tudo pode reformar e suprimir, autoritariamente, sem feição alguma da vontade do corpo social."*

Por tal maneira de governar, Júlio de Castilho, dizem, que mereceu os mais duros codinomes da imprensa opositora: *"Sade da política rio-grandense"* também: *"seu açougue funciona com uma regularidade exemplar"* em O Maragato de 18.04.1900. O Canabarro é uma das principais tribunas dos republicanos federais da fronteira e do sul do RGS. Em seus editoriais enfatiza permanentemente o desejável: *República Parlamentar, direito do voto, não querem presidencialismo caracterizado pela independência absoluto do executivo diante dos outros poderes do Estado.* O militarismo também era blasfemizado. Saldanha dizia: *"O País em que, ao fulgor das baionetas, os militares ditam leis, é uma Pátria perdida, sem remédio."* Este panorama resumia a situação política levada na Revolución Federalista de 1893.

Saldanha da Gama

O ***Almirante Luis Felipe Saldanha da Gama*** (1846-1895) era o Diretor da Escola Naval e não quis envolver-se na situação revoltosa do Rio, preferindo manter uma atitude de neutralidade "no interesse e pelo dever de salvaguardar a Escola e seus alunos, que são o futuro e a esperança da Marinha." Desempenhou o papel de socorrer aos feridos evitando contactos

com os revoltosos. Saldanha não admitia a intromissão dos militares da ativa na política partidária. Sintetizou o espírito militar em toda a pureza de sua abnegação e em toda a nobreza de sua sujeição ao Estado.
Saldanha queria evitar que Aspirantes e Marinheiros da Escola fossem arrastados pelo movimento que se processava no Rio. Permaneceria neutro não fosse a medida do governo de Floriano Peixoto estabelecendo o licenciamento dos alunos da Escola. Saldanha permitiu a saída dos alunos que quisessem ir servir ao governo, porém os acontecimentos levaram Saldanha a ir à guerra naval e à revolução. Foi à revolução "impelido pela força dos acontecimentos para salvar o punhado de companheiros que nela se meteram ou para perecer com eles" (de seu Manifesto).

Quando entra na guerra já fazia um ano que a luta vinha se dando no Rio Grande do Sul e há três meses na baía do Rio. Saldanha expressou que lutaria pela libertação da Pátria brasileira do militarismo, do sectarismo e do jacobinismo. Disse: "Ofereço minha vida em holocausto no altar da Pátria".

A luta no mar terminou em 12/03/1894 com êxito do governo. Os estudiosos culpam a Custódio de Melo pelo fracasso revolucionário. Saldanha e os revoltosos da Esquadra são levados a Buenos Aires. Alguns trocam o mar por terra e vão à ajuda dos revolucionários que estavam no Paraná.

Saldanha da Gama se junta aos federais: foi em setembro de 1894 sendo muito bem recebido pelos chefes federalistas. Com ajuda de residentes e emigrados brasileiros da Argentina e do Uruguai, pôde Saldanha organizar corpos de guerreiros. Passou a acampar em Artigas, na fronteira:

"Acampo nas margens do Quaraí, estabelecendo ali, uma base de operações, onde pacientemente reunia os elementos necessários remontar os corpos que lutavam no interior do Estado; sua permanência neste ponto tinha, além da vantagem de conter os exércitos de Hipólito, Paula Castro e João Francisco, dar mais liberdade de ação a Aparício e seus companheiros." (seu filho Sebastião Saldanha da Gama)

Aquarela de José Lutzenberger

As batalhas de Saldanha: Aipó, entre João Francisco e Saldanha. O Cel. João Francisco perdeu a batalha, algumas bandeiras, uma importante quantidade de cavalos e também um irmão seu morreu. Carcávio, 05.1895 João Francisco venceu Saldanha e outros chefes e armas caem em poder de João Francisco no arroio afluente do Ibirapitan.

Na manhã de 24 de junho de 1895 as forças de João Francisco, que formavam a vanguarda do Gen. Hipólito Ribeiro encontra-se com as de Saldanha. Deu-se a famoso ***Combate de Campo Osório*** (antigo Rincão de Artigas). A batalha começou às 8.00 da manhã e terminou às 11.00

O escritor de teatro uruguaio Florencio Sanchez –fonte valiosa para o estudo de João Francisco- assim deixou escrito:

"João Francisco acechaba los movimientos de la fuerza invasora y la había dejado obrar temiendo que una etapa antes de tiempo lo hiciera perder la presa; cuando supuso a los enemigos en condiciones de hacerse fuertes, se decidió a tirarles el zarpazo. La operación fue de una simplicidad terrible. Ordenó a sus hombres, unos 600, que avanzaran hasta las trincheras,montados al trote y haciendo fuego. Aquello era descabellado. Los marineros de Saldanha diezmaban impunemente a semejantes locos, pero el avance seguía. De repente los clarines de Saldanha echan diana; el enemigo que había llegado a unos 50 ms. de las trincheras volvió grupas en evidente desmoralización. Chico Rivero se lanza entonces com su caballería a consumar la derrota. Vuelta cara y sable en mano! bramaron los oficiales de João Francisco y a los pocos segundos se produjo el infernal entrevero sobre el campamento mismo de Saldanha. João Francisco había previsto con la intuición del avezado a la guerra gaucha, la salida del impetuoso jefe de lanceros. Su táctica era provocarlo y batirlo después, aprovechando los momentos en que el enemigo no podía hacer fuego, para caer como tromba sobre el campo fortificado."

A explicação que nos dá o revolucionário Villalba não é diferente:

"O batalhão da marinha que guarnecia as trincheiras recebeu os atacantes com cerrada fuzilaria, porém um incidente veio apressar o desenlace da ação. A pequena força de cavalaria que o Almirante havia colocado nos flancos da trincheira, carregando sem sua ordem sobre a linha cerrada dos castilhistas, foi vigorosamente repelida, saindo em perseguição a cavalaria de João Francisco; retrocedendo em debandada diante do número muitas vezes superior, veio colocar-se na frente e nos intervalos das trincheiras, obrigando os marinheiros a cessarem o fogo. Foi então que penetrando o inimigo no pequeno acampamento, estabeleceu a maior desordem e confusão, esmagando os seus adversários".

A Morte do Almirante Saldanha

Saldanha, em fuga depois da derrota, foi alcançado por uma partida onde estava o major Salvador Sena (Tambeiro), que, segundo a tradição era um dos muitos militares uruguaios do Caty. Saldanha teria dito quando fugia a cavalo em direção à terra oriental e tão logo alcançado pelo perseguidor, bradou: *"Respeite-me! Sou o Almirante Saldanha!"* E a resposta do Major seria: *"Esses são os que eu gosto!"*. Deu-lhe morte a lança, depois teria degolando-o e depois e também o mutilado, arrancando-lhe orelhas e dentes. Acrescenta ainda "O Maragato" ter dito Saldanha estas palavras que foram as últimas: *"Basta miserável"*. Foi necessário esperar alguns dias para achar o cadáver de Saldanha, que tinha sido oculto numa mata. Depois de complicadas entrevistas entre autoridades e membros da

comissão encarregada do resgate do corpo para a família, foi levado a Rivera, onde foi dada sepultura cristã no Cemitério local.

Logo depois de tudo terminado, recolhido os feridos a um hospital improvisado, enterram os mortos e recolhem o cadáver de Saldanha da Gama ali, num galpão, até a chegada do General Hipólito e seu Estado Maior no dia seguinte. Assim que, o próprio General Hipólito e seu E.M. viram que aquele homem havia sido morto por golpes de lança e de espada e não degolado como inventaram as notícias artificiosas.

A 21 de dezembro de 1934, João Bonumá, publicou um artigo no jornal "A Federação", com um depoimento interessantíssimo do ajudante de ordem do Major Salvador Lourenço de Senna, o cabo João Carrion. Ele contribuiu com o seu testemunho e em especial para elucidar a discutida história do fim de Saldanha da Gama na tremenda batalha de Campo Osório. *"Fui testemunha da morte de Saldanha da Gama e não o ouvi proferir a frase 'Basta Miseráveis' que se atribue ao glorioso almirante."* Eu, cabo de ordens do Major Tambeiro, fiscal do Corpo Benjamin, que obedecia ao mando do major Feliciano dos Anjos.

Campo Osório (Rincão de Artigas) secara a última gota de sangue da revolução. "João Francisco derrotara as forças de Davi Martins e Rafael Cabeda." Morreram 362 federalistas.

O correspondente do Jornal do Brasil assim escreveu:

"Quando a batalha terminou, pouco antes das 2 horas da tarde, nem as mulheres que estavam no acampamento se salvaram. Foram todas lanceadas, começando logo a degola dos mortos e feridos"... (em Lara p.140)

Em 1908, o governo da República mandou especialmente a Montevidéu uma Divisão Naval, sob o comando do Capitão de Mar e Guerra Furtado de Mendonça, levando a sua insígnia no Cruzador Almirante Barroso, com a missão de trazer para esta capital os restos mortais do Almirante Saldanha da Gama, sendo-lhe erguido um importante mausoléu no Cemitério de São João Batista.

Juízo de Ruy Barbosa sobre o Almirante: ... *"A ingrata fortuna das armas arrebatou em Saldanha da Gama o herói dos heróis, a sua possível reorganização, o homem mais completo e o caráter mais extraordinário que eu já conheci neste mundo." (em Cartas da Inglaterra)*

Nesta revolução intervêm muitos conhecidos personagens históricos, sobre alguns dos quais falaremos mais adiante: Cel. João Franscisco Pereira de Sousa, Gaspar Silveira Martins, Almirante Felipe Saldanha da Gama, Rafael Cabeda, Gumercindo Saraiva e outros.

Veja os principais fatos da Revolução Federalista na cronologia a seguir:

Cronologia da Revolução Federalista:

1893

- 25.01.1893. Dr. Julio Prates de Castilho é eleito Governador, Presidente do Estado.

- 02.02.1893 Gumercindo Saraiva e um pequeno grupo de homens entram no RGS desde Aceguá. Esta invasão precipita os acontecimentos revolucionários.
- Os diversos grupos de revolucionários entram no Rio Grande e convergem até onde estava Joca Tavares.
- Objetivo: "O objetivo dos revolucionários rio-grandenses não era a restauração monárquica; era libertar o Rio Grande da tirania que há 8 meses o oprimia, restabelecendo a garantia de todos os direitos individuais; era acabar com o regime das perseguições, das violências inauditas, do latrocínio, do saque e do assassinato oficial, que desgraçadamente tinha sido apoiado pelo governo do Marechal Floriano Peixoto"... Queremos a restauração da lei, do direito, da justiça, da segurança à liberdade, aos bens e à vida de todos os cidadãos."
- Quartel General do Exército Libertador no município de ***Santana do Livramento***. 15.03.1893. Assinam entre outros: Gal. João Nunes da Silva Tavares, Guerreiro Victoria, José Bonifácio da Silva Tavares, Gumercindo Saraiva, Rafael Cabeda (em total assinam 47 chefes)
- O General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares) é o máximo chefe militar da revolução. Seu exército está formado de brasileiros e muitos uruguaios. Procediam de vários lugares do Uruguai, onde residiam brasileiros exilados. Este exército estava formado principalmente de homens de lanças.
- Salsinho é o combate de batismo de sangue entre os beligerantes. Gumercindo (nos documentos da época este personagem tem seu nome escrito de formas diversas) com 400 homens incorpora-se às forças de Joca Tavares. Os revolucionários enfrentam o governista Mena Barreto.
- 23.02.1893 Tavares e Gumercindo juntos ocupam Dom Pedrito.
- 19.03.1893 Os revolucionários ocupam Alegrete.
- Salgado, com base em Quaraí, recebia armas do Uruguay enviadas por Silveira Martins.
- Inhanduí os 3 anteriores c/ Hipólito, Lima e Pinheiro Machado. Participaram uns 12 mil homens neste combate. Derrota dos revolucionários, que tomam rumo à fronteira.
- Upamaroty, de novo os mesmos. Revolucionários são derrotados e perseguidos até a fronteira.
- Revolucionários internam-se no Uruguay. Incluídos Tavares e Salgado. Até então o chefe militar máximo tinha sido o Gen. Tavares.

- Gumercindo agora ocupa a chefia militar dos revolucionários.
- Cerro de Ouro, 27.08.1893, Gumercindo vence e toma muitas armas do inimigo.
- 06.09.1893 Almirante Custódio de Melo inicia no Rio de Janeiro uma revolta.
- Rio Negro, perto de Bagé. 20.11.1893, os federalistas chefiados por Joca Tavares, uns 3000 homens, vencem aos governistas mandados pelo republicano Isidoro Fernándes. Esta batalha foi das que teve mais crueldades, sentindo-se muito à vontade o crioulo Adão Latorre, quem, segundo dizem, degolou uns 300 prisioneiros.

1894

- Saldanha da Gama une-se à Revolução, Setembro 1894: "Impelido pela força dos acontecimentos para salvar um punhado de companheiros que nela se meteram ou para perecer com eles, ofereço minha vida, como a dos meus companheiros de luta em holocausto no altar da Pátria. O exército que se está batendo com sua proverbial bravura, não pode mais persistir na defesa de um governo que perdeu o apoio moral da Nação e o crédito no estrangeiro."
- Revoluções Federalista e da Esquadra não eram para se voltar ao velho regime. Os ditos de Floriano Peixoto: "A República em perigo" e "Defensores da República" servia para inflamar o sentimento republicano dos jovens.
- Sítio de Bagé, foi posto por Tavares depois de triunfar no Rio Negro, o sítio durou 40 dias.
- Gumercindo no Paraná tem conhecimento da derrota de Saldanha no mar. Divide o exército em 3 partes. Chefes: ele mesmo, Juca Tigre e Aparício Saraiva.
- Pinheiro Machado impede que as forças de Juca Tigre auxiliem a Gumercindo.
- Pinheiro Machado consegue tirar várias peças de artilharia de Gumercindo.
- A. Lima, em Valinhos, também vence Gumercindo, Aparício e Prestes Guimarães.
- Novamente Pinheiro Machado impede que Gumercindo receba reforço de 1.000 homens de Dinarte Dornelles.
- Carovi e a morte de Gumercindo: 10.08.94. Gumercindo-Aparício-Diarte Dornelles x Pinheiro Machado.
- Aparício foge perseguido por Lima e Ferminio de Paula.
- Aipó 04.1894 Saldanha derrota ao Cel. João Francisco. Morre irmão de João Francisco.
- Saldanha permanece várias semanas no rio Quaraí. Desta forma favorece a Aparício distraindo as forças de Hipólito Ribeiro.

1895

- Carcávio: 05.1895 fim do verão. João Francisco venceu revolucionários. Armas caem em poder de João Francisco. O arroio é afluente do Ibirapuitan.

- Combate da Sociedade (nome da vitória dos republicanos no Passo do Sarandi). 1895. João Francisco derrota as forças de Davi Martins e Rafael Cabeda. Morreram 362 federalistas.
- Campo Osório, 25.06.1895, Saldanha x João Francisco. No Rincão de Artigas, margem direita do Quaraí. Saldanha havia ficado só com 300 homens ao haver-se retirado o resto. João Francisco tinha 600. Nessa batalha a sorte primeira foi favorável a Saldanha que até obriga João Francisco a retirar-se. Na verdade, tudo era um truque de João Francisco para logo pegar de surpresa a Saldanha. João Francisco demonstrando grande estatura militar estabeleceu a maior desordem e confusão, esmagando completamente seu rival. Saldanha foi-se muito mal e tentou fugir para o Uruguai sendo alcançado pelo Major Tambeiro que o matou. Morrem 300 homens de Saldanha. Cadáver de Saldanha foi mutilado.
- 19.07.1895. Outro encontro de forças republicanas do Cel. João Frcisco com os revolucionários Rafael Cabeda e Paulino Vares que derrotados fogem para Rivera.
- A paz. 23.08.1895. Foi restabelecida a paz " em virtude de um convênio celebrado entre as partes beligerantes, figurando do lado do governo o comandante do 6 º distrito militar, Gral. Inocêncio Galvão de Queiroz e dos revolucionários o octogenário Gral. João Nunes da Silva Tavares." (Villalba)
- João Francisco não entregou armas, depois do 23/08, ao Cap. Píres que foi ao Ibirapuitan com essa intenção. Após teve que fazê-lo ao Gen. Savaget. João Francisco fez armar de novo a sua tropa, com armamento que tinha oculto e com lanças fabricadas em Livramento e recusou-se a dissolver a força, mantendo-a em pé de guerra.
- A derrota e depois: A luta armada terminou com a derrota dos federalistas. Produziram 10 mil vítimas, mais de mil morreram degolados.

Monumento Capão do Cipó
Local: CAROVI

Palco de uma das maiores combates da ***Revolução Federalista***, no RS, onde foi ferido de morte o famoso General Gumercindo Saraiva, considerado o maior estrategista da época.

A Hiena do Caty

Coronel João Francisco Pereira de Sousa, (de terno branco), nasceu em 12/04/1866 no Rincão do Maneco, município de Livramento. O Coronel-caudilho desta região destacou-se na luta contra partidários da Rev.Federalista, por exemplo o Almirante Saldanha da Gama, quem foi vencido e morto. Depois da Revolução também se destacou nas operações de limpeza contra maragatos da região. Foi homem de confiança do Dr. Júlio de Castilhos e como ele aderiu ao positivismo. Muito conhecido em todo o Rio Grande do Sul, também em Montevidéu e Buenos Aires, sendo frequente que os jornais mandassem entrevistá-lo. Seus métodos muito severos no trato a opositores e inimigos o fizeram ganhar apelidos como o Rosas da Fronteira, o Coronel Degola, etc. Morreu em 04/05/1953 em São Paulo, onde residiu durante seus últimos anos.

Um dos personagens mais peculiares e polêmicos da história sul-rio-grandense. João Francisco Pereira de Souza, celebrizado pelo apelido de Hiena do Caty, que lhe foi dado pelo nosso eterno Rui Barbosa. Nasceu em 12 de abril de 1866, em Santana do Livramento, não frequentou a escola, mas se alfabetizou na estância de seu pai. Aos 18 anos, em 1884, esteve entre os fundadores do Partido Republicano santanense.

Comandante da 1ª Companhia do 136º Corpo da Cavalaria da Guarda Nacional, criado às vésperas da revolução de novembro de 1891, que derrubou Julio de Castilhos do poder, João Francisco exilou-se no Uruguai durante o chamado Governicho. Lutou ao lado da Revolução que reinstalou Julio de Castilhos no poder em junho de 1892 e foi designado, em seguida, pelo Marechal Isidoro Fernandes para o comando do "Esquadrão de Vigilância da Fronteira", com o objetivo de monitorar a ação da oposição federalista na zona fronteiriça. Já, então, se temia a Revolução. Que veio logo em seguida.

João Francisco sempre esteve na linha de frente dos combates que se travaram a partir de fins de janeiro de 1893, quando eclodiu a Revolução Federalista. Sua fama de sanguinário nasceu com a invasão do Uruguai em 23 de agosto, quando, em perseguição a um grupo de revolucionários, se produziram notáveis excessos. O incidente gerou um inquérito no Ministério das Relações Exteriores, que apurou a inocência de João Francisco e de seu irmão, Bernardino, que o teria acompanhado. Mas o Brasil indenizou em 100 contos de réis as famílias uruguaias atingidas na invasão.

Durante a Revolução Federalista de 1893 a 1895, a excepcional desenvoltura militar de João Francisco lhe valeu o prestígio junto aos governistas e o ódio dos federalistas, que cresceu após os desfechos do Campo Osório, onde foi ceifada a vida do Almirante Saldanha da Gama, em junho de 1895.

No final da contenda, o esquadrão de João Francisco transformou-se no 2º Corpo de Cavalaria Civil, sob o comando da Divisão do General Hipólito Ribeiro. Quatro meses após a assinatura da paz de 23 de agosto de 1895, o agrupamento foi dispensado pelo Exército Nacional. Porém, o presidente do Estado, Julio de Castilhos, determinou a sua conversão no 2º Regimento de

Cavalaria Provisório da Brigada Militar, responsabilizando-o pelo patrulhamento da Fronteira. O regimento estacionou na Serra do Cati, localização estratégica na divisa de Livramento e Quaraí. Construiu-se aí um moderno quartel, que contava com água e esgotos encanados, iluminação a gás acetileno, residências para oficiais e soldados, oficinas, pequenas indústrias. Com o tempo, o Quartel do Cati ganhou uma linha telefônica e pombos-correio. Tinha ainda adjacente um núcleo colonial, que provia a tropa de gêneros e abrigava seus familiares. A fama das instalações correu fronteiras, despertando significativo interesse na imprensa no Uruguai, na Argentina e no Rio de Janeiro. Era considerado um quartel-modelo. Assim, com destacamentos bem municiados e adestrados e percorrendo permanentemente os campos e as cidades limítrofes, nada se movia entre Livramento e São Borja que escapasse às vistas de João Francisco.

A Paz em 1895

A paz foi firmada em 23.08.1895, mas a beligerância ainda continuou porquanto o ódio entre os dois grupos não desaparecia. Muitos federalistas emigraram até Montevidéu e Buenos Aires. Escobar calcula em 2500 revolucionários e assim escreve em seu livro sobre a chegada ao Uruguay:

"Neste transe de duras provações em terra estrangeira a dolorosa situação deste punhado de brasileiros, foi minorada pelo generoso acolhimento das 2 nações platinas. O povo da pequena República Oriental do Uruguai tornou-se grande em expansões altruístas. Organizaram comissões de caridade, deram alojamento, roupas e víveres a este milhar de homens seminus, maltratados pelas intempéries, por todas as vicissitudes de uma vida de dores e sacrifícios."

Saldo da revolução: A sociedade ficou dividida, durante muito tempo, entre federalistas e republicanos, cada qual com sua cor distintiva: vermelho ou branco. Muito tempo depois de haver terminado a guerra parecia ainda estar-se em estado de beligerância.

Adão Latorre e Cherengue

Foto: Casa de Memória de Curitiba
Degolador na Revolução Federalista – Adão Latorre como mito

Fala-se muito das crueldades dessa guerra. Crueldades e crimes praticados pelos dois grupos. A guerra durou mais de 2 anos e teve 10.000 vítimas. Destas, mais de mil morreram por degolamento. Manuel Galvez, argentino, pesquisou e escreveu um livro intitulado "Vida de Aparicio Saravia" que é fonte básica para o estudo do personagem do título e também para a

Revolução Federalista. Diz o autor: *"La gente de Castilhos ... a un chicuelo matáronle en brazos de su madre y a un joven le dieron de comer, asada, carne del cadáver de su padre, al que acababan de fusilar en su presencia."*

Epaminondas Villalba escreveu "A Revolução Federalista no RGS", livro muito bom, bem documentado, em 1897, em seu livro relatou: *"Conduzidos os prisioneiros para um sítio pouco retirado do acampamento a que denominavam sanga, era ordinariamente a vítima amarrada com as mãos para tras e recebia a morte de joelhos, com a cabeça presa entre as pernas do algoz. Se nos arraiais federalistas o famigerado preto Adão mereceu uma promoção pela perícia com que desempenhava esse ofício, também entre os legalistas o terrível Cherengue se constituiu o seu rival e conquistou a simpatia de alguns chefes pelo seu número de infelizes que vitimou."*

Adão Latorre chegou a ser famoso, muito mesmo, até na Internet de hoje em dia. Adão Latorre era de origem muito pobre. Servia aos Tavares no campo (Lembremos que a família Silva Tavares era muito importante, o General João Nunes da Silva Tavares foi o chefe máximo da revolução). Veio a Revolução e o negro Adão apareceu como tenente-coronel mandando num piquete. Também participou da Revolução de 1923 onde foi morto a balas e depois degolado aos 80 anos de idade. Há uma linda fotografia dele chefiando uns 100 homens bem pilchados. A foto foi batida por Pedro Obino durante o sítio de Bagé. Retomando Villalba em seu livro: *"O castigo do prisioneiro começava com a tortura - castração - e terminava com a degola. A degola era a preferida para o assassinato dos adversários políticos, porque assim guardava-se munições."*

Villalba em seu livro: O Cherengue ou Xerengue deu lugar a uma poesia feita por um poeta jornalista e que apareceu em O Canabarro, em 1903. Trata-se de uma das costumeiras 'bicadas' do jornal opositor a João Francisco: *"Já que pedem, cedo / Por hoje esta bicada; / Mas confesso tenho / medo / Do João Francisco e Brigada / Xerengue não é brinquedo / Bicar assim corro risco / Por tanto confesso medo / Da Brigada e João Francisco"*

No combate de Rio Negro a Divisão que venceu aos do governo fez isto: *"300 prisioneros fueron encerrados en un corral de piedras de donde los sacaron uno por uno, a lazo, para desjarretarlos y degollarlos como reses ..." (Florencio Sánchez)*

Outra do Adão Latorre: Entre os irmãos Tavares e o militar Pedroso existiam questões nunca resolvidas. Levado ao sacrifício o coronel Pedroso indagou do seu carrasco, Adão, é claro:
"Quanto vale a vida de um homem valente de bem?" "Valente pode ser! De bem não sei, não. A tua não vale nada, pois está no fio da minha faca", respondeu o carrasco. O coronel levantou a cabeça oferecendo o pescoço e dizendo: *"Então, degola negro filho da puta."* O Adão também participou na Revolução de 1923 onde foi morto a balas e logo depois de degolado. Assim terminou aos 80 anos o maior degolador do RGS.

Os crimes da ditadura republicana em S'Livramento

"Os Crimes da Ditadura" contada pelo dragão, de autoria de ***Rafael Cabeda*** e ***Rodolpho Costa***, publicado na cidade de Rivera, no Uruguai, na tipografia do jornal "***O Maragato***", em ***1902***.

Nela conduz uma versão dos federalistas, perdedores da Revolução de 1893, sobre o período de consolidação do regime republicano no Rio Grande do Sul, de 1889 a 1900. Motivou a célebre invasão promovida pelo Cel. João Francisco Pereira de Souza – a "Hiena do Cati" – ao Uruguai, em 1903, que resultou em grave crise diplomática entre os países.

Os escritores Gunter Axt e Ricardo Seelig, depois a transformaram-na no "Projeto Memória do Ministério Público" lançando o primeiro volume da Série Memória Política e Jurídica do Rio Grande do Sul, a qual tem por objetivo trazer a público obras raras ou documentos significativos para a história jurídica e política do RS que são de difícil acesso, contribuindo assim para a formação da cultura gaúcha.

O papel da imprensa na revolução

Somente depois da elevação de Sant'Ana do Livramento a categoria de Vila, cerca de quatro décadas após a fundação, é que teve início, entre nós o movimento cultural. Foi nesse ambiente, quando começava a ser, que teve lugar o advento da imprensa. O ***1º Jornal*** que apareceu à luz da publicidade foi o ***"CORREIO DO SUL"*** em 1860. Orgão noticioso e de interesses gerais, teve como era de esperar, a sorte de toda a inovação, um rosário enorme de altos e baixos e uma vida efêmera.

O MARAGATO

Rafael Cabeda

O Maragato apareceu em Livramento em 1896 dirigido por ***Rafael Cabeda*** e a redação de ***Rodolfo Costa.*** Na época por razões de segurança foi transferido para Rivera. Com sua beligerância radical contra o Partido Republicano e seus líderes, editou seis fascículos extremamente violentos. Em março daquele ano os diretores receberam a informação de que seria atacado por republicanos e soldados à paisana convocados do Caty. Resolveram resistir, armando o pessoal da casa e recebendo a adesão de maragatos asilados em Rivera. Eram 18 homens. Combateram enquanto houve munição. Rafael e Rodolfo escaparam, porém dois dos defensores, um deles ***o tipógrafo e o outro o administrador Pedro Caranta, ferido, foram degolados*** pelos "vitoriosos" (republicanos) e os demais lutadores (adeptos dos maragatos), aprisionados. No mesmo ano o ***jornal O Canabarro*** foi atacado e destruído, sem mortes. O Canabarro ressurgiu depois em Taquarembó ainda dirigido pelos idealistas Rafael Cabeda e Rodolfo Costa.

O Republicano. Jornal publicado em Sant'Ana do Livramento (RS) na segunda metade da década de 1910, como órgão do Partido Republicano. A partir de 1937, identificava-se como órgão do Partido Republicano Liberal. Nesta década, entre seus responsáveis, apareciam Alceu Wamosy, Flores da Cunha e Cid Corrêa Lopes. Circulou em: 1921, 1936, 1937, 1942, 1945.

**fonte: Jornais Raros do Musecom - 1808 a 1924.*

DEBATE

Debate, (Jornal Republicano).
Criado em 1921 em Sant'Ana do Livramento (RS).
Seu editor era Arthur Lara Ulrich.
**fonte: Jornais Raros do Musecom - 1808 a 1924.*

Outros jornais não políticos:

A Folha

A Folha. Periódico de variedades publicado em Sant'Ana do Livramento (RS) a partir de 1922 e dirigido pelo Dr. Moysés Antunes Vianna. **fonte: Jornais Raros do Musecom - 1808 a 1924.*

ORVALHO

24 de Julho

Orvalho (Hebdomadário Critico e Litterario). Semanário criado em 1898 em Sant'Ana do Livramento (RS). Foi redigido por duas mulheres, Mathilde e Alayde Ulrich.
**fonte: Jornais Raros do Musecom - 1808 a 1924.*

A família Saraiva (Saravia)

Os irmãos Gumercindo e Aparício ao centro na Revolução de 1894

Consta também que um terceiro irmão, Mariano, também teria participado da revolução. No Uruguai os três irmãos Saravia eram conhecidos como Os três de Cerro Largo.

Francisco Saraiva, Seu Chico, estabeleceu-se no Uruguai depois de ter participado na Revolução Farroupilha. Vinha com sua esposa Pulpícia da Rosa e com um filho de nome Gumercindo. Em Cerro Largo o casal teve mais filhos: Basilício, Antonio Florício, José, Camilo, Francisco, Aparício, Juana, Amélia, Mariano, Timóteo, Teresa e Sensata. Seu Chico dedicou-se à produção rural com muito êxito, tendo campos em vários departamentos do norte uruguaio. Os Saraiva não bebiam álcool nem fumavam, mas eram muito tomadores de chimarrão. No cotidiano a família não costumava tutear-se. Tinham um tratamento cerimonioso.

Gumercindo Saraiva, de Arroio Grande, nasceu em 13 de janeiro de 1852. Foi um dos comandantes das tropas rebeldes (maragatos) durante a Revolução Federalista. Antes do estabelecimento da República, ele estava filiado às ideias monarquistas liberais. Ocupava o cargo de delegado de polícia em Santa Vitória do Palmar quando sobreveio a revolução federalista. Fazendeiro próspero na região era homem muito generoso. Dizem haver tido 900 afiliados de batismo. Como seu Chico, como Aparício e quase todo os Saraiva *(Saravia no Uruguay)*. Gumercindo era homem do campo que não gostava das cidades. Era por esse tempo – depois de instalada a República, além de fazendeiro prestigiado, também era chefe local do Partido Liberal, cuja cabeça nacional era o Dr. Gaspar Silveira Martins. Ele estava totalmente dedicado a trabalhos políticos em parceria com o Gral. José da Silva Tavares – Barão de Itaqui, querendo revolucionar o Estado e derrubar o governo do Júlio de Castilhos.

Chegada de líder maragato Gumercindo Saraiva em Curitiba

Gumercindo tendo se negado a aderir ao castilhismo, estava sendo perseguido e resolve voltar ao Uruguai onde os rebeldes estavam formando suas tropas. Em 2 de fevereiro de 1893, acompanhado por seu irmão Aparício Saraiva e liderando cerca de quatrocentos cavaleiros, a maioria uruguaios, atravessou a fronteira em Aceguá entrando no Rio Grande do Sul, juntando-se aos homens do General João Nunes da Silva Tavares, formando assim o Exército Libertador, um contingente de mais de 3.000 homens, que em pouco tempo com as adesões, chegaria a doze mil. Consta também que um terceiro irmão Mariano , também teria participado desta revolução. No Uruguai os três irmãos Saraiva (Saravia) eram conhecidos como *Os três de Cerro Largo*. Em 4 de abril de 1893 acontece a primeira batalha com as tropas legalistas (Pica-paus). Depois de vários combates com as forças do governo, percebendo estar diante de um exercito melhor preparado e armado, Gumercindo Saraiva parte para a prática de guerrilha, evita combates convencionais, dispersa as tropas legais para tentar vencê-las depois, em partes, tática esta que deu certo.

Acampamento da guerrilha dos irmãos Saraiva, 1894

Quem melhor o estudou esse enigma, embora sem decifrar de todo tudo de suas vidas e seus desígnios, parece ter sido o historiador norte-americano John Charles Chasteen, autor de Heroes on Horseback, traduzido no Uruguai como Hombres a caballo – Los hermanos Saravia y su frontera insurgente e editado em 2001. Chasteen estudou paralelamente os dois irmãos, Gumercindo e Aparício, enfocando bem a realidade social e cultural em que ambos atuaram: a simbiôntica

fronteira Brasil-Uruguai. Destacou também o contraste entre os destinos de suas memórias. Aparício, de menor capacidade militar, ficou convertido em herói do Partido Blanco. "Para os uruguaios" – escreveu aquele autor –, "os heróis a cavalo continuaram sendo emblemas de identidade coletiva, parte da paisagem imaginária da política, inclusive muito tempo depois de desaparecerem para sempre". Gumercindo, ao contrário, depois de morto e de ter o cadáver vilipendiado pelos que o derrotaram, estigmatizado como "bandido", nunca subiu aos altares da glória patriótica. O Partido Federalista, que poderia ter celebrado sua memória, concentrou-se no culto a Silveira Martins, em seus ditos e frases de efeito.

Em 1893, seguindo seu venerado irmão Gumercindo, marchou para a Revolução Federalista no Rio Grande do sul, onde ambos se transformariam nos comandantes e caudilhos por definição, por bravura e por inteligência. A liderança desempenhada por Aparício no desenvolvimento da guerra foi de tal magnitude, que morto Gumercindo, o comitê revolucionário federalista decidiu nomeá-lo General: " atendendo os serviços prestados [...] a causa da liberdade da pátria brasileira, atendendo a sua incomparável bravura de que deu provas em todos os combates liderados, [...] atendendo as muitas circunstâncias que transcorrem a sua pessoa ao exercer o Comando e aos sentimentos de humanidade que lhe deram brilhante realce a seu valor, [...] a direção da revolução o nomeia Comandante Chefe do Exército Libertador". Pouquíssimos homens receberam tal merecimento, Aparício é o único uruguaio que ganhou o reconhecimento de ambas as pátrias com o máximo comando das milícias cidadãs ganha nos campos de batalha.

O macabro fim de Gumercindo

Foi uma cena tenebrosa o que as tropas do chefe republicano Firmino de Paula cometeram. Descoberta a sepultura do caudilho federalista Gumercindo Saraiva, no cemitério dos capuchinhos de Santo Antônio, dois dias depois de sua morte, ocorrida no Caroví em 10 de agosto de 1894 (RGS), ordenaram sua profanação. Os seus restos mortais, dizem que amarrados numa estaca ou numa cruz improvisada, foram então expostos no portal do cemitério enquanto que os cavalarianos tiveram ordens de desfilar em frente aos despojos já carcomidos do inimigo. Ali estava "o bandido do Gumercindo", a quem as forças governistas perseguiam sem descanso há dezessete meses. "*A Quem matam chamam bandido A Quem morre chamam herói" - A. Silva Rillo*

A Batalha de Masoller em 1904

Vamos aqui registrar um acontecimento oportuno existente na região, tratata-se da Batalha de Masoller, no início do século XX. No Uruguai ocorria uma das frequentes revoltas. De um lado as forças do governo central *("colorado")*, do outro, os revoltosos "blancos", liderados por Aparício Saraiva *(esse caudilho, como diversos fronteiriços da época, já havia acompanhado seu irmão, Gumercindo Saraiva, em incursão pelo Brasil, seguindo a Revolução Federalista de 1894)*. Após uma batalha na região de Masoller, Aparicio foi ferido e refugiou-se no Brasil, numa estância da mãe do então Coronel João Francisco *(conhecido como a "hiena do Catí")*. Na "Fazenda do Rincão", situada na área que foi objeto do Tratado de Permuta *(veja mapa)*, e que hoje é questionada pelo Uruguai, o grande caudilho "blanco" veio a falecer e aí foi enterrado. Muitos anos depois, em 1921, seus restos mortais foram trasladados para o Uruguai, em uma grande solenidade cívica. Até então não havia o problema, criado em 1934.

O triste fim de Aparício

Aparício Saraiva foi um homem de fronteira por definição, seus pais haviam chegado ao Uruguay fugindo da Revolução Farroupilha e se instalaram nos pagos de Pablo Paés em Cerro Largo. Ali nasceu Aparício em 16 de agosto de 1855. Sua vida transcorreu dedicada ao trabalho, às tarefas campeiras, com fortes laços familiares com seus irmãos, aspecto especial para definir suas inclinações políticas e revolucionárias. Em 1870 se incorporou as milícias revolucionárias de ***Timoteo Aparício*** onde fez gala de bravura e ganhou seus primeiros galões nos campos de batalha, dali o apelido de "***cabo Viejo***" com o qual é lembrado.

Atiradores del General Aparicio Saravia e o Coronel Diego Lamas com fusil Mauser 71 em 13 de maio de 1897

Em 1904 as circunstâncias políticas eram de soberba do governo uruguaio, onde daí derivou um novo enfrentamento, agora sem precedentes pelas armas e número de tropas abrangidas. Em 1º de setembro daquele ano entre troares ecos de artilharia e fuzilaria, ceifaram a vida de centenas de homens nos campos de Masoller. Ali foi ferido gravemente Aparício, o General de duas Pátrias, el águila del Cordobés, o condutor de homens que catalisava em sua pessoa a vanguarda e a retaguarda do exército cidadão. Uma bala ao entardecer frente ao Cerro dos Cachorros serenou sua luta pela liberdade. Em 10 de setembro, depois de uma longa agonia, Aparício iniciava sua viagem à outra dimensão daquele ano. Mas sua presença não desaparecerá com o tempo, ao contrário, se agigantaria para ser sinal e símbolo de liberdade.

Aparicio Saravia, uruguaio típico de fronteira vinculado a 2 feitos principais: comprava armas a João Francisco e também porque havendo sido ferido na batalha de Masoller foi levado a estância de mãe de João Francisco, em território brasileiro, onde morreu.

Aparício, o General de duas Pátrias "El águila del Cordobés" em seu leito de morte – 10/09/1904

Aparício Saraiva
Inaugurado no Parque Internacional

MONUMENTO A APARÍCIO SARAVIA
"General de duas pátrias" 1856-1904.
Parque Internacional
Rivera/Livramento
Inauguração: 06 de setembro de 2009
Comicion pró-monumento *Biografia: Prof. Mag. Eduardo R. Palermo*

A **Estância Artigas,** situada no município de Sant' Ana do Livramento – RS, distante 45 KM da cidade no local denominado "**Rincão do Artigas**" e também "***Campo Osório***", hoje sexto distrito (Espinilho). Como o próprio nome diz, o General José Artigas, costumava nestas glebas, fazer o arraial de suas tropas, que em seus expressivos e primitivos currais de pedra, construídos pelos escravos, formaram as imponentes tropilhas da cavalaria oriental. Também esta sesmaria, foi palco em 1895 da ***Batalha de Campo Osório*** (Revolução Federalista), onde as tropas de João Francisco Pereira de Souza (Hiena do Caty) tombaram o Almirante Saldanha da Gama, bem como suas ambições políticas. No século passado foi seu hóspede ilustre, o General José Antonio Flores da Cunha. Suas edificações datam de ***1856***, e hoje fazem parte do *Patrimônio Histórico e Cultural do Município* com raízes nos primitivos saladeiros da Província de São Pedro. Desde 1994 pertence a Francisco de Paula Assumpção Magalhães, casado com Silvia do Amaral Peixoto Magalhães.

Destacaram-se nesta que foi a mais sangrenta guerra dos gaúchos, os seguintes revolucionários: Gumercindo e Aparício Saraiva, Silva Tavares, Juca Tigre, Pinheiro Machado, Hipólito Ribeiro, Rodrigues Lima, Menna Barreto, Carlos Telles e numerosos outros, tendo como chefes distantes: Júlio de Castilhos (no palácio do governo) e Silveira Martins (no exílio em Montevidéu)

O heróico 2º RP Mont

O quartel do 2º RP Mont, teve a sua instalação oriunda do antigo Clube Pinheiro Machado, em frente à Praça General Osório, onde o então Comandante Geral da Brigada Militar, Coronel Cypriano da Costa Ferreira, em 1913 propôs a criação em Livramento, sua terra natal, de um regimento de cavalaria. O atual quartel foi inaugurado em 15 de outubro de 1920, tendo como engenheiro responsável o Dr. João Pianca e a sua construção executada pelo Eng. Oscar Amazonas.

CORONEL JUVÊNCIO MAXIMILIANO DE LEMOS COM 4 OFICIAIS EM 1923

O então Presidente Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, em nome do princípio e da ordem do Govêrno do Estado, por decreto nº 1931, de ***04 de fevereiro de 1913***, criou nesta cidade de Sant'Ana do Livramento, o 2º Regimento de Cavalaria, cuja 1ª ordem do dia descrevia: *"O acréscimo exuberante da população, o amplo engrandecimento de trabalho, gerando todos os dias novos estabelecimentos, exigem da Administração pública, vigilância e cuidados incessantes para que a ordem jamais se altere e venha prejudicar o nosso surto econômico tão promissor. A fronteira é vasta e propícia aos crimes, do que vimos dizendo decorreu a organização deste 2º Regimento de Cavalaria, sediado em Livramento, de cujo lugar pode atender com presteza e eficácia ao Policiamento da Fronteira.* ***Seu primeiro Comandante e organizador foi o Coronel Juvêncio Maximiliano de Lemos****"*

É importante ressaltar que a criação do Regimento resultou da evolução da unidade militar, onde em 4 de outubro de 1910, um destacamento oriundo de Santa Maria, comandado pelo então major Juvêncio Maximiliano de Lemos migrou para Sant'Ana para gerenciar conflitos, ocasião que resultou na ocupação do clube Pinheiro Machado,

O pórtico de entrada do regimento foi inaugurado em 19 de maio de 1988
A construção contou com a colaboração dos militares do 3º Regimento de Cavalaria de Rivera

como primeira sede da Brigada Militar em nossa cidade. Em 31 de maio, a sede da Brigada foi transferida para um quartel provisório na chácara que havia pertencido a Emilio Machado, adquirida pelo Estado para este fim, ficando conhecido posteriormente como Estância Velha. Em 15 de outubro de 1921, ocorreu a inauguração do prédio atual, com ocupação em 31 de março de 1922. Cinco anos após, em 24 de março de 1927, ocorreu a aquisição da invernada, localizada nos Cerros Verdes, onde localiza-se a Estância da Lolita, hoje Campo de Treinamento de Patrulhamento Rural, referência a nível estadual em cursos de Patrulhamento Rural. **fonte: O 2º RP Mont. da BM - o Heroico – Ivo Caggiani-1997*

Marco em homenagem ao combate no Cerro da Conceição

O 2º Regimento de Polícia Rural Montada, desde os primórdios de sua organização tem se mantido leal às tradições gloriosas da Brigada Militar, da qual é parte integrante por sua bravura comprovada pelo espírito de inclinação revelado desde a sua origem de um cenário da sedição da Revolução Farroupilha. Na sua história vestiu-se da dignidade do heroísmo gaúcho ao participar dos seguintes combates: ***LAGOA VERMELHA, CAPÃO BONITO, PASSO DO GUEDES, SANTA MARIA CHICA, IBIRAPUITÃ, VISTA ALEGRE, QUARAÍ, PONCHE VERDE, PASSO DA ARMADA, MARCO DO LOPES, GALPÕES, ARMADA e CERRO DA CONCEIÇÃO.*** Neste último, travou-se um forte combate contra as tropas federalista de Honório Lemes. O 2º RP Mont é rico de uma história militar exemplar, um passado glorioso a iluminar o caminho atual e futuro dos seus aguerridos policiais militares.

A Brigada Militar foi criada em 18 de novembro de 1837 com a denominação inicial de Corpo Policial da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Em 1873 passou a denominar-se Força Policial e a partir da Proclamação da República no Brasil, em 1889, recebeu as seguintes denominações: Guarda Cívica em 1889, Corpo Policial em 1889 e finalmente, em 1892 foi batizada de Brigada Militar.

Desde a sua concepção, a Corporação participou de inúmeras revoluções históricas do país, como as de: 1893 a 1895 (Revolução Federalista), 1923 (Revolução Assisista), 1924 (em São Paulo), 1926 (em Santa Catarina e Paraná), 1930 e 1932 (no Rio Grande do Sul e em São Paulo), demonstrando uma forte cultura militar e guerreira. Após o movimento revolucionário de 1932, a Brigada Militar, já com missões de Segurança Pública, ainda participou de outras Revoluções (Estado Novo em 1937, Legalidade de 1961 e Revolução de 1964).

Foto: Ascom BM
A patrulha rural é uma lenda viva da Brigada Militar

Em 1935, em decorrência da Constituição Estadual da época, a atividade policial passou a ser competência exclusiva do Estado: A Guarda Civil e a Guarda de Trânsito passaram a fazer o policiamento ostensivo na Capital, enquanto a Brigada Militar assumiu o policiamento no interior. Em meados de 1950, a Corporação passou a preocupar-se em organizar formas de policiamento adequadas a locais e objetivos específicos, originando-se dessa preocupação o Policiamento Rural Montado. Nesse período, surgiu também o Policiamento Urbano, com emprego de duplas de policiais militares, que passaram a ser conhecidas como "Pedro e Paulo", inspirados no Rio de Janeiro, onde eram denominados "Cosme e Damião".

A partir de 1968, a Brigada Militar passou a executar, com exclusividade, as atribuições de policiamento ostensivo. O texto Constitucional de 1988 atribuiu à Corporação as atividades de Polícia Ostensiva, de preservação da ordem pública, de prevenção e combate a incêndio, de busca e salvamento e de defesa civil. Portanto, a história da Brigada Militar confunde-se com a própria história do Estado do Rio Grande do Sul. **fonte: Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande so Sul.*

A Revolução de 1923

Assis Brasil e Setembrino de Carvalho (C), ladeados por oposicionistas, em Pedras Altas

Foi um movimento armado ocorrido durante onze meses daquele ano no Rio grande do Sul, em que lutaram, de um lado, os partidários de Borges de Medediros (borgistas ou ximangos) e, de outro, os aliados de Joaquim Francisco de Assis Brasil (assisistas ou maragatos). Em 1893 e 1923, o Rio Grande do Sul viveu duas sangrentas revoluções. A de 1893/1895, denominada ***Revolução Federalista***, conflagrou três estados da região Sul, tendo se conectado com a Revolução da Armada, que provocou o bombardeio do Rio de Janeiro, então capital federal. Os revolucionários lutavam contra o presidente do Estado, Júlio de Castilhos, e o presidente da República, Floriano Peixoto. Alguns de seus integrantes defendiam ainda o sistema parlamentarista de governo, o recuo do federalismo exacerbado e outros a restauração da Monarquia.

Foto: Ana Regina Fernandes Antunes, nora de José Antunes
1923 Momentos antes do combate de **Santa Maria Chico,** em D. Pedrito. O 1º a esquerda o Dr. José Narciso Antunes. Ao centro de bombacha branca, La Torre, o degolador de 93 coronéis antes de morrer.

Gen. Flores da Cunha com comando de tropas do governo na guerra contra os rebeldes em 1923

a - Juiz Arlindo Duarte
b - Osvaldo Aranha
c - Nepomuceno Saraiva
d - Flores da Cunha
e – Guilherme Flores da Cunha (morto em ação)
f – José Alvarez
g – Aires Maciel

Eram tempos de ideias e de sangue, a ***Revolução de 1923*** surgiu numa conjuntura em que as oposições se uniram contra Borges de Medeiros, que se perpetuava no comando do Rio Grande do Sul, amparado na autoritária Constituição castilhista de 1891. A política econômica de Borges precipitara o Estado numa crise financeira que contribuíra para descontentar a elite estancieira. Também boa parte do movimento operário e estudantil opunha-se a Borges por conta de divergências anteriores. No plano nacional, se isolara com o malogro da chamada reação republicana, por meio da qual tentara opor-se ao presidente da República, Arthur Bernardes, recém-eleito. O Exército ficou mais próximo dos revolucionários, ao contrário de 1893. O pretexto para a eclosão da revolução foi a suposta apuração fraudulenta das eleições estaduais de 1922. Presidira a comissão apuradora na Assembleia do Estado o então deputado Getúlio Vargas. Joaquim Francisco de Assis Brasil era o candidato da oposição contra Borges.

Os maragatos, que não estavam devidamente organizados para enfrentar as forças governistas, nem tinham objetivos militares definidos, ficaram confusos ao verem que a pretendida intervenção federal não viria. A continuidade da luta dependia das ações isoladas empreendidas por caudilhos como Honório Lemes e José Antônio Matos Neto, o ***Zeca Netto***. Mas as operações militares ficavam restritas a regiões distantes de Porto Alegre e não conseguiram causar dano a superioridade dos borgistas. Logo os maragatos começaram a se ressentir da falta de homens e de armas. Para Assis Brasil e seus aliados mais lúcidos, ficou claro desde logo que não havia possibilidade de vitória militar e por isso manifestaram disposição de negociar com o lado contrário.

General Zeca Neto de barba, revolucionário de 1923

Legalistas da Brigada Militar

Na Campanha de 1923 enfrentam os Maragatos nas proximidades do Passo do Manequinho em Sant'Ana do Livramento.
A autentica passagem histórica está no livro escrito pelo General José Antônio Flores da Cunha quando esteve preso na Ilha Grande no Rio de Janeiro.

Em dezembro de 1923, pacificou-se a revolução no ***Pacto de Pedras Altas***, residência de Assis Brasil. Borges de Medeiros pôde permanecer até o final do mandato em 1928, mas a Constituição de 1891 foi reformada. Impediu-se o estabelecimento das reeleições e a indicação de intendentes e do vice-presidente do Estado. Contudo, Borges condeguiu indicar Getúlio Vargas chefe do Governo Provisório do Brasil (1930-1934), como líder civil da Revolução de 1930, que pôs fim à República Velha, depondo seu 13º e último presidente Washington Luis.

Honório Lemes da Silva

Honório Lemes da Silva

Conhecido como "O Leão do Caverá" nasceu em Cachoeira do Sul em 23/09/1864 e faleceu em Livramento em 30/09/1930, foi um tropeiro e proprietário de pequena estância, brasileiro, pobre e quase analfabeto que, patriota, liberal convicto e admirador de Gaspar da Silveira Martins, ao rebentar a revolução federalista, em 1893, ingressou como simples soldado nas fileiras revolucionárias, chegando ao posto de coronel. Terminada a luta em 1895, voltou a se dedicar às lides campeiras. Em 1923 voltou a pegar em armas, dessa vez para lutar contra a posse de Borges de Medeiros, que havia sido reeleito para o quinto mandato consecutivo no governo gaúcho. Em novembro do ano seguinte voltou a rebelar-se, dessa vez em apoio aos jovens oficiais militares que, liderados por Luís Carlos Prestes, sublevaram unidades do Exército no interior gaúcho contra o governo do presidente Artur Bernardes. Em 1925 foi preso e levado para Porto Alegre, porém, conseguiu fugir e exilou-se na Argentia. Apoiou a candidatura presidencial derrotada de Getúlio Vargas em 1930. Exerceu a profissão de carvoeiro, e deixou sua família na extrema miséria após sua morte, poucos dias antes do início do movimento armado que levaria Vargas à presidência da República. Também chamado de tropeiro da liberdade, em sua a poesia "O Testamento" escreveu a certa altura: "Se pretendem me entregar a minha cortante espada podem dar ao camarada General Flores da Cunha que me pegou quase a unha e não quis me fazer nada." "Em todos os partidos há homens bons e maus. Os bons são em maior número, mas os maus são mais audaciosos e por isso andam sempre na frente, sendo necessário cortar-lhes a ação..." **fonte: Acervo do Memorial do Rio Grande do Sul.*

Barricada 1922 - Rua 7 de Setembro

Guarda Republicana em forma - 1922

Nos limites entre ***Rosário do Sul, Alegrete e Santana do Livramento*** há uma região ouriçada de cerros, chamada Serra do Caverá, onde ali, entre outras maravilhas geológicas e históricas, encontram-se baixos cerros, testemunhas de um mito. Essa região era o ambiente de vida de Honório Lemes, conhecido como o **Leão do Caverá**, "descendente do bandeirante Fernão Dias Paes Lemes", tropeiro chefe de boiadas e charqueadas, um personagem notável na história do Rio Grande do Sul no início do século vinte. Nasceu em Cachoeira do Sul em 23/12/1864. Faleceu em 30/09/1930. Na Revolução de 1923, entre os maragatos (os revolucionários) e os chimangos (os legalistas), o Caverá foi o santuário do caudilho maragato e legendário ***Honório Lemes.***

A Lenda do Caverá

Na região, no passado, era território de uma tribo dos Minuanos, índios bravios dos campos, ao contrário dos Tapes e Guaranis gente mais do mato. Entre esses Minuanos, destacava-se a figura de Camaco, guerreiro forte e altivo, mas vivendo uma paixão não correspondida por Ponaim, a princesinha da tribo, que só amava a própria beleza...

Os melhores frutos de suas caçadas, os mais valiosos troféus de seus combates, Camaco vinha depositar aos pés de Ponaim, sem conseguir dela qualquer demonstração de amor.

Um dia, achando que lhe dava uma tarefa impossível, Ponaim disse que só se casaria com Camaco se ele trouxesse a pele do Cervo Berá para forrar o leito do casamento. O Cervo Berá era um bicho encantado, com o pelo *brilhante - daí o seu nome. O mato era dele: Caa-Berá, Caaverá, Caverá, finalmente.*

Então Camaco resolveu caçar o cervo encantado. Montando o seu melhor cavalo, armado com vários pares de boleadeiras, saiu a restrear, dizendo que só voltaria depois de caçar e courear o Cervo Berá.

Depois de muitas luas, num fim de tarde ele avistou a caça tão procurada na aba do cerro. O cervo estava parado, cabeça erguida, desafiador, brilhando contra a luz do sol morrente. Sem medo, Camaco taloneou o cavalo, desprendeu da cintura um par de boleadeiras e fez as pedras zunirem, arrodeando por cima da cabeça. Então, no justo momento em que o Cervo Berá deu um salto para a frente quando o guerreiro atirou as Três Marias, houve um grande estouro no cerro e uma cerração muito forte tapou tudo.

Durante três dias e três noites os outros índios campearam Camaco e seu cavalo, mas só acharam uma grande caverna que tinha se rasgado na pedra dura do cerro e por onde, quem sabe, Camaco e seu cavalo tinham entrado a galope atrás do Cervo Berá para nunca mais voltar.

** fonte: Livro "Mitos e Lendas do Rio Grande do Sul" de Antonio Augusto Fagundes*

O combate de Estância da Serra

Na foto, o local onde ocorreu o combate entre chimangos e maragatos na Estância da Serra, no Caverá.

Em 29 de abril de 1923, em plena revolução, Claudino Nunes Pereira, um dos chefes legalistas que apoiava Borges de Medeiros, chegou com sua Brigada Provisória do Oeste à Estância da Serra, junto à Serra do Caverá. A brigada fazia parte das tropas que o general Flores da Cunha comandava. Foi ali, naquele dia, que os legalistas se chocaram com os rebeldes comandados por Honório Lemes, o Leão do Caverá. O confronto, que ocorreu no vale da Estância da Serra, atravessou o dia, entre tiros, correrias, gemidos de dor. Ao anoitecer, os rebeldes prevaleciam. No dia seguinte, o combate continuou. E começou a faltar munição nos dois lados. Quando a noite surge novamente, Claudino Pereira e seus comandados batem em retirada. Impunham-se as forças do Leão de Caverá. A rebelião havia apenas começado e duraria o ano todo. Uma mediação do governo federal conseguiu um acordo pelo qual Borges de Medeiros se comprometia, depois de cumprir seu mandato, a não mais concorrer à presidência do Estado. **fonte: Calendário Poético, de Mara Regina Miranda de Souza.*

FLORES DA CUNHA
REVOLUÇÃO DE 1923

O General José Antônio Flores da Cunha

Nasceu na estância São Miguel, município de Santana do Livramento (RS), no dia 5 de março de 1880. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Iniciou seu primeiro mandato como deputado federal em 1912, eleito pelo Ceará na legenda do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Em 1917, foi reeleito, desta vez pelo seu estado natal. Renovou seu mandato em 1924 e em 1927. Durante a década de 1920 destacou-se ao atuar junto às tropas legalistas na repressão às revoltas contra o presidente gaúcho Borges de Medeiros (1923-1928).

Eleito senador em 1928, atuou ativamente na Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas à chefia do país em novembro daquele ano. No dia 28 de novembro de 1930 foi nomeado interventor no Rio Grande do Sul. Ajudou a fundar o Partido Republicano Liberal (PRL) em novembro de 1932. Em abril de 1935 foi eleito governador de seu estado natal, exercendo o mandato até outubro de 1937 Com o processo de redemocratização do país em 1945, participou da fundação da União Democrática Nacional (UDN). Nas eleições realizadas em dezembro daquele ano foi eleito deputado constituinte. Reelegeu-se deputado federal em outubro de 1950 e em outubro de 1954, sempre na legenda udenista. Assumiu a presidência da Câmara dos Deputados no dia 8 de novembro de 1955, substituindo o deputado

Carlos Luz, que fora então empossado na chefia do Executivo Federal em virtude do afastamento de Café Filho por motivos de ordem médica. Rompeu com a UDN e renunciou à presidência da Câmara por ter votado a favor do impedimento de Café Filho no dia 22 de novembro de 1955. Sua ideologia não visava a individualidade. Defensor da lei e da ordem constitucional, projetou-se na história do Rio Grande do Sul por suas realizações e pela honestidade administrativa. Foi grande incentivador do cooperativismo vinícola na região. Foi deputado por duas vezes e também prefeito de Uruguaiana.

Em 1930, Getúlio Vargas o nomeou Interventor Federal no Rio Grande do Sul, posto que ocupou até 1935, quando foi eleito Governador do Estado pela Assembleia Constituinte, cargo que renunciou em 1937. Após um exílio de 5 anos, em Rivera, no Uruguai, foi condenado a dois anos de prisão. Após o período de exílio, voltou à vida parlamentar e foi eleito deputado mais duas vezes. Faleceu em 4 de novembro de 1959 em sua terra natal, onde recebeu inúmeras homenagens, como a praça na linha divisória com o seu nome.

Praça General Flores da Cunha – década 1930

**fonte: ABREU, Alzira Alves de & BELOCH, Israel (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983.*

Acervo: Museu Municipal David Canabarro
Santa Casa de Misericórdia – Inaugurada 1903 e demolida em 1952
Rua Senador Salgado Filho

O poeta Alceu Wamosy

Foi uma das vítimas da Revolução de 1923

Em 3 de setembro de 1923, num confronto entre chimangos (borgistas) e assisistas, o alferes Alceu Wamosy, nascido na Uruguaiana de 1895, foi ferido à bala. Com 28 anos, Wamosy lutava ao lado dos borgistas na Revolução de 23 quando ocorreu o combate em que foi ferido no histórico Ponche Verde, em Dom Pedrito, onde quase sete décadas antes, em 1845, havia sido assinado o documento que punha fim à Guerra dos Farrapos. Socorrido, o poeta-soldado foi levado à ***Santa Casa de Sant'Ana do Livramento***, onde morreria em ***13 de setembro de 1923***, dez dias depois de ser internado. No hospital, no dia 8, havia casado com sua noiva e eterna musa, Maria Bellaguarda. A morte do poeta, autor de alguns sonetos de amor que até hoje são decorados e declamados, comoveu o Rio Grande, criando em torno de Alceu Wamosy uma espécie de lenda que dificultou o trabalho dos críticos. Um dos mais famosos poemas de Wamosy, *Duas Almas* (Ó tu que vens de longe, ó tu que vens cansada,/ entra e, sob este teto, encontrarás carinho...) está presente em todas suas antologias. Alceu Wamosy nasceu em Uruguaiana em 14 de fevereiro de 1895. **fonte: Almanaque Gaúcho ZH.*

Alceu Wamosy*, (assinalado na foto)* Publicou seu primeiro livro de poesia, Flâmulas, em 1913. Na época já trabalhava como colaborador no jornal A Cidade, fundado por seu pai, em Alegrete, RS. A partir de 1917 tornou-se proprietário do jornal O Republicano, apoiando o Partido Republicano. Continuou colaborando para diversos diários, como os jornais A Notícia, A Federação, O Diário e a revista A Máscara. Publicou as obras poéticas Na Terra Virgem (1914) e Coroa de Sonho (1923). Postumamente foram publicados Poesias Completas (1925) e Poesia Completa (1994). Poeta simbolista, Alceu Wamosy escreveu poemas cheios de desencanto, em uma produção que se destacou no sul do país e é uma das mais significativas do Simbolismo brasileiro.

A revolução de 1923 no Rio Grande do Sul teve o seu apogeu na ponte do Ibirapuitã. No inverno rigoroso daquele ano, ali mediram forças, o mais prestigiado general maragato e o mais aguerrido comandante legalista. Ao longo de todo ano eles vão se enfrentar em vários pontos do mapa da fronteira oeste do Estado. Mas o combate da ponte foi decisivo para mostrar ao Brasil e ao presidente Artur Bernardes que os revolucionários não tinham forças para por em cheque o governo do Estado, o qual tinha ao seu lado, além da estrutura do poder, tinha a viação férrea, o telégrafo, a aguerrida Brigada Militar e até mesmo um duro e bem treinado esquadrão de uruguaios. O presidente do Brasil, hostilizado durante a campanha eleitoral pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) teria decretado a intervenção no RS com prazer revanchista, se pudesse argumentar que o governo do Estado perdera o controle da situação. Essa era a grande esperança dos maragatos, mas tal situação nunca ocorreu.

* *fonte:* O cambate da Ponte do Ibirapuitã - Antonio Augusto Fagundes

Passos de Prestes em Livramento

Luis Carlos Prestes com o Seu Perseverando Santana em Junho de 1960

É importante registrar a história de Luis Carlos Prestes, pois além de ele ser um mito, esteve aqui em 1960 em visita aos túmulos das quatro vítimas do conhecido caso: "A chacina dos 4 A", quando em 24 de setembro de 1950 foram ceifadas as vidas de quatro militantes do PCB no largo do Parque Internacional. Luiz Carlos Prestes nasceu em Porto Alegre, na casa de seus pais na Rua Riachuelo, no dia 3 de janeiro de 1898, foi um dos maiores heróis brasileiros, tendo como marcas de sua vida a coerência, a honestidade e a fidelidade a princípios e valores morais. No fim de sua vida, já após

o rompimento com o PCB, costumava dizer a seus camaradas: "o que nos une são a identidade ideológica e os compromissos morais". Desapegado a cargos e a bens materiais, levou sempre uma vida modesta, completamente voltada a seus ideais. Faleceu em 07 de março de 1990 no Rio de Janeiro sendo escoltado por uma multidão, que segundo o jornalista Romain Rolland: "entrou vivo no Panteon da História".

A Coluna Prestes

Foi um movimento ocorrido entre os anos de 1925 e 1927, encabeçado por líderes tenentistas que empreenderam grandes jornadas para o interior do país, procurando fazer insurgir o povo contra o regime oligárquico vigente durante a presidência de Artur Bernardes, ainda no período da República Velha. Começou numa quarta-feira, 29 de outubro de 1924 em Santo Ângelo - RS. Foi um dos mais importantes episódios da história do Brasil e do mundo: partia para a investida a força militar gaúcha que estava fadada a se transformar, unindo-se a militares paulistas em Foz do Iguaçu, em princípios do ano seguinte, na célebre Coluna Prestes.

"Hoje levantam-se todas as tropas do Exército das guarnições de Santo Ângelo, São Luís, São Borja, Itaqui, Uruguaiana, Alegrete, ***Sant'Ana do Livramento****, Dom Pedrito, Jaguarão e Bagé; hoje, irmanados pela mesma causa e pelos mesmos ideais, levantam-se as forças revolucionárias gaúchas de Palmeira, de Nova Wuertemburg, Ijuí, Santo Ângelo, e de toda a fronteira até Pelotas. E hoje entram em nosso estado os chefes revolucionários Honório Lemes e Zeca Neto, tudo de acordo com o grande plano organizado".*

O plano era ousadamente, o levante simultâneo das unidades do Exército e dos chefes maragatos (lenços vermelhos) com o objetivo de formar duas colunas, a do Sul e a do Oeste, que marchariam, respectivamente, sobre Santa Maria e Cruz Alta. Realizadas essas operações, as forças revolucionárias se deslocariam para o Norte, visando tomar a capital da República (então o Rio de Janeiro), atropelando, de passagem, as tropas que pressionavam a Divisão São Paulo, que havia sido derrotada em sua capital e fugiu para o Oeste do Paraná.

A movimentação dentro do Rio Grande do Sul deveria realizar-se com a máxima rapidez, para reduzir ao mínimo os choques com seus adversários militares gaúchos sob o comando chimango (lenços brancos ou verdes) de Borges de Medeiros, para concentrar o esforço revolucionário contra o governo federal e seu sustentáculo, a elite cafeeira. Mas como essa

tática não foi combinada com os militares gaúchos governistas, nem tudo correu conforme o esperado.

Na zona Oeste gaúcha, o capitão Luís Carlos Prestes e o tenente Mário Portela Fagundes sublevaram o Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo. O tenente João Pedro Gay levantou o 3º Regimento de Cavalaria Independente, de São Luís Gonzaga das Missões. Os tenentes Siqueira Campos e Aníbal Benévolo assumiram o controle de São Borja, levantando o 2º Regimento de Cavalaria Independente. Porém a guarnição de Itaqui, situada entre São Borja e Uruguaiana, não aderiu à revolução.

A ofensiva sobre Itaqui, para consolidar o controle sobre o Oeste, desarticulou parte importante das forças revolucionárias de São Borja, custando a vida do tenente Benévolo. Na fronteira sul, apenas Uruguaiana cerrou fileiras com a revolução. O major Távora e o tenente Edgard Dutra foram os responsáveis pelo levante do 5º Regimento de Cavalaria Independente, que guarnecia a cidade.

Gaúcho contra gaúcho na fronteira

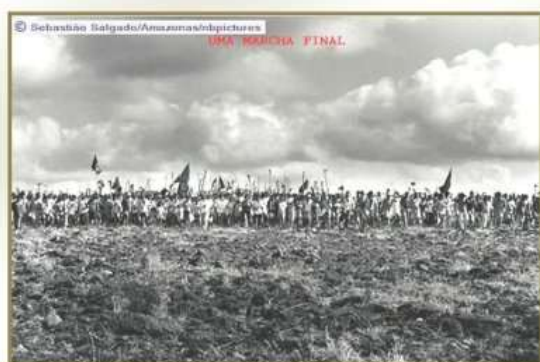
Os violentos combates, na faixa da fronteira uruguaia, arrastaram-se durante dois meses na revolução. As forças revolucionárias, compostas pelos soldados dos generais Honório Lemes (1864-1930, o "Leão de Caverá") e Zeca Netto (José Antônio Mattos Netto 1854-1948), pelo 5º Regimento de Cavalaria, de Uruguaiana, e uma seção do Regimento de Artilharia a Cavalo, de Alegrete, acabaram se chocando pesadamente nestas coxilhas contra os corpos provisórios que constituíam a nata da força militar chimanga. Reunindo cerca de 10 mil homens, agrupados em cinco brigadas, essas unidades tinham entre seus principais organizadores Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Paim Filho, Claudino Nunes Pereira e Getúlio Vargas. Foram muitos os combates entre militares governistas revolucionários - os tenentes Portela e Benévolo inclusive morreram em combate - até que houve a decisão de marchar ao Paraná para se encontrar com as forças militares paulistas. Toda a tropa foi distribuída em três destacamentos sob comando do coronel Luís Carlos Prestes, com o tenente Siqueira Campos na chefia do Estado-Maior. O tenente Portela morreu na preparação da marcha da Coluna e para homenageá-lo uma cidade gaúcha foi batizada com seu nome.

O tenente Benévolo teve o nome dado a um navio que também passou à história de forma pesarosa: foi bombardeado por um submarino alemão em agosto de 1942, morrendo da ocasião dez tripulantes e 26 passageiros. Mas por conta desse naufrágio e da destruição de outros navios brasileiros o País declarou guerra ao nazifascismo. Benévolo gostaria disso, pois Vargas inclinava-se a apoiar Hitler.

A estratégia adotada para a marcha da coluna revolucionária gaúcha ao Paraná seria a da guerra de movimento (método estudado até hoje por estrategistas militares), enunciada por

Luís Carlos Prestes em carta ao general Isidoro Dias Lopes: - Com a minha coluna armada e municiada, sem exagero julgo não ser otimismo afirmar que conseguirei marchar para o Norte, dentro de pouco tempo atravessar o Paraná e São Paulo, dirigindo-me ao Rio de Janeiro, talvez por Minas Gerais.

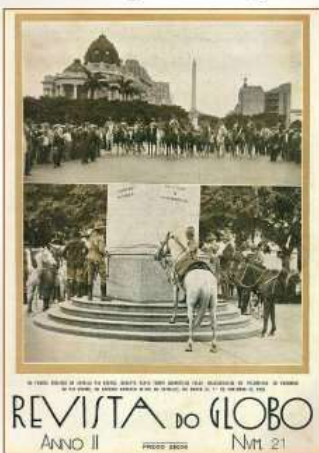
A etapa final da formação da indomável Coluna Prestes foi uma sucessão de derrotas pelo qual a Coluna não chegou a atingir seus objetivos de provocar a rebelião popular generalizada no interior do país: o povo temia grandemente possíveis represálias do governo. Desta forma, a coluna não conseguiu derrubar o governo vigente. Porém, os tenentistas que da Coluna participaram decisivamente no quadro político do período da Revolução de 30 e, no caso de Prestes, na Intentona Comunista de 1935. Ao fim das jornadas da Coluna pelo interior do país, muitos membros remanescentes ainda prosseguiram sua luta contra os regimes oligárquicos na Bolívia e no Paraguai.

*Particularmente defendendo sem nenhum assombro, os direitos humanos do revolucionário Luiz Carlos Prestes, não por ser comunista, mas pela sua fé e por suas convicções democráticas.

*Para saber mais da biografia de Luiz Carlos Prestes recomendamos o livro “Luiz Carlos Prestes – patriota, revolucionário, comunista”, de autoria da historiadora, professora, e filha de Prestes, Anita Leocádia Prestes.

O assassinato do Dr. Waldemar Ripoll no Cerro do Marco em 1930

A brutal morte do ***Dr. Waldemar Ripoll*** do Partido Libertador em 1934, primo da poetisa Lila Ripoll, era conhecido caudilho santanense dos anos 30. O fato representou um dos acontecimentos mais marcantes da vida política da fronteira. O Dr. Ripoll, era um notabilizado desafeto político de Flores da Cunha, governador interventor do Estado do Rio Grande. Auto-exilado na cidade de Rivera, com uma dezena de correligionários, Ripoll desde o exílio no Uruguai empreende um veemente e impetuoso combate ao Florismo, e seus adeptos em Livramento. O embate político tem um desfecho tão trágico quanto sinistro. A morte do político exilado em Rivera é encomendada a tal João Silva, e a golpes de machado o desafeto contratado, consuma o horrendo homicídio. **fonte: Correio do Povo – 01.02.1934 nº26 p.14*

Intentona na década de 1930

O mundo recém estava encaminhando o processo de recuperação da grande crise de 29, o fascismo já se instalara na Itália e Adolf Hitler chegava ao poder na Alemanha. No Brasil, os ecos dessa confusão mundial chegavam à forma do fortalecimento do Partido Comunista, sob o comando de um dos brasileiros mais conhecidos e admirados naquele momento: Luís Carlos Prestes, o comandante da Coluna. Chegava também, no outro extremo, pela organização das milícias integralistas comandadas por Plínio Salgado, nascido em 22 de janeiro de 1895. Foi nesse quadro que, em 1935, as células comunistas instaladas dentro do Exército deflagraram a chamada Intentona. Meteórica, a rebelião foi dominada, e seus líderes militares, presos, dando o primeiro argumento ao Getúlio Vargas para implantar o Estado Novo com a decretação da Constituição de 1937, apelidada de A Polaca. Essa constituição autoritária foi impulsionada também pela arregimentação política promovida pelo integralismo, o mesmo integralismo que fracassaria na tentativa de um golpe de Estado contra Getúlio Vargas em 1938. Na época, o governo plantou a denúncia de um "terrível plano comunista" (Plano Cohen) que ameaçava a ordem institucional, possibilitando a criação da ditadura varguista que perdurou até 1945.

A Revolução de 1930

Com a derrubada de Washington Luís, outros próceres da República Velha são presos e exilados. No dia 3 de novembro de 1930, a Junta Militar Provisória passou o poder a Getúlio Vargas, (que vestia farda militar pela última vez na vida), encerrando a chamada República Velha. No discurso de posse, Getúlio estabelece 17 metas a serem cumpridas pelo Governo Provisório. Na mesma hora, no centro da cidade do Rio de Janeiro, soldados gaúchos cumpriam a promessa de amarrar os cavalos no obelisco da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, marcando simbolicamente o triunfo da Revolução de 1930.

A organização social e política local na era Vargas

Quem anda pelas ruas da nossa cidade hoje, não tem ideia da penúria que os santanenses viveram para se organizarem social e politicamente. As raízes do atual sindicalismo brasileiro surgiram com a Revolução de 30 sob a inspiração direta de Getúlio Vargas. Vitoriosa, a revolução criou o Ministério do Trabalho e, logo depois, em 1931, um decreto regulamentava a "sindicalização das classes patronais e operárias". A criação das juntas de conciliação e julgamento esteve sempre ligada à ascensão dos sindicatos de patrões e de empregados. Tais juntas, hoje extintas, eram presididas por um juiz e haviam sido concebidas para colocar frente a frente, nos conflitos sociais, representações obrigatórias do capital e do trabalho.

Heróis e Mártires do Proletariado Riograndense

NOMES QUE JAMAIS SE APAGARÃO Da Memoria de Nosso Povo

As chacinas realizadas pela polícia contra os trabalhadores de Rio Grande, a 1.º de Maio de 1950, e contra um numeroso grupo de patriotas, em Livramento, em 4 de setembro de 1951, comoveram todo o país. Os nomes dos herois e mártires que nelas tombaram ficarão eternamente gravados na memória do proletariado e do povo, como exemplos gloriosos do patriotismo e da combatividade da classe operária brasileira

OS MARTIRES GLORIOSOS DE LIVRAMENTO

Em Livramento houve a ***Chacina dos 4A*** assim denominado devido as iniciais dos nomes das quatro vítimas fatais. Foi quando comunistas da nossa cidade estavam animados com a campanha dos candidatos populares. Eles já tinham dois vereadores na cidade, Lúcio Soares Neto e Sólon Pereira, que haviam sido eleitos pelo Partido Social Trabalhista em 1947. Eram os chamados "candidatos de Prestes" ou os candidatos da "Frente de Libertação Nacional". Como era de se esperar, a reação procurou dificultar ao máximo suas propagandas eleitorais. A presença ostensiva dos homens da repressão não os intimidou. Defendendo os seus direitos constitucionais, continuaram no seu trabalho de propaganda eleitoral. A resposta policial ao desacato foi desencadear uma fuzilaria e o massacre do grupo indefeso. Quatro militantes morreram no conflito. Seus nomes eram: Abdias Rocha, Aladim Rosales, Aristides Correa Leite e Ary Kulmann. Na opinião do historiador Ivo Caggiani, "uma chacina injustificável". A verdade é que foi uma trágica sangrenta disputa política, onde se misturaram questões pessoais e divergências ideológicas.

O triste episódio dos "**4A**" do dia ***24 de setembro de 1950*** na fronteira Sant'ana do Livramento/Rivera não diminui a dimensão calamitosa dos acontecimentos que resultaram na morte de quatro ativistas políticos e em uma dezena de feridos. Caracterizando o Largo do Internacional, na Linha Divisória entre Brasil e Uruguai, como cenário de confrontos moldados pela intolerância. Alguns anos depois, 1961, outro acontecimento ali ocorrido ganharia enorme repercussão: ***o assassinato do prefeito Camilo Alves Gisler*** por seu antecessor e partidário, ambos eram do PTB de Getúlio Vargas, ***Francisco Reverbel de Araújo Góes, o "Pancho Góes"***.

A greve no Frigorífico Armour que arrebentou em abril de 1949, está registrada no primoroso livro "Retratos do Exílio" do jornalista Marlon Aseff. Ele registra a polarização entre capital e trabalho que extrapolava os limites da negociação, aonde alguns dos principais líderes do movimento foram presos.

"BANDIDOS! A LUTA NÃO TERMINOU, A NOSSA LUTA CONTINUA"

"NÃO SE PODE VOTAR Nesta Cambada de Canalhas"

CONTINUA PRESO Solon Pereira Neto

Na edição de segunda-feira, 4 de abril de 1949, o jornal O Republicano, porta-voz da UDN local, publicava: *"Como vinha sendo esperado de ha muito, finalmente 6.a feira última irrompeu o movimento grevista no Frigorífico Armour desta cidade, sob o pretexto de pleitear o aumento de salários dos operários daquele Frigorífico e contra o desconto do Imposto Sindical, mas, na realidade, servindo aos desígnios revolucionários e subversivos dos comunistas, que procuram acima de tudo a anarquia, a desordem e a desharmonia social. O movimento teve uma longa preparação psicológica, através da imprensa comunista, da*

distribuição de boletins subversivos, e da atuação desenvolvida pelos vereadores comunistas Lucio Soares Netto e Solon Pereira Netto, na Câmara Municipal, procurando da tribuna daquela Câmara agitar os meios operários e sindicais e justificar o direito de greve. Porque a greve, é preciso que se diga, embora uma faculdade constitucional, por não ser de auto-aplicação, e depender de regulamentação legal, praticamente não existe em nosso país."

Era voz corrente na cidade de que os líderes grevistas presos seriam levados para Porto Alegre. Na tensão pulsante daquelas horas, os companheiros remanescentes, entre eles Lucio Soares Neto, secretário do partido, e Hugo Nekesaurt, braço direito da militância, tramavam a reação. Escondidos em um fundo de quintal de uma modesta casa nas cercanias do frigorífico, junto a um chiqueiro de porcos, varavam a noite despistando a polícia, correndo risco de vida. Hugo recorda: "Estávamos nos fundos de uma casa de gente requete-pobre. E de madrugada é que se deu o caos. As mulheres dos companheiros presos foram exigir, chorando, uma solução. Se dizia que iam ser levados para Porto Alegre no trem que saía de manhã e ninguém sabia o que podia acontecer". Isso, e muito mais está no livro do Marlon Aseff. Ali ele nos conta em minúcia, fases da relação entre organizações de esquerda, militantes isolados e casas de apoio que existiam em ambos os lados da fronteira entre Brasil e o Uruguay.

Síntese dos períodos no Brasil

Em diversos momentos tormentosos da vida brasileira, os rumos da política nacional, bons ou maus, foram decisivamente influenciados por homens públicos vindos do Palácio Farroupilha. Para uma melhor compreensão do leitor exponho uma sinopse destes períodos:

Período Imperial (1822/1889)

A primeira Constituição Brasileira (outorgada pelo Imperador D. Pedro I em 25 de março de 1824) não prevê a delegação de poderes legislativos às Províncias do Império, embora estabeleça órgãos deliberativos sobre assuntos de seu interesse peculiar (os "Conselhos Gerais").

República Velha (1889/1930)

Com a Proclamação da República, o PRR de Júlio de Castilhos chega ao poder. Elaborada conforme os preceitos positivistas, a Constituição promulgada em 14 de julho de 1891 outorga ao Presidente do Estado a prerrogativa de editar as leis; a Assembleia (então denominada "Assembleia dos Representantes") reúne-se apenas dois meses por ano, exclusivamente para votar o orçamento do Estado e dispor sobre tributos.

República Nova e Estado Novo (1930/1945)

Após haver unido o Rio Grande, Getúlio agrega o apoio de Minas Gerais e Paraíba e lança-se candidato à Presidência da República pela Aliança Liberal, nas eleições de 1929. Derrotado, deflagra em 3 de outubro de 1930 um movimento revolucionário que, um mês depois, o empossa como chefe do Governo Provisório da República. Em 1932, Borges de Medeiros e Raul Pilla apoiam, no Estado, a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Embora vencida militarmente, a revolta leva Getúlio a convocar eleições para a reconstitucionalização do país. A Constituição Federal de 1934 manda convocar eleições para as Assembleias Constituintes dos Estados, as quais devem transformar-se em Assembleias Legislativas assim que elaboradas as respectivas Constituições. Instalada com poderes constituintes em 12 de abril de 1935, a Assembleia Gaúcha é fechada no dia 10 de novembro de 1937, com a decretação do "Estado Novo". O Plenário do Casarão Rosado permanece em silêncio até o fim da ditadura de Vargas.

Redemocratização (1945/1964)

Em 8 de julho de 1947, a Assembleia Gaúcha atrai a atenção do Brasil inteiro ao promulgar uma Constituição parlamentarista. Nove dias depois, o Supremo Tribunal Federal suspende a execução dos dispositivos parlamentaristas da Carta do Estado, obrigando a Assembleia Legislativa a adequá-la ao modelo presidencialista vigente na União. Regime Militar (1964/1985) O novo regime organiza-se através do Ato Institucional n.º 1, de 9 de abril de 1964, com o qual cassa os direitos políticos de grande número de seus opositores (inclusive de Deputados à Assembleia Gaúcha). Nessa trilha, o Ato Institucional n.º 2, de 27 de outubro de 1965, extingue os partidos políticos. Surgem a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), congregando os apoiadores do novo regime, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), única oposição tolerada. Na Nova República (1985/...) Tancredo vence o Deputado Federal Paulo Maluf do (PDS/SP) e é eleito Presidente da República. Seu Vice é José Sarney, ex-presidente nacional do PDS (antiga Arena). Logo é internado na véspera de sua posse e morre em 21 de abril de 1985. Sarney torna-se Presidente da República. Em 27 de novembro de 1985, o Congresso Nacional promulga a Emenda Constitucional n.º 26, que convoca uma Assembleia Nacional Constituinte. Em 5 de outubro de 1988 é promulgada a nova Constituição Federal, vigente até hoje.

**fonte: Bibliteca da Assembleia Legislativa do Estado do RGS.*

Os presidentes nesta fronteira

Depois da proclamação da república do Brasil em 1889, as visitas de chefes de Estado nesta fronteira, sucessivamente transcorreram num clima de grande entendimento e amizade que caracterizou as relações entre ambos os países. Hoje, ainda mais ligados por um patrimônio histórico e cultural comum, indissolúvel pelo grande projeto em torno do MERCOSUL.

Getúlio Vargas em 1950

Nas fotos o Presidente Getúlio Vargas em campanha presidencial discursa no Palácio Moysés Vianna em outubro de 1950 com o Prefeito Silvio Pouey Cademartori. Embaixo, descendo a Rua Duque de Caxias, nota-se ao fundo o teto da Prefeitura. Detalhe: O senhor de calça preta e camisa branca ao lado direito do carro é o comerciante Fued Chein.

Juscelino Kubitschek e Arturo Lezama em 1957

Em 10 de fevereiro 1957, o Presidente JK com o Intendente Guido Brum e o Presidente do Uruguay Arturo Lezama. Também em desfile de carro em frente ao Parque com o Prefeito Pancho Góes para inaugurar o monumento comemorativo ao 1º centenário da cidade, a lei que elevou a nossa comunidade de freguesia à categoria de vila.

Emílio Garrastazu Médice em 1973

Vinte Mil Pessoas Visitaram EFINTER

A PLATÉIA

O Presidente Emílio Garrastazu Médice *(Mandato de 1969 a 1974)* visitou a Exposição Feira Internacional de Sant'Ana do Livramento em ***16 de novembro de 1973***. A EFINTER foi visitada por mais de 20.000 pessoas sob o prestígio do Prefeito Ney Campos e o Governador Triches que o recepcionaram com entusiasmo.

Geisel e Bordaberry em 1975

2 PRESIDENTES NA FRONTEIRA DA PAZ

a platéia

Em ***12 de junho 1975***, os Presidentes, General Ernesto Geisel, do Brasil e Juan María Bordaberry, do Uruguay, assinaram um acordo de cooperação entre os dois países em exaltada visita nesta fronteira. Em

Sant'Ana do Livramento, neste mesmo dia é inaugurada a BR 158, do trecho que liga Sant'Ana do Livramento à Rosário do Sul, pelo presidente Geisel e o Ministro dos Transportes, Dirceu Nogueira. Eram tempos de AI-5 *(Ato Institucional que tolhia a liberdade)*, durou até 1978, quando foi revogado pelo presidente Geisel. A censura só iria acabar em 1988 num perído de ditadura miliar que durou de 1964 a 1985.

Fernando Henrique com Sanguinetti em 1997

A Platéia

HC encerra visita ao Uruguai na Fronteira

Na tarde de ***06 de maio de 1997*** o encontro dos presidentes foi maculado com vaias por cerca de 300 manifestantes do PT, PC do B, PSB e sindicatos na Praça Internacional ao descerrar de uma placa comemorativa à visita dos dois chefes de Estado à fronteira do Brasil com o Uruguai. Os manifestantes jogaram ovos na comitiva presidencial de Fernando Henrique Cardoso e gritaram palavras de ordens contra as reformas, a privatização da Vale do Rio Doce e o plano de reforma agrária. Na outra metade da praça, lado de Rivera, contrastou com a visita organizada pelos vizinhos. Os uruguaios que aplaudiram os dois presidentes. Constrangidos pela confusão, Fernando Henrique e Julio Maria Sanguinetti gastaram exatamente 15 segundos para descerrar a placa e retirarem-se.

Lula e Mujica em 2010

A PLATEIA

Visita de Mujica e Lula agitou o feriado

Em ***30 de julho de 2010***, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o líder uruguaio, José Mujica com o prefeito Wainer Vieira Machado e o intendente de Rivera Marne Osório. Defenderam a consolidação da América do Sul como uma zona de paz em reunião realizada nesta fronteira incomum. Sob um estado de graça das duas comunidades, desfraldaram no obelisco duas placas comemorativas da união entre os dois países e depois se reuniram no quartel do 7º RC Mec para assinarem vários acordos bilaterais. Tanto Lula como Mujica citaram como exemplo a convivência de

brasileiros e uruguaios nessas duas cidades. *"Talvez em uns 100 anos todas as fronteiras da América Latina sejam como as de Sant'Ana e Rivera. É provável que as fronteiras políticas que conhecemos se diluam no tempo"*. Proferiu Mujica.

Os prefeitos de Sant'Ana do Livramento

O início: Livramento à esquerda, futura praça ao centro e Rivera à direita na foto de 1898.

Períodos de mandatos dos prefeitos:

Monumento ao Prefeito Camilo Alves Gisler na Praça General Osório

1892-1894.................Cel. Sebastião Barreto Pereira Pinto
1896-1900.................Vig. Augusto Martins da Cruz Jobim
1900-1903.................Cel. Ataliba Gomes
1903-1908.................Vig. Augusto Martins da Cruz Jobim *(2º mandato)*
1908-1917.................Dr. Moisés Pereira Vianna
1917-1924.................Cel. Juvêncio Maximiliano Lemos
1924-1928.................Cel. Francisco Flores da cunha
1928-1933.................Dr. Hugolino Cruxen de Andrade Faria
1933-1935.................Cel. Angenor Barcellos Feio
1935-1937.................Cel. Antonio Fernandes da Cunha
1937-1938.................Dr. João Jacinto Costa
1938-1940.................Joaquim Luiz Amaro da Silveira
1940-1944.................Dr. Crisanto de Paula Dias
10 a 21.12.1945.......Eng. Rivarol dos Santos Padilha
11 e 12.1945.............Dr. Darci Pinto
1945-1946.................Salvador Lourenço de Senna *(substituto)*
1945-1947.................Dr. Flavio Menna Barreto Mattos
1947..............................Hector Acosta *(substituto)*
1447-1951................Silvio Pouey Cademartori

1951..............................Concesso Cassales *(substituto)*
1951..............................Miguel Alves Mendina *(substituto)*
1952-1956................João Souto Duarte
1956-1959................Francisco Reverbel de Araújo Góes
1960-1961................Camilo Alves Gisler
1961-1963................Hermilo Gonçalvez de Menezes
1963-1964................Sergio Fuentes
1964..............................Luiza Dias Cassales *(Substituta)*
1964-1969...............Milton Linn Molinos
1969-1971...............Gen. Antonio Moreira Borges *(nomeado)*
1972-1975...............Dr. Nei Cavalheiro Campos *(nomeado)*
1975-1985...............Prof. Guilherme Bassedas Costa *(nomeado)*
1986-1988...............Oriovaldo Torres Greceller
1989-1992...............Dr. Glenio Pereira Lemos
1993-1996...............Eng. Elifas Marionm Kerler Simas
1996-1999...............Dr. Glenio Pereira Lemos
2000-2004...............Prof. Guilherme Bassedas Costa
2005-2012...............Prof. Wainer Vieira Machado (reeleito)
2013-2016...............Prof. Glauber Gularte Lima

Monumentos

O Obelisco

É um síbolo dos mais antigos criado pelos egípcios que representa o raio de sol que toca à terra e da masculinidade. Pensado como símbolo de irmandade entre dois povos e pela forma triangular, conciderada perfeita pelos gregos, foi elevado trapezoidal medindo 1,30 *metros* de lado, assentado numa base triangular de 7,80 *metros* e com 15,35 *metros* de altura. Foi construído pela Comissão de Limites de ambos os países e inaugurado juntamente com a Praça Internacional em 26 de fevereiro de 1943. A maior parte dos obeliscos tem seu corpo quadrangular e até mesmo cilíndrico. O nosso é um prisma triangular com três caras, o que nos lembra a influência maçônica. O triângulo e o número 3 fazem parte do simbolismo maçônico. No chão, ao seu redor, uma corrente de 33 elos – o grau máximo dos maçons – desenhado em pavimento de petit pavê. Sobre essa corrente, apontando para o céu, o obelisco é uma alusão à busca da liberdade. Ainda não sabemos se existe outro com três caras no mundo como o nosso. Na base do obelisco tem numa de suas caras o escudo de bronze do Brasil, na outra o escudo

uruguaio e na terceira as placas recordatórias, também de bronze. Ambos os escudos foram executados no arsenal do exército no Rio de Janeiro e gentilmente brindados para a sua finalidade pela Comissão Brasileira de Limites. Na torre, lá em cima perto da pirâmide há 2 relógios que marcam a hora, um de frente para o Uruguai e o outro de frente para o Brasil. É o último marco definido no século 20, o mais importante e o mais belo de todos, é um Obelisco que une nossas cidades, nos agasalha a irmandade, na única praça do mundo que pertence a dois países. É um monumento ao convívio pacífico entre dois povos e sem dúvida é um marco épico de valor muito caro aos santanenses e aos riverenses.

Estátua A Mãe

Feita em bronze, a estátua com uma criança e uma pomba na mão oferecendo paz, sinboliza a transformação e geração do material e espiritual. A obra do escultor uruguaio José Belloni, foi doada pelos Clubes de Rotary de Rivera e Livramento. O conjunto do monumento foi projetado pelo arquiteto uruguaio Don Modesto Paes Sere e foi calculado e construído sob a direção do engenheiro brasileiro Antenor Trindade Barbosa. Foi inaugurado em 24 de abril de 1960, casualmente, mês do florescimento dos gregos e romanos.

A Fonte luminosa

A água geradora de vida e espiritualidade simboliza na dança a igualdade, essência natural da vida e da pureza absoluta se elevando aos espíritos superiores. Foi presenteada pelo Rotary Rivera-Livramento e inaugurada à zero hora do dia 25 de agosto de 1953 num espaço circular de 12 metros de diâmetro. A fonte luminosa é dotada neste lugar de instalações de água e energia elétrica e construído ali uma câmara subterrânea destinada para a colocação de um motor de recuperação da água esguichada.

O ELO

O nome é um termo que significa um anel, símbolo de união, no caso, entre duas cidades orgulhosamente batizadas, pelo povo da fronteira, de irmãs. O que esta figura, de estranho significado para muitos, foi situada na linha divisória em 27 de dezembro de 1984, obra do artista santanense Alfredo "Peninha" Rolim, popular personagem fronteiriço, sob abrigo de duas bandeiras municipais, de Sant'Ana do Livramento e de Rivera. Ele está assentado sobre um baldrame de mármore negro, constituído de um casal, duas figuras entrelaçadas, que simbolizam a integração das duas comunidades da Fronteira da Paz. A escultura de bronze com detalhes de alumínio, olha desde seu sólido corpo de duas toneladas e três mil parafusos, com 1,20 metro de largura e 3 de altura, as duas cidades que se entendem recortando o horizonte de nossas formosas coxilhas.

Praças

General Flores da Cunha

Antiga Praça João Pessoa depois Gen. Flores da Cunha – Anos 1930

A praça nasceu com o nome de Praça João Pessoa onde na época transpirava o romantismo sob pérgolas. E nós também construímos a nossa em busca de uma vida mais sociável em passeios públicos. Nesse sentido, uma série de mudanças urbanísticas foi praticada visando o embelezamento urbano. Popularmente chamada de praça dos cachorros, o local recebeu procedente da Argentina as estátuas do menino jornaleiro, da menina e de dois cachorros galgos, conhecidos pelas corridas de cachorro recorrentes no Uruguai e posteriormente os bustos dos ilustres santanenses: General Flores da Cunha e Pedro Irigoyen. O busto de Gen F. Cunha é uma obra criada pelo escultor Iouri Petrov, pós-graduado na Academia de Artes da antiga União Soviética, atualmente radicado em Porto Alegre.

Irmã mais velha da Praça Internacional, embora já em meados da década de 30, aquele local privilegiado do convívio fronteiriço se transformara num espaço que antes era cedido ao estacionamento de ônibus urbanos e da antiga estação rodoviária. No início dos anos 70, já sob a ditadura militar, a praça é renomeada "General Antônio Flores da Cunha", em homenagem ao ilustre santanense, chefe político do Partido Republicano Riograndense, herói da revolução de 1923 e prestigiado governador do Estado. A praça surgiu por empenho da sociedade local da época, que buscava naqueles anos pós-primeira guerra e revolução de 30, um novo estilo de vida, moderno e voltado para o lazer ocioso com um estilo arquitetônico do velho continente europeu. Conforme o memorialista Cirino Bittencourt de Carvalho, a praça foi obra do engenheiro Tetamanzzi, que de regresso de Buenos Aires trouxe o modelo de uma "pérgola", com seu rosedal, visto originalmente em um logradouro da capital argentina. "Mandou fazer ajardinamento da área, e em cada uma das extremidades, pôs estátuas de cães, em homenagem ao fiel amigo do homem, mas a gurizada começou a fazer as estátuas de montaria", anotou com humor o escritor. A inauguração do glamuroso espaço surgia como uma extensão dos passeios familiares que antes se concentravam na Praça General Osório. Ela foi interpretada como uma estratégia política do executivo municipal para a manutenção do chamado footing em terras brasileiras, já que Rivera dava início à sedução para os espaços novos da Avenida Sarandi. Contudo, esse artifício mostrou-se infrutífero, já que a cidade vizinha acabou vencendo a disputa pelos espaços de lazer na fronteira, fruto de uma política mais eficiente de humanização de seus espaços públicos. **fonte: Esc. Cirino Bittencourt de Carvalho.*

PS: ***João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque*** foi um advogado e político brasileiro. Era sobrinho de Epitácio Pessoa, presidente da República (1919-1922) Foi auditor-geral da Marinha, ministro da Junta de Justiça Militar, ministro do Superior Tribunal Militar. Foi candidato em 1930 à vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas, mas perderam para a chapa governista, encabeçada por Júlio Prestes. Seu assassinato enquanto ainda era governador do Estado da Paraíba, é considerado uma das causas da Revolução de 1930, que depôs o presidente Washington Luís e levou ao poder Getúlio Vargas.

Operários da Praça em 1942 - Ao fundo o Obelisco em construção

Praça Internacional

A Praça e o Obelisco perpetrados juntos, foi uma obra projetada pelo Arq. uruguaio Modesto Páes Seré como uma antítese à 2ª Guerra Mundial. Foi inaugurado em 26 de fevereiro de 1943 pelo Ministro do Interior do Brasil, o Dr. Alejandro M. Filho representando o Pres. Getúlio Dornelles Vargas e o Ministro do Interior do Uruguay o Esc. Héctor Gerona representando o Pres. Alfredo Baldomir. O evento foi muito festejado o qual por *Decreto nº 117 de 25/Fev/43* do Prefeito Crisanto de Paula Dias, foi decretado feriado municipal. A Praça foi construída em três planos com um marco divisor triangular (3 é número da inteligência do Universo, usado na Maçonaria e também representa a Santíssima Trindade). No primeiro plano o Obelisco *(ver pgs. 100 e 150)*, no segundo plano uma Fonte Luminosa e no terceiro plano a base de sustentação do conjunto com a estátua A Mãe *(pg. 151)*.

A origem da Praça Internacional foi a de construir um passeio internacional para regularizar o ***Tratado de Limites de 1851*** *(ver p.95)* entre os Estados Unidos do Brasil e a República Oriental do Uruguay. Para tanto se realizou em 27/12/1916 uma Convenção que se estendeu até 26/06/1919 e de acordo com esta formou-se uma Comissão Mista de Limites com o objetivo de caracterizar melhor a fronteira. O divisor de água era o critério devido a não prejudicar nenhuma propriedade, mas na área urbana, a partir do Cerro do Caqueiro até o Cerro do Marco numa extensão de 4 km, era considerada terra de ninguém devido as muitas propriedades que ali se embaralhavam. Finalmente este problema ficou resolvido em 1923 com execução de um "Parque Internacional" o qual assim era chamado popularmente. O referido espaço então, discutido por 20 anos entre os Delegados chefes ministros: Don Vigilio Sampognano e o Marechal Gabriel Souza Pereira Botafogo. O gesto sem precedentes é necessário destacar pela magnitude dos senhores delegados de terem a ideia de ali resolverem o impasse de limites com a criação de um passeio único para os dois povos fronteiriços.

PRAÇA GENERAL OSÓRIO 1938

Praça General Osório

O local era conhecido como praça das carretas, foi o ponto escolhido para a concentração do grosso do exército de Caxias que chegou em Sant'Ana no dia 10 de agosto de 1851, acompanhado pelo segundo regimento de Cavalaria e alojando-se com o seu estado maior em uma casa da praça que tomou o nome de "Praça de Caxias" *(hoje Gal. Osório)*. As forças que o acompanhavam foram acampar mais ao sul às margens do arroio Cuñapirú. Depois de remodelada em 1942 se notabilizou pelo grande número de homenagens a ilustres que por aqui passaram e também por árvores centenárias como as palmeiras quando da visita de D. Pedro II em 1865. Com a construção do Carramanchão no centro da praça, a estátua do General Osório foi deslocada para junto à pira das chamas dos festejos da pátria. Na história, o General foi um dos mais astuciosos combatentes. Manuel Luís Osório, primeiro e único barão, visconde e marquês do Herval, foi militar, político e monarquista brasileiro. Participou dos principais eventos militares do fim do século XIX, sendo herói da Guerra da Tríplice Aliança.

Prédios históricos de gestão municipal

O Palácio Moysés Vianna

Conforme os registros de Ivo Caggiani, desde a elevação de Sant'Ana do Livramento à categoria de Vila, em 1857, uma das grandes preocupações do novo Município foi a de construir um edifício. O terreno foi adquirido de Aparício Martins, Arthur Garcia e Coroliano Cabeda pelo valor total de 23 contos de réis. "As obras foram iniciadas em março de 1909. Praticamente, todo o material para a construção do edifício foi importado do Uruguay. A 'terra romana' (cimento) foi adquirido da firma F. Rocco & Cia. E os assoalhos e forros metálicos da firma 'Universal' de Enrique Acquarone. Os mármores foram fornecidos pela "Marmoleria Luiz Raffo" que enviou, inclusive, de Montevidéu os operários especializados para a sua colocação, sendo a maioria deles italianos. O reboco externo, com areia vinda da capital uruguaia, foi executado por Antônio Apoitia, um espanhol que deixou o seu nome ligado ao progresso de Sant'Ana. O projeto do edifício, de autoria do arquiteto Cayetano Carcavallo também veio de Montevidéu.

A execução da obra esteve a cargo do construtor Jerônymo Tentardini, tendo trabalhado, entre outros, os seguintes pedreiros: Octávio Barrada, João Tentardini, João Vicente Boaventura Gonzales, Loreto Carretoni, Antônio Soares, Germano Pintos, Horácio Duque, João Bernardo, Demétrio Maciel, Antônio dos Santos, Demétrio Lencina, Francisco Paz, Octacílio César, Francisco dos Santos, Valentim Vieira, Sisnandes Quintana, Acácio Tentardini, Chistovam Tentardini, Geraldino Barbosa, Antônio Tavares e Manoel Moraes. O madeiramento e assoalhos foram feitos por Germano Marmontel e todo o serviço em ferro por Manoel Prates Garcia.

A partir do final de 1910, o edifício passou a ser utilizado, ainda que precariamente. A sua conclusão, porém, teve lugar na administração do Intendente Coronel Juvêncio Maximiliano de Lemos. Para os serviços de acabamento em gesso, pintura, etc., foi contratado, em 1919, o hábil artista Hans Pellig, que já trabalhara no Palácio Piratini. O custo total do Paço Municipal, denominado com muita justiça de 'Palácio Moysés Vianna', foi de pouco mais de 300 contos de réis.

No dia 10 de agosto de 2010 foi promovida uma solenidade para marcar o centenário do Palácio Moysés Vianna, sede da Prefeitura de Sant'Ana do Livramento. O prefeito Wainer Machado, juntamente com autoridades, convidados e imprensa, participam do ato oficial de descerramento de placa alusiva aos 100 anos do prédio histórico, quando foi assinalada oficialmente a matrícula da área construída juntamente com terreno, de 1902,50 m2, obtida em 27 de junho 2005, pois até a referida data não possuía escritura. Conforme fichas de

inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul (SEDA/CHPE/SEC), são revelados os estilos ecléticos com citações de românicos, enriquecidos por elementos neoclássicos. Seu coroamento é feito por frontão curvo, com sótão e campanário para o relógio. A cobertura foi feita com platibandas vazadas pelas janelas do sótão e o telhado de mansarda em ardósia no campanário do relógio. Durante a Guerra do Paraguai, Dom Pedro II teria visitado o palácio.

Sala Cultural Professor Antonio Francisco Pereira Alves

Em 26 de junho de 1978 o prédio, onde funcionava o banco do Brasil S.A, foi adquirido com o compromisso de ser um espaço de educação e cultura. Sob a lei nº 1.786, de 30 de novembro de 1983, foi criada a Sala Cultural com a meta de viabilizar objetivos culturais e educativos como exposições, sessões diversas, lançamentos literários, artísticos, ensaios, recitais, projeções de filme e dispositivos, audições e outras atividades similares. Em 20 de junho de 1988, sob a lei n 2.334 recebeu o nome de Prof. Antonio Francisco Pereira Alves, a qual ficou mais conhecida como "Sala Prof. Chiquinho". Atualmente, também, funciona no prédio a ***Secretaria Municipal de Educação*** e o ***Museu Municipal David Canabarro***. A Sala Cultural de Santana do Livramento é o único espaço público Municipal que é dotado de um palco adequado para apresentações de teatro, bem como diversas atividades culturais. Ao longo de sua exitência já abrigou mais de uma centena de espetáculos locais, regionais, nacionais e até internacionais. Já passaram por ela grupos reconhecidos no cenário das várias manifestações artísticas. Foi na Sala Cultural que se iniciou a Pinacoteca do Museu de Artes Plásticas em 1989, onde mais de 50 artistas doaram obras para o seu acervo.

Museu Municipal David Canabarro

Instalado no segundo andar do mesmo prédio da "Sala Prof. Chiquinho" o Museu Municipal David Canabarro, foi fundado em 25 de janeiro de 1952, criado pela Lei n°139 de 25 de abril desse mesmo ano e inaugurado em 27 de abril de 1952. Tem como objetivo a manutenção e guarda de objetos, fotografias, documentos, livros, revistas, armas, bustos, moedas, cédulas, assim como material indígena e arqueológico da região. O Museu David Canabarro é um museu histórico e está cadastrado no Conselho Estadual de Cultura.

Biblioteca Municipal Rui Barbosa

Um dos principais espaços em Sant'Ana do Livramento, destinados à cultura e ao saber por muitos anos foi a ***Biblioteca Rui Barbosa***. Localizada na Rua Sete de Setembro,

nº 724, a Biblioteca Pública Municipal leva o nome do escritor, político e jornalista Rui Barbosa, e há mais de seis décadas abriga jovens e adultos, os quais aportam no local, em busca de conhecimento. Foi criada através do Decreto Lei nº 42, de 9 de dezembro de 1942, e inaugurada em 26 de fevereiro de 1943, já em seu próprio prédio. A inauguração deu-se na administração do então prefeito Crisanto de Paulo Dias (1940-1944). Por um período a biblioteca cedeu uma parte de seu espaço para o Museu David Canabarro, nos anos 50; e, para o Departamento Municipal de Desportos, entre os anos de 1997 a 2000. Verifica-se diariamente que muitas pessoas deslocam-se de diferentes pontos do município para poder pegar um livro emprestado ou simplesmente ler as últimas notícias. De acordo com os registros, mensalmente circulam mais de 2 mil pessoas pela Biblioteca.

Este autor na biblioteca com o projeto de leitura do CELPCYRO

Atualmente possui um acervo de 38.000 livros, inclui desde Literatura infantil até obras de autores consagrados. Ela está organizada em setores que se dividem em: empréstimo de livros, de literatura e infantil, também possui a Brinquedoteca, foi inaugurado na gestão do prefeito Nei Cavalheiro Campos, no dia 12 de outubro de 1971, onde as crianças leem e podem aprender a fazer brinquedos com materiais recicláveis com acesso a jogos didáticos. Do mesmo modo ali se realizam importantes projetos de leitura, como o realizado em parceria com ***Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise Cyro Martins*** com alunos de 6ª as 8ª séries no ano de 2008. Também ali há um setor técnico onde os livros que chegam são catalogados e registrados.

Casa de Cultura Ivo Caggiani

No local da Casa de Cultura Ivo Caggiani, no final do século XIX funcionava o Teatro Sete de Setembro, porém antes de ser Casa de Cultura em 1949 foi construído no local o Fórum. Em 1995 o Fórum recebeu novo local e é criada a Casa de Cultura em 2001, a qual recebe o nome do historiador Ivo Caggiani. Atualmente funcionam ali a ***Academia Santanense de Letras***, ***Associação Gente de Arte*** e a ***Aliança Francesa***. Possui um Salão de Atos, onde ocorrem as Mostras, Vernissages e Salões de Artes Visuais. Um salão denominado Branco (por sua estrutura física ser totalmente branca) onde ocorrem oficinas de Artes diversas, Recitais de piano e ensaios do Coral Municipal e é a sede da Secretaria Municipal de Cultura.

Academia Santanense de Letras

Centro Cultural Casa de David Canabarro

A Casa de Cultura David Canabarro é um espaço cultural caracterizado como um sitio originalmente rural construído pelo General farroupilha David Canabarro. É uma construção de 1845, feita com paredes externas em alvenaria de pedra, as internas em pau-a-pique e a cobertura em telhas capa-e-canal, sendo que foi uma das residências do Gal. Canabarro. Mesmo tendo sido envolvido pela malha urbana o sitio, tombado pelo IPHAN em 1952, ainda preserva suas características originais, transportando o visitante para um cenário típico do inicio do século XIX. Atualmente o Centro Cultural Casa de David Canabarro é um espaço aglutinador de Cultura e de Arte personificando seu objetivo primeiro que é potencializar e disseminar a Cultura e a Identidade gaúcha, símbolos de nossa sociedade enraizando, assim, nossos laços histórico-culturais. Esta educação patrimonial em Santana do Livramento resgata e valoriza a história da Casa e da memória de David Canabarro. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN - assinou um convênio com o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas - CEPA-UNISC para a realização da pesquisa arqueológica no imóvel da Casa de David e o imóvel é um bem tombado pelo IPHAN desde 1953.

*Logo do Blog clicRBS

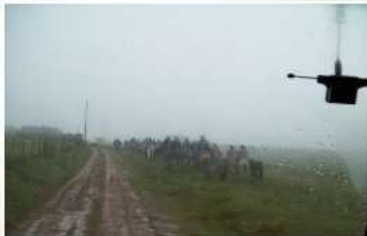
Em ***25 de agosto de 2008***, tradicionalistas realizaram uma histórica aventura com 25 cavaleiros santanenses, pelo resgate dos restos mortais de David Canabarro depositados no Cemitério da Santa Casa de Porto Alegre. Foram cerca de 600 quilômetros de cavalgada, passando por 12 municípios em quatro dias de sol e chuva, dois de descanso, completando com uma bela recepção no dia ***13 de setembro***, não só no "sítio de David", Centro Cultural David Canabaro, como em toda a fronteira gaúcha.

Depois da missão cumprida, falaram:

Luiz Clóvis Fernandes, trineto de David Canabarro: *"Estar aqui, nesse evento, é ver consolidado um sonho de quatro anos. Esperamos todo esse tempo para viver esse momento. Ter Canabarro aqui será o pontapé inicial para muitas outras conquistas na cidade, principalmente com nosso anseio de tornar esse lugar um ponto de encontro cultural e turístico."*

Edílson Villagrán Martins, poeta e coordenador do translado dos restos mortais de David Canabarro:*"A sensação é de missão cumprida. Bastava consolidar esse momento e dar a importância que merecia esse herói farroupilha. Vamos trabalhar para embelezar ainda mais esse local e agradecer a todos que fizeram parte desta conquista."*

Ronaldo Ávila, presidente do Grupo Santanense de Cavalgada: *"Quando a comissão que tratava do translado nos questionou sobre essa missão, não hesitamos em cumpri-la. Era algo que*

poderia ser feito de carro, de avião, mas foi executada por nós. Foi a mais longa, a mais difícil e a mais importante cavalgada de nosso grupo. E a recepção que tivemos aqui mostra que tudo valeu a pena. Uma luta de todos os homens, mulheres e da equipe de apoio para que a missão fosse cumprida."

A Cavalgada
foto:Jayme Álvares

O Mausoléu
foto: Duda Pinto

A falsa acusação ao David Canabarro:

Por ardileza do império, injustamente Canabarro foi considerado um traidor farroupilha. Que teria entregado à morte centenas de Lanceiros Negros e outros soldados sob seu comando na Batalha de Porongos. Walter Spalding, Achylles Porto Alegre e Ivo Caggiani, entre outros estudiosos sérios, entretanto, encarregaram-se de desmentir essa versão. Quase no final da Guerra Farroupilha, na Batalha de Porongos, Canabarro foi enganado por certo Chico Pedro, oficial do Império, que nunca conseguiu derrotá-lo, e forjou uma suposta carta de Caxias que sugeria o suborno de Canabarro. David foi enganado também pelo próprio Caxias, que atacou os desprevinidos farrapos quando Canabarro desarmava seus bravos para mostrar disposição de paz.

Estação Ferroviária

A atual Estação foi construída em 1943.

A linha férrea e Estação "Sant'Anna" contribuíram muito para o desenvolvimento do município, transportando cargas e pessoas, foi inaugurada em 1910 como ponta do ramal entre Cacequi e a nossa cidade, localizada, onde gemina com a cidade de Rivera, esta com uma linha desde 1892. Em maio de 1912 foi inaugurado o tráfego mútuo entre Livramento e Rivera, fazendo com que os trens pudessem ligar o Rio de Janeiro e São Paulo a Montevideo e dali a Buenos Aires *(Entre 1943 e 1954 foi denominado o lendário Trem Internacional).* Em 1925, Livrramento foi ligada a Dom Pedrito e a São Sebastião por outro ramal. No final dos anos 1970 este último ramal foi erradicado e Livramento hoje apenas se liga com Cacequi e com as ferrovias uruguaias. Os trilhos do Ferro-Carril Central del Uruguay (bitola 1,435 m) chegavam até o Frigorífico Armour, de onde partia diariamente (pelo menos até os anos 1930) um trem frigorífico com destino ao porto de Montevidéu. Este trem protagonizou em 1927 um dos maiores acidentes da história da ferrovia uruguaia, na estação de Berrondo. Além do frigorífico, entre Rivera e Livramento existiam dois trens de carga diários. Em Livramento, os trilhos passavam na frente

da estação (de Livramento) rumo ao frigorífico. Essa via foi erradicada. Os trens da VFRGS chegavam até a estação de Rivera, onde a saída do trem noturno (trem 6) a Montevidéu estava condicionada à chegada do trem internacional desde São Paulo. Claramente veem-se os dois pátios de bitola métrica da VFRGS em Rivera, uma de carga para intercâmbio a vagões da FCCU (depois AFE) e outra com plataforma para o desembarque de passageiros. Viu-se muitos passageiros descendo na estação de Livramento e caminhando a pé para a estação de Rivera para embarcar nos trens uruguaios. *fontes: Patrimônio Ferroviário do Rio Grande do Sul, IPHAE, 2002; Guia Geral das Estradas de Ferro do Brasil, pag web. Ralph Mennucci Giesbrecht*

A estação férrea voltou a funcionar em 17 de janeiro de 2013 como referência para a memória ferroviária da região. Restaurada a partir de um projeto da empresa ALL, orçado em R$ 1,7 milhão. O prédio agora abriga um centro cultural, com sala de cinema e exposição fotográfica permanente.

Símbolos do município

Símbolo é algo que evoca, representa ou substitui algo abstrato ou físico, como nossos Prédios Públicos, Insignias, Hino, Grafia, Lei e até mesmo uma pessoa. No caso, os registrados aqui são bens, intangíveis ou não, mas inestimáveis. Isso porque representam toda uma comunidade. A Lei nº 1.298 de 30 de junho de 1977, criou formalmente o Brasão e a Bamdeira minicipal como nossos símbolos e dispões sobre a forma e a apresentação deles em nosso município.

A bandeira de Sant'Ana do Livramento obedece regras gerais sendo por opção "esquartelada em cruz" , lembrando nesse simbolismo o espírito cristão de seu povo. O brasão aplicado na bandeira representa o GOVERNO MUNICIPAL e, o círculo branco onde está inserido representa a própria cidade-sede do município. É o círculo símbolo heráldico da "eternidade", porque se trata de uma figura geométrica que não tem princípio e nem fim e a cor branca simboliza a paz, amizade, trabalho, prosperidade, pureza e religiosidade. As faixas brancas carregadas sobre faixas vermelhas que esquartelam a bandeira representam a irradiação do poder municipal que se expande a todos os quadrantes de seu território. A cor vermelha é símbolo de dedicação, amor pátrio, audácia, intrepidez, coragem, valentia. Os quartéis verdes, assim constituídos, representam as propriedades rurais existentes no território municipal. O verde símbolo de honra, civilidade, cortesia, alegria, abundância; é a cor simbólica da esperança, lembra os campos verdejantes na Primavera, fazendo esperar copiosa colheita.

Este foi o primeiro Brasão de Sant'Ana do Livramento elaborado pelo emérito historiador e Prof. de herálgica, Dr. Gustavo Barroso. Constava no canto superior esquerdo uma barraca que representava o acampamento militar como início da povoação. No canto a direita os rios com um ovino e um bovino que represnetava nossa pequaria. Embaixo à esquerda, a Capela de Sant'Ana representando nossa origem e a direita o Obelisco como marco de fronteira e uma barra militar antiga como marca insofismável da nossa fundação.

Este brasão é o atual e foi regulamentado por Lei 6.078 de 26/01/2012 para representar o GOVERNO MUNICIPAL. É descrito em termos próprios da seguinte maneira: Escudo samnitico encimado pela coroa de mural de oito torres de argente e iluminada de goles, em campo de sinopia. Na base, listel com letras argentinas o topônimo "Sant'Ana do Livramento" ladeado pela data de fundação, 30.07.1823. Simbolicamente, foi introduzido em Portugal por influencia francesa e herdado pela herálgica brasileira como evocativo da raça colonizadora e principal formadora da nossa nacionalidade. A iluminatura de goles vermelho é predicado do passado militar e dirigentes. A cor verde é símbolo de honra sivilidade, cotezia, alegria, abundancia e esperança. O marco lumbra a condição de cidade fronteiriça. O metal jalde ouro é símbolo de glória, esplendor, grandeza, soberania. As efígies de bovino, arroz, uva e torres são nossa principal atividade econômica no município. O chefe de argente a primeira capela em jalde de ouro lembrando a Padroeira. Nos ornamentos exteriores as lanças imperiais remoram o passado militar e as lutas travadas em defesa da soberania nacional.

Hino de Sant'Ana do Livramento

Autor: Prof. Agapito Prates Paulo

O hino de Sant'Ana foi oficializado por Lei nº 1.664 de 25.05.1982.

"Cidade diferente"
do Livramento,
Sant' Ana Padroeira
te abençoou,
a fraternidade
pois e a liberdade
brotaram nos teus campos
com mais vigor.

Estribilho: Ó meu torrão querido,
recanto leal, gentil,
por todos reconhecido
Cartão Postal do Brasil!

As várzeas e canhadas
e tuas coxilhas
repetem maravilhas
dos teus heróis
a um povo que te canta
alegremente,
"Cidade Diferente"
de amor e paz.

Ao mundo do progresso,
em Livramento,
ao desenvolvimento
continental
abriu-se esta fronteira,
milagre novo,
realização de um povo
sensacional.

A Lei Cidade Símbolo de Integração

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.095 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2009.

Declara Sant'Ana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, cidade símbolo da integração brasileira com os países membros do Mercosul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A cidade de Sant'Ana do Livramento, localizada na fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul, é declarada cidade símbolo da integração brasileira com os demais países membros do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

Art. 2º O Poder Executivo promoverá ampla divulgação desta Lei, inclusive no âmbito do Mercosul, da Organização dos Estados Americanos - OEA e de demais organizações intergovernamentais afetas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de novembro de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Celso Luiz Nunes Amorim

A grafia correta do nome da nossa cidade

Muita gente tem questionado a maneira correta de escrever o nome da nossa cidade, uma vez que a encontramos grafada em duas maneiras diferentes, até mesmo em órgãos oficiais. Para responder nossas dúvias, nada melhor que um Doutor no assunto. Trata-se de Cláudio Moreno - Doutor em Letras com a tese de Morfologia Nominal do Português. Escreve seguidamente no caderno Cultura da Zero Hora, denominado "O Prazer das Palavras" Em um artigo seu, investiga com um texto irretorquível e arrebatador. ***Santana ou Sant'Ana***? Assim nos explica:

Um amigo santanense que veio me visitar aproveitou — muito de leve, entre um mate e outro, assim como quem não quer nada — para sondar o que eu achava da polêmica sobre o

município gaúcho de Santana do Livramento. "Voltaram a discutir por lá a grafia do nome ***Sant'Ana***", explicou. Sei que muita gente prefere escrever como uma coisa só, mas eu acho mais bonito com o apóstrofo entre as duas partes, como manda a tradição - igual ao Paulo ***Sant'Ana!*** Bem que podiam fazer um plebiscito e decidir isso de uma vez por todas", concluiu, passando a cuia e a palavra de volta para mim. Entendi o recado, e aqui vai minha resposta, a ele e aos vários amigos que tenho em Livramento.

Em primeiro lugar, confesso que a dieta maciça de autores do Romantismo que a escola costumava servir acabou me tornando um nostálgico admirador do apóstrofo. Alencar intitulou um de seus mais adocicados romances de ***Sonhos d'Ouro*** — elegante, delicado, sugestivo; **Sonhos de Ouro**, ao contrário, parece mais adequado para um daqueles paradouros de Santo Antônio da Patrulha em que, nos anos 60, a caminho das praias do Atlântico, a família gaúcha renovava suas forças com sonhos fritos e café preto. Por isso, se fosse questão de gosto, eu não hesitaria em escolher ***Sant'Ana***.

Friso: se fosse questão de gosto... mas não é. Em casos como este, não importa a minha preferência ou o meu senso estético — assim como também não importa, como alguns tentam alegar, que assim está nos documentos da fundação da cidade. Todo cidadão tem o direito de portar o nome da maneira como foi registrado, é verdade; muita gente não sabe, porém, que esta regra não vale para os nomes geográficos. A grafia do nome de um município está submetida às regras ortográficas vigentes, independentemente da forma como constava nas atas de fundação. Este princípio é fundamental para um país que, como o nosso, já tem municípios com mais de 450 anos: seria quase impossível administrar todos esses nomes (o Brasil já anda lá pelos seis mil, atualmente) se cada um conservasse a grafia original, muitas vezes atribuída em épocas em que não existia uma ortografia oficial ou em que vigiam outras normas que não as atuais. Pode-se imaginar o caos que se instauraria nas placas dos automóveis, na sinalização das estradas, nos documentos públicos, nos livros didáticos e em todas as outras situações em que precisamos escrever o nome do município!

Não sei, por exemplo, como consta no registro inicial da cidade, mas sei que durante muito tempo ***Triumpho*** se escreveu assim, com ***ph***. Com o Acordo de 1943, passou automaticamente a ser grafado ***Triunfo*** — e pronto. ***Trammandahy***, ***Trammanday*** ou ***Tramandahy***? Não importa; na ortografia atual, é ***Tramandaí***. A regra dos acentos diferenciais, no Acordo de 1943, deu um chapeuzinho (circunflexo) a ***Porto Alegre***, que passou a ***Pôrto Alegre*** — assim permanecendo até 1971, quando uma pequena reforma eliminou o referido acento e voltamos a escrever ***Porto Alegre***. Se amanhã decidirem que ***alegre*** passará a ter acento no "E" (já não duvido de nada...), lá vamos nós escrever ***Porto Alégre*** — e assim por diante. É assim que funciona (e deve funcionar). Ora, sendo o Brasil um país historicamente católico, Santana do Livramento, embora date do séc. 19, é apenas um dos vários municípios que traz ***Santana*** no nome. Numa rápida busca no IBGE encontrei mais de quinze Santanas: Santana de Parnaíba (SP) — o mais antigo, fundado no séc. XVII —, Santana do Matos (RN), Santana do Cariri (CE),

Santana da Boa Vista (RS), Santana do Acaraú (CE), Santana da Ponte Pensa (SP), Santana da Vargem (MG), etc. — além de Barra de Santana (PB), Campo de Santana (PB), Capela de Santana (RS), Feira de Santana (BA), Riacho de Santana (BA), Santana (AP), Santana (BA) — todos grafados da mesma maneira, sem apóstrofo.

Aqui podemos avaliar o quão sábio é o princípio de submeter esses nomes geográficos ao sistema ortográfico vigente: se cada município resolvesse defender a grafia que recebeu no seu batismo, teríamos um desfile de variantes que incluiria "Sant'Ana", "Sant'Anna", "Santanna", "Santana", "Sant'ana" e sabe-se lá quantas outras mais. É exatamente por isso que a grafia desses nomes não está submetida à vontade ou à preferência de seus habitantes, ou dos prefeitos e vereadores. Podemos fazer um plebiscito para ***trocar o nome***, mas não para contrariar a norma ortográfica. É perfeitamente aceitável que os habitantes de ***Embu***, em São Paulo, votem para decidir se vão ou não trocar o nome para ***Embu das Artes*** — mas seria impensável fazê-lo para mudar sua grafia para *****Embú*** (com acento). A lei assegura aos santanenses o direito de definir o nome do município, trocando-o, se assim decidirem, por ***Santana, Livramento do Sul, Palomas*** ou qualquer outro — mas não sua grafia.

Dia da padroeira de Sant'Ana

Artigo do Padre Hermes da Silva Ignácio, publicado no jornal A Plateia no dia 26.07.2010.

Nas circunstâncias da comemoração litúrgica da Padroeira da paróquia do mesmo nome, Sant'Ana, cuja solenidade é celebrada no dia ***26 de julho***, é-nos oportuno recordar, mais uma vez, a identidade da santa mãe da Mãe de Jesus Cristo, Maria Santíssima. Tendo escassos dados biográficos de Sant'Ana, contudo, não carece a veracidade de que a Virgem Maria teve pai e mãe neste mundo, coroados de santas virtudes. Tão somente Cristo Jesus, por força do Espírito Santo, assumiu a nossa natureza humana no ventre puríssimo da Bem-aventurada Virgem Maria, porquanto, pela ordem natural da criação, é indispensável o concurso do pai e da mãe na concepção do ser humano. Nesta realidade, a santa menina Maria veio ao mundo predestinada a ser a Mãe do Redentor da humanidade, tendo por pai, Joaquim, e por mãe, Ana, segundo notícias tradicionais descritas por São Tiago, no denominado Protoevangelho, um livro apócrifo, ou seja, não considerado escrito, em sentido estrito, sob inspiração divina, mas credenciado pela historicidade dos acontecimentos vividos pelo povo, com viva consciência, que se chama Tradição. Portanto, a vida dos avós do menino Jesus, São Joaquim e Sant'Ana, é extra bíblica, o que não depõe contra os nobres sentimentos cristãos de que foram santos progenitores de Maria Santíssima.

O venerável livro do 2º século do Cristianismo, que granjeou grande autoridade nas comunidades cristãs primitivas, no-lo diz sobre os pais de Nossa Senhora: ''Joaquim e Ana eram um casal distinto, mas viviam tristes e humilhados porque já estavam chegando à idade avançada e eram estéreis. Eram um casal justo e observante das leis judaicas. Possuíam certa

fortuna que lhes proporcionava vida folgada. Dividiam suas rendas anuais em três partes: uma era conservada para as próprias necessidades, a segunda era reservada para o culto judaico e, finalmente, a terceira era distribuída entre os pobres. Eles continuavam rezando confiando em Deus que teria suscitado para eles uma descendência. Joaquim retirou-se ao deserto para rezar, onde permaneceu quarenta dias em jejum e oração. Finalmente, um anjo apareceu a Joaquim comunicando-lhe uma boa notícia: " Joaquim, disse o anjo, tua oração foi ouvida. Uma filha te será dada a quem darás o nome de Maria". Também Ana recebeu um aviso do anjo: "Ana, Ana, o Senhor ouviu teu choro. Conceberás e darás à luz e, por toda a terra, falar-se-á de tua descendência". Aconteceu tal como foi anunciado pelo anjo: Ana deu à luz a menina prometida por Deus e, mais tarde, seus pais a levaram ao serviço do Templo, conforme o voto de consagração que Ana havia feito anteriormente. Assim, a menina Maria foi educada no Templo, ali ficando até ao tempo do noivado com São José.

A Tradição não dá notícias da morte de Joaquim e Ana. Entretanto, o culto de veneração do santo casal foi muito difundido na Igreja desde o século VI. O culto público de Sant'Ana foi aprovado pela santa Sé, em 1378, ano em que o Papa Urbano VI o permitiu aos católicos da Inglaterra. Em 1584, por Gregório XIII, foi confirmada essa aprovação fixada a festa de Sant'Ana para o dia 26 de julho. O Papa Leão XIII, em 1879, estendeu-a à toda a Igreja. No Oriente, a devoção à Sant'Ana é muito antiga.

Reza uma piedosa tradição que os santos esposos Ana e Joaquim ofereceram a Deus a filhinha, quando esta tinha apenas três anos de idade, fazendo o sacrifício de separação da encantadora criança. "Assim o maior cuidado dos pais devia ser educar os filhos para Deus e entregá-los ao seu santo serviço quando neles se revelassem sinais de vocação religiosa ou eclesiástica ". Grande é o pecado dos pais e grande a responsabilidade, quando contrariam os planos de Deus, opondo-se à vocação clara e provada dos filhos e filhas. Nossa padroeira SANT'ANA interceda, com sua santíssima Filha, Maria, junto a Deus Uno e Trino pelo bem sempre progressivo da Comunidade santanense, tal como Ele quer!...

Ivo Caggiani

Homenageio Ivo Caggiani *(27.05.1932)* neste livro, não só por admiração, mas por sua reconhecida obra, dentre as quais, 26 publicadas de sua autoria, a qual, mais da metade aborda fatos históricos de Livramento, como Vultos de Sant'Ana (1° e 2° vol), Sant'Ana do Livramento – 150 anos de história, três volumes, e O Poder Legislativo em S. do Livramento. Dentre as biografias, destacam-se Carlos Cavaco, Vitélio Gazapina, um Benemérito de Sant'Ana, João Francisco – A Hiena do Cati, David Canabarro, de Tenente a General, Flores da Cunha – Livro Biográfico, e Rafael Cabeda – Símbolo de

Federalismo. Sua simbologia, abnegação e resistência, até mesmo em de ser preso 27 vezes por escrever o que pensava em delicados períodos políticos da nossa cidade e país. Desde os 20 anos, quando o seu professor, o historiador Dante de Laytano, o incumbiu de três missões: escrever a história da cidade, criar um museu e escrever a biografia do Canabarro. Mas, ele fez muito mais pelos santanenses e pela nossa cidade, acalentou e ensinou a importância do reconhecimento pelos que deram a sua vida para o que hoje nos autodenominamos, livres e sem fronteiras.

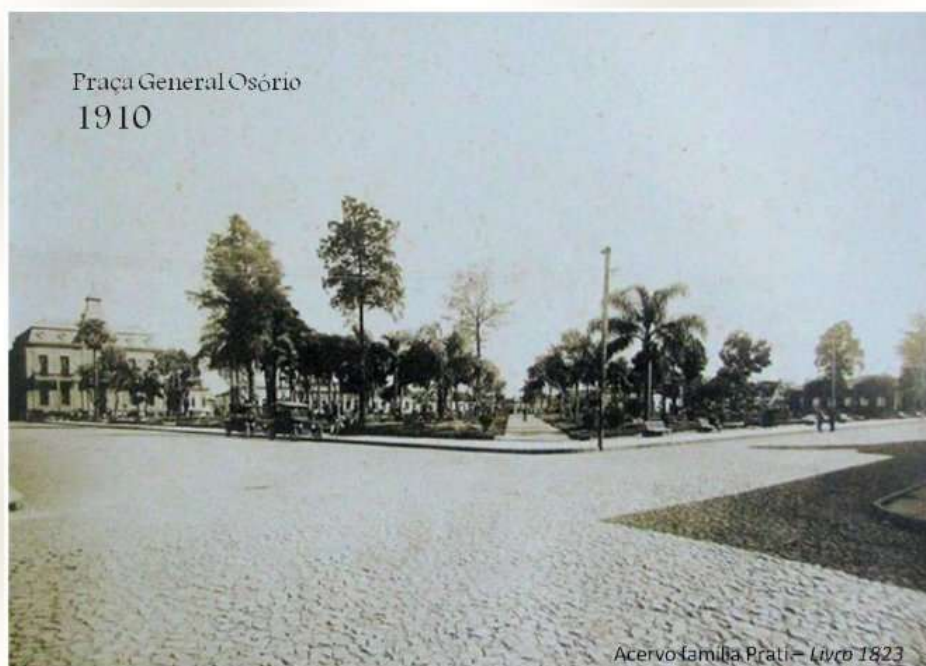
Ivo iniciou cedo no trabalho, com doze anos incompletos, passou a exercer suas atividades como vendedor de jornal (jornaleiro) no "O Republicano", de propriedade do Coronel Francisco Flores da Cunha. Nesse tradicional órgão de imprensa permaneceu até sua extinção em 1952, tendo exercido as funções de entregador de jornais aos assinantes, revisor, repórter, correspondente em Porto Alegre, e redator-chefe. Depois de rápida passagem pelo jornal "A Platéia", ingressou, em 1953, no jornal "Diário do Sul", de propriedade de Antônio Britto, ali permanecendo até o final do ano de 1954, quando, em companhia do jornalista Sérgio Fuentes, fundou a 'Impressora Limitada". Em fevereiro de 1955, fez ressurgir o jornal "***Folha Popular***", em nova fase, e do qual foi diretor por vários anos. Professor, exerceu o magistério de 1952 a 1958, na escola da Igreja Anglicana Episcopal do Brasil, "Instituto Livramento", lecionando a cadeira de História nas quatro séries do curso ginasial. Após um estágio de mais de um ano no Museu Júlio de Castilhos, de Porto Alegre, com o apoio e incentivo do Professor e Historiador Dr. Dante de Laytano, fundou, em 25 de janeiro de 1952, em Sant'Ana do Livramento, o Museu Municipal David Canabarro, cuja direção ocupou até outubro de 1953, sem nenhum ônus para a municipalidade. A convite do Prefeito Dr. Ney Cavalheiro Campos, em 1974, voltou a exercer a direção do Museu Municipal, por cerca de um ano, a fim de reorganizá-lo. Desde o chamado movimento da legalidade, em agosto de 1961, quando criou o primeiro comitê de resistência democrática em Sant'Ana, na defesa da Constituição, começou a ter problemas com as autoridades militares que fizeram, inclusive, uma intervenção no jornal Folha Popular. Quando do golpe militar de 1964, além das medidas que o afastaram da Prefeitura, teve que responder a vários. Inquéritos Policiais Militares (IPMs). De 1964 a 1969, por imposição militar, foi obrigado a deixar a direção do jornal Folha Popular.

Em seus últimos anos de vida, sempre focado no legado histórico da nossa cidade, direcionou suas pesquisas e seus trabalhos para o resgate da memória política do Rio Grande do Sul. Seja reunindo em seu importante acervo, documentos e informações a respeito de figuras que se salientaram nas atividades legislativas e executivas do Estado, bem como sobre Partidos Políticos. Ivo Caggiani apesar de ter ***falecido em 19 de abril de 2000***, continua vivo nas letras como patrono da cadeira 23 da *Academia Santanense de Letras*, ora ocupada pelo confrade *Marcelo Domigues D´Ávila*.

Fotos antigas

Bairro do Armour - 1930

Até 1943 Rivera era conhecida como "la ciudad de los plátanos", plantadas Don Francisco Carámbula, depois desta data foram tiradas da principal avenida sob protestos da população.

Local do jornal O Canabarro que existiu até 1903. Era ao lado do antigo cinema Brasil-Uruguay, depois Cinema Colombo

Acervo Biblioteca Nacional del Uruguay
Pueblo de Ceballos junto a Linha - Anos de 1880 - Ao fundo o Cerro do Marco

O areal por volta de 1890 - hoje a Praça Internacional - Nota-se o Cerro do Marco e as duas povoações nascendo

Acervo Museu Folha Popular
Largo do Cine Internacional – anos 1920

Ônibus 1932 da linha centro Armour em frente a Praça Internacional

Praça
Gen. Flores da Cunha
1950

Acervo Museu David Canabarro

Acervo Museu David Canabarro

Avenida João Pessoa
1950

Café Cine Internacional
Anos **1930**

Acervo Museu David Canabarro

Praça Internacional
em obras que teve início
em 15 de maio de **1942**

Praça João Pessoa
1940

Desfile Cívico em 1950

Desfile em 30 de julho de 1953 pelos 130 anos de Livramento

Desfile Militar em 25 de agosto de 1965

Desfile do Instituto Livramento - 1946

Desfile cívico em 07 de setembro de 1964

Banda Marcial Santanense - 1971

Rua dos Andradas – anos 1930 – quadra da Relojoaria Galo

Entrada da Rua Dos Andradas em 1953

Pórtico a amizade de Livramento e Rivera - Um só Espírito - 1957

Anos 1950/60

Acervo Museu David Canabarro

Bustos na Linha Divisória

Busto de **José Francisco de San Martín** "O Libertador da Argentina" na Praça Argentina *(do latim Argentum)*

Busto na 33 Orientales em homenagem ao Libertador do Uruguay **Brig. Gal. Juan Antonio Lavalleja**

O desenhista desta fronteira e do Brasil, **José Maria da Silva Paranhos Júnior,** o Barão do Rio Branco no Cerro do Marco em reconhecida homenagem pela diplomacia de ambos os países.

Estátua e Praça **Barão do Rio Branco** Inaugurada em 1969 pelo Prefeito Gen. Antonio Moreira Borges

Sant'Ana Contemporânea

Nosso município possui 6950,37 km². Altitude de 208 metros e uma população de 82.464 pesssoas *(censo 2010).* Em divisão territorial datada de 01.06.1995, o município é constituído de 7 distritos: Santana do Livramento, Cati, Espinilho, Ibicuí, Pampeiro, São Diogo e Upamaroti. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 14.05.2001.
Alterações Toponímicas Municipais:
Sant'Anna do Livramento para Livramento alterado em divisões territoriais datadas de 31.12.1936 e 31.12.1937.
Livramento para Sant'Ana do Livramento alterado, pela lei n º 3308, de 13.12.1957. **fonte: IBGE*

Sant'Ana do Livramento 2 0 1 3 Rivera

Vinhedos em Palomas:
Prelúdio da alma do pampa.

A Lei Federal de 12.157, de 23 de dezembro de 2009, institui a obrigatoriedade do hasteamento da bandeira do MERCOSUL junto a Bandeira Brasileira nos edifícios dos ministérios, nas prefeituras e câmaras de vereadores, além de outros órgãos públicos. Foi assinado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e pelo então Ministro da Justiça, Tarso Genro.

Tradicionalismo sem fronteiras
Blandengues-UY no desfile do 20 de setembro

Energia eólica:
O vento laçado por Paixão Côrtes.

Monumento da Marinha do Brasil ao Joaquim Marques Lisboa, o Almirante Tamandaré situado na Av. do mesmo nome.

ÍNDICE

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Ivo Caggiani – Município de Livramento (História – 1952)
- Cadernos de Ivo Caggiani – Ltº e seus Símbolos, Nº 03, Nº 5, Nº06 e Nº22
- Fernando Cacciatore de Garcia – Fronteira Iluminada – Editora Sulina - 2010
- Anibal Barrios Pinto – Rivera en El Ayer
- História de Rivera – Villa Ceballos – Valdemar Rodrigues Navarro – 1981
- Valdemar Rodrigues Navarro e Joel S. de Leon – Cosas y Gentes de Rivera – 1993
- Museo Histórico Casa de Rivera
- Epaminondas Villalba – A Revolução Federalista no RGS
- Capitão Gregório Fonseca – Vida e Obra do Marechal Bento Ribeiro - 1922
- Lima Figueiredo – Grandes Soldados do Brasil - 1944
- Propício da Silveira Machado – O Gaúcho na História e na Linguística - 1966
- Fronteiras Culturais – Maria Helena Martins – 2002
- RBS publicações – História Ilustrada do rio Grande do Sul – 2004
- Paulo de Q. Duarte: *Lecor e a CISPLATINA 1816-1828*. v.2. RJ: Biblioteca do Exército, 1985.
- Mirtha de Marín e Delia Cazarré de Alvez – La Mirada Del Tiempo - 1991
- Vera do Prado L. Albornoz – Armour – Uma aposta no pampa - 2000
- Enciclopédia Delta Larousse – História do Brasil – 1960
- David Carneiro: *História da Guerra Cisplatina*. SP: Companhia Editora Nacional, 1946.
- Zum Felde Alberto – Processo Histórico del Uruguay – Montevideo – 1963
- José Jobson de A. Arruda – História Moderna e Contemporânea – Ed. Ática – 1975
- Sérgio da Costa Franco – A Assembléia Legislativa Provincial do RGS (1835-1889) CORAG/2004
- Atas, Propostas e Resoluções da Primeira Legislatura da Assembléia Provincial (1835-1836) CORAG/2005
- Capitão PM Bandeira – Livro do SESQUICENTENÁRIO da Brigada Militar
- Livro de Registros do Cel. João Manoel Alves Fuentes - 2º RP Mont - Biografia Cel Juvêncio Lemos – 1984
- Antonio Augusto Fagundes – Mitos e Lendas do Rio Grande do Sul – Martins Livreiros – O combate da Ponte do Ibirapuitã – 1982
- Fontes para a história da Revolução de 1893 – Anais II Simpósio em Bagé – outubro de 1990 – URCAMP/1992
- MUSECOM – Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

Portais consultados:

Revista Digital Estúdios Históricos - Prof. Dr. Walter Rela - www.estudioshistoricos.org
Artigos da Revista Digital de Rivera - www.derivera.com.uy
Cultura Brasil - www.culturabrasil.pro.br
RS Virtual - www.riogrande.com.br
Museo Sin Fronteras - www.museosinfronteras.com
Site do Arquivo Nacional e História Luso-Brasileira
Site do Exército Brasileiro
Wikipédia – Enciclopédia livre da Web

Imagens:

Museu David Canabarro, Museu Folha Popular, Museo Sin Frontera, MUSECOM, Arquivo pessoal, Livros, Jornais e Web

Capa e edição: *C. A. Potoko*

Carlos Alberto Potoko

Santanense nascido em 18 de abril de 1955, ***Carlos Alberto Fernandes Corrêa***, tem no codinome ***Potoko*** uso comum por seus amigos e familiares desde menino. Colaborador do jornal A Plateia, dos sites Fronteira da Paz , Revista Digital de Rivera e do Projeto Fronteiras Culturais do CELP Cyro Martins. Membro da Academia Santanense de Letras ocupando a cadeira 35, cujo patrono é o escritor Cyro Martins. *"Acho que há motivos que levam uma pessoa a escrever que não são conscientes, mas que há nisso uma parte que tem função de cartase como fator equilibrante."*

www.fronteiradapaz.com/carlospotoko

Obra de cunho histórico sob-registro nº 532.448
Livro 1012 – Folha46 da BN

Oração dos marcos

Na paz dos marcos
Roubam-nos sonhos
Contam-nos mentiras
E nós as esquecemos!

Na paz dos marcos
Não há leis internacionais
Só convenções...
Ou sombras, sobrenaturais!

Na paz dos marcos
Pinga o orvalho
Gotas de sabedoria
A sustentar nossos ideais!

Debruçados na paz dos marcos
Choramos e sorrimos
Sorrindo e chorando
Oramos por uma só alma...
Sem cerca e nem porteira!

P o t o k o